

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ROSILENE SOARES DE JESUS

**ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO TELEJORNALISMO: UMA
EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA**

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2020**

ROSILENE SOARES DE JESUS

**ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO TELEJORNALISMO: UMA
EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do
título de *Doctor Scientiae*.

Orientadora: Rita de Cássia Pereira Farias

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

J58e
2020 Jesus, Rosilene Soares de, 1973-
Espetacularização da violência no telejornalismo: uma expressão da questão social brasileira / Rosilene Soares de Jesus. - Viçosa, MG, 2020.
189 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Rita de Cássia Pereira Farias.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.150-166.

1. Televisão - Programas - Brasil. 2. Televisão - Programas - Aspectos sociais. 3. Violência. 4. Estereotipagem de Gênero. 5. Raças. 6. Negros.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22 ed. 384.554430891

ROSILENE SOARES DE JESUS

**ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO TELEJORNALISMO: UMA
EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Economia Doméstica, para obtenção
do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 27 de julho de 2020.

Assentimento:



Rosilene Soares de Jesus
Autor



Rita de Cassia Pereira Farias
Orientadora

AGRADECIMENTOS

A toda força de luz que me guia e protege.

A minha filha e meu esposo, meu porto seguro e refúgio de amor.

A minha orientadora que, tão pacientemente, me instruiu pelos caminhos da pesquisa.

A Universidade Federal de Viçosa, Instituição de excelência, onde tive o privilégio de ser pesquisadora por prazerosos seis anos.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

JESUS, Rosilene Soares de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2020. **Espetacularização da violência no telejornalismo: uma expressão da questão social brasileira.** Orientadora: Rita de Cássia Pereira Farias.

Cotidianamente, a mídia televisiva brasileira divulga notícias sobre a ocorrência de crimes produzindo discursos que culpam os(as) agressores(as), de modo desconectado do sistema estrutural da sociedade. A violência e a criminalidade são divulgadas como acontecimentos naturais, como escolhas individuais e problemas particulares dos envolvidos. Considerando esse contexto, o objetivo desta pesquisa qualitativa, com características exploratórias, descritivas e documentais, é analisar a violência enquanto expressão da questão social brasileira, destacando os discursos culpabilizatórios que recaem sobre os indivíduos que cometeram algum tipo de crime. Os dados foram coletados de notícias apresentadas no telejornal Cidade Alerta, produzido pela Rede Record de Televisão, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2018. As notícias selecionadas foram sistematizadas considerando a teoria marxista que compreende a violência não como um acontecimento espontâneo ou natural, mas como uma resposta ao sistema capitalista excludente que produz e reproduz desigualdades. Os dados foram discutidos a partir da Análise de Discurso, conforme a Gramática Sistêmica Funcional. Os resultados revelam que os discursos midiáticos analisados transmitem representações de crianças, adolescentes, mulheres e idosos como vítimas, ou seja, como indivíduos frágeis e suscetíveis à violência. Quanto à representação da mulher agressora, há um posicionamento tradicional quanto ao gênero, uma vez que as que são mostradas nas notícias são, predominantemente, mães e donas de casa, vistas como incapazes de cometer crimes. Os discursos produzidos nas notícias também criminalizam os negros, perfil predominante do agressor, apresentando-os como culpados, por meio de termos pejorativos, enquanto os agressores brancos tinham suas infrações justificadas. Os resultados possibilitam concluir que o telejornal prioriza a violência de forma a espetacularizar a notícia, sendo que a criminalidade é utilizada como instrumento para aumentar a audiência e sensacionalizar as expressões da questão social, apresentadas como culpas e fracassos individuais.

Palavras-chave: Questão Social. Mídia televisiva. Violência. Gênero. Raça.

ABSTRACT

JESUS, Rosilene Soares de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2020. **Violence spectacularization in television news: an expression of the Brazilian social issue.** Advisor: Rita de Cássia Pereira Farias.

Every day, the Brazilian television media disseminates news about the occurrence of crimes through discourses that blame the aggressors, without considering the structural system of society. Violence and criminality are shown as natural events, as individual choices and particular problems related to those involved. Considering this context, the objective of this qualitative research, which has exploratory, descriptive and documentary characteristics, is to analyze violence as an expression of the Brazilian social issue, highlighting the blaming discourses to describe the individuals who have committed crimes. The data were collected from news broadcasted by the TV news Cidade Alerta, produced by Rede Record de Televisão, in September, October and November of 2018. The selected pieces of news were systematized considering the Marxist theory that perceives violence not as a spontaneous or natural event, but as a response to the excluding capitalist system that produces and reproduces inequalities. The data were discussed following the Discourse Analysis approach, according to the Functional Systemic Grammar. The results show that the media discourses analyzed convey a representation of children, teenagers, women and the elderly as victims, that is, as fragile individuals who are susceptible to violence. Considering the representation of the female aggressor, there is a traditional position regarding gender, since those who are shown in the news are predominantly mothers and housewives, seen as incapable of committing crimes. The speeches also criminalize black people, a predominant profile of the aggressor in the news, presenting them as guilty through the use of pejorative terms, while white aggressors had their infractions justified. The results lead to the conclusion that in the data analyzed, the program prioritizes violence in order to spectacularize the news. In addition to that, criminality is used as an instrument to increase audience and sensationalize the expressions of the social issue, presented as individual faults and failures.

Keywords: Social issue. Television media. Violence. Genre. Race.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Perfil das 180 notícias Exibidas nos Meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2018 pelo Programa Cidade Alerta.....	72
Quadro 2- Notícias de Assassinato com vítimas Crianças ou Adolescentes Tendo Pais, Padrastos ou Mães como agressores.....	83
Quadro 3- O idoso no Programa Cidade Alerta.....	94
Quadro 4- Categorização das Vítimas e Agressores em Termos de Cor/Raça.....	129
Quadro 5- Análise do Tema e Rema dos Enunciados (negras)	135
Quadro 6-Análise do Tema e Rema dos Enunciados (brancas).....	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- O perfil das notícias no programa <i>Cidade Alerta</i> durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2018.....	71
Gráfico 2- Identificação dos(das) agressores(as) por gênero e raça.....	132

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Justificativa e Relevância da Pesquisa	14
1.2. Organização da Tese.....	19
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	22
2.1 A Formação Sócio Histórica do Brasil e a Questão Social Brasileira	22
2.2. A Questão Social e sua Correlação Com o Sistema Capitalista.....	47
2.3. A Mídia Televisiva Brasileira e sua Influência na Percepção Sobre a Violência	55
2.4 A Mídia Como Instrumento Ideológico.....	57
2.5. A Rede Record de Televisão.....	60
2.6. Procedimentos Metodológicos.....	68
3. A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES NAS NOTÍCIAS	77
3.1. A Família na História.....	77
3.2. Relações Familiares e Representação de Crianças e Adolescentes.....	81
3.3. A Violência Contra a Pessoa Idosa	91
4. O GÊNERO NAS NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS	101
4.1 As Pesquisas Sobre Gênero.....	101
4.2. Gênero e criminalidade.....	102
4.3. O Gênero dos Agressores.....	106
4.4. As Mulheres Como Vítimas.....	107
4.5. As Mulheres Como Agressoras	111
4.6. Agressores do Sexo Masculino	118
5. RELAÇÕES RACIAIS EXPRESSAS NAS NOTÍCIAS.....	123
5.1 O Negro na Sociedade Brasileira	123
5.2. Os Agressores em Termos Raciais.....	129
5.3. A Representação do (a) Agressor (a) nas Notícias	132
5.4. Discursos que Acompanham os(as) Agressores(as) Negros(as)	136
5.5. Discursos Sobre os Agressores(as) Brancos(as).....	140
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
7. REFERÊNCIAS	150
8. APÊNDICES	167

1. INTRODUÇÃO

No século XXI, a mídia se apresenta como parte da vida cotidiana das famílias brasileiras, seja nos momentos de lazer, de descanso e até no trabalho, cujas informações chegam às pessoas por meio de revistas, jornais, redes sociais, rádio e televisão. No Brasil, o principal meio utilizado para se informar é a televisão, sendo essa, considerada um canal de confiança por grande parte da população (BRASIL, 2016).

Informações sobre economia, política, esporte, entretenimento, cultura e acontecimentos sociais chegam ao telespectador, principalmente através dos telejornais. No entanto, a mídia televisiva não transmite simplesmente uma notícia, mas veicula ideologias¹, de acordo com os interesses dominantes e também se preocupa em prender a atenção do telespectador, mantendo a audiência da emissora que transmite as informações.

Para alcançar esse objetivo, a mídia televisiva se utiliza de estratégias, como por exemplo, a sensacionalização da notícia. Esse artifício é percebido principalmente na divulgação das notícias em casos que envolvem violência. A televisão transmite a informação de forma a ocultar alguns fatos e expressar outros, conforme sua conveniência. A violência é apresentada como culpa individual do (da) agressor (a), como resultado de escolhas individuais, desconectadas do sistema estrutural da sociedade capitalista.

Os discursos transmitidos pela mídia televisiva culpabilizam os (as) agressores (as) pela ocorrência da violência, condenando-os(as) e representando-os(as) como os inimigos da sociedade, um perigo social a ser combatido. A violência é retratada como se fosse uma consequência de escolhas individuais, desvinculada do contexto social.

Diante desse cenário, na presente pesquisa, buscamos problematizar as notícias divulgadas pela mídia televisiva, de modo a evidenciar as causas do obscurecimento da realidade nos casos divulgados, compreendendo a violência enquanto uma consequência do sistema estrutural da sociedade capitalista, ou seja, como uma expressão da questão social.

Na sociedade capitalista, a questão social decorre da contradição entre a produção coletiva dos bens e a apropriação privada desses bens. Conforme Marx (2005), o sistema econômico e político visa a acumulação de lucros por parte da classe dominante, que são os proprietários dos meios de produção. Ou seja, a riqueza socialmente produzida pelo trabalho da classe trabalhadora não é distribuída, mas apropriada de forma privada, gerando a acumulação

¹ Entendemos o termo ideologia, não como um conjunto de ideias, mas, de acordo com Marx e Engels (1999), ideologia pode ser entendida como um falso discurso, o ocultamento da realidade.

capitalista pelos proprietários dos meios de produção e pauperização dos trabalhadores, evidenciando uma forte desigualdade social.

Faleiros (2007) corrobora essa assertiva enfatizando que:

A sociedade se estrutura nas relações de acumulação econômica e de poder, nas contradições entre grupo e classes dominantes e dominados bem como por poderes de sexo, gênero, etnias, simbólicos, culturais, institucionais, profissionais e efetivos. A relação de poder, assim, é complexa, por envolver tanto o contexto social mais geral como as relações particulares que devem ser tecidas junto, numa perspectiva histórica e dinâmica (p. 27).

Com a exploração da classe trabalhadora que não possui os meios de produção, lhe resta, para sobreviver, vender sua força de trabalho aos empregadores. Essa exploração, aliada aos interesses do capital, causa situações de pobreza, fome, violência e outras condições que fragilizam ainda mais a classe trabalhadora.

O sistema capitalista impõe regras que vão além da área econômica e infiltram todos os segmentos da vida dos indivíduos, influenciando todos os âmbitos sociais, envolvendo, sobretudo, questões morais. Ao reger a sociedade, esse sistema impõe suas ideologias e regras, de forma direta ou oculta, que vão sempre favorecer a acumulação de lucros financeiros para a classe dominante, ampliando as situações de fragilidade, dependência e desigualdade na sociedade.

A violência enquanto expressão da questão social não acontece espontaneamente e não pode ser compreendida como uma escolha individual e sim, deve ser percebida, conforme enfatiza Iamamoto (1999, p.27), como “expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”. Conforme Ianni (1989), as expressões da questão social estão na base dos movimentos da sociedade, que criminaliza os grupos e classes sociais para justificar e manter o sistema de modo a beneficiar a classe dominante. “Quando se criminaliza o “outro”, isto é, um amplo segmento da sociedade civil, defende-se mais uma vez, a ordem social estabelecida” (p. 151). Em relação à sociedade brasileira, o autor discute as disparidades econômicas que assolam o país desde o seu surgimento e questiona se a questão social seria um caso de polícia ou um caso de política:

A história da sociedade brasileira está permeada de situações nas quais um ou mais aspectos importantes da questão social estão presentes. Durante um século de repúblicas compreendendo a oligárquica, populista, militar e nova, essa questão se apresenta como um elo básico da problemática nacional, dos impasses dos regimes políticos ou dilema dos governantes. Reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais grupos raciais e formações regionais (IANNI, 1989, p. 145).

Na atualidade, as expressões da questão social brasileira têm sido alvo de um processo de criminalização e culpabilização. Verifica-se uma tendência a naturalizar as expressões da

questão social, atribuindo ao indivíduo as responsabilidades por suas dificuldades, isentando a sociedade e o sistema que a move por quaisquer adversidades que ocorra, como se o indivíduo as vivenciasse por conta de suas próprias escolhas ou incapacidades.

Diante das expressões da questão social brasileira como a fome, o desemprego, a submoradia, a pobreza, o analfabetismo e a violência, o Estado vem intervindo nos primeiros casos de forma focalizada, com ações assistencialistas², de modo a tratar os *problemas sociais* como se fossem questões individuais. No caso da violência essa é entendida como ameaça à ordem vigente, tratada como caso de segurança pública, sob os auspícios da lei, da polícia e da repressão. Aquele que comete a violência é entendido como um criminoso, um desviante, alguém que precisa ser corrigido, em uma “noção de classe perigosa - não mais laboriosa, e por isso sujeita a repressão e extinção” conforme enfatiza Yamamoto (2001, p. 19).

Há uma tentativa de desconectar os casos de violência do sistema estrutural, de forma a camuflar a realidade da luta de classes, da exploração, do preconceito e das desigualdades sociais. São diversos os tipos de violência que podem acontecer, como física, psicológica, moral ou sexual, ligadas a questões de classe, gênero, racial e geração. Quando se pratica uma violência contra o outro, a sociedade entende que está acontecendo uma quebra das normas, um delito social, que está prejudicando o outro ou a coletividade.

A sociedade segue normatizações, mas essas normas não surgiram sem uma razão. Rousseau (2011) explica o homem em duas condições, antes e depois das normatizações. Antes numa situação chamada de estado de natureza e posteriormente numa condição chamada de estado civil. Esclarece que a força não deve ser usada para se alcançar determinado propósito, que a sociedade deve ser regida por normas que devem ser seguidas por todos, visando o bem comum.

Assim, para que esse “bem comum” se efetive, todos devem renunciar às suas liberdades em prol do bem da coletividade, surgindo assim o Estado para reger e impor essas normas sociais. Essa necessidade de normas atende principalmente aos interesses da classe dominante, “porque se o estado de violência ameaça a vida de todos, ele é pior para os ricos por ameaçar também suas posses. Daí o acordo entre os homens para viver sob o sistema político” (ROUSSEAU, 2011, p. 10).

² Assistencialismo pode ser entendido como uma prática que deve ser superada na Política de Assistência Social. É compreendida como uma atitude de dominação por parte do Estado enquanto gestor dessa política. A prática assistencialista visa à troca de favores, a gratidão do assistido que desconhece seu direito à assistência social enquanto uma política pública garantida a quem dela necessitar.

No entanto, em uma visão mais crítica, Marx (2005) destaca que essa alegação da criação do Estado para que todos sejam iguais perante a lei, nada mais é que uma estratégia para assegurar o direito à propriedade privada. A criação do Estado e imposição de suas normas não teria como objetivo sanar as diferenças, mas aguçá-las. Assim, “a constituição política em seu ponto culminante é, portanto, a constituição da propriedade privada.” As duas instâncias tornam-se inseparáveis: o Estado é o “próprio poder da propriedade privada” (p. 23).

Althusser (1970) trata o Estado sob a teoria marxista e afirma que essa Instituição exerce um poder repressivo e tem seus propósitos:

[...] na teoria marxista, o aparelho de Estado (AE) inclui: Governo, Administração, Exército, Polícia, Tribunais, Prisões, etc., que constituem o que agora chamaremos de Dispositivo Repressivo do Estado. Repressivo indica que o Aparelho do Estado em questão “trabalha com violência”, pelo menos no limite (porque a repressão pode tomar formas não físicas) (p. 42-43).

Diante das duas teorias, a de Rousseau e de Marx, na presente pesquisa não se visualiza um Estado que tenha buscado o bem comum. Embora as análises realizadas na presente pesquisa tenham se pautado em uma sociedade democrática, nossa democracia se apresenta como burguesa, na medida em que se prega direitos iguais em uma sociedade desigual.

Cada sociedade segue suas normas e leis e, quando acontece um ato de violência, ela pode ser considerada como uma infração às normas jurídicas ou um crime. De acordo com o artigo 1º da Lei de Introdução do Código Penal Brasileiro (Decreto-lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940):

Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

Marx (2003) define a violência como “a parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova” (p.821). Corroborando com o autor, Engels (2015) analisa o crime como um produto da sociedade de classes. Enfatiza que a condição dos trabalhadores, imposta pelo sistema capitalista, os conduz para a criminalidade. O autor argumenta que a pobreza favorece e motiva o crime e prejudica as relações familiares.

De acordo com Marx (2003), a criminalidade tem sua utilidade social, sendo útil quando cria funções, como a da polícia e do tribunal de justiça, além de impulsionar a criação de novas tecnologias de prevenção ao crime. Marx ainda ironiza ao afirmar que o crime quebra a monotonia da vida burguesa e colabora com enredos para a literatura. Como a criminalidade também pode ameaçar a sociedade capitalista, o autor enfatiza que a burguesia recorre à costumes tradicionais para justificar atitudes de dominação e impedir a disseminação da

violência, que ameaça a hegemonia da classe dominante. Enfatiza que o passado domina o presente na sociedade capitalista, que existe a imposição de certos valores e o uso de estratégias de dominação.

A mídia televisiva se inscreve como uma dessas estratégias quando se apresenta como uma aliada aos interesses do Estado impondo certos conceitos, regras e ideologias, através de discursos que interessam aos propósitos da classe dominante. Steinberger (2005) assegura que a mídia é, na atualidade, a responsável pela instituição da ordem geopolítica em todo o mundo. Em suas palavras, a mídia tem “o poder de configurar mentalidades e, portanto, [conta com] o apoio necessário à consolidação do projeto de qualquer liderança internacional” (p. 24).

A mídia é detentora de grande influência nas sociedades modernas. Conforme Thompson (2005), vivemos numa sociedade midiada e numa cultura midiada, sendo a mídia predominante em todos os espaços: no econômico, no educacional, e, principalmente, no espaço político.

No caso do telejornal *Cidade Alerta*, transmitido pela Rede Record de Televisão e objeto de estudo da presente pesquisa, ele se constitui como um veículo midiático que transmite diariamente notícias que criminalizam e culpabilizam os indivíduos apresentados pelo programa como um perigo social. A violência é retratada como culpa individual, desconectada de um contexto maior.

Diante desse cenário, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a violência enquanto expressão da questão social brasileira, identificando os discursos que recaem sobre indivíduos que cometeram algum tipo de crime, a partir das notícias divulgadas no telejornal *Cidade Alerta*, transmitido pela Rede Record de Televisão.

Especificamente, objetivou-se:

- Historicizar a formação sócio histórica do Brasil e a questão social brasileira;
- Discorrer sobre a influência da mídia televisiva na representação sobre a violência;
- Refletir sobre a representação das relações familiares nas notícias;
- Problematizar como o gênero é divulgado nas notícias;
- Analisar as relações raciais expressas nas notícias.

1.1 Justificativa e Relevância da Pesquisa

A pesquisa tem sua relevância por levantar o debate sobre a necessidade da apreensão da questão social brasileira em suas múltiplas expressões, colaborando para a construção de uma visão de mundo mais totalizante, rompendo-se com a pseudoconcreticidade e revelando as estratégias de dominação da sociedade capitalista. Kosik (1976, p.11) se refere a pseudoconcreticidade como

[...] o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essências; o mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens [...]; o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos nas consciências dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de serem condições naturais e não imediatamente reconhecíveis como resultado da atividade social dos homens.

Conforme Zago (2013, p. 1), esse entendimento somente será possível com a compreensão de que a realidade social “se concretiza por meio das condições de produção e reprodução da existência social das pessoas, que é em nossa sociedade marcada pela luta de classes. Este processo de rompimento exige um esforço construtor de uma interpretação do real”.

Quando essa realidade é construída pela mídia televisiva, há de se argumentar quais ideologias esse meio de comunicação está reproduzindo, afinal, é um veículo acessível por boa parte da população brasileira.

Apesar dos avanços da rede de *internet* e suas variadas formas de interação, a televisão brasileira é o canal midiático mais usado pela população para acessar uma informação e saber o que acontece no Brasil. A Pesquisa Brasileira de Mídia³, realizada em 2016, ao tratar sobre os “Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira” revelou que a televisão foi o principal instrumento informativo.

Mesmo com o advento da televisão por assinatura, que oferece uma diversidade de canais, a televisão aberta ainda permanece com altos índices de audiência. Apesar da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), em 2013, revelar uma queda na audiência televisiva, Mattos (2014) afirma que a medição feita por aquele Instituto não considera o público que assiste a TV aberta através dos canais da TV por assinatura. “A audiência da televisão aberta não está em queda e sim migrou para a televisão fechada, a audiência está lá, só não está sendo medida” (MATTOS, 2014, p.1).

³ BRASIL. **Meio de comunicação mais utilizado**. Disponível em: <http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>. Acesso em 05 set 2018.

Os argumentos mostram que o brasileiro continua utilizando a televisão como principal meio de comunicação para se informar, se entreter e se divertir, sendo considerado um canal confiável e com credibilidade. Assim, é através da televisão que grande parte dos brasileiros tem informação do que acontece no nosso país.

Entretanto, quando o espectador assiste à televisão em busca de entretenimento ou informação, ele frequentemente se coloca diante do aparelho de forma receptiva, se deixando envolver e absorvendo as informações transmitidas muitas vezes sem questionamentos, já que os mecanismos de convencimento são sutis e estrategicamente elaborados para convencer.

No decorrer do programa televisivo, o(a) apresentador(a) não apenas lê as notícias, mas também se posiciona, expondo sua opinião sobre o assunto. Ao transmitir seu ponto de vista de forma firme, de acordo com os propósitos e ideologia do programa, o apresentador complementa a notícia com conceitos particulares. O tema é tratado de acordo com Teles e Melo (2002, p. 2) “bem ao gosto da opinião pública” sem análises mais sistemáticas, pois o telespectador não está disposto a conhecer assuntos mais profundos. Assim, o espectador geralmente crê que está simplesmente recebendo uma informação, desconhecendo a ideologia imposta em cada fala. Trata-se de um processo complexo que busca manter uma ordem social através de práticas discursivas ecoadas pela mídia, que objetivam construir realidades manipuladas por esses atores.

De acordo com Silverstone (2002), a mídia não constrói significados de forma isolada, ao contrário, a mídia implica na existência de vínculos com seus espectadores, com movimentos de trocas. Assim, acontece um movimento de reciprocidade, onde os significados são construídos continuamente, fundindo a realidade e a imaginação, gerando novos significados, materiais e simbólicos.

Desvendar esse processo de dominação, que é considerado como parte do cotidiano do brasileiro, pode ser determinante para o entendimento da complexidade de algumas questões abordadas pela mídia como os casos de violência. Como ressalta Silverstone (2002, p. 9): “Não podemos escapar à mídia” [...] “Ela está presente em todos os aspectos da vida cotidiana”. O autor enfatiza que a mídia tem o poder de persuadir seu público. Dessa forma, torna-se relevante compreender seu processo de produção de significados, de forma a perceber como ocorre “a mais fundamental conquista da mídia contemporânea, sobre tudo a mídia factual” que tem a capacidade de convencer os espectadores “de que o que ela representa realmente ocorreu” (p. 67).

O canal midiático funciona como uma fábrica de verdades, onde se mistificam relações e comportamentos, direcionando o entendimento da situação social. Os posicionamentos

assumidos pelo sistema capitalista buscam gerar medidas que objetivam promover a desregulamentação e a flexibilização das relações trabalhistas, assim como a reestruturação produtiva. Embora esse processo gere desigualdade, pobreza e exclusão, em um contexto neoliberal, há uma desresponsabilização do Estado, que realiza uma mínima intervenção nas situações de refração da questão social.

Assim, a questão social se origina do embate entre capital e trabalho, ou seja, de um lado a classe trabalhadora reivindicando seus direitos e do outro, os capitalistas que objetivam obter cada vez mais lucro. A pobreza massiva diante dos avanços do desenvolvimento econômico é resultado dos princípios adotados pelo sistema capitalista, portanto, de ordem estrutural. Ao contrário do que a classe dominante prega e a mídia corrobora, a pobreza não se trata de uma situação transitória, relativa ao indivíduo, que cessará assim que a pessoa se esforçar para progredir. Exemplo disso é o caso dos catadores de materiais recicláveis, que trabalham arduamente, dia após dia, sem conseguir mudar a sua condição social e econômica.

A mídia respalda o discurso de culpabilização expresso pela classe dominante de que cada indivíduo é responsável por si, por suas mazelas, naturalizando as situações de fragilidade, não sendo esses eventos apontados como advindos do sistema econômico que cria as desigualdades.

Debord (2003) critica a forma pela qual a mídia encobre a real situação da sociedade moderna. O autor chama de *espetáculo* a falsa representação da realidade divulgada pela mídia nas sociedades capitalistas, que, dominadas pelo mercado, vivenciam uma realidade construída pelos meios de produção. Ou seja, existe a dominação de uma classe sobre a outra, onde, a classe dominada é coagida a aceitar passivamente sua situação, acreditando ilusoriamente na ideia de que se vive em uma sociedade livre e democrática, onde a sua felicidade será alcançada pela obtenção dos bens materiais que poderá conseguir pelo trabalho.

Para compreender esse processo de dominação advindo do meio midiático, que interfere na construção das subjetividades em um cenário de crescentes expressões da questão social na sociedade brasileira, torna-se necessário uma compreensão crítica da luta de classes que se materializa nas relações sociais, nos mais variados contextos econômicos e culturais. Uma luta que envolve um processo de dominação que é encoberto pelos meios midiáticos, principalmente pelas atrações exibidas na televisão, que envolvem o público e estão presentes na grande maioria dos lares brasileiros.

A televisão é um organismo. Ela vive como um organismo. Enquanto fabrica e difunde ficção para o consumo, a TV reinstaura o seu lugar no passado afetivo de cada telespectador. À medida que reporta os acontecimentos presentes, renegocia seu lugar

dentro do passado factual. Todo o dia reescreve a sua própria história, valendo-se de recursos que mesclam jornalismo e ficção (BUCCI, 2004p. 205).

Segundo Netto (2013, p. 9), o neoliberalismo tem demonstrado “que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política democrática, extra mercado, da economia tem sido coroado de êxito”. Assim, conhecer a realidade social, adotando-se um olhar crítico, pode colaborar para o entendimento da sociedade capitalista moderna, de forma a compreender a maneira como a questão social brasileira é divulgada, percebida e vivida pela população. Esse olhar totalizante se refere a perceber o sistema como um todo, na sua completude, correlacionando causa e efeito de um âmbito sobre o outro.

Perceber as causalidades históricas, econômicas e políticas da questão social brasileira, torna-se relevante para interpretar as situações evidenciadas pela mídia televisiva na contemporaneidade, que são divulgadas como um simples acontecimento social, sem problematizações. Sob essa perspectiva, o problema social é entendido como se acontecesse de forma natural “a-histórico, desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto, [livre] dos interesses e conflitos sociais. Assim, se o problema social (a questão social) não tem fundamento estrutural, sua solução também não passaria pela transformação do sistema” (MONTANO, 2012, p. 2).

Garret e Bell (1998) salienta a relevância de se pesquisar sobre o discurso midiático. O autor comenta que a mídia traz uma riqueza acessível de dados para pesquisa, pois o discurso midiático pode revelar muito sobre o sentido social dos rótulos utilizados para se transmitir uma informação.

Nesse sentido, a perspectiva marxista tem um entendimento amplo, sobre essa seletividade, compreendendo-a como a adoção de uma ideologia. Marx e Engels (1970) na obra *A Ideologia Alemã*, entendem que o conceito de ideologia deve ser compreendido não como uma percepção imaterial, mas enquanto uma consciência da realidade material. Conforme os autores, a realidade deve ser explicada a partir das contradições da vida material, pois o indivíduo não consegue resolver suas questões a partir da consciência se não as entender na prática.

Marx e Engels (1970) analisam a ideologia com ênfase nos determinantes políticos e econômicos, enfatizando dois pontos para explicá-la: O primeiro refere-se à ideologia como uma representação da realidade construída pela visão de mundo da classe burguesa. O segundo é que essa representação da realidade é distorcida, pois é construída para manter a defesa dos

interesses burgueses, mantendo a dominação da classe trabalhadora pela classe dominante. Larrain (1996) faz uma leitura da visão marxista sobre ideologia, enfatizando que:

Quando Marx fala em ideologia, ele sempre se refere a um tipo de distorção ou inversão da realidade. Ele nunca se refere à sua própria teoria como uma ideologia ou uma ideologia proletária, nem jamais considera a possibilidade de uma ideologia servir aos interesses do proletariado (p. 54).

A mídia se apodera do uso da ideologia para transmitir uma informação, mas esse processo não ocorre de maneira simples. O ato de comunicar é uma produção de sentido, de significados numa determinada relação. Rüdiger (2011) entende essa relação como um “processo que estabelece uma compreensão praticamente mediada entre os homens” (p 88). Desta forma, a transmissão de uma informação pela mídia, pode ser entendida como uma atividade constitutiva de realidades históricas, que envolvem relações sociais, políticas e econômicas dentro de uma sociedade capitalista.

Um negro é um negro. Apenas dentro de determinadas condições ele se torna um escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Ela se transforma em capital apenas em condições determinadas. Fora dessas condições, ela tampouco é capital como o ouro é por si próprio moeda ou o açúcar é o preço do açúcar (MARX, 2003, p. 69).

As afirmações de Marx sobre a sociedade capitalista do século XIX se apresentam atuais se analisarmos o fato de que são os processos que determinam a sociedade. Ainda convivemos com as mesmas estruturas de classes e com as mesmas condições de exploração. As mudanças ocorridas na configuração da sociedade com a reestruturação produtiva, que gerou desempregos e novas formas de expressões da questão social, evidenciam que o sistema de produção capitalista condiciona, além da sociedade, as relações sociais e o próprio indivíduo.

Marx (2003) afirma que a história não deve ser entendida como um acontecimento natural, pois, esse pensamento vai colaborar para que a história de determinada sociedade permaneça na mesma ordem, sem mudanças, como se os acontecimentos fossem naturais e devessem continuar como estão. Assim, a história de exploração persiste na sociedade capitalista moderna, como se o fato de existir ricos e pobres, explorados e exploradores fosse algo natural.

Os homens não são apenas um resultado da história em sua indumentária e apresentação, em sua figura e seu modo de sentir, mas também a maneira como veem e ouvem é inseparável do processo de vida social tal como este se desenvolveu através dos séculos. Os fatos que os sentidos fornecem são pré-formados de modo duplo: pelo caráter histórico do objeto percebido e pelo caráter histórico do órgão perceptivo. Nem um nem outro são meramente naturais, mas informados pela atividade humana, sendo que o indivíduo se auto percebe, no momento da percepção como perceptivo e passivo (HORKHEIMER, 1983, p. 125).

Os indivíduos são seres sociais, resultado da sociedade em que vivem, que recebem interferências do sistema político, econômico, cultural e estão constantemente influenciando e sendo influenciados pelo meio social. A mídia televisiva é parte desse processo e, aliada aos projetos da classe dominante, faz uso de discursos ideológicos que estão alinhados com seus objetivos.

Os objetivos dos discursos não são construídos aleatoriamente, muito menos são despolitizados, mas são arquitetados, articulados de forma a manterem a ordem social vigente. Para Campos (2010), a mídia divulga uma visão de mundo que naturaliza a questão social. Com “o objetivo de apagar a contestação, oculta-se não só a voz do outro como também toda uma rede ampla e complexa de relações sociais no espaço internacional em prol de visões simplistas que buscam a naturalização dos sistemas de significação” (p.46).

Movidas por uma visão de mundo pautada pela teoria marxista, que contribui para uma postura crítica diante das expressões da questão social brasileira, buscamos, com a presente pesquisa, problematizar o ideário da classe dominante, a partir das notícias divulgadas no telejornal *Cidade Alerta*, transmitido pela Rede Record de Televisão.

1.2. Organização da Tese

Visando problematizar os casos de violência apresentados pelo telejornal, analisando os discursos que acompanham as notícias sobre crimes, partimos da premissa de que as ocorrências de violência e criminalidade são expressões da questão social brasileira e envolvem aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Dessa forma, a tese foi dividida em seis partes.

Após a introdução, com a apresentação do tema e a problematização da culpabilização individual nos casos de violência divulgados na mídia televisiva, o primeiro capítulo traz a fundamentação teórica e metodológica da pesquisa, visando dar visibilidade às especificidades da questão social na sociedade brasileira. Traçando um breve histórico do desenvolvimento político e econômico do país, buscamos descrever a gênese do surgimento da questão social no Brasil, no entendimento de que questões políticas, econômicas e culturais são relevantes para a construção de uma realidade que exprime as desigualdades oriundas do sistema escravista e do patriarcalismo que estiveram presentes no surgimento da sociedade brasileira.

Os casos onde se expressam a questão social estão cotidianamente em evidência na mídia televisiva. Assim, no segundo capítulo, a tese se propõe a analisar a forma pela qual a mídia televisiva divulga os casos de violência e culpabiliza os(as) agressores(as), examinando

o surgimento da mídia televisiva brasileira, suas funções e objetivos sociais, mais precisamente, destacando a origem e o desenvolvimento da Rede Record de Televisão e analisando o telejornal da emissora, o *Cidade Alerta*. Em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do estudo. Apresentamos, brevemente, o método de análise do discurso que foi empregado para analisar as representações dos(das) agressores(as) nos discursos da mídia televisiva nos casos onde o discurso se refere às famílias, fazendo-se posteriormente um recorte de gênero e da questão racial.

No terceiro capítulo encontram-se as discussões sobre a violência envolvendo as famílias e as representações das crianças, adolescentes e idosos, analisando esses sujeitos enquanto vítimas da violência divulgada nas notícias do programa *Cidade Alerta*.

No quarto capítulo, encontram-se as discussões sobre as representações midiáticas dos(das) agressores(as) e das vítimas pautadas nas diferenças de gênero.

O quinto capítulo traz uma análise das relações raciais nas notícias, buscando identificar as representações dos(as) agressores(as) e vítimas, a partir dos marcadores voltados para a questão racial. Ao discutir esse tópico, optou-se por usar o termo negro(a) para referir-se às pessoas não brancas. Para fins de classificação racial, o IBGE utiliza das nomenclaturas: branco, preto, pardo, amarelo e indígena, conceituando como negro, a junção de pretos e pardos. Na presente pesquisa, nos posicionamos em consonância com a nomenclatura defendida pelo movimento negro⁴, ou seja, que as pessoas afrodescendentes sejam tratadas como negras.

De acordo com Munanga (1999) os movimentos negros brasileiros contemporâneos, resgataram a luta dos movimentos anteriores, preferindo “o anti-racismo universalista pelo anti-racismo diferencialista. [...] eles tentam dar uma redefinição do negro e do conteúdo da negritude no sentido de incluir neles não apenas as pessoas fenotipicamente negras, mas também e sobretudo os mestiços” (p.124). Conforme Campos (2013, p. 86), “Enquanto os sociólogos preferem respeitar as categorias do censo, falando em “não brancos” ou simplesmente em “pretos” e “pardos”, o movimento negro defende que todos os “não brancos” sejam chamados de “negros”.

⁴ Sobre a trajetória do movimento negro no Brasil, Domingues (2017) aponta que esse movimento se organiza na luta a favor da população negra. O autor divide sua trajetória em três fases: A primeira (1889 a 1937) trouxe um discurso moderado, com estratégias de inclusão dos negros(as), com posição política de direita. A segunda fase (1945 a 1954) ainda tinha um discurso moderado com estratégias integracionistas e ideologia de centro e direita. A terceira fase (1978 a 2000) apresenta um discurso mais contundente, com estratégias diferencialistas e posição política de esquerda. Enquanto nas primeiras fases a via educacional era entendida como solução para combater o racismo, na terceira fase, a via política é considerada como o único caminho. No início, o movimento usava termos como homem de cor, negro e preto. Já na terceira fase, o movimento adota oficialmente o termo negro.

Por fim, tece-se as considerações finais, onde se apresenta uma análise dos resultados, discutindo as observações levantadas e apresentando sugestões de pesquisas posteriores sobre a temática.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Para atender ao primeiro objetivo específico e fundamentar a discussão sobre o tema da violência na mídia, a revisão teórica pautou-se na discussão sobre a formação sócio histórica do Brasil, a fim de ressaltar os condicionantes históricos, sociais, econômicos e políticos da questão social brasileira. Em seguida, traz-se um debate sobre a mídia televisiva e sua influência na sociedade, bem como uma breve exposição sobre a Rede Record de Televisão e o telejornal Cidade Alerta. Como a revisão se trata de uma síntese, está sujeita a omissões relevantes.

2.1 A Formação Sócio Histórica do Brasil e a Questão Social Brasileira

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010), sobre distribuição de renda, revela que a América Latina é a região mais desigual do mundo, e, que o Brasil e o Equador possuem o terceiro pior índice de Gini⁵. Nosso país enfrenta um quadro de desigualdades sociais advindo de um sistema capitalista neoliberal, que resulta em situações de violência, fome, desemprego, dentre outras expressões da questão social.

Iamamoto (2013) entende a questão social como expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista, ressaltando que o capital pode ser compreendido como uma relação social, que tem por objetivo a geração de lucro para a sociedade burguesa, através da exploração do trabalhador e o empobrecimento da classe trabalhadora. A autora enfatiza que a questão social está diretamente ligada à sociedade antagônica de luta de classes “envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas” (p. 230).

O marxista alemão Trotsky⁶ (1977) defendia que as sociedades se desenvolvem paralelamente, algumas de forma mais modernas e outras mais arcaicas, em que há um desenvolvimento desigual e combinado. Ou seja, existe uma ocorrência paralela de aspectos

⁵ “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza” (IPEA, 2004, p. 1).

⁶ De acordo com as ideias de Trotsky (1977) um país considerado atrasado em relação aos demais, absorve as conquistas materiais e ideológicas aqueles considerados mais adiantados. Essa absorção, não significa necessariamente que serão seguidas todas as etapas percorridas pelo país mais moderno, mas realizado um percurso original, “um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias (p. 24).

avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico dos países. Especificamente, o autor se refere à países periféricos que comportam setores desenvolvidos que convivem com setores mais atrasados. O autor não considera essas diferenças como desequilíbrios ou falha no desenvolvimento da sociedade mais atrasada, ao contrário, considera que o desenvolvimento histórico acontece gerando contradições, rupturas, sequências, num complexo processo que geram formações sociais distintas.

Considerando o sistema capitalista enquanto um modo de produção e reprodução das relações sociais, o sistema econômico interfere diretamente no modo de vida social, abarcando ideologias, costumes, hábitos, enfim, o sistema capitalista elabora e reelabora as relações sociais. Guerra (2013) afirma que

[...] a atual crise do capital, seus antigos e reatualizados modelos de produção/reprodução e de acumulação incidem na construção das subjetividades, constituindo um sujeito que adere, acriticamente, ao fetiche oriundo do processo de financeirização do capital, não apenas respondendo, mas incorporando sua racionalidade como modo de ser, pensar e agir. (GUERRA, 2013, p.236).

Portanto, a economia e as demais dimensões da vida em sociedade (trabalho, lazer, consumo) estão intrinsicamente ligadas e coexistem no modo de produção capitalista. Iamamoto (2008) reafirma a indissociabilidade entre capital e questão social quando relata que a o sistema capitalista se funda na exploração do trabalho, envolvendo “uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas” (p. 119). Em um movimento dialético⁷, a questão social e suas expressões derivam do modo de produção capitalista, cujas especificidades se relacionam com a história de cada nação. Mészáros (2006) enfatiza o funcionamento do sistema capitalista, alertando que:

[...] é preciso entender a dialética objetiva da contingência e da necessidade, assim como do histórico e do trans-histórico no contexto do modo de funcionamento do sistema do capital. Esses são os parâmetros categorizadores que ajudam a identificar os limites relativos e absolutos dentro dos quais o poder sempre historicamente ajustado do capital se afirma trans-historicamente, através de muitos séculos (MÉSZAROS, 2006, p.184-5).

Assim, buscamos adensar, na presente pesquisa, uma perspectiva histórica, objetivando compreender a gênese do surgimento da questão social no Brasil, assim como suas especificidades em relação à formação sócio histórica do país. Compreendendo que a sociedade, em seus aspectos sociais, econômicos e políticos, resulta de uma construção que veio se desenvolvendo em diferentes contextos temporais, deixando profundas marcas na história da

⁷ Dialética é a ideia de movimento, de contradição de ideias. A sociedade está em constante movimento, em transformação. Existe uma ideia (tese) que encontra oposição a ela (antítese). Esses termos contrários vão dar origem a um terceiro termo, a síntese.

nação, tendo gerado diferentes expressões da questão social vivenciadas na atualidade como a forma de dominação de classe, gênero e raça da sociedade brasileira.

É necessário compreender a questão social considerando as particularidades brasileiras, reconhecendo “que a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil não foi presidida por uma burguesia com forte orientação democrática e nacionalista voltada à construção de um desenvolvimento capitalista interno autônomo” (IAMAMOTO, 2008, p.120). A autora afirma que essa transição aconteceu sob o comando da classe burguesa, quando, receosa com as pressões populares, propõe pequenos ajustes para a concessão de direitos, sem, contudo, causar uma verdadeira ruptura com o passado de dominação, com propostas que visam apenas preservar a ordem.

Corroborando o pensamento de Iamamoto (2008), Fernandes (1965) menciona as diversas reconfigurações que aconteceram na história do Brasil, nomeando como *Eras*, os diferentes períodos históricos vivenciados no país. O autor destaca que ocorrem diversas transformações de uma Era para a outra. No entanto, as transformações sociais, as estruturas de dominação permaneciam. O autor enfatiza que a transição da Era Neocolonial para a Era Burguesa permitiu que as estruturas de poder mantivessem uma continuidade, ou seja, por mais que houvessem reconfigurações econômicas, culturais e ideológicas, a concentração de poder se mantinha na classe dominante, assim como a garantia de seus interesses.

Desta forma, entendemos que as questões estruturais da gênese da nossa sociedade pós-colonização, influenciaram e ainda influenciam a realidade social. A expressiva desigualdade social de classe, raça e de gênero do Brasil colônia ainda permeia a sociedade contemporânea.

A questão social brasileira tem suas raízes no sistema escravista e no patriarcalismo, que tiveram início no período colonial e foram determinantes na formação da nossa sociedade. A origem histórica de exploração se perpetuou ainda no período pós-escravidão, com o proveito do trabalho de pessoas pobres nas lavouras e engenhos.

A exploração do trabalho, assim como a dominação de uma classe sobre a outra (burgueses sobre trabalhadores) e de um gênero sobre o outro (do masculino sobre o feminino), se radicou na sociedade a imposição da cultura dos colonizadores, se ampliando esse processo ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira.

Considerando as complexidades do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, apresenta-se, nesta pesquisa, a forma peculiar pela qual se deu o desenvolvimento econômico do Brasil, salientando sua dependência em relação ao capital estrangeiro, desde a colônia, até a contemporaneidade.

Essa submissão origina, num primeiro momento, um processo de desenvolvimento arquitetado pela elite dominante, centrado na exportação e mais adiante, na busca pelo progresso industrial, sempre priorizando a acumulação de capital em detrimento ao desenvolvimento social do país, que reflete na agudização da questão social.

Desde a violência imposta pelos colonizadores, passando pela imposição da política coronelista, dos governos populistas, até a república democrática, a elite dominante tem mantido o poder político e econômico explorando a classe trabalhadora, num sistema capitalista responsável pela questão social cada vez mais expressiva no contexto brasileiro.

O Brasil colônia

Quando os europeus invadiram o Brasil em 1500, perceberam seus habitantes como seres inocentes e inferiores, conforme Wehling (1999), os colonizadores tiveram grande estranheza diante do comportamento simples e a falta de apego material por parte dos nativos. Aqui se instalaram os portugueses, dividindo as terras entre os nobres para que a coroa portuguesa tivesse domínio do chamado *Novo Mundo*, rejeitando toda e qualquer estrutura cultural e organização social dos indígenas.

Fernandes (2008) traz uma descrição dos grupos indígenas no Brasil colônia, relatando sobre os hábitos da etnia Tupi, cujos grupos eram bem organizados socialmente, tendo a divisão sexual do trabalho bem delineada.

Segundo Simões (2010), às mulheres cabiam as tarefas de cuidar da agricultura, dos afazeres domésticos e da criação de pequenos animais. Aos homens, eram designadas as funções de caça, pesca, derrubada de árvores e preparação da terra para a horticultura. Entre os Tupi, a poligamia existia com o intuito de estender os laços de parentesco, tendo uma família de três a quatro esposas.

Simões (2010) enfatiza que a visão eurocêntrica e etnocêntrica dos colonizadores desconsiderava a cultura indígena e impunha seus próprios costumes. Essa imposição se dava pela força e violência. De acordo com Fernandes (2008), durante a exploração do pau-brasil, (nos primeiros anos após a chegada dos colonizadores) as relações entre europeus e os nativos eram pouco conflituosas. Porém, com a incorporação da agricultura ao sistema de exploração na nova terra, com a tentativa dos europeus de dominar os nativos com o trabalho, esse relacionamento se torna mais agressivo.

Entretanto, conforme Simões (2010), os índios resistiram ao domínio europeu, não ficaram passivos diante da ocupação. Algumas tribos responderam à dominação com violência como, por exemplo, a confederação dos Tamoios que tentou expulsar os colonizadores. Outras tribos se aliaram aos portugueses, enquanto outras migraram para o centro na tentativa de escapar dos colonizadores. No processo de colonização, embora houvesse resistência, muitos índios foram assassinados e tribos inteiras foram dizimadas, por não acatarem o domínio do colonizador.

A sociedade colonial se apresentava como um conjunto bastante complexo, dividida em segmentos com parâmetros de classificação dos extratos sociais. A cor da pele era um dos critérios de divisão social, classificando brancos, índios, negros e mestiços numa hierarquia racial, estando o branco no topo e os demais em um patamar inferior.

Outra base de classificação era a posse da terra, colocando em superioridade os proprietários de terras e os demais em inferioridade, numa economia predominantemente agrária. Nesse processo, não se considerava a posse de todo o território brasileiro pelos indígenas. Ao contrário, os portugueses se sentiam os donos de todo o território.

A sociedade era hierarquizada e patriarcal e a família branca obedecia a esse padrão. O homem era o chefe da família, com autoridade sobre os filhos, a esposa e agregados. Nesse modelo, a mulher vivia numa condição submissa ao homem, podendo comandar a casa somente nos casos de viuvez (SIMÕES, 2010).

No início do período colonial, a mão de obra dos índios atendia às necessidades da mercantilização. No entanto, a dificuldade de se dominar esses nativos e sua baixa resistência ao trabalho braçal, fez com que a coroa portuguesa iniciasse o processo de escravização do negro. Para atender às necessidades de mão de obra nos engenhos e lavoura, a chegada do escravo negro aconteceu no Brasil, a partir de 1539, assim, escravidão passou a ser a base da economia brasileira (SIMÕES, 2010), movida pela violência.

Os escravos negros foram sujeitados a trabalhos forçados e condições de vida animais. Se tentassem fugir ou fosse insubordinados, sofriam castigos violentos, sendo chicoteados e amarrados por dias e noites no tronco. Em relação às escravas, além de trabalharem, eram também considerados objetos sexuais.

A sujeição do escravo ao seu senhor compreendia também o controle sobre seu corpo, conforme Oliveira (2011), as escravas eram obrigadas a satisfazerem as vontades do senhor, sendo violentadas e gerando filhos ilegítimos que seriam vendidos ou mandados para conventos. Segundo Freyre (2004) e Chiavenato (1987), havia a crença de que relações sexuais

com escravas virgens com 12 a 15 anos de idade, trariam a cura para os jovens brancos contaminados pela sífilis.

Fausto (1996) comenta que eram atribuídas aos escravos as tarefas mais pesadas e insalubres como, por exemplo, o trabalho nas moendas e nas fornalhas dos engenhos de açúcar. Era comum a perda de braços e graves queimaduras durante o trabalho. Nos engenhos havia sempre uma machadinha e um pé de cabras, que seriam usados nos casos de acidentes de prensa de algum membro do escravo, para separar esse membro e evitar danos a máquina de engenho.

Furtado (2007) enfatiza que a adoção do trabalho escravo foi essencial para manter os engenhos de açúcar funcionando. Para garantir o sucesso na produção, os portugueses, que recebiam da coroa portuguesa a concessão de benefícios como isenção tributária e títulos. De acordo com Fausto (1996), a colonização portuguesa durou de 1500 a 1822. Assim o país foi explorado tendo seu território ocupado e suas riquezas naturais exportadas para a coroa portuguesa.

Ianni (1986) faz uma análise sobre a integração do escravo negro no Brasil, considerando a questão racial como uma das expressões da questão social, que perpassa a história da formação da sociedade brasileira. O autor considera que a libertação dos negros extinguiu sua condição de escravo, no entanto, não houve um suporte, uma possibilidade que assegurasse dignidade à vida em liberdade dos negros. Eles não possuíam terras, não receberam qualquer assistência econômica ou social, não tinham acesso à educação, saúde ou moradia. Sem condições de sobrevivência, os negros não vivenciaram a cidadania após a libertação, mas continuaram sofrendo discriminações como ex-escravos.

Esse início histórico de exploração, de violência, de extermínio dos nativos, de abuso do trabalho negro, além de práticas movidas por interesses econômicos, pode ser visto como a raiz das diversas expressões da questão social ainda vivenciadas na atualidade. A concentração de poder econômico e político também é uma herança colonial que têm suas raízes no modelo de colonização do país, com distribuição de terras entre nobres, subjugação de índios e negros e imposição de um modelo patriarcal. O modelo passou por pequenas mudanças, no entanto, manteve sua estrutura, ou seja, a concentração de riquezas, a exploração do trabalhador e o poder do homem sobre a mulher.

O sistema de capitânias hereditárias, que entrou em vigor a partir de 1534, de acordo com Simões (2010), concentrou nas mãos de poucos nobres portugueses a autoridade sobre a terra e, por consequência, o poder político e econômico.

A independência do Brasil em relação ao seu colonizador, reconhecida em 29 de agosto de 1825, não trouxe melhorias sociais. Segundo Fausto (1996), no período de monarquia

de 1822 até 1889, ocorreu grande exploração dos escravos negros, principalmente para sustentar a produção de café. Além disso, a independência não aconteceu sem um acordo entre as partes, o Brasil foi pressionado a pagar por sua independência.

Morais (2004) salienta que nossa “independência política foi antes uma farsa política”, por “comprarmos sem resistência armada a nossa liberdade política, por 2 milhões de libras esterlinas (p. 290). Quando a família real deixou o Brasil, levou todo o ouro e demais riquezas, assim, o Brasil assumiu a dívida de Portugal com a Inglaterra para concretizar sua independência.

Dessa forma o Brasil independente teve o início de sua história marcada pela dependência financeira internacional, situação que veio acompanhando o desenvolvimento histórico do país e se mantém ainda no século XXI.

A partir de 1889, o Brasil vivenciou o modelo econômico agroexportador, cuja produção em larga escala contou com a força de trabalho de empregados assalariados. A Constituição de 1824 trazia o direito a voto somente aos proprietários de terras ou detentores de renda. Dessa forma, os homens de posse é que detinham o poder na sociedade. No período regencial, os chefes políticos locais eram tratados pelo título de *coronel*, sendo respeitados por toda a sociedade, sendo os detentores do poder político e econômico.

Quando Fernandes (2008) se refere às diferentes *eras* pelas quais passou o Brasil, as relaciona às condições internas do país e sua relação com o mundo exterior. Destaca a estratificação social no Brasil e o sistema de dominação de classes como uma herança histórico-estrutural. Descreve o sistema econômico do Brasil como um capitalismo dependente, a partir dos anos de 1880, considerando que o desenvolvimento econômico do país sempre se deu alicerçado ao capital internacional.

Esse sistema econômico era satisfatório para a classe dominante, ou seja, os grandes produtores proprietários de terras. O processo de acumulação ia se desenvolvendo bem até a crise de 1929 (queda da bolsa de Nova York), quando a economia mundial foi abalada.

A crise do capital teve um efeito devastador na economia de todo o planeta. O aumento das taxas de desemprego, diminuição da produção das indústrias, quebra de bancos e empresas foram os efeitos que se iniciaram nos Estados Unidos e se expandiram para o restante do mundo.

No Brasil a crise foi sentida principalmente pela necessidade de importação de mercadorias industrializadas, fazendo com que o Brasil repensasse o modelo de dependência e passasse a produzir internamente o que até então era importado. O Brasil ocupava a posição de um dos maiores produtores e exportadores de café e açúcar no mundo, sendo essa produção a grande sustentadora da economia brasileira e centralizadora do poder político por parte dos

grandes latifundiários. A elite agrária já vivenciava desentendimentos internos por conta da defesa de interesses, o que se agravou com a crise de 1929 e resultou na Revolução de 1930⁸.

A economia brasileira na Primeira República se desenvolveu com a monocultura de produtos tropicais que eram exportados e a importação de produtos industrializados do exterior.

A questão essencial para o entendimento da indústria nascente reside na posição dominante do comércio na economia brasileira da época; em particular, ela reside nas formas específicas da dominação do comércio, que resultam da hegemonia do capital cafeeiro e da subordinação da economia brasileira à economia mundial (SILVA, 1985, p. 97).

O sistema econômico brasileiro sofria uma dependência direta do capital estrangeiro, assim, no Brasil, como nos demais países da América Latina, ocorreu um desenvolvimento desigual em relação aos países capitalistas centrais. Por meio do comércio cafeeiro, a classe dominante conseguiu garantir por uma longa data a acumulação de capital. O desenvolvimento do comércio, por sua vez, deu origem ao sistema industrial, que também ocorreu à custa de dependência do capital estrangeiro.

O Brasil industrial

O movimento político de 1930 de acordo com Pereira (2009), pode ser considerada um ponto divisório entre dois períodos: a época do sistema agrário comercial e a do sistema urbano industrial. Já num regime capitalista, influenciado por países europeus, acontece o reconhecimento por parte do Estado da questão social, como o surgimento nos centros urbanos de situações de fome, desemprego, a falta de moradia e de saneamento básico. Até então, o Estado não reconhecia a questão social como objeto de intervenção estatal, mas sim, como um caso a ser atendido pela caridade da igreja ou pela opressão policial.

No período conhecido como Era Vargas, entre os anos de 1930 e 1945 (retornando de 1951 a 1954), ocorreu um grande desenvolvimento industrial que se intensificou até os anos de 1960 (FAUSTO, 1996). Nesse período, junto com o desenvolvimento industrial, houve o aumento da pobreza. A questão social se fazia cada vez mais evidente, conforme Netto (2001),

⁸ A quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, iniciou uma crise mundial, impactando na economia de todo o mundo. Essa crise chegou ao Brasil afetando as exportações de café e desestabilizando a economia brasileira. A Revolução de 1930 é entendida por Fausto (1970) como um movimento político que destituiu o presidente Washington Luís (1926-1930) e levou ao poder Getúlio Vargas. O movimento foi liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. No Brasil prevalecia a política do café com leite, onde revezavam-se no poder os estados de São Paulo e Minas Gerais. Essa aliança entre os estados foi quebrada por São Paulo que indicou um representante paulista, Júlio Prestes, desrespeitando o trato com os mineiros. Em resposta, Minas Gerais indicou um candidato gaúcho, Getúlio Vargas. Júlio Prestes venceu as eleições, mas foi impedido de tomar posse pelo Golpe de Estado em que Vargas assumiu o poder. Fausto (1970) denomina o evento como movimento político e não como *revolução*, posto que, foi organizada por interesses agrários oligárquicos.

quanto mais se produzia, mais aumentava a desigualdade na sociedade. Assim, o desenvolvimento capitalista trouxe consigo um quadro de acirrada pobreza, pois a riqueza não é socializada, conforme afirmação de Ianni (1989):

A um lado “encontra-se uma moderna sociedade industrial, que já é a oitava economia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo”. No outro “encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiática” (p. 192).

O autor enfatiza que o desenvolvimento econômico se realizou acompanhado de um contexto onde revelam-se situações “mais ou menos graves e urgentes da questão social. As lutas sociais polarizam-se em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho na fábrica e fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos, cidadania” (p. 192).

Nesse cenário, o Estado apenas intervinha na sociedade quando era necessário, para manter a ordem vigente. Ou seja, “o Estado desempenhou papel fundamental como agente de repressão àqueles que não se conformavam às leis do mercado” (PORFÍRIO et al, 2001, p.12), tratando a questão social como caso de polícia. Posteriormente, sobre a pressão dos movimentos sociais, o Estado se vê obrigado a reconhecer e responder às demandas da questão social, embora seja apenas na organização da legislação.

Aos poucos, alguns setores dominantes e os governos são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade. Ainda que utilizem outras denominações e preconizem a violência contra as reivindicações e os protestos, ainda assim começa-se a reconhecer que algo pode mudar, que alguma negociação pode haver, sem que o status quo seja abalado (IANNI, 1986, p. 146).

Antunes (2006) enfatiza que o crescimento da indústria brasileira na Era Vargas se deu alicerçado a uma dependência do capital internacional, que financiava o progresso industrial. Esse período se destacou pela grande interferência do Estado nas políticas sociais. Getúlio Vargas, atendeu parte das reivindicações dos trabalhadores e trouxe o trabalho para o centro da vida nacional, colocando na agenda do Estado as questões trabalhistas e politizando a questão social ficando conhecido como o “pai dos pobres”.

Quando Vargas reconhece a questão social, ele não o faz buscando seu enfrentamento, mas seu controle. Conforme Iamamoto (1985), para se manter no poder, o presidente utiliza de ações que possam preservar sua posição e manter a dominação sobre a classe trabalhadora. Desenvolve programas na área social, contrata assistentes sociais para atendimento dos pobres com intervenções assistencialistas, se apresenta como um chefe de Estado preocupado com os

trabalhadores. No entanto, suas ações demonstram que o interesse era manter a ordem vigente, através da manipulação e dominação.

O Estado Novo, buscando manter o controle social e sua legitimação, fez uso de estratégias que, simultaneamente pudessem defender e reprimir os movimentos populares. O Estado, através de uma legislação, concede ao trabalhador o direito à cidadania, em troca, “subtrai-lhe a possibilidade de uma organização política autônoma e, com isso, cria um aparato institucional assistencial que atende muito mais ao elevado nível econômico do mercado do que às necessidades da população” (PIANA, 2009, p. 88). Sobre esse período Iamamoto (1985) comenta:

A noção fetichizada dos direitos, cerne da política de massas do varguismo e da ideologia da outorga, tem por efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação (p. 244).

Com o crescimento industrial, aumenta-se o êxodo rural e muitos trabalhadores do campo buscam colocações nos novos postos da indústria. Mattoso (1995) se refere a esse processo ocorrido por volta de 1940,

[...] quando paralelamente ao início da industrialização se consolida a legislação trabalhista/corporativista, os trabalhadores organizados e protegidos por estas leis e pelo salário mínimo eram relativamente poucos, ainda localizados em algumas capitais e em meio a uma imensa maioria de trabalhadores do campo e de marginalizados das cidades sem quaisquer direitos sociais. Embora os sindicatos tenham surgido no início do século, a ausência de bases sociais mais amplas e sólidas impediu que exercessem uma ação política mais independente, eficaz e generalizada na sociedade (p.122).

De acordo com Jesus e Loreto (2014), as intervenções sociais se deram prioritariamente na área trabalhista, com o Estado colaborando para assegurar a produção capitalista. Esse tipo de intervenção foi chamada de cidadania invertida, pois, aqueles que possuíam registro de trabalho eram possuidores de direitos como aposentadoria e assistência médica, enquanto os desempregados dependiam de ações caritativas, gerando uma expansão das expressões da questão social.

Vargas foi deposto em 1945, quando acatou o desejo do povo e afirmou que apoiava a democracia. Assumiu a presidência Eurico Gaspar Dutra, com um governo sem maiores feitos, marcado pela Constituição de 1946. Em 1951, Getúlio Vargas volta à presidência do país, eleito democraticamente, porém, nesse mandato, ele enfrenta grandes inimigos políticos. O mais conhecido foi o jornalista Carlos Lacerda, inimigo conhecido do presidente, o jornalista sofre uma tentativa de assassinato que, mesmo fracassada e sem provas contra o mandante, cria uma

rejeição ainda maior à Vargas. Em 24 de agosto de 1954, o presidente Getúlio Vargas tira a própria vida com um tiro no peito, assumindo o vice Café Filho (FAUSTO, 1996).

Juscelino Kubitschek é eleito em 1956, com a proposta do chamado *Plano de Metas*, o presidente propunha o crescimento de *cinquenta anos em cinco*, com o projeto de acelerado desenvolvimento econômico e industrial no país. JK planejou ações numa maior proximidade com o capital internacional, favorecendo a expansão de empresas privadas nacionais. Abriu a economia brasileira para investimentos de empresas multinacionais como a Ford e a Volkswagen por exemplo. Transferiu a administração governamental do Rio de Janeiro para a nova sede construída, Brasília, que se tornou a capital do país (IANNI, 1986).

Conforme Farias (2010), como parte do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, constava a construção da Usiminas em 1958, na cidade de Ipatinga no estado de Minas Gerais, como mais uma estratégia na busca pelo desenvolvimento econômico do país. A autora descreve a dicotomia entre desenvolvimento da indústria e o crescimento da questão social na cidade com a implantação da Usiminas. Relata que a implantação da empresa trouxe um grande desenvolvimento, mas também pobreza, com muitas dificuldades para os trabalhadores que vieram de todas as partes do país em busca de trabalho, assim como as adversidades enfrentadas pelos moradores da cidade que vivenciaram uma divisão social entre uma cidade rica, onde foram construídas as casas para os funcionários da empresa e a cidade pobre, onde moravam os demais moradores.

Como estratégia de sobrevivência, a população que não conseguiu se estabelecer na usina, foi se aglomerando nas encostas, áreas de alagamento e risco, localizadas nas margens do Ribeirão Ipanema, sem qualquer tipo de direcionamento técnico. Os barracos improvisados eram construídos com sobras de madeira ou zinco, cobertos com sacos de cimento vazios. O labirinto de casas improvisadas e de becos que se formaram recebeu o nome de Rua do Buraco, onde se instalou uma zona boêmia e de prostituição, denominada Juá (p.59).

O discurso sobre o aumento de empregos, desenvolvimento econômico e crescimento da economia que se concretizou no governo de JK sofreu muitas críticas. Apesar do grande desenvolvimento, o país teve sua dívida externa duplicada nesses cinco anos, pela opção de crescimento econômico usando recursos estrangeiros, em detrimento de uma política de estabilidade monetária.

Conforme Couto (2004), o governo de JK não priorizou o social. O Plano de Metas foi desenvolvido com o objetivo de sanar questões econômicas, com a crença de que as questões

sociais seriam conseqüentemente resolvidas. As metas se resumiam em recuperar o crescimento econômico, apenas a última meta trazia a educação⁹ na agenda.

Com uma campanha que trazia uma vassoura como emblema, simbolizando a limpeza da corrupção no país, em 1961, Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil. Conforme Yamamoto (1985), propondo um desenvolvimento harmônico e humano, a vitória de Jânio Quadros “representa, assim, a colocação na ordem do dia de uma nova estratégia desenvolvimentista, que, mantendo os grandes eixos do crescimento econômico, passaria a centrar-se no homem, no pleno florescimento de suas capacidades, tudo dentro da ordem e do respeito à dignidade da pessoa humana (p. 347).

O presidente priorizou o desenvolvimento social em detrimento do econômico, pois acreditava que se houvesse desenvolvimento social, conseqüentemente haveria desenvolvimento econômico. Jânio Quadros dá ênfase no social, investindo em setores como a reforma agrária, a saúde, a educação e o trabalho. Apesar da proposta com foco no social, Jânio não permaneceu no poder e renunciou¹⁰ no mesmo ano, assumindo seu vice João Goulart.

Fernandes (2008) denomina como *demagógico-populistas* os governantes populistas de Eurico Gaspar (1946-1949), Getúlio Vargas (1950-1954), Café Filho (1954-1955), JK (1956-1960), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1962-1964), que buscavam uma aproximação com as massas populares. Justifica o autor que esses governantes até transpareceram uma identificação com os trabalhadores, no entanto, estavam comprometidos com a sua classe de origem. Apesar das ações populistas, nos anos de 1960 emergiu e se difundiu um movimento revolucionário da classe operária contra a burguesia.

Diferente das chamadas Revoluções Burguesas que aconteceram na Europa, (queda do feudalismo e emergência da burguesia) Fernandes (2008) enfatiza que a classe dominante no Brasil (burguesa) não surge de um mesmo movimento revolucionário, mas se fortalece de forma conciliatória.

Com o apoio do capital financeiro internacional, os grandes proprietários de latifúndios percorreram um caminho diferente para chegar ao poder, através de acordos internacionais que

⁹ A educação é tratada na meta de número 30. Essa meta trata as prioridades e os recursos destinados à educação, visando o desenvolvimento do Brasil através da formação de mão-de-obra. (DIAS, 1996).

¹⁰ Como herança do governo de JK, Quadros enfrentou uma crise econômica, o que o impulsionou a adotar medidas de contenção nos gastos públicos. Seu posicionamento a favor da reforma agrária descontentou seus eleitores conservadores. Sem apoio no parlamento, em apenas sete meses de governo, Quadros enfrentou um isolamento político e insatisfação popular. Como estratégia para se reerguer, em 1961 ele envia seu vice, Goulart, em missão internacional, enquanto encaminha uma carta de renúncia ao Congresso, cogitando a possibilidade de não aceitarem sua renúncia e posse de Goulart. No entanto, o pedido é aceito.

não tinham compromissos com o desenvolvimento político e social do Brasil e ações que amenizavam os movimentos populares.

Concordando com Fernandes (2008), Netto (1991) enfatiza que o desenvolvimento capitalista no Brasil não se operou contra o “atraso”, e sim buscou manter e repor a estrutura de poder tradicional, um conservadorismo que buscava manter a hegemonia da elite burguesa. Este processo, onde o Estado vai servir tradicionalmente aos interesses da classe dominante, vai colaborar para que se mantenha a dominação de uma classe sobre a outra, perpetuando-se uma estrutura social de dominação historicamente construída.

Entre os anos de 1930 a 1964, se adota um “reflorescimento disfarçado da democracia restrita e uma autêntica modernização gradual e prolongada da dominação oligárquica”, (FERNANDES, 2008, p.27), algo semelhante ao que ocorreu com o movimento de abolição da escravidão decorrente da intensificação dos movimentos sociais em 1880, quando os libertos não receberam garantidas de sobrevivência adequadas ou possibilidade de ascensão social.

A aviltação das expressões da questão social foi significativa no país nesse período. De acordo com Brum (2003), o crescimento econômico gerado, principalmente no governo de JK, não proporcionou melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora. A aparente aproximação com a classe pobre dos governos populistas não gerou ações efetivas que buscassem, ao menos, amenizar as expressões da questão social.

Conforme Zaluar (2006), com o crescimento industrial, os centros urbanos começaram a atrair as pessoas, que migravam de várias partes do país em busca de trabalho nas cidades como o Rio de Janeiro. A classe trabalhadora se reunia em torno das fábricas, originando assim as vilas operárias. Mas, devido à grande concentração de pessoas, aconteceu um crescimento descontrolado dessas vilas que acabaram se transformando em cortiços. Esses aglomeramentos passaram a ser entendidos como um problema social por parte do Estado, que procurou remover essa população para parques proletários, sendo essa ação, considerada a primeira política de habitação do governo direcionada à classe pobre.

O crescimento populacional trouxe problemas de infraestrutura, de acordo com Zaluar (2006), como a falta de saneamento básico para atender as necessidades dos moradores nesses cortiços. Assim, o surgimento de doenças foi a justificativa para o desenvolvimento de campanhas sanitaristas nesse período, que tinham por objetivo derrubar os cortiços, limpar as cidades de doenças transmitidas por essa população. Essa ação do governo se manifesta como uma política que objetivava manipular a população, que precisava ser controlada e neutralizada.

Diante da possibilidade da adoção de um projeto de um desenvolvimento mais democrático no governo de João Goulart, a classe burguesa se organizou para favorecer o golpe militar, que levou o país a uma ditadura que durou de 1964 a 1985.

Durante o período da ditadura militar o Brasil foi governado por Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emilio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. Nesse período, os investimentos na indústria e infraestrutura urbana se expandiram financiados pelo Fundo Monetário Internacional –FMI (FAUSTO, 1996). A adesão às propostas do FMI sugeria a aceitação do sistema onde se prioriza o setor econômico, minimizando a intervenção do Estado em questões sociais e maximizando investimentos no setor econômico. Um Estado mínimo para o social e máximo para o mercado.

Esse movimento ditatorial foi considerado por Fernandes (2008) como a transição do capitalismo competitivo para capitalismo monopolista. O golpe militar foi uma alternativa encontrada pela elite dominante para prevenir uma revolução das classes dominadas, mantendo a estrutura de dominação e a ordem social em favor da classe burguesa. A economia brasileira se incorporou “às economias e ao sistema de poder dos países capitalistas centrais e de sua superpotência” (p. 25), propiciando assim, uma forma diferente de exploração da classe trabalhadora, ainda mais cruel.

Netto (1991) se refere ao período da ditadura como *um regime ditatorial terrorista*, arquitetado pelo que ele chama de *autocracia burguesa*. Fernandes (2008) faz uso do termo autocracia burguesa para se referir ao movimento articulado pela burguesia nacional, que se alia ao capital internacional na exploração econômica do país, ao mesmo tempo em que captura o Estado mantendo uma hegemonia no poder político.

Conforme Chagas (2013), a elite burguesa não apenas mantém o poder político como ocorre em outros países capitalistas, mas ainda mantém “uma hiperacumulação de poder político, através do Estado. É desta forma que atrela o destino da nação ao seu próprio destino, conciliando o desenvolvimento nacional às necessidades do seu sócio, o capital externo” (p.39).

Nesse período, justificada pela busca por desenvolvimento econômico, social e político, a burguesia adotou procedimentos para fundar uma nova forma de governar. Essa justificativa da elite dominante de que o país deveria prosperar, amparado pelo argumento de busca pela modernização, sempre orientou a sociedade no sentido de uma reestruturação produtiva, onde a classe proletária não participava da elaboração das mudanças propostas. Essas mudanças sempre objetivaram garantir a acumulação de riquezas em face da exploração do trabalhador num processo que Netto (1991) denomina de conservador, com traços um tanto peculiares.

Em primeiro lugar, um traço econômico-social de extraordinárias implicações: o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu sem realizar as transformações estruturais que, noutras formações (v.g., as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados (NETTO, 1991, p. 18).

Esse movimento conservador colabora para que se mantenha uma estrutura que possibilite a exploração do trabalho e a consequente acumulação de capital por parte da elite dominante. Uma estrutura social instaurada ainda no Brasil colônia, se manteve e se fortificou no império e na república e ainda se reproduz na contemporaneidade.

O financiamento externo garantiu o crescimento econômico do país, inclusive, no governo de Médici (1966-1974) o desenvolvimento foi denominado como *Milagre Econômico*, ao mesmo tempo, também recebeu o título de *Anos de Chumbo*, por apresentar o maior índice de repressão e violência àqueles que não concordavam com o regime ditatorial.

Durante a ditadura militar, o país vivenciou um grande crescimento industrial, principalmente em setores de veículos automotivos e eletrodomésticos. Há um aumento nas exportações em produtos industriais e agrícolas, ocorre a construção da ponte que liga a cidade do Rio de Janeiro a Niterói, no entanto, os baixos salários e falta de investimentos sociais colaboram para o aumento da pobreza.

Porém, ao final do período ditatorial, os problemas estruturais da sociedade permaneceram sem solução, conforme Netto (1991, p.29), contraditoriamente, tiveram um dimensionamento mais amplo, “e aqui a sua novidade: o desastre nacional em que se resume o saldo da ditadura para a massa do povo brasileiro desenhou uma sociedade de características muito distintas das existentes naquela em que triunfou o golpe de abril”.

Ao salientar a situação dos trabalhadores assalariados no período industrial, Agra (2012) relatou os casos de delinquência entre os trabalhadores da indústria, que era motivo de preocupação da classe mais alta. Equiparava-se a classe operária à classe perigosa, atribuindo aos pobres a culpa pelos vícios do álcool e das más condutas. Culpava-os pela “pobreza materializada nas miseráveis condições de sobrevivência, fome e desemprego. É essa soma que dá origem ao crime [...]. O vício, a ignorância e a miséria são as grandes características da classe perigosa que se concentra na classe laboriosa” (p. 42).

Em 1970 aconteceu a grande crise estrutural do capital¹¹ e, por volta de 1973, a economia capitalista apresenta sinais de esgotamento. O consumo diminuiu e a população já não conseguia comprar na mesma proporção de mercadorias produzidas. Essa crise abalou todo o planeta, repercutindo no Brasil com o aumento de quase quatro vezes o valor do barril do petróleo (REIS, 2004).

Apesar do estado de pobreza e da grande insatisfação popular, de acordo com Kallás (2017, p. 527), “o golpe de 1964 teria impedido qualquer possibilidade de luta ou resistência ao regime, pois buscou dismantelar as organizações sindicais, colocá-las na ilegalidade e prender suas principais lideranças” sendo considerada as raras formas de resistência como pouco significativas.

Conforme Mattoso (1995), o padrão de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro deixava clara a insegurança da economia no país, com características de intenso e incerto crescimento baseado em mercados restritos, que não conseguiram sustentar a economia por muito tempo.

[...] outro lado, o Estado teve um papel particular neste padrão de desenvolvimento brasileiro. Se o Estado teve um desempenho mais ativo como investidor direto e como catalisador de recursos para o setor privado, teve um papel pífio como provedor de bem-estar e de distribuição da renda [...]. O setor privado, nacional e internacional, por sua vez, incentivado e protegido pelo Estado, tornou-se a outra base de sustento da acumulação (MATTOSO, 1995, p. 135).

O período militar ficou marcado pelo crescimento econômico às custas de empréstimos internacionais e o consequente aumento das expressões da questão social, gerando uma grande concentração de renda, desemprego e pobreza. O denominado Milagre Econômico (1969 a 1973) proporcionou o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) à custa da exploração da força de trabalho (os trabalhadores eram pressionados a produzirem mais em um menor espaço de tempo).

Esse processo acarretou um agravamento das expressões da questão social como a miséria, a fome, desemprego e doenças por desnutrição e os trabalhos insalubres.

No final do governo de Figueiredo, o Estado começou a enfrentar um grande descontentamento por parte da população que começava a se manifestar. A crise financeira e o alargamento dos problemas sociais desencadearam manifestações populares contra o governo militar. Como resposta a mobilização popular que lutava pela democracia, foi iniciado o

¹¹ A crise de 1970 ficou conhecida como a crise estrutural do capital, quando o sistema capitalista enfrentou uma falência no padrão de acumulação. Essa crise abalou todo o complexo social, segundo Antunes (1999), “Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo” (p. 31).

processo de redemocratização¹² no Brasil, buscando organizar a sociedade civil e o aparelho Estatal. O governo deixava transparecer que cedia às pressões populares, no entanto, a transição democrática deixava dúvidas sobre quais caminhos iriam se desenhar na democracia brasileira.

Fernandes (2008) enfatiza que a mobilização pela democracia não aconteceu somente na classe trabalhadora, pois a classe burguesa também se mobilizou, não pela democracia, mas pela preservação da sociedade de classes, visando manter o poder e a ordem através de uma democratização.

Os setores dissidentes dos vários estratos da burguesia ligaram a luta contra a ditadura à proteção de seus interesses de classe e, principalmente, à preservação e ao fortalecimento da ordem burguesa existente (em termos das injustiças e iniquidades inerentes ao capitalismo associado e à industrialização maciça na periferia). Por essa razão põem tanta ênfase no Estado de direito, no papel do parlamento numa democracia representativa e na conciliação dos interesses de classes vitais para a Paz Social (p. 57).

Dessa forma, a democracia não caracteriza a vontade da maioria representada pelo poder do Estado. A democracia definida nesse contexto, representa a ideologia burguesa, a defesa de seus interesses em detrimento ao direito da maioria dos brasileiros, uma manutenção do Estado capitalista.

O Brasil tem sua história marcada pelo autoritarismo colonialista escravista, pela república oligárquica e as posteriores ditaduras. Assim, torna-se pouco provável se efetivar uma democracia nesse país, pois, a sociedade brasileira foi formada nos marcos do capitalismo subordinado, o que acentuou essas peculiaridades.

Os anos de 1980 marcaram a história do país pela efervescência dos movimentos sociais. Diante da grave crise econômica, a questão social se fazia evidente e a sociedade se mobilizava questionando seus direitos. Em 1982, a sociedade brasileira se organizou, insatisfeita com a crise pela qual passava o país.

O movimento popular ganha apoio da Igreja, da Organização dos Advogados do Brasil (OAB) e uma união de diversas organizações sociais. Surge através desse movimento a campanha das *Diretas Já*, reivindicando a realização de eleições para a Presidência da República. Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo de Almeida Neves foi eleito Presidente pelo Congresso Nacional, mas faleceu antes mesmo de exercer o cargo, assumindo a presidência seu vice José Sarney.

¹² Foram dois períodos na história do Brasil, que podem ser chamados de processo de redemocratização: o primeiro ocorreu em 1945, quando o então presidente Getúlio Vargas foi deposto, dando fim a ditadura iniciada em 1930. O segundo ocorreu após o fim do período militar, iniciado em 1962.

Quando assume o cargo em abril de 1985, o presidente encontra um país como uma hiperinflação e recessão econômica. Sua prioridade é combater a alta inflação, assim, se inicia uma série de planos econômicos buscando controlar a inflação que vinha ocasionando alta nos preços. A alta era sentida principalmente no setor de alimentação. O que vinha causando grande revolta popular e insatisfação com o governo. Paralelamente às ações de combate à inflação, o governo convocou uma Assembleia Constituinte para redigir a nova Constituição que foi promulgada em 1988.

A Constituição Federal de 1988 trouxe a esperança de uma nova era com a conquista de direitos sociais fundamentais para a população. A seguridade social se apresenta formada pelo tripé previdência, assistência e saúde. A previdência social seria para aqueles que contribuem, a assistência social para quem dela precisar (focada nos pobres e desvalidos) e a saúde como direito universal de todo brasileiro, sendo uma conquista significativa para a classe trabalhadora.

Desde a sua promulgação, a Constituição Federal de 1988, chamada *Constituição Cidadã*, foi alvo de acirrados debates por parte de representantes do governo e lideranças empresariais. Ianni (1989) discute o tema quando relata a colocação do senador Roberto Campos, que, diante dos avanços na área social e a garantia de direitos propostos na Assembleia Constituinte, defendeu que a Lei maior do país estava fazendo apologia à preguiça. O senador “Argumentou que o país deveria adotar “a ética do trabalho”, como as “nações” da “franja asiática”, isto é, Cingapura, Hong-Kong, Taiwan e Coréia do Sul” (p. 200).

Apesar da garantia da Carta Magna, os direitos sociais não se concretizaram de fato e o Brasil não chegou a ter o sonhado *Welfare State*. Assim, a sociedade brasileira passou por situações de fragilidades distintas, como fome, desemprego, violência, falta de assistência pública em saúde, educação e moradia.

Conforme Paim (2013), a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Ministério da Fazenda articularam negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o intuito de transferir a gestão do financiamento da Previdência para a Secretaria da Fazenda.

Dessa forma, os recursos seriam direcionados conforme o interesse governamental, impossibilitando o atendimento dos direitos sociais assegurados na Constituição. Os programas sociais foram deixados para segundo plano, destinando preferencialmente os recursos para cobrirem o déficit público, como também, impossibilitando “as transferências de recursos fiscais para a Previdência Social. Ou seja, a União, além de não honrar a sua parte na

manutenção da previdência, desviava outra para a ciranda financeira no pagamento da dívida pública” (p. 1931).

Essa reversão planejada pelo governo abalou a garantia de direitos propostos na Seguridade Social brasileira, e ainda gerou uma complexidade em termos quantitativos e qualitativos na regulação e institucionalização das políticas sociais.

No final da década de 1980, Fernando Collor de Mello fez uma campanha que propunha o combate à corrupção no Brasil, propondo uma caça aos marajás (funcionários públicos com salários altos que não trabalhavam).

A população estava esperançosa com o fim da corrupção e, com isso, que os problemas econômicos fossem solucionados. Collor criticava àqueles que reclamavam da economia com a frase: *Não fale em crise. Trabalhe*. Collor venceu o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) Luís Inácio Lula da Silva e em 15 de março de 1990, assumiu a presidência da república, sendo o primeiro presidente eleito diretamente pelo voto popular.

Collor fez uma reforma administrativa no governo, reduzindo o número de ministérios, iniciou um programa de privatizações no país e facilitou a livre concorrência na economia. O seu governo ficou conhecido pelo confisco da poupança dos brasileiros, no lançamento do Plano Collor. O descontentamento popular veio acompanhado pela abertura do processo do Impeachment, devido às denúncias de corrupção no governo.

Com a renúncia de Collor diante do *Impeachment*, assume o vice Itamar Franco, que governou o Brasil de 1993 e 1994. Empenhado em estabilizar a economia do país, o presidente lança o Plano Real, idealizado pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, que com o sucesso do Plano Real, se candidatou e venceu as eleições de 1994, tendo como candidato opositor Luís Inácio da Silva, o Lula, fundador do Partido dos Trabalhadores, o PT.¹³

O período de 1990 a 2002 foi marcado pela reforma neoliberal, com o desmonte da Seguridade Social, privilégio de investimentos no setor econômico e um ajustamento macroeconômico através do Plano Real e da Reforma do Estado¹⁴.

Com princípios opostos à Constituição Federal, a reforma propunha um Estado mínimo para o social, privilegiou a focalização em detrimento a universalização,

¹³ O PT foi fundado durante o período da ditadura militar, numa conjuntura onde organizações dessa espécie estavam em crise, o partido recebeu adesão das massas de trabalhadores, liderados pelo metalúrgico que criticava veementemente a estrutura política e econômica do Brasil (NETTO, 2014).

¹⁴ A reforma do Estado foi proposta pelo Plano Diretor, documento emitido pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado em 1995, através do Ministro Bresser Pereira. Trazia a proposta de desenvolvimento pautada nas concepções dos organismos internacionais, visando o interesse econômico, propondo um Estado com racionalidade empresarial das empresas capitalistas transnacionais, em um conceito de Estado mínimo, não diminuindo o seu papel, mas redefinindo seu papel e forma de atuação.

desregulamentou direitos, estabeleceu a privatização de serviços públicos e a flexibilização de direitos trabalhistas.

Com o desvio de recursos para financiar o setor econômico, por meio da desvinculação de receitas da União, a Seguridade Social brasileira não mais ofertava a garantia de direitos positivada na Constituição Federal, colaborando para o alargamento da questão social. Os serviços públicos de saúde enfrentaram a falta de recursos, os serviços assistenciais se resumiram em programas de transferência de renda e a previdência social sofreu com a diminuição do orçamento. Sob o domínio do capital, conforme Fagnani (2017, p. 3) a possibilidade de “enfrentar a questão social estaria exclusivamente em programas condicionados de transferência de renda para os “pobres”.

Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil por oito anos e sua gestão ficou marcada na história pela forma de administrar a economia. Num período marcado por crises econômicas, Fernando Henrique garantiu a estabilidade do Real e criou programas de distribuição de renda, como o *Comunidade Solidária* que distribuía cestas básicas para famílias carentes identificadas pelas prefeituras municipais; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), programa federal que concedia uma transferência monetária às crianças e jovens carentes, visando eliminar o trabalho de crianças e estimular a sua inserção na escola; o programa Bolsa Escola, que transferia renda às famílias de crianças e adolescentes em idade escolar, com o objetivo de manter a frequência na escola; o programa Bolsa Alimentação, que beneficiava mulheres gestantes e lactantes, além de crianças com idade entre seis a onze meses com dificuldades financeiras para se alimentarem; o programa Auxílio Gás, que fornecia um gás de cozinha para as famílias que já estavam sendo beneficiadas por programas sociais.

No início do século XXI, o sindicalista, metalúrgico e representante dos operários brasileiros, Luís Inácio da Silva, candidatou-se a presidência da república, pelo Partido dos Trabalhadores. Assumindo um discurso anticapitalista, criticando as ações neoliberais do governo de Fernando Henrique, Lula vence as eleições de 2002.

A chegada à presidência de um candidato do PT, ex-metalúrgico e membro da classe trabalhadora, insuflava a esperança da população que via no presidente eleito um representante do povo. No entanto, conforme afirma Mustafa (2015), o governo do PT não rompe com o pacto neoliberal. O Estado brasileiro mantém sua postura orientada pelo Consenso de Washington¹⁵,

¹⁵ O Consenso de Washington foi a nomenclatura dada ao encontro que aconteceu em 1989, em Washington. Nessa reunião de gestores e profissionais da administração e da economia foram definidas uma série de recomendações que objetivam o desenvolvimento e fortalecimento do neoliberalismo.

do qual o Brasil participou em 1989. Após esse acordo, não teria como o governo agir de forma diferente, a não ser que ele rompesse com o acordo ou aderisse a outro sistema de governo.

Essa pode ter sido uma das causas pelas quais o presidente Lula não conseguiu a mudança que o povo esperava, afinal, suas ações estavam capturadas pelo grande leviatã¹⁶ chamado Consenso de Washington. Os governos do PT não realizaram uma reforma estrutural, o que trariam mudanças da realidade social e amenização da questão social. Tomaram decisões emergenciais que se tornaram permanentes, descaracterizando as políticas sociais, que foram direcionadas aos mais pobres.

Ao mesmo tempo, isso foi feito no marco de uma orientação macroeconômica que privilegiou os grupos financeiros do país, que não restringiu em absoluto a fome lucrativa dos monopólios nacionais e internacionais. Isso criou uma situação paradoxal que pode ser observada ao cabo do mandato do Lula. Mas as elites jamais suportaram o significado simbólico de ter um trabalhador que tomava cachaça e falava errado na Presidência da República. O efeito PT (quando Lula se elege) é enorme do ponto de vista simbólico (NETTO, 2015, p. 1).

O governo Lula (2003-2010) prosseguiu com as bases macroeconômicas do gestor anterior, além de investir e expandir os programas sociais, unificando os programas Bolsa Escola, Vale Gás e Bolsa Alimentação, criados por Fernando Henrique, em Bolsa Família. Os programas de transferência de renda, mais as ações de isenção de impostos para determinadas linhas de produtos, aqueceu a economia do país, ocasionando um crescimento acelerado e o aumento do poder de compra das classes menos favorecidas economicamente.

O governo Lula ainda teve como marca em seu mandato um relevante fato que marca a economia do país: a descoberta da camada pré-sal de petróleo¹⁷.

As expressões da questão social no governo Lula são enfrentadas de maneira distinta dos governos anteriores. O governo criou vários programas sociais como o *Fome Zero*, que tinha o objetivo de transferir renda para a população em estado de pobreza extrema. O Bolsa Família, que aumentou expressivamente os investimentos para beneficiar um maior número de famílias. Também foram criados programas de moradia popular como o *Minha Casa Minha Vida*, além de investimentos em bolsas estudantis como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o programa que buscou a expansão da educação superior, Reestruturação da expansão das Universidades Federais (REUNI).

¹⁶ É uma metáfora utilizada para explicar o Estado como poder soberano e absoluto, que governa com a autorização de seus legislados através do pacto social.

¹⁷ A camada pré-sal é um grande reservatório de petróleo e gás natural. Se situam abaixo da camada de sal, variando a profundidade entre cinco a sete mil metros abaixo do nível do mar. Essa grande acumulação de petróleo possui grande qualidade e tem alto valor comercial, favorecendo a economia nacional.

Para o mandato de 2010 a 2013 Dilma Rousseff, ministra da casa civil do ex-presidente Lula venceu as eleições e torna-se a primeira mulher a assumir a presidência do Brasil. Dando sequência ao governo anterior, Dilma priorizou os programas sociais e buscou por estabilidade econômica. Dilma venceu a eleição seguinte, mas não conseguiu cumprir o mandato. Sendo acusada por crimes de responsabilidade fiscal, sofreu o Impeachment, que foi votado e julgado pelo senado federal. Nessa ocasião, o então deputado federal Jair Bolsonaro, fez discursos de demonstração de ódio, exaltando o lado mais cruel da ditadura, pela qual Dilma sofreu grandes atrocidades. Com seu discurso, Bolsonaro atraia atenção do público conservador para o seu nome, após 18 anos de invisibilidade como deputado, o que favoreceu a sua posterior campanha à presidência da república.

Os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011- 2016) trataram a questão social de forma distinta, considerando as situações de pobreza como falta de capacitação, numa visão que desvinculava a pobreza da estrutura econômica. Seguindo o direcionamento dos organismos internacionais.

Carraro (2016) enfatiza que esses direcionamentos compreendiam a adoção de programa de reformas estruturais imposto para os países da América Latina, como parte de acordos que tiveram início nos anos 1980 e se intensificaram em 1990 e envolviam os organismos internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Organizados pela Agência Regional das Nações Unidas, os acordos apresentavam reformas que, dentre outras exigências, estava a adoção de “medidas de política social voltadas à pobreza extrema. Esses conceitos ou categorias foram incorporados como matrizes conceituais para orientar e estruturar os desenhos ou sistemas de proteção socioassistencial” (p. 11).

Esse modo de conceber a pobreza entende que inclusão social é ter poder de compra e não garantia de direitos, é ter um trabalho, independente das condições: formal ou informal. A assistência social é direcionada para aliviar situações imediatas e não para garantir direitos.

Após o Impeachment de Dilma, Michel Temer, candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e vice-presidente de Dilma, assumiu o poder executivo. Temer adotou medidas antipopulares como a proposta de reforma da previdência que retrocedia em relação aos direitos do trabalhador. No entanto, a proposta não foi votada até o término do seu mandato.

Em seu curto governo, Temer recebeu muitas críticas e denúncias de crimes, deixando a presidência com 82% de rejeição por parte da população, tendo sua gestão avaliada como

ruim ou péssima de acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Data Folha (2018).

Um dos legados do presidente Michel Temer, foi a aprovação da Lei nº 13.467, em 13 de julho de 2017, que tratou da reforma trabalhista. A flexibilização e a prevalência do negociado sobre o legislado estão expressos na reforma, justificando-se que os direitos não seriam prejudicados, mas a lei traria melhoria nas relações entre empregadores e trabalhadores. No entanto, a lei aprovada foi de encontro a Constituição Federal por lesar direitos fundamentais conquistados pela classe trabalhadora.

As eleições de 2018 traziam a vitória do candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), quebrando a série de vitórias do PT. Bolsonaro derrotou o candidato do PT (Fernando Haddad) numa eleição conturbada, onde grande parte da população se posicionou defendendo seu candidato, principalmente através das redes sociais. Nesse período, foi lançada a campanha *Ele não* por parte daqueles contra ao candidato e *Ele sim*, por parte daqueles que se posicionavam a favor. A campanha atingiu tanto os residentes no Brasil, como aqueles brasileiros residentes no exterior.

O presidente eleito defendeu valores tradicionais¹⁸, criticou a corrupção e o sistema político, prometendo em sua campanha ações questionáveis como a facilitação ao porte de armas e a violência no combate ao crime. Com um posicionamento polêmico e conservador, o presidente tem sido criticado por parte da população por ser homofóbico, racista e machista, sendo aclamado, por outra parte, por defender esses mesmos princípios.

Após oito meses de governo, Jair Bolsonaro deixou claro seu posicionamento diante da questão social. Suas entrevistas sempre geraram polêmicas, pois o chefe do executivo fazia afirmações que menosprezavam as expressões da questão social. Uma frase conhecida expressa pelo presidente é que “bandido bom é bandido morto”.

Em relação a pobreza e miséria, Bolsonaro assegurou que não existe fome no país, também afirmou que o Brasil tem reservas indígenas demais, o que, segundo o presidente, é um entrave ao progresso. Afirmou ainda que o trabalhador deve escolher entre ter direitos ou ter emprego, um posicionamento que se materializa na medida provisória de número 881, chamada *Liberdade Econômica* sancionada por ele em 20 de setembro de 2019. Com a justificativa de reduzir a burocracia e trazer mais segurança jurídica para o setor econômico, a medida altera regras nas relações civis, administrativas, empresariais e trabalhista, com medidas que privilegiam o capital e lesam o trabalhador.

¹⁸ A heterossexualidade, o modelo de família tradicional composto por um homem, uma mulher e filhos, valores morais da família cristã.

A Reforma Trabalhista aprovada no governo Temer, combinada com as ações de Bolsonaro, tem criado um ambiente perfeito para o aumento da precarização do trabalho. Antunes (2019) comenta sobre a atual situação dos trabalhadores no Brasil ressaltando que a formação do operariado brasileiro foi pautada pela precarização. Desde o desenvolvimento industrial e a formação da massa trabalhadora, houve a exploração do trabalho pela mais valia absoluta e pela mais valia relativa¹⁹, sendo essa realidade uma constante na atualidade, onde está acontecendo um expressivo aumento no setor de serviços.

O autor enfatiza ainda que essa exploração não ocorreu e ocorre somente nas fábricas, mas também na prestação de serviços. Esse setor tem evidenciado as características da reestruturação produtiva do capital, com um sistema que beneficia sempre o mercado, determinando trabalhos sem limite de jornada, uma intensa exploração, e uma *proletarização digital*, gerida pelas grandes corporações capitalistas e favorecida pela explosão da informática e da robótica. Mas não é a tecnologia que desemprega, são as relações sociais capitalistas que fazem uso da tecnologia para aumentar a produtividade e reduzir custos.

Esse setor, segundo Antunes (2019), tem revelado um novo perfil de trabalhador, o trabalhador *intermitente*, que se caracteriza pelo indivíduo sem vínculo empregatício. Um exemplo é o motorista de aplicativo, que só recebe se trabalhar, tem que arcar com custos do carro, da sua alimentação, tem que possuir um aparelho digital, tudo por sua conta e risco, sem nenhuma segurança previdenciária. Seu trabalho é constantemente avaliado, ele não pode recusar as chamadas consecutivas sofrendo risco de perder o registro. Esse processo chamado de *uberização* está se espalhando por todos os setores de serviços: médicos, advogados, trabalhadores que prestam serviços domésticos, entre outros, gerando uma proletarização dos serviços.

Antunes (2019) considera que nessa terceirização de serviços não há modernidade, mas há uma modernização escravista, pois, na escravidão o senhor comprava o escravo, na terceirização, ele aluga enquanto lhe for conveniente e depois descarta. E a Reforma Trabalhista veio para colaborar ainda mais com o capital, na medida em que a flexibilidade proposta vai prejudicar o trabalhador, não há mais conciliação, mas uma devastação nos direitos trabalhistas.

Esse breve relato sobre os presidentes eleitos nos últimos anos e suas principais ações políticas e econômicas, se faz necessário a fim de se refletir sobre a transição do poder no Brasil

¹⁹ Marx (2003) chama de mais valia a forma pela qual o burguês obtém lucro na exploração do trabalho. Ele especifica como mais valia absoluta quando se estende a duração da jornada de trabalho sem aumentar o salário do trabalhador. Já a mais valia relativa é obtida quando se busca um aumento da produção através da mecanização do trabalho.

e como as ações de cada governo reverberam nas expressões da questão social. Apesar da mudança de presidente, manteve-se durante todo esse período um poder político burguês, que tinha por objetivo beneficiar direta ou indiretamente a acumulação de capital pela classe dominante, mantendo a mesma estrutura social de dominação, sem preocupação com os problemas estruturais enfrentados pela população brasileira desde o período Colonial.

Desde os anos de 1990 desenhou-se um novo cenário econômico de flexibilização e precarização do trabalho, onde as expressões da questão social são naturalizadas pela sociedade, que ora culpabiliza os indivíduos por suas mazelas, ora responsabiliza o Estado por sua não intervenção. Assim, torna-se necessário compreender que a questão social faz parte de um contexto maior, resultado de um complexo processo ligado às desigualdades do sistema capitalista, e não apenas um fato isolado.

Sob essa concepção, Coutinho (2011) menciona o movimento social ao qual ele chama de “revolução passiva”, destacando que as mudanças políticas e sociais propostas se originam na classe burguesa. Esse processo [...] “consiste numa sequência de manobras “pelo alto”, de conciliação entre diferentes segmentos das elites dominantes, com a conseqüente exclusão da participação popular” (p. 210). Com essas articulações, a classe dominante mantém o controle sobre a classe trabalhadora, mantendo a divisão de classes bem definida, de acordo com as leis capitalistas.

Nesse processo, o Estado torna-se aliado ao mercado²⁰ para gerir os recursos públicos, reforçando as afirmações de Marx e Engels (1998) de que o Estado é o comitê que administra os interesses da burguesia. De acordo com Netto (2013, p. 26), “o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista”. Sob esse pensamento, Iamamoto (2008, p. 123) enfatiza que o Estado se situa em defesa dos interesses da classe dominante, fortalecendo o ideal neoliberal, elaborando políticas que, ao contrário de fortalecer os direitos sociais, “redimensionam a ‘questão social’ na cena contemporânea, radicalizando as suas múltiplas manifestações” (p. 123).

A autora ainda completa que a intervenção estatal na economia visa contribuir para a defesa dos ganhos do mercado, em detrimento ao atendimento das necessidades sociais.

O capital financeiro, ao subordinar toda a sociedade, impõe-se em sua lógica de incessante crescimento, de mercantilização universal. Ele aprofunda desigualdades de toda a natureza e torna paradoxalmente invisível o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. Nesse contexto, a “questão social” é mais do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a banalização do humano, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não,

²⁰ Quando me refiro ao mercado, quero enfatizar que é a classe burguesa que comanda essa Instituição.

naturalmente produzida) –, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital (IAMAMOTO, 2013, p. 123).

Toda essa conjuntura implica em grandes desigualdades sociais, que fazem emergir na sociedade novas expressões da questão social, que não decorrem do baixo desenvolvimento do país, mas de um desenvolvimento que é acompanhado de uma desigualdade na distribuição de renda, entendida como necessária ao crescimento e ao desenvolvimento das forças produtivas.

2.2. A Questão Social e sua Correlação Com o Sistema Capitalista

O termo questão social, segundo Netto (2001), surge para designar alguns fenômenos que ocorreram na Europa Ocidental, em meados do século XIX. A primeira onda do período de industrialização trouxe um acirrado aumento do pauperismo da massiva população trabalhadora.

Situações de pobreza sempre existiram, porém, o que despertava o interesse dos observadores da época, segundo Netto (2001), era o fato de que, quanto mais se aumentava a produção industrial, mais aumentava a pobreza na sociedade. Tratava-se de um fenômeno novo, afinal, a pobreza pela escassez de recursos já era conhecida, mas, o fato de que “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42), causava questionamentos e preocupações.

A sociedade industrial capitalista apresentava uma pobreza diferenciada da pobreza característica das sociedades anteriores ao capitalismo. O pauperismo não era ocasionado pela simples escassez de recursos ou por motivos naturais. A nova pobreza nascia de um processo que resultava do novo sistema econômico de produção.

A ocorrência de pobreza generalizada, de acordo com Santos (2017, p. 09), se apresentava como nova, precisamente “porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução, e, no limite da sua supressão”.

Netto (2012) reforça que a escassez causada pelo modo de produção capitalista se dá de forma diferente dos períodos anteriores.

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir [...]; na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações sociais de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão

privada da sua destinação) e do caráter mercantil que reveste obrigatoriamente aos valores de uso (NETTO, 2012, p. 206).

Pimentel (2016) ressalta que Karl Marx não cita em sua obra o termo questão social, mas se refere às situações decorrentes da exploração como “males sociais”. O termo questão social, de acordo com Castel (1998), aparece pela primeira vez no jornal francês *La Quotidienne*, em 1831.

Em sua obra *O capital*, Marx (2003) esclarece a causalidade do fenômeno da questão social. O autor descreve o processo de exploração do trabalho e a acumulação gerada por essa exploração e detalha a complexidade do sistema capitalista, assim como a necessidade da pobreza para sua eficácia, correlacionando a geração da pobreza diretamente ao sistema econômico.

Netto (2001) enfatiza que a designação do termo questão social para se referir à pobreza crescente na sociedade se relaciona com suas repercussões sócio políticas. Ao destacar o ponto político da questão, o autor se refere à obra de Marx, *O Capital*, ressaltando que não se trata de uma crítica à economia, mas uma crítica à economia política.

A classe trabalhadora não se conformou com a ordem imposta pela burguesia, ao contrário, protestou nas mais diversas formas, ameaçando as instituições sociais existentes. Assim, Marx analisa o significado político do pauperismo, que foi nomeado mais tarde como questão social.

Para Netto (2012), a “Consciência política, porém, não é o mesmo que consciência teórica – e o movimento dos trabalhadores tardaria ainda alguns anos a encontrar os instrumentos teóricos e metodológicos para apreender a gênese, a constituição e os processos de reprodução da ‘questão social’ ” (p. 6).

Até o século XIX, o pauperismo se fazia presente na sociedade, porém, de forma pontual não sendo motivo de preocupação ou discussão social. Nas sociedades pré-industriais era vista como uma situação natural e necessária para manter os pobres produtivos e úteis. Santos (2017) menciona que no sistema escravista e no sistema feudal, havia distinções entre as classes, “propriedade privada e exploração do trabalho e, portanto, reproduzia-se a desigualdade. A diferença entre esses modos de produção e o capitalismo está em que, nesse último, sua existência é única e socialmente produzida” (SANTOS, 2017, p.08). Pimentel complementa que

[...] com o advento do capitalismo, ocorre uma transformação radical nos processos e nas relações sociais de produção já desvendados por Marx em *O Capital*. Em tal processo a expulsão dos trabalhadores do campo e sua absorção pela indústria capitalista nascente trouxeram problemas nunca vistos nos modos de produção

anteriores na medida em que resultou na concentração da mão de obra nas cidades não inteiramente absorvida, identificada por Marx na Lei Geral da Acumulação Capitalista como exército industrial de reserva. A pauperização do trabalhador, resultante da industrialização, impõe o ingresso de sua família no mercado de trabalho para ampliação da renda, visando assegurar a reprodução social do trabalhador e de sua família (PIMENTEL, 2016, p. 2).

O capital impôs situações perversas de trabalho, com jornadas exaustivas e condições insalubres, o que ocasionou uma situação de fragilidade à classe operária, como mortes prematuras e acidentes de trabalho. A situação de miséria e fragilidade alcançou um patamar não mais suportável, fazendo com que a classe trabalhadora se questionasse sobre a situação de exploração, levantando discussões, se unindo, se vendo como classe, se posicionando politicamente para reivindicar por direitos.

Pimentel (2016) salienta que o capital impôs “condições que acabam por incitar reações e formas de resistência as mais variadas em um período marcado pelo surgimento de uma consciência de classe cujo caráter político torna-se incômodo ao aparente equilíbrio e à harmonia social desejados pela burguesia que assumira o poder” (p. 2).

Em uma concepção semelhante, Castel (1998) entende que a questão social se caracteriza a partir da “tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial” (p. 30). Netto (2012) ressalta que essa tomada de consciência se deu a partir de 1848, quando os trabalhadores começaram a se organizar politicamente, dando início a um novo ciclo na luta de classes. Segundo Pastorini (1997), os primeiros protestos, surgiram no século XIX quando os trabalhadores (classe subalterna) se organizaram e protestavam contra os proprietários dos meios de produção por melhores condições de trabalho.

Marx e Engels (1998) salientam que a história da humanidade é a história das lutas de classes, e, assim como ocorria o embate entre senhores feudais e servos, a luta se manteve na moderna sociedade burguesa, agora com novas classes, novas condições de opressão, novas estruturas sociais.

O surgimento do entendimento sobre a questão social a partir da conscientização por parte da classe trabalhadora da sua situação de exploração e posterior posicionamento político para reivindicar seus direitos é discutida por Carvalho e Iamamoto (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Pastorini (1997) salienta que, antes do surgimento do capitalismo já existiam as expressões da questão social, como por exemplo a desigualdade econômica, no entanto, o diferencial era que a classe trabalhadora ainda não se reconhecia como classe e muito menos tinha noção da exploração do seu trabalho.

Com o capitalismo, surgem novas formas de opressão, mais perversas, onde a lei da acumulação se impõe sobre os direitos humanos básicos de sobrevivência. Não se trata de falta de aptidão para o trabalho ou de força física, o sistema capitalista se apresenta excludente por si mesmo, requer a desigualdade para sobreviver pois, para que uns enriqueçam, é necessária a exploração e a extração da mais valia, que, segundo Marx (2003) é o trabalho não pago que possibilita o enriquecimento do burguês.

O capitalismo traz consigo a questão social, definida, segundo Iamamoto (1999, p. 27), como “O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada”.

Behring e Santos (2009) salientam que a questão social se configura como o conjunto das desigualdades produzidas pelo capitalismo e as respostas dadas pela classe trabalhadora a essa desigualdade. As autoras ainda destacam que:

[...] está subjacente às suas manifestações concretas o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é a subsunção do trabalho pelo capital, a desigualdade social, o crescimento da pauperização absoluta e relativa e a luta de classes. A questão social, nessa perspectiva, é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital - o que implica num predomínio do trabalho morto (capital constante) sobre o trabalho vivo (capital variável) - promove a expansão do exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa) em larga escala (BEHRING; SANTOS, 2009, p.5).

Considerando que a questão social está diretamente ligada ao sistema econômico, a tradição teórica marxista entende que no início do século XIX ocorreram profundas transformações na dinâmica do sistema econômico. As mudanças têm início na Inglaterra, quando as grandes indústrias se tornam o modo de produção dominante, emergindo o sistema capitalista.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. [...] No lugar da tradicional auto-suficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. [...] Com a rápida melhoria dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até as nações mais bárbaras. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos

estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, a se tornarem burguesas. Em suma, ela cria um mundo segundo à sua imagem e semelhança (MARX, 1998, p. 11-12).

Nesse sistema, o capital não significa apenas moeda, mas se refere à riqueza que se utiliza para a reprodução do modo de produzir e das relações sociais. Assim, consideramos que, no capitalismo não se produz apenas mercadorias, mas se produzem relações sociais de classes. Nesse modo de produção, o capital pode ser tanto o dinheiro aplicado na produção, quanto as mercadorias produzidas ou os meios de produção (MARX, 1998).

De acordo com Netto (2013), no final do século XIX, o sistema capitalista sofre uma metamorfose. De capitalismo concorrencial (dinâmica onde existe concorrência entre diversos produtores em um mesmo segmento do mercado) para capitalismo monopolista (onde vários produtores se unem formando um monopólio para vencer a concorrência). Essa transição se fundou no objetivo do sistema, ou seja, buscar ampliar os lucros com o controle do mercado. Dessa forma, o sistema se desenha fortalecendo a concentração de riquezas, a exploração do trabalho e a exclusão social.

No entanto, a sociedade burguesa retrata a questão social como um fenômeno natural, desvinculado do sistema econômico, culpabilizando, dessa forma, os indivíduos por seu estado de pobreza. As mazelas sociais são consideradas como responsabilidades dos indivíduos, há o entendimento de que o problema está nos pobres e não no sistema.

Montano (2012, p. 279) enfatiza que, no sistema capitalista, “quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, [ocorre] maior acumulação ampliada de capital e maior pobreza”. Nesse sentido:

Começa-se a se pensar então a “questão social”, a miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. A “questão social”, portanto, passa a ser concebida como “questões” isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem (MONTANO, 2012, p. 272).

Nesse período histórico (século XIX), a sociedade ainda sofria uma forte influência e controle da Igreja Católica Apostólica Romana que, aliada aos interesses burgueses, colaborava para manter a ordem social do sistema econômico.

Para reforçar o processo de dominação de classes, a Carta Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII (1891) menciona que a classe trabalhadora deve respeitar o direito dos proprietários e que as diferenças sociais advêm da vontade divina. A Encíclica avigora que a propriedade privada deve ser respeitada e os trabalhadores devem aceitar com paciência sua

situação. Esse foi mais um instrumento doutrinador da classe trabalhadora, que, movida pela fé, acatava a ordem da classe dominante, aceitando sua situação de pobreza com resignação.

De acordo com a crítica à economia política engendrada por Marx, a questão social se funda a partir do processo de acumulação capitalista, assim “a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”. (MARX, 2003, p. 733). Daí a existência do massivo desemprego, o que Marx (2003) nomeia como “exército industrial de reserva”.

O desemprego se situa no contexto atual como resultado de um processo de flexibilização e precarização imposto pelo capital. O trabalho é considerado como foco para a acumulação, ou seja, é através da exploração do trabalho que os proprietários dos meios de produção aumentam seus lucros. Dessa forma, como comenta Castel (1998), o empresariado propõe uma desmontagem do sistema protetivo do trabalhador, através da polivalência e da redução de direitos. Esse processo afeta a vida do trabalhador para além do âmbito do trabalho, gerando situações de vulnerabilidade social que se configura como o que Castel (1998) e Stein (2000) chamam de “nova questão social”.

Castel (1998) e Stein (2000) defendem que na sociedade pré-industrial, a questão social era um fenômeno natural e necessário ao bom funcionamento do sistema agrário. Já na sociedade industrial, conforme Stein (2000), a questão social surge ameaçando a ordem política, portanto, se apresentando como um problema a ser combatido. Dessa forma, no período industrial, a questão social é percebida como nova, pois representa algo que vai além de “desafios colocados pela nova ordem, como também com a emergência de novos atores e conflitos. Esta difere, portanto, da questão social da fase precedente por constituir um novo tipo de regulação social – com base no “direito do cidadão e dever do Estado” (p.135).

Entretanto, Iamamoto (2001), Netto (2001), Pereira (2009), Yazbek (2001), Pastorini (2004), com os quais eu concordo, afirmam que não há uma nova questão social, mas novas expressões da velha questão social, afinal, ainda permanecem na sociedade as mesmas problemáticas do século XIX, as quais se fundamentam no trabalho. O que ocorre são novas expressões da questão social que decorrem das novas articulações do mercado, das novas estratégias de acumulação que desprivilegiam valores humanos e supervalorizam o capital. Netto (2001) afirma que:

[...] a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas

e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser (p.48).

Iamamoto (2001) defende que o que ocorre é uma metamorfose da velha questão social causada por mudanças e transformações na sociedade. Heller e Féhér (1998) corroboram que a questão social sempre existirá em um contexto capitalista, sendo essa uma decorrência natural do processo tecnológico da sociedade contemporânea.

Considerando que a questão social se expressa na contradição capital/trabalho, Montano (2002) ressalta que essa se demonstra nas lutas de classe e na evidente disparidade na distribuição de renda, situações que permanecem na sociedade atual, sendo que, o que se diferencia das situações anteriores “é o surgimento e alteração, na contemporaneidade, de suas refrações e expressões. O que há são novas manifestações da velha questão social” (p. 2).

A questão social na atualidade apresenta novas nuances em relação às anteriores, Pastorini (2004, p. 45) enfatiza “que as mudanças vividas nas últimas décadas relacionam-se com as condições impostas pela globalização financeira”.²¹ A autora afirma que ocorre um processo dialético que visa manter uma ordem, dando continuidade e renovando o sistema capitalista.

Portanto, podemos ponderar que a questão social vivenciada na contemporaneidade pelo Brasil está diretamente relacionada ao sistema econômico, e, a cada desenvolvimento alcançado por esse sistema. Ainda que o Estado faça investimentos em políticas sociais, as sequelas da questão social vão se dimensionar, afinal, as intervenções vão buscar apenas amenizar situações de conflito, mas nunca, em um sistema capitalista, combater de fato a questão social.

Netto (2013) menciona que Marx enfatiza o lado econômico político da sociedade de classes, apresentando a questão social associada diretamente à relação capital/trabalho que resulta na exploração, no entanto, a exploração vai se apresentar apenas como uma

[...] determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer uni causalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos e culturais. Contudo, sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas implicações político-econômicas, sociais e humanas (inclusive o que se designa por “questão social”) está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos (Netto, 2013, p. 7).

Iamamoto (2008, p. 97) ressalta que “O resultado desse processo tem sido o agravamento das desigualdades sociais e o crescimento de enormes segmentos populacionais

²¹ “A globalização financeira pode ser definida como um processo de interligação dos mercados de capitais aos níveis nacionais e internacionais, conduzindo ao aparecimento dum mercado unificado do dinheiro à escala planetária” (PLIHON, 2007, p. 01).

excluídos do círculo da civilização, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias” assim, a classe trabalhadora tem como alternativas a violência e a solidariedade.

Desemprego, fome, violência de gênero e raça, miséria, falta de assistência à saúde, deficiência na oferta de serviços públicos de qualidade, são diversas formas de expressões da questão social brasileira.

A questão social é inerente aos marcos do capitalismo e suas determinações fundamentais, visto que a geração da riqueza e da miséria forma o conjunto das contradições das sociedades capitalistas. O desenvolvimento histórico do Brasil se apoiou no capital internacional, fazendo com que as leis do capital repercutissem nos setores econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, as expressões da questão social brasileiras são fruto de um desenvolvimento dependente, que se alicerçou ao capital internacional, numa construção e reconstrução de uma estrutura social excludente, que afetou e afeta negativamente a classe trabalhadora, fazendo emergir um quadro social de clara divisão de classes.

A aliança firmada entre Estado e mercado combina uma estratégia de culpabilização do indivíduo por sua situação de desamparo social. A questão social é desenhada pelo Estado como uma situação de fragilidade, de responsabilidade individual e ou familiar. Nesse sentido, Miotto (2006) problematiza a relação construída entre Estado e Família no desenvolvimento histórico do Brasil. A autora enfatiza que a história do país se desenvolveu trazendo marcas de um controle e minimização de responsabilidades do Estado diante da questão social. Assim, quando elabora suas políticas sociais, o Estado responsabiliza os indivíduos e as famílias por sua necessidade de proteção, sem ponderar as reais condições de fragilidade social da classe trabalhadora, desconsiderando a história do desenvolvimento social do país.

Miotto e Dal Prá (2015) denunciam a ocorrência de um redesenho da política social brasileira com a contrarreforma do Estado ocorrida nos anos 1990. Nesse realinhamento de focos e prioridades, surgiram programas como o *Brasil Carinhoso* e o *Melhor em Casa*. O primeiro mantém a focalização na pobreza extrema, persistindo na prática de critérios socioeconômicos, além de fixar o benefício para famílias com crianças de 0 a 15 anos, apresentando assim, uma dupla focalização, ferindo o princípio da universalidade.

O programa *Melhor em Casa* incorpora a família na gestão do cuidado, atribuindo a ela o cuidado com seus entes, naturalizando a responsabilidade da família na atenção aos seus membros, como no caso de idosos ou doentes, que são indicados para ficarem na casa de suas famílias recebendo os cuidados necessários.

As autoras colocam que os programas apresentam o aprofundamento do caráter familista das políticas sociais brasileiras. Quando se coloca nas unidades familiares a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros, minimizando a participação do Estado e evidenciando a privatização da seguridade social brasileira.

As repercussões da formação social brasileira são amplas e complexas com características que envolvem uma série de atores sociais e um jogo de interesses entre classes antagônicas. De um lado, se coloca a classe burguesa em defesa dos interesses de acumulação de capital e, de outro, a classe trabalhadora que necessita vender a sua mão de obra ao burguês para sobreviver, resistindo à exploração e sofrendo as consequências de um sistema econômico que dita as regras do jogo.

Entretanto, apesar dessa contradição, os indivíduos são sempre culpabilizados pelo seu fracasso e a mídia tem papel ativo na divulgação dessa ideia.

2.3. A Mídia Televisiva Brasileira e sua Influência na Percepção Sobre a Violência

Transmitir a informação era uma preocupação desde os primórdios das sociedades humanas. Pergaminhos, escrituras, sermões, eram uma das expressões da diversidade de modos de se transmitir as ideias.

Briggs e Burke (2006) enfatizam que a transmissão de informações de forma oral iniciou na Grécia, sendo que entre os anos 500 a 1500 os rituais cotidianos foram uma das principais formas de comunicação, devido ao baixo índice de alfabetizados na época. Tanto na Europa medieval como na Grécia antiga, era adotado o meio oral para transmitir informações, como os sermões, que eram feitos para um público ouvinte e não para serem lidos. Ao ressaltar a relevância da comunicação com as massas e seus objetivos, os autores observam que:

Intenções imediatas, estratégias e táticas dos comunicadores precisam estar sempre relacionadas ao contexto no qual operam, assim como as mensagens que transmitem. Os efeitos a longo prazo, especialmente as consequências surpreendentes e involuntárias do uso de determinado meio de comunicação, são mais difíceis de separar, mesmo que haja um distanciamento em razão do tempo decorrido. Na verdade, o próprio uso do termo “efeito” é controverso, pois implica uma relação de causa e efeito em uma só direção (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 7).

No caso do Brasil, de acordo com Barbosa (2013), os primeiros jornais foram impressos em 1808, após a chegada da família real ao país. Já os primeiros telejornais, segundo Rezende (2000), se originaram das emissoras de rádio, sendo suas atividades precárias por falta de experiência dos profissionais.

Conforme Miguel (2000), após 1930, aconteceu um crescimento da mídia no Brasil, impulsionado pela formação dos Diários Associados, (inaugurado na década de 1920) e pela inauguração da Rede Globo de televisão nos anos de 1960. Esses dois meios de comunicação foram essenciais para o processo de integração nacional.

O primeiro telejornal brasileiro, segundo Barbosa (2013), foi veiculado em 20 de setembro de 1950 e a primeira reportagem filmada foi ao ar em 1952, quando foi transmitido o desfile cívico militar pelas ruas da cidade de São Paulo.

Segundo Mattos, (1990), o ano de 1964 deixou marcas na história da mídia televisiva no Brasil. A ditadura militar redirecionou o contexto político e econômico do país, visando um crescimento econômico rápido. Numa orientação de desenvolvimento nacional, a mídia foi convocada a difundir a produção de bens duráveis e não duráveis.

O Estado exerceu um forte controle na comunicação nacional, no período de 1968 e 1979, mediante o Ato Institucional número 5, que “concedia ao poder executivo federal o direito de censurar os veículos, além de estimular a prática da autocensura, evitando qualquer publicação ou transmissão que pudesse levá-los a ser enquadrados e processados na Lei de Segurança Nacional” (p. 14).

No Brasil, durante os 21 anos de regime militar (1964-1985), o financiamento dos "mass media" foi um poderoso veículo de controle estatal, em razão da vinculação entre os bancos e o governo. A concessão de licenças para a importação de materiais e equipamentos e o provisionamento, por parte do governo, de subsídios para cada importação têm influenciado a ponto de levarem os meios de comunicação de massa a adotarem uma posição de sustentação às medidas governamentais (MATTOS, 1990, p. 14).

Toda a programação era censurada, inclusive os telejornais, com o intuito de mascarar a real situação vivenciada no Brasil. Mattos (1990) enfatiza que em 1973 o presidente Médice fez o seguinte pronunciamento:

Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranqüilizante após um dia de trabalho (MÉDICE, APUD MATTOS, 1990, p. 16).

O discurso de Médice evidencia o uso da mídia como ferramenta de alienação ideológica por parte do Estado, a fim de manipular a população no sentido de que o Brasil está prosperando, ao passo que é assolado pela violência e o crescimento da pobreza.

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988²², foram criadas novas regras para os meios de comunicação, trazendo a liberdade de pensamento, a vedação da censura e a liberdade de informação para as mídias brasileiras, conforme o Artigo 5º, inciso IX que diz “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

Entretanto, essa liberdade é falseada pelo discurso, pela seleção das notícias e pelo enquadramento que se dá a elas. Assim, na atualidade, além da função de informar e entreter, a mídia televisiva exerce o poder de influenciar e manipular, sendo cada vez mais utilizado pelo Estado, como um instrumento de dominação e controle da ordem.

2.4 A Mídia Como Instrumento Ideológico

Do dia 20 de setembro de 1950, quando aconteceu a primeira transmissão da televisão no Brasil (MATOS, 1990), aos dias atuais, muitas transformações ocorreram nessa mídia, tanto tecnologicamente, como ideologicamente. Esse meio de entretenimento e informação alcançou uma grande evolução tecnológica, se tornando acessível a quase toda a população, exercendo uma forte influência na vida de seus espectadores.

Segundo a Associação de Empresas de Rádio e Televisão (ABERT, 2014), a televisão é a mais importante mídia brasileira, com altos índices de audiência, com mais espectadores que o rádio. O número de pessoas que assiste a algum programa na televisão, pelo menos uma vez na semana, totaliza praticamente toda a população brasileira (índices entre 97 e 98%).

Para transmitir as informações, a televisão tem uma linguagem própria que, segundo Rezende (2000), utiliza a combinação de três códigos: o icônico, que engloba as questões visuais; o linguístico, que trata da língua que se fala e escreve e o código sonoro, que se relaciona aos sons (músicas e efeitos sonoros).

Wolton (1996) afirma que a televisão apresenta duas dimensões inerentes e complementares, sendo elas, a dimensão técnica e a dimensão social. Nesta pesquisa será enfocada a dimensão social, considerando que, conforme Wolton (1996), a televisão tem um forte apelo ao comportamento social. Dessa forma, nessa pesquisa serão analisadas as notícias televisivas que podem influenciar a maneira de pensar das pessoas que recebem a interferência

²² Constituição Federal do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 7 mai 2019.

televisiva em suas vidas, por meio do discurso, da seleção das notícias e do tipo de enquadramento.

Santos (2017) considera que essa mídia, na essência de suas práticas discursivas, “trabalha as redes de filiações do dizer, oportunizando jogos de memória e construindo relações de poder-saber as quais, na ilusão de controle do discurso, produzem verdades e tecem efeitos de real ali mesmo na transitoriedade do tempo e da história” (p.14).

Essa relação entre o espectador e a televisão é abordada por Thompson (1995) quando se refere aos espectadores como “receptores”. O autor relata que os receptores são invisíveis para os produtores, no entanto, são essenciais para que a televisão exista. Nessa relação, os espectadores não são vistos, mas os produtores podem ser vistos e ouvidos, ocupando uma posição privilegiada, que pode determinar o caminho e a essência de uma determinada representação.

Os produtores olham os receptores não como parceiros, copresentes num diálogo, mas como espectadores anônimos a quem eles devem agradar, persuadir, entreter e informar cuja atenção eles podem ganhar ou perder e cuja audiência é condição *sine qua non* da existência de suas atividades (Thompson, 1995, p. 137).

A mídia televisiva exerce uma influência significativa na sociedade, tanto culturalmente, como ideologicamente, formando opiniões e reforçando tendências sociais. De acordo com Fischer (2002, p. 588), “a mídia não apenas veicula, mas também constrói discursos e produz significados, identidades e sujeitos”. A autora (2002) afirma que a televisão funciona como uma espécie de processador do que ocorre no tecido social, sendo os acontecimentos significados por esse meio de comunicação, mediante discursos que ocultam intencionalidades, objetivos e estratégias de dominação.

Essa influência pode ser entendida como um processo dialético, conforme a perspectiva marxista, no qual o objeto de pesquisa não se resume apenas ao indivíduo, mas na sua relação com o meio, considerando a sociedade em sua totalidade.

Marx partiu dos estudos de Hegel sobre a dialética e inverteu as ideias do filósofo. Hegel era idealista, defendia que as ideias que fazem as relações sociais mudarem. Marx mudou essa dinâmica, defendendo o materialismo, por acreditar que são as relações de produção (mundo material) que causam transformações sociais, interferem nas ideias dos homens (mundo da consciência). Ele propõe que o indivíduo seja analisado como um ser social, resultado de condições sociais que o influenciam e o transformam, além de considerar que este mesmo indivíduo influencia as condições da realidade em que vive.

Nessa relação dialética, a mídia utiliza estratégias para levar ao seu público a uma determinada visão de realidade, cujas informações serão apropriadas pelo espectador que desenvolverá comportamentos e preferências que influenciarão esse veículo de comunicação.

As estratégias utilizadas pela mídia visam firmar determinadas verdades e manter uma hegemonia de dominação em defesa dos interesses da classe dominante. Com relevante significado na formação social do indivíduo, esse meio se apresenta como um forte aliado para o exercício do poder de uma classe sobre a outra, ou mesmo, de uma instância sobre determinado público.

A mídia enquadra determinadas situações onde a violência atinge as pessoas, moldando um comportamento violento. Em dadas circunstâncias, o assunto em pauta será sujeito a comoção. Mas, em outras situações, a mídia enquadra a violência como algo natural, sendo justificável o uso da força e passível da intervenção do Estado, como provedor da segurança. Essa ambiguidade sobre o que é violência passível de intervenção e o que é uma circunstância natural, torna a mídia uma aliada ao Estado, que busca forjar uma realidade que transmite o que é de seu interesse.

Assim, quando a televisão apresenta notícias que envolvem as expressões da questão social como, por exemplo, os casos de violência, de fome, de abandono, de prostituição, dentre outros, ela está tratando da realidade social do país, de expressões de uma questão social que se faz presente em nosso cotidiano e deve ser entendida em sua complexidade.

Dessa forma, há de se considerar as causas das situações de violência apresentados pela mídia televisiva, compreendendo que a questão social não emerge espontaneamente, mas advêm de uma estrutura social resultante da consolidação da produção mercantil capitalista, sobretudo da acumulação do capital e de suas implicações sociais, políticas e econômicas.

A mídia trata os casos de violência de forma discriminatória, julgando o infrator e o condenando por suas ações, como se esse fosse uma ameaça ao bom funcionamento da sociedade. Essa visão funcionalista é compartilhada por Parsons (1968) que, na sua contribuição para os estudos sobre a violência, se refere àqueles que praticavam crimes, utilizando conceitos como *desvio social e anomalia*.

Para o autor, a sociedade é um grande sistema estruturado, que dá origem a outros subsistemas: o cultural, o social, o econômico e o político. Assim, a sociedade funciona como um sistema perfeito, onde todos devem seguir as normas e se adaptar para o bem comum. As regras e valores que vigoram na sociedade são reforçados pelo Estado e essas são internalizadas através da socialização do indivíduo, principalmente pela educação, que contribui para a formação social.

A visão marxista, ao contrário, não compreende a sociedade como um sistema harmônico. A mídia se insere em uma sociedade de classes antagônicas aonde esse veículo de comunicação se posiciona em um dos lados, de forma que passa a influenciar e ser influenciada, numa sociedade onde tudo se desenvolve e se transforma.

Assim, para compreendermos determinada situação, é necessário adotar uma visão totalizante, pois o determinante não está no indivíduo envolvido, “[...], mas nas relações sociais; [que] se constroem com base nas relações do homem com a natureza, pelo trabalho, e com outros homens” (KUENZER, 2002, p. 34).

Marx e Engels (1999) defende a utilização do materialismo histórico para analisar a vida humana em seus variados setores: social econômico, político e cultural. “Os pressupostos de que partimos [...] são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (p. 86). Assim, as respostas não estão no indivíduo ou ainda em determinado setor, mas no conjunto, na dinâmica entre eles.

A perspectiva que atrela a violência à não civilidade, é muito comum nas notícias da televisão, principalmente nos telejornais, como no *Cidade Alerta* da Rede Record de Televisão.

2.5. A Rede Record de Televisão

A Rede Record de Televisão foi inaugurada no ano de 1953, de propriedade da família Machado de Carvalho, (BARBOSA; BRITO, 2009) e, conforme Sampaio (2010), é a emissora ativa que atua há mais tempo no Brasil. No início das atividades, a emissora se dedicava a levar ao público uma programação de cunho educativo, apresentando musicais internacionais nos anos de 1960, com uma grade de programas direcionada à elite social da época.

Nas décadas de 1970 e 1980, a Record incorpora as novelas cômicas à sua programação, abrangendo um maior público, assim como o crescimento do jornalismo, até então exclusividade das rádios.

Mattos (1990) destaca o sucesso dos festivais de música realizados pela emissora, que revelaram grandes talentos como: Roberto Carlos, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Elís Regina, Chico Buarque, Gal Costa e Rita Lee. As atrações cativavam o público e apresentavam grande audiência, no entanto, as transmissões foram interrompidas devido a uma série de incêndios que afetaram a emissora entre os anos de 1968 e 1969, e, só posteriormente, a Rede Record se recuperou dos prejuízos e voltou a crescer com o sucesso das novelas nas décadas seguintes.

Em 1989, conforme Barbosa e Brittos (2009), a Rede Record enfrentou uma crise financeira. Assim, como saída para não decretar falência, a empresa foi vendida a um grupo empresarial chefiado pelo Bispo Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus. O valor da transação foi muito comentado na mídia na época por ser bastante expressivo: 45 milhões de dólares.

A emissora permaneceu por aproximadamente 10 anos sem apresentar risco de concorrência com as demais. Em 1994 transmitia sua programação para o estado de São Paulo, para algumas cidades do Rio de Janeiro, para Belo Horizonte e Manaus

A Record passou a investir na sua programação e iniciou uma expansão nacional com transmissão por satélite, passando a se constituir como uma Rede, criando afiliadas em todo o país. No ano de 2005 a empresa investiu em produção de filmes e novelas tendo grande sucesso em superproduções em estúdios próprios (BARBOSA; BRITTOS, 2009).

A empresa de Edir Macedo, na atualidade, comporta a Central Record de Comunicação, com destaque entre as principais mídias nacionais. Além da TV, a empresa também possui outras mídias como a Rádio Record, o site portal R7, a Record Entretenimento e a Record News.

O proprietário da Rede Record é afiliado ao Partido Republicano Brasileiro (PRB) ligado efetivamente ao meio político. Assim, conforme Prado, (2018) o jogo de interesse político é uma constante nas ações da empresa que recomenda que *irmão vota em irmão*. Nas eleições de 2018, o bispo e a Rede Record apoiaram o candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro, que se negou a participar dos debates e entrevistas em outras emissoras, aceitando somente o convite da Record.

Prado (2018) ressalta que os líderes evangélicos adotam um método repetitivo em relação às questões políticas. “Ao contrário do que o senso comum prega, os pastores não tratam quem frequenta as suas igrejas como um rebanho manipulável a qualquer custo. Seu dom está em farejar muito bem para onde aponta a bússola do poder entre os seus seguidores” (p. 1).

Com uma campanha conservadora, o candidato se opunha à homossexualidade, condenando esse público como se fossem doentes sujeitos à cura, um posicionamento influenciado pelo conservadorismo cristão. Bolsonaro também criticou os pobres, negros e mulheres, numa atitude que demonstra sua apreciação ao capitalismo, ao racismo e preconceito. Bolsonaro fez uso das mídias sociais para declarar seu claro comportamento machista e conservador, conseguindo se eleger a presidência do país.

Em 15 de abril de 2019, foi publicado pelo Diário Oficial da União e divulgado pelas principais revistas²³ e outros canais da mídia, que o presidente Jair Bolsonaro havia concedido passaporte diplomático²⁴ para o proprietário da Rede Record e sua esposa. Emitido em 2006, no governo do presidente Lula, esse passaporte foi revogado aos líderes religiosos no governo de Michel Temer em 2016, com a justificativa de que o Brasil seria um estado laico. A notícia foi divulgada um dia após ser revelado um aumento de 63% de gastos com publicidade nos primeiros 100 dias governo Jair Bolsonaro, sendo a Rede Record de televisão a principal beneficiária desses recursos.

A Empresa de Edir Macedo se coloca em defesa dos interesses da classe dominante, se aliando ao Estado, disposta a reproduzir seu ideário neoliberal e conservador. Dessa forma, em sua programação vai se pautar na dominação ideológica, levando um entretenimento alienante, carregado de convicções neoliberais.

A Constituição Federal de 1988 proibiu a censura, assim, a mídia não fica impedida de divulgar os acontecimentos sociais como ocorria na época da ditadura. No entanto, a mídia pode divulgar à sua maneira, fazendo uso de ferramentas como imagens e falas, de modo que a notícia divulgada transmita a mensagem pretendida, como é o caso do telejornal *Cidade Alerta*.

O Programa *Cidade Alerta*

Ao se iniciar esta pesquisa, a priori, havia a inquietação em analisar as formas pelas quais a questão social brasileira é apresentada pela mídia, buscando desvelar por que os meios de comunicação muitas vezes disfarçam e encobrem a realidade. A mídia televisiva desperta

²³ **Revista Fórum.** Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/bispo-edir-macedo-e-esposa-sao-agraciados-compassaportediplomaticoconcedidoporbolsonaro/>. **Revista Exame.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-concede-passaporte-diplomatico-a-edir-macedo-e-esposa/>. Revista **Istoé.** Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-concede-passaporte-diplomatico-a-bispo-edir-macedo/>. **Revista Veja.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/bolsonarorepetedilmaeconcedepassaportediplomaticoedirmacedo/>. **DCI.** Disponível em: <https://www.dci.com.br/politica/passaporte-diplomatico-a-edir-macedo-repercutenotwitter-1.794591>.

²⁴ O portador do passaporte tem o privilégio de não enfrentar filas nos aeroportos nacionais e internacionais, além de gratuidade na emissão do documento. De acordo com o decreto 5.978 de 2006, o passaporte diplomático é concedido as seguintes autoridades: presidente da República, vice-presidente, governadores, funcionários da carreira de diplomata, em atividade e aposentados, oficiais de chancelaria, vice-cônsules em exercício, aos correios diplomáticos, aos adidos credenciados pelo Ministério das Relações Exteriores, aos militares em serviço em missões da Organização das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, aos chefes de missões diplomáticas especiais e aos chefes de delegações em reuniões de caráter diplomático, parlamentares, ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União, ao procurador-geral da República, aos subprocuradores-gerais do Ministério Público Federal e aos juízes brasileiros em Tribunais Internacionais Judiciais ou Tribunais Internacionais Arbitrais. A concessão do passaporte a pessoas não mencionadas no decreto, é possível através da autorização do ministro das relações exteriores, através de pedido fundamentado.

questionamentos diante da forma como pode manipular seus espectadores. O seu poder em ditar tendências e influenciar em preferências de moda, política, moralidade e religião causam inquietação.

Muitas pessoas delegam a esse meio de comunicação suas escolhas pessoais, seus entendimentos sobre questões importantes do dia a dia. Recordo-me de, certa vez, ouvir uma senhora afirmar “é verdade sim, eu vi na televisão”. Por esse motivo a opção por esse meio de comunicação, pelo seu poder em influenciar as pessoas que vêm as notícias como verdade absoluta, bem como a sua relevância em levar ao público as notícias da realidade social.

A televisão possui ferramentas que têm o poder de fazer com que as informações por ela apresentadas pareçam reais. Essas informações podem ser transmitidas como notícias ou notícias.

A notícia deve trazer um fato novo, agregar uma informação em um determinado momento, já a reportagem é mais substancial. “Para as notícias, as pautas são apenas indicações de fatos programados, já reportagens pressupõem outro nível de planejamento, é a exposição que combina interesse do assunto com o maior número possível de dados, formando um todo compreensível e abrangente (LAGE, 2005, p. 56).

As notícias anunciadas pelo rádio, lidas em uma revista ou jornal, até mesmo na internet, podem suscitar certa dúvida, mas, quando são exibidas na televisão, com imagens e narrativas convincentes do ocorrido, as dúvidas e questionamentos sobre a veracidade dos fatos diminuem consideravelmente e a notícia adquire aparência de verdade irrefutável.

Após a escolha da mídia, refletimos o tipo de atração que melhor apresentaria as situações onde a questão social se fizesse presente. Dos telejornais exibidos na televisão aberta, dois se destacaram por apresentar notícias diárias de situações cotidianas vivenciadas pela população, apresentando notícias que, na maioria dos casos, envolvem situações onde a questão social se faz presente.

Um dos programas é veiculado na Rede Bandeirantes de televisão com o nome de *Brasil Urgente*, o outro, na Rede Record de Televisão, o *Cidade Alerta*. Para escolher em qual deles a pesquisa seria realizada, optamos pelo de maior audiência nacional, já que ambos tratavam das mesmas questões, ou seja, notícias de violência envolvendo indivíduos e famílias brasileiras, sendo exibidas de forma espetacularosa.

De acordo com o site Kantar Ibope Média²⁵, que trabalha no mercado de pesquisa de mídia na América Latina fornecendo informações sobre a audiência dos programas televisivos,

²⁵ TOP 5 GSP – Audiência de TV. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/>. Acesso em 10 out. 2018.

o Programa *Brasil Urgente*, no ano de 2018, teve uma audiência menor em relação ao seu concorrente da Rede Record de Televisão.

O Programa *Cidade Alerta* causa praticamente o dobro de impacto nos espectadores, em relação ao *Brasil Urgente*. O site que apresenta a audiência dos principais municípios brasileiros apontou que o *Cidade Alerta* lidera nas três principais capitais da região sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Considerando que as notícias de ambos os Programas tratam de questões polêmicas que geram discussão popular após a exibição dos episódios na televisão, decidimos verificar como se realiza a busca na mídia eletrônica por essas informações.

Para confirmar o interesse popular, foi acessado o site *Google Trends*, que apresenta os termos mais populares buscados em um passado recente com a ferramenta de busca do Google²⁶. De acordo com o site, ao longo dos últimos doze meses, o Programa *Cidade Alerta* foi o mais buscado que o *Brasil Urgente*, portanto, é o mais popular.

O *Cidade Alerta* é um programa jornalístico que, conforme dados obtidos no seu próprio site²⁷, transmite informações com agilidade e credibilidade. O primeiro episódio foi ao ar no dia três de abril de 1995 e recebeu indicações de *Troféu Imprensa* de melhor telejornal. O *Cidade Alerta* foi objeto de pesquisa de uma diversidade de temas, como por exemplo:

- A exploração da violência e a culpabilização do poder público;
- A análise técnica do programa sobre a dramatização na mídia;
- A espetacularização do medo, o sensacionalismo e a ética;
- A linguagem dramática e o choque do real no espectador;
- A violência na exploração das imagens.

O *Cidade Alerta* é exibido na emissora de segunda à sexta feira, das 16h45min às 20h:30min. O programa propõe-se a apresentar notícias de maneira diferente dos formatos habituais dos programas de notícias. Privilegiando informações que abordam ocorrências policiais, geralmente casos de violência, o telejornal busca impressionar o seu público, que se apresenta, de acordo com Barcellos (2017) como a classe C, sendo essa dividida em C1 e C2, a qual tem “preferência por telejornais que produzam um jornalismo popular. A classe C é composta, hoje, de 91,8 milhões de brasileiros. Para a Fundação Getúlio Vargas, uma família é considerada de classe média (classe C) quando tem renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591 (p.

²⁶ Site de buscas. Disponível em: <https://www.google.com> Acesso em 05 ago 2018.

²⁷ Programa *Cidade Alerta*. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidade-alerta/saiba-mais-sobre-o-programa-cidade-alerta-28022018>. Acesso em 08 ago 2018.

15). Visando atender a esse público, o programa apresenta narrativas detalhadas sobre os casos apresentados, fazendo uso de um jargão utilizado pelas classes populares.

A linguagem adotada pelos repórteres busca envolver o telespectador: sensacionalista, simples, de fácil entendimento, sem termos sofisticados ou técnicos, o oposto da comunicação utilizada em outros perfis de telejornais. Segundo Angrimani (1995), o sensacionalismo faz uso do termo clichê, “[...] sensacionalista que não admite distanciamento, nem a proteção da neutralidade. Ela obriga o leitor a se envolver emocionalmente com o texto [...]” (p. 16).

Um termo que marca a comunicação no *Cidade Alerta*, é o “corta pra mim”. Um jargão criado pelo antigo apresentador Marcelo Rezende, que apresentou o *Cidade Alerta* por cinco anos (de 2012 a 2017). O termo ainda é empregado pelo atual apresentador, Luiz Bacci, que se faz uso desse jargão para chamar a atenção para si antes de começar uma narrativa. A câmera foca no apresentador que inicia o relato da notícia, fazendo um resumo do ocorrido. Em seguida, o repórter ou a repórter, narra a notícia, de forma precisa, revelando os mínimos detalhes, como se estivesse contando uma história para uma criança. Na maioria das notícias, o repórter faz o relato do local do ocorrido, destacando, principalmente, os locais de consumação dos crimes.

O jornal é transmitido ao vivo, mas as notícias são editadas. Na edição, há uma priorização de cenas que causam impacto. São transmitidas imagens de desespero dos familiares das vítimas, de mães lamentando a perda dos filhos, imagens que causam impacto e indignação diante do crime.

As exibições do telejornal apresentam o discurso do apresentador ou repórter, geralmente, com uma música de fundo. São melodias que despertam medo ou provocam suspense durante as exibições. De acordo com Baptista (2007) a música pode despertar certos sentidos nas pessoas ouvintes. Para despertar tristeza, pode-se utilizar de músicas lentas, para a alegria, músicas rápidas e aceleradas. A sonoridade pode trazer para a comunicação um significado emocional como alegria, medo e tristeza.

A música pode dar significado a uma cena de interação entre duas pessoas, que podem estar lutando ou brincando de acordo com a música que acompanha a apresentação. Essa estratégia colabora para dar mais suspense ao caso exibido, sensacionalizando ainda mais a notícia, despertando medo ou ansiedade no telespectador.

Ao realizar uma pesquisa sobre esse programa, Oliveira (2011) abordou os modos de endereçamento no telejornalismo, analisando imagens, falas e cenários. Na análise do *Cidade Alerta*, o autor relatou que o programa apresenta um perfil de jornalismo policial de “caça aos bandidos” (p.129), onde o apresentador faz uso da oratória e da expressão corporal para sensacionalizar a notícia, usando termos como “bandido, assassino, esturpador, criminoso,

cretino, cara de pau, monstro, drogado, pervertido” (p. 132), de forma a sempre a culpabilizar os/as acusados/as.

O perfil do programa despertou atenção pela sensacionalização de uma realidade social carente de intervenção do Estado, onde as pessoas são atacadas em sua fragilidade, julgadas e condenadas pelo apresentador do programa, vistas como um mal para a sociedade.

Nesse sentido, a pesquisa em questão se justifica pela relevância da compreensão das intencionalidades das falas, buscando desmistificar a culpabilização do indivíduo por suas mazelas sociais, imposta pela classe dominante que, aliada ao Estado, impõe pensamentos neoliberais, os quais buscam mascarar a realidade social vivenciada pela classe trabalhadora.

Embora o Programa *Cidade Alerta* já tenha sido pesquisado por Gomes (2011), que analisou os modos de endereçamento do telejornal; por Flausino (2003), que abordou a violência no telejornalismo; por Oliveira (2011), relatou sobre o perfil jornalístico da violência; por Barbosa (2009), que discutiu sobre a violência no noticiário, não se identificou pesquisas com foco nas expressões da questão social.

Dessa forma, formulamos a proposta de investigar os discursos e enquadramentos que naturalizam as situações de fragilidade social vivenciadas pela população brasileira, com especial atenção à construção de subjetividades pela mídia televisiva que se apresenta como o maior meio de entretenimento nacional e faz da produção e circulação de discursos, seu principal artifício para o fortalecimento da ordem social.

A atração jornalística da Rede Record ficou reconhecida pelas notícias sensacionalistas no jornalismo. São casos de violência apresentados de forma a espetacularizar acontecimentos trágicos de agressões, mortes, sequestros, roubos e demais situações de sofrimento vivenciadas diariamente pela população.

Em uma pesquisa sobre violência na mídia, Hall *et al* (1993), enfatizam que

[...] o crime é notícia porque seu tratamento evoca ameaças e, ademais, reafirma a moralidade da sociedade, desenvolvendo diante de nós mesmo uma peça de moralidade moderna, na qual o demônio é expulso tanto simbólico como fisicamente da sociedade por seus guardiões: a polícia e a magistratura (p. 226).

Adicionalmente, o mercado e o Estado são coadjuvantes nessa trama. O modo de produção capitalista impõe regras sociais, capturando o Estado com sua lógica de acumulação²⁸. Para afiançar essas regras, o Estado faz uso da violência por meio da força policial se necessário, de forma a impor a ordem.

²⁸ Para melhor entendimento sobre o Estado e sua parceria com o mercado, ler Netto, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-201804131301011456100.pdf>

Marx (2003) escreveu que a violência ocorre como resultado das relações expressas pelo capitalismo, pela luta de classes e pela exploração da mão de obra trabalhadora. Afirmou que o capitalismo passa por ciclos e, para perdurar, necessita de renovações em suas estruturas e formas de produção e essas renovações desconhecem qualquer compromisso com a classe trabalhadora. O autor, no estudo das relações entre as classes, cita que essas relações definiram importantes transformações na história da sociedade:

Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram, desde tempo imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se, sempre, é claro, “este ano”. Na verdade, os métodos da cumulação podem ser qualquer coisa, menos idílicos. (MARX, 2003, p. 786).

De acordo com Fuchs (2011), apud Grohmann (2014) quando se refere a Marx para abordar o tema sobre comunicação na atualidade, é importante compreender a relevância da mídia na sociedade atual, assim como o “processo de pauperização causado pelo capitalismo neoliberal e um renovado interesse na categoria de classe. Um bom ponto de partida é estudar os processos de midiaticização à luz dos processos capitalistas” (p. 224).

É divulgada pela mídia televisiva, notícias que transmitem a mensagem que diz que o Brasil está prosperando, crescendo economicamente, que o sistema financeiro funciona perfeitamente, que há crescimento na taxa de criação de empregos, por fim, que o país está se desenvolvendo. Mas não se menciona que esse desenvolvimento se refere à acumulação de capital, que a classe dominante continua a obter lucros enquanto a classe trabalhadora permanece sem ascensão social, continuando a sobreviver da sua força de trabalho. As expressões da questão social são enfrentadas pelo Estado como dificuldades particulares, questões individuais inerentes àqueles que não são capazes de prosperar economicamente.

No programa, o indivíduo é culpabilizado por sua situação de desemprego, fome, falta de moradia, sendo julgado como incapaz, como se as suas dificuldades fossem suas próprias, desvinculadas do contexto onde ocorrem. Assim a mídia é uma aliada do Estado para divulgar exatamente o que convém para que haja a manutenção da ordem.

Exemplo disso foi a estratégia política ideológica do presidente Médice, em 1973, quando ele declarou na mídia que o Brasil vivia um momento de paz e prosperidade, quando na verdade o caos e a violência assolavam o país. Essa é uma mesma tática para desfocar a realidade, semelhante à utilizada pelo *Cidade Alerta* em que se usa estrategicamente da violência, mas com um direcionamento de culpabilização do indivíduo.

Na atualidade o jornalismo reproduz a mensagem neoconservadora do Estado, que prega que todos os brasileiros têm as mesmas oportunidades, e, que os indivíduos com

dificuldades econômicas decorrem do fato de eles não terem se esforçado suficientemente, ou ainda, que lhes falta aptidão ou preparação técnica para sobreviver.

Os cursos técnicos profissionalizantes oferecidos principalmente durante o governo Lula e Dilma, que visavam preparar mão de obra qualificada para atender às necessidades do mercado, são uma evidência de que a classe trabalhadora recebeu um tratamento dominador e alienante. Ainda que se denominando como um governo que se posiciona ao lado do povo, fazendo uso do slogan: *Brasil um país de todos*, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) investiu de forma efetiva na oferta de cursos técnicos para a classe trabalhadora, com o intuito de preparar mão de obra para atender às necessidades do capital. Assim, o discurso que se dirige à população é o de que estão sendo feitos investimentos visando o bem-estar social. No entanto, “A educação acaba sendo associada ideológica e economicamente ao processo de produção e à competitividade econômica” (DEITOS; LARA, 2016, p. 179).

Fowler (1991) assegura que os acontecimentos noticiados pela mídia compõem um processo complexo que, seleciona e orienta, movendo-se na direção de interesses econômicos e sociopolíticos, ocasionando uma construção social da notícia.

2.6. Procedimentos Metodológicos

Nesta sessão, discutimos proposta metodológica, iniciando pelo posicionamento epistemológico centrado teoria social crítica. Em seguida, apresentamos os instrumentos de coleta de dados, bem como o método de análise de dados centrado na análise do discurso.

Posicionamento epistemológico e proposta metodológica

Partindo de pressupostos ontológicos da teoria social crítica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental norteadas pelo paradigma interpretativo da teoria marxista, buscando verificar pesquisas que tratavam da história da mídia televisiva e seu papel ideológico na sociedade capitalista. Propusemos problematizar a culpabilização direcionada aos agressores através de um posicionamento de criminalização por parte do jornalismo sensacionalista da mídia televisiva, analisando discursos que nomeiam, julgam e criminalizam os agressores nas notícias que são divulgadas diariamente na mídia televisiva, através do telejornal *Cidade Alerta* da Rede Record de Televisão.

Não é parte da nossa proposta, julgar o certo e o errado, ou mesmo analisar a atitude do agressor. No delineamento da pesquisa o objetivo foi analisar os discursos divulgados pela mídia televisiva, compreendendo o enfoque da violência enquanto uma expressão da questão social brasileira.

A pesquisa foi orientada por um paradigma interpretativo marxista, buscando assumir uma postura ontológica crítica. Esse posicionamento compreende a sociedade capitalista enquanto uma sociedade de classes antagônicas. Inspirado nas ideias de Karl Marx, que analisou a realidade social do século XVII, quando fez importantes reflexões sobre trabalho, propriedade, privada e relações de produção. Max afirma que há, em toda sociedade capitalista, uma relação de exploração, onde, a classe trabalhadora vende sua força de trabalho à classe dominante, a detentora dos meios de produção.

Marx inspira uma visão crítica da sociedade, entendendo que as mazelas sociais advêm desse processo de exploração, assim, segundo o autor, em toda sociedade capitalista há exploração da classe dominante sobre a classe trabalhadora. Os fenômenos dessa sociedade não são isolados ou desconexos, mas se desenvolvem de forma dialética, ou seja, são dependentes e estão interligados. A sociedade, de acordo com Marx, é um todo articulado onde os fenômenos se interdependem e se condicionam. A visão crítica marxista entende que, para compreender determinado acontecimento, torna-se indispensável considerar a totalidade, o contexto social, considerando as condições sociais que o cercam, o condicionam e são condicionados por ele.

Essa será nossa visão no decorrer da pesquisa, no entanto, consideramos que pode haver outras possíveis interpretações do corpus elaborado, pois “quando se reconhece que perspectivas ontológicas alternativas podem contar diferentes histórias que um/a pesquisador/a pode começar a ver sua própria visão ontológica do mundo social como uma posição que pode ser estabelecida e compreendida e não uma verdade óbvia” (MASON, 2002 apud MELLO; PONTES, 2016, p. 79).

A coleta dos dados

Os dados foram coletados por uma pesquisa documental, um procedimento que vai se valer de métodos e técnicas para o entendimento e análise de documentos e ou informações. A pesquisa documental apresenta o documento como objeto de investigação. Esse documento, de acordo com Figueiredo (2007) pode se tratar de textos escritos, filmes, vídeos ou fotografias, que contenham fonte de informações sobre as questões de interesse do pesquisador.

Através da pesquisa documental, foram extraídos os dados para a análise dos discursos divulgados no programa jornalístico *Cidade Alerta*. A pesquisa documental consistiu na utilização de dados de natureza formal, como os textos midiáticos. De acordo com Sá-Silva et all (2009):

A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar (p. 13).

A fonte dos dados foram as notícias divulgadas pelo telejornal *Cidade Alerta*, transmitido pela Rede Record de Televisão, de segunda a sexta feira, às 16:45 horas. A Record também disponibiliza os vídeos com as notícias em seu site ²⁹, de onde foram selecionadas as notícias, formando assim, o corpus para posterior observação.

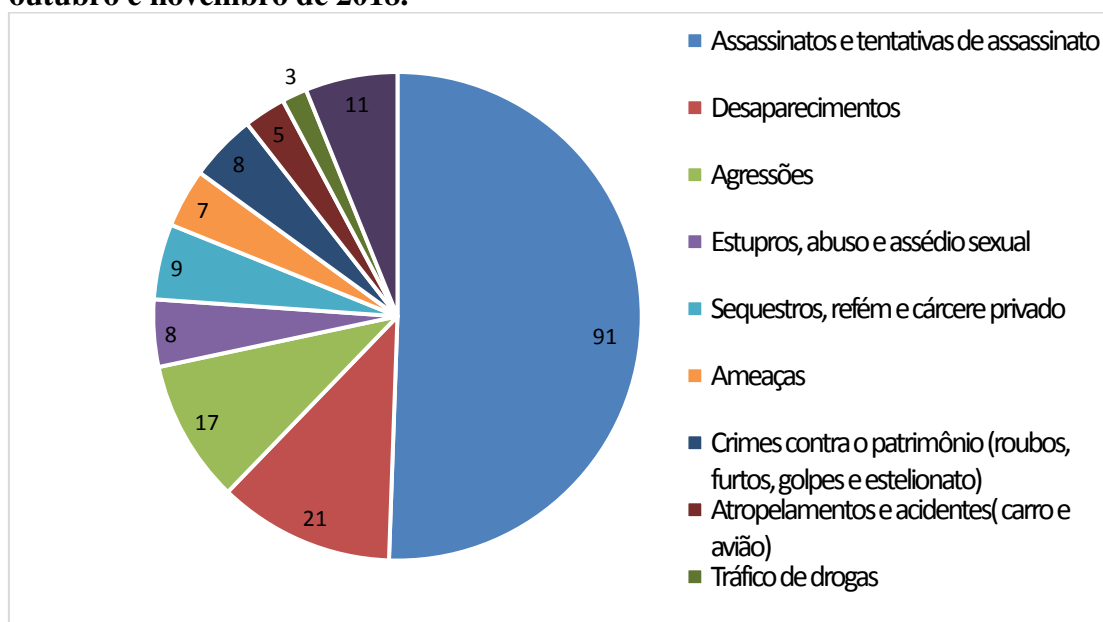
Para elaborar o corpus, realizamos um recorte temporal e optamos pelos programas exibidos nos meses de setembro, outubro e novembro de 2018. A escolha desse intervalo se deu por ser o período no qual estava sendo elaborado o projeto de pesquisa, quando foi realizada a primeira coleta de dados para uma pré-análise.

Nesse período, (setembro) o Brasil estava às vésperas das eleições para presidente, governador, deputados e senadores, quando, entre outras questões, os problemas sociais ficaram evidentes nas discussões políticas. Assuntos como preconceito de gênero, raça e homofobia foram discutidos pela população e pelos candidatos. Após as eleições, as discussões continuaram, principalmente nos meios de comunicação que não aprovavam a vitória nas urnas do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que se comportava de forma preconceituosa diante das minorias. Avistamos assim, um cenário favorável para discutir sobre a questão social brasileira na mídia televisiva.

O período analisado totalizou em 300 notícias. Desconsiderando aquelas que davam sequência a casos já apresentados, obtivemos o total de 180 notícias, que foram categorizados em uma tabela (Apêndice 1), apresentando data, título da chamada e característica da vítima e do agressor, como, idade, faixa etária, sexo e raça. A partir das informações da tabela, elaboramos um quadro explicativo, apresentando um resumo das notícias, especificando o tipo de violência, o agressor e a vítima. De acordo com a ilustração no Gráfico 1, a organização dos dados evidenciou que as 180 notícias se referiam aos seguintes assuntos:

²⁹ <https://recordtv.r7.com/cidade-alerta/saiba-mais-sobre-o-programa-cidade-alerta-20102018>

Gráfico 1- O perfil das notícias no programa Cidade Alerta durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2018.



Fonte: Dados da pesquisa (2020). Elaborado pelas autoras

Assassinatos e tentativas de assassinato (91), desaparecimento (21), agressão (17), estupro/abuso sexual/assédio sexual (8), sequestro/refém/cárcere privado (9), ameaça (7), crimes contra o patrimônio: furto, roubo, golpe e estelionato (8), atropelamento e acidente de carro e avião (5), tráfico de drogas (3), Outros (pedofilia (2), consumo de produto adulterado (2), catástrofe ambiental (2), tiroteio (1), fuga (1), pessoa tida por morta volta respirar (1), morte natural (1) e Política: Bolsonaro escolhe ministros (1)).

Em algumas notícias não foi possível identificar a raça do agressor ou da vítima, assim, contabilizamos 92 agressores do sexo masculino, mas não foi possível identificar a raça de todos eles, da mesma forma ocorreu com as mulheres. A organização da notícia por temas mostra, de acordo com o Quadro 1, que o carro chefe são os casos de assassinatos e tentativas de assassinato, desaparecimento, agressão, estupro, abuso sexual e assédio sexual.

Os dados apontam que 78 casos se referem a relação amorosa/sexual, além de nove casos de estupro, abuso sexual e assédio sexual e dois de pedofilia, o que totaliza em 89 casos ligados a questão sexual. Outra categorização possível das notícias diz respeito à categorização dos envolvidos nos crimes, sendo que 47 dos agressores são homens negros. Apesar das notícias se relacionarem a indivíduos adultos, 34 notícias envolviam crianças e adolescentes e 8 referiam-se a idosos.

Quadro 1- Perfil das 180 notícias exibidas nos meses de setembro, outubro e novembro de 2018 pelo Programa *Cidade Alerta*³⁰.

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO	%
Apresentavam efetivação de crime	155	86,11
Apresentavam assuntos que não se tratavam de crimes	25	13,89
Apresentavam alguma forma de relação entre vítima e agressor	80	44,44
Apresentavam vítimas mulheres adultas	87	48,33
Apresentavam vítimas homens adultos	54	30,00
Apresentavam vítimas crianças/adolescentes	34	18,89
Apresentavam vítimas idosas	8	4,44
Apresentavam vítimas do sexo feminino brancas	38	21,11
Apresentavam vítimas do sexo feminino negras	39	21,67
Apresentavam vítimas do sexo masculino brancas	20	11,11
Apresentavam vítimas do sexo masculino negros	36	20,00
Apresentavam agressores do sexo masculino	92	51,11
Apresentavam agressores do sexo masculino brancos	16	9,44
Apresentavam agressores do sexo masculino negros	47	31,67
Não foi possível definir a raça	29	16,11
Apresentavam agressoras do sexo feminino	16	8,89
Apresentavam agressoras do sexo feminino brancas	5	2,78
Apresentavam agressoras do sexo feminino negras	6	3,33
Não foi possível definir a raça	5	2,78

Fonte: Dados da pesquisa (2020). Elaborado pelas autoras

A categorização das notícias traz uma evidência de um forte marcador de gênero e raça, sendo os agressores predominantemente homens negros. Já em relação às vítimas, as mulheres foram a grande maioria nos casos de violência. Conforme apresentado no Quadro 1, dentre as 180 notícias exibidas no intervalo de tempo selecionado para a pesquisa, 48,33% das vítimas eram mulheres e 30,00% eram homens. Dos casos onde a vítima era criança ou adolescente, ou seja, com idade entre 12 e 17 anos, foram 18,89% das notícias. Diante da inviabilidade de se analisar todas as 180 notícias, selecionamos uma amostra, definindo-se aquelas que fossem consideradas representativas das práticas discursivas a serem analisadas. A escolha se deu por essa intencionalidade, optando-se por quatro notícias de cada perfil de agressor (a), ou seja, quatro notícias onde o agressor se apresentava como negro, quatro notícias onde o agressor se apresentava como branco, quatro notícias onde a agressora se apresentava como branca e quatro notícias onde a agressora se apresentava como negra, totalizando em 16

³⁰ A soma das vítimas (183) ultrapassa o total de notícias (180) pois em alguns casos há mais de uma vítima em uma mesma notícia. Considerando o sexo e a raça, foi possível identificar 133 pessoas de um total de 183 vítimas.

notícias. As notícias sobre idosos foram analisadas em sua totalidade (8 notícias) e sobre crianças e adolescentes foram analisadas 10 notícias consideradas pertinentes para a pesquisa.

A partir dos dados organizados, foram construídas: uma tabela geral com todas as 180 notícias; uma tabela com as notícias sobre criança e adolescente; quatro tabelas classificando os agressores por gênero e raça e; uma tabela onde estão organizadas as notícias sobre pessoa idosa. Essas tabelas estão dispostas no apêndice da pesquisa.

Procedimentos para análise dos dados

A análise dos dados contou com o exame das informações contidas nas tabelas, além de uma análise dos discursos direcionados tanto às pessoas que cometeram o crime, quanto às vítimas.

Em um primeiro momento, procedemos a análise do discurso dos títulos, ou seja, das chamadas das notícias no seu tratamento direcionado ao (a) agressor (a), das nomeações para representa-los (las). A opção por essa análise se deu por conta do impacto que se esses títulos causam no espectador, fazendo uso de representações para se dirigir ao (a) agressor (a).

Uma das técnicas de análise utilizada foi o uso da Gramática Sistêmica Funcional (GSF), onde buscamos entender o uso das palavras direcionado a um objetivo, afinal, a linguagem é social e conforme Halliday e Matthiessen (1994, p. 16) “uma análise de discurso que não é baseada em gramática, não é uma análise, mas simplesmente o comentário de um texto”.

De acordo com a GSF, a Metafunção Textual da linguagem vai ser entendida como a capacidade de organizar a própria linguagem em um significado coerente. Conforme com Halliday e Hasan (1989) toda língua necessita de uma rede de relações fundamentadas para representar um significado. Assim, vamos nos utilizar da Metafunção Tema e Rema para a análise em questão.

Conforme os autores, em toda língua, a oração tem sua estrutura fundamentada com o objetivo de passar determinada mensagem. Assim, na GSF o elemento *tema* vai ser entendido como ponto inicial, se relacionando com o restante da oração, denominado *rema*. Será a partir do tema que a mensagem vai se desenvolver, assim, o uso do tema e do rema estruturando a oração será essencial para a mensagem que deseja ser transmitida.

Em relação a pesquisas que envolvem a análise do uso da linguagem, Mello e Pontes (2016) enfatizam sobre pesquisas que priorizam a estrutura social, desprezando os atores nela

envolvidos. Já outros estudos, abordam a linguagem na perspectiva dos agentes sociais, dos eventos individualizados, ignorando a estrutura onde vivem esses agentes.

É relevante refletir como nossas subjetividades vêm sendo construídas ao longo dos anos e cotidianamente, ao ponto de percebermos com naturalidade a culpabilização individual divulgada pela mídia. Deixamos de observar a relação indissociável entre a violência a o sistema capitalista, relação essa que é camuflada através de discursos que objetivam sustentar a relação de dominação na sociedade de classes. A dominação na sociedade brasileira vai além de uma classe social sobre a outra, a dominação se desenha também nas relações de gênero e raça.

A forma de se expressar através dos discursos, se apresenta como um processo que envolve bem mais que o uso de palavras para transmitir uma mensagem. Existe nesse processo de transmissão, uma finalidade a ser buscada pelo uso das palavras, afinal, entre linguagem e sociedade existe uma relação interna e dialética. De acordo com Marcuschi (2005, p. 3) “língua não é forma nem função, e sim atividade significativa e constitutiva”.

Entende-se que os discursos podem se apresentar como estratégias ideológicas que “fundamentam a concepção de linguagem como prática social e como instrumento de poder” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 13). As autoras salientam que práticas sociais podem ser compreendidas como uma ligação entre as estruturas sociais e os mecanismos concretos, ou seja, entre a sociedade e as pessoas.

Assim, em nossas práticas sociais, a linguagem que utilizamos vai se manifestar em nossos discursos, na maneira que procedemos, que representamos e identificamos o outro. Desta forma, o discurso pode ser entendido como “momento integrante e irreduzível das práticas sociais” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 18).

Existe uma complexidade envolvida na análise do discurso. Em se tratando de um discurso político, essa tarefa se torna ainda mais enredada e emblemática, pois eles se baseiam em processos de linguagem, que, adotam estratégias para implantarem e fortalecerem ideologias, recorrendo à linguística para alcançar seus objetivos.

O discurso se apresenta como parte de um recurso usado por determinados atores sociais para dominar, assim, quando se identifica o discurso, percebe-se de onde fala o autor e sua perspectiva particular. Podemos compreender que o uso de termos como: *pessoas sem terra* e *criança de rua*, por exemplo, vai naturalizar o estado dessas pessoas, como se fosse estado inato do indivíduo e não um problema social. Há o entendimento de que a pessoa é um sem-terra, não está sem terra; é uma criança de rua, não está na rua. Essa percepção vai naturalizar

situações onde há necessidade de intervenção estatal, ou seja, se é natural, não há motivo para intervenção.

Van Leeuwen (1997) enfatiza a relevância das narrativas divulgadas pela imprensa, quanto ao tratamento dado ao modo de se referir à personagem da trama relatada. Quando a finalidade é não dar muita ênfase àquele ator, usam-se expressões que não revelam o seu nome. Ao contrário, quando a finalidade é dar visibilidade à personagem, usa-se o nome próprio. Assim, quando a notícia relata o nome do envolvido (a), existe a finalidade de valorizá-lo (lá) no contexto apresentado.

Rajagopalan (2003, p. 82) corrobora com Leeuwen (1997), enfatizando que o processo de nomear o ator da trama é um ato político, afinal esse tratamento, divulgado pela mídia, vai influenciar a opinião pública, direcionando aos telespectadores e condições favoráveis ou não, para aceitação desse ator. É essa posição que estamos colocando em discussão. As questões de violência apresentadas pela mídia não se tratam de ocorrências isoladas, com causas naturais, culpas individuais ou acidentais como demonstram as falas dos apresentadores. Esse meio de comunicação “ampliou a possibilidade de grupos cada vez mais restritos disseminarem seus discursos” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 54), naturalizando situações de violência, de exploração, camuflando a verdadeira realidade da questão social em um jogo de interesses.

As expressões da questão social podem ser entendidas como resultados de um sistema político econômico. Quando Marx, na sua obra *O Capital* criticou o sistema econômico capitalista o acusando pelo crescimento da pobreza, ele o fez direcionado à economia política. A classe trabalhadora se percebe explorada, o menino que nasce e cresce nas periferias se revolta por não possuir o conforto e as comodidades que ele vê na televisão. O sistema impulsiona o consumo, ao mesmo tempo em que, impossibilita a satisfação das necessidades básicas da população pobre.

Diante desse cenário, nesta pesquisa que buscamos evidenciar a naturalização da questão social e a culpabilização dos(as) agressores(as) expressa como os casos de violência apresentados pela mídia televisiva, a categorização dos dados apontou que as categorias gênero e raça são importantes para essa discussão, assim como a infância, a adolescência e a velhice.

Em relação ao marcador raça, é um elemento relevante na compreensão da naturalização da criminalização do negro na sociedade. De acordo com Lobo (1997) os negros são considerados naturalmente como criminosos. Há de ser ponderado todo o contexto social de discriminação vivenciado pelos negros em nossa sociedade. Moura (2014) levanta o debate sobre o racismo no Brasil, compreendendo essa questão como um elemento formador do estado brasileiro. Já Munanga (1999) compara o Brasil com outros países e conclui que aqui se

vivencia uma falsa democracia racial. Assim, consideramos relevante analisar os discursos considerando os marcadores que envolvem a questão racial sobre o(a) agressor(a).

Quanto ao gênero, Espinoza (2004) menciona que há um tratamento diferenciado dirigido aos agressores e as penas que eles recebem. Aos homens é aplicada a noção de legalidade e as necessidades do trabalho. Já às mulheres, a ênfase está na recuperação do pudor, por isso, as primeiras prisões se localizavam em conventos.

3. A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES NAS NOTÍCIAS

Atendendo ao segundo objetivo específico da pesquisa, este capítulo trata de uma reflexão sobre as famílias apresentadas nas notícias do *Cidade Alerta*. Para subsidiar as análises, fazemos uma discussão sobre a instituição familiar na sociedade brasileira, seguido de uma reflexão sobre a naturalização das relações familiares, para, por fim, analisar as representações de crianças, adolescentes e idosos nas notícias do programa em tela. Esse recorte foi feito com o intuito de trazer para o debate as personagens apresentadas pelo telejornal, que são as crianças, adolescentes, homens, mulheres e idosos.

São variados os olhares e análises que podem se desenvolver diante dos dados obtidos. Assim, optamos por fazer as análises dos discursos nas notícias que apresentam crimes cometidos intrafamiliar³¹ e extrafamiliar, que trazem a representação de crianças, adolescentes e idosos, para, posteriormente, nos próximos capítulos, analisar as representações de homens e mulheres, com um recorte de gênero e raça.

3.1. A Família na História

Desnaturalizando as verdades colocadas pelo senso comum, a dialética colabora para que a realidade seja compreendida, considerando a totalidade, como também a visão de que a sociedade está em constante transformação. Assim para um melhor entendimento sobre a percepção de família na sociedade brasileira, assunto tematizado nas notícias do *Cidade Alerta*, será analisado como essas relações são representadas pelo telejornal. É necessário compreender que a instituição família apresenta diversidade em sua organização, com uma pluralidade de possibilidades de arranjos familiares.

As estruturas organizacionais da família se modificam de acordo com o contexto histórico, com o lugar e com a classe social. Por isso, não é possível determinar precisamente um modelo de família, sem antes, se definir um critério de análise. Para compreender o desenvolvimento histórico da família, recorreremos a autores que abordam a temática, compreendendo a família como uma das primeiras formas de organização social, que vem se desenvolvendo de forma sinuosa, estando em constante transformação.

³¹ Saffioti (2000) propõe o conceito de violência intrafamiliar, para descrever a que ocorre entre pessoas com vínculos consanguíneos e/ou afetivos. O termo violência extrafamiliar, se refere à violência que ocorre sem vínculo ou proximidade do agressor com a vítima.

Maluf (2010) considera que não se pode efetivamente atribuir o nome de família aos primeiros agrupamentos humanos, que se formavam seguindo os instintos sexuais. Ainda segundo a autora, essas primeiras organizações sociais tinham por objetivo a ordem e a defesa, assim, as famílias se formavam, não por afetividade, mas por uma associação religiosa. A família surge “como a primeira forma de organização social que se tem notícia. Encontrou no culto religioso seu principal elemento constitutivo, muito valorizado nas sociedades primitivas e gradualmente diluído nas sociedades mais avançadas” (p. 18).

Nascimento (2014) analisa que a palavra família tem origem no latim, no vocábulo *Familya*, que significa casa, servidores, cortejo, compreendendo um conjunto de pessoas originárias de um mesmo ancestral. Partindo dessa afirmação, podemos questionar o sentido do vocábulo diante das variadas formas de estruturação e modelos de famílias que se apresentam.

Waideman e Giraldi (2007) enfatizam que a família é uma instituição construída historicamente. Assim, não se deve colocá-la como se essa fosse única, imutável. Ao contrário, essa instituição apresenta modelos distintos, sendo suas estruturas advindas de diferentes fatores.

Prado (2018) destaca que a família é uma instituição social, variando em sua forma e finalidades numa mesma época e lugar, de acordo com o grupo social que está sendo observado. Assim, o tema *família* alcança uma complexidade que vai além do que se presume no senso comum, por ser uma instituição dinâmica e que está em constante transformação.

Ariès (1981) aponta que, até o século XV, a família se apresentava como uma realidade moral e social, não era o sentimento que ligava os membros da família, principalmente quando se tratava de famílias pobres, mas sim uma obrigação social. As mudanças culturais, influenciadas por todas as transformações sociais, políticas e econômicas que a sociedade sofre, direciona as mudanças no interior da família e de suas relações. A família da idade média, conforme Ariès (1986), possuía a missão de conservação dos bens, a transmissão de um ofício e a ajuda mútua entre os componentes que necessitavam uns dos outros para sobreviverem, não havia uma função afetiva. Não existia uma forma diferenciada de atenção às crianças, que não experienciavam os estágios de infância como acontece na atualidade, nem mesmo eram socializadas pela família biológica, mas eram inseridas entre os outros adultos da comunidade. “A criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim, homens de tamanho reduzido” (ARIÈS, 1986 p.18).

Engels (2006) se refere à existência de diferentes modelos de família nos três estágios pré-históricos de cultura. A família Consanguínea, a família Panaluana e a família Sindiásmica.

O autor apresenta um desenvolvimento baseado nas relações sexuais, colocando que esses modelos foram evoluindo, partindo do primeiro modelo de família, até o último de família Sindiásmica, o qual permitiu o desenvolvimento da família monogâmica. O autor enfatiza que foram os meios de produção que influenciaram as mudanças no cerne da família, ou seja, foi a partir da família monogâmica, quando o homem aperfeiçoou suas ferramentas de produção e passou a acumular riquezas que se preocupou em deixar seus bens para um herdeiro. Engels (2006) entende que o desenvolvimento humano está diretamente relacionado aos modelos de produção. Com o surgimento do casamento monogâmico, o homem passa a acumular suas riquezas. Assim, o que antes era produzido e distribuído de forma coletiva dentro da sociedade, passou a se individualizar.

O aperfeiçoamento das ferramentas de caça e pesca, a fundição do minério de ferro e o desenvolvimento da agricultura fizeram com que o homem produzisse em maiores quantidades, favorecendo a acumulação de riquezas. Este fato provocou brigas e desentendimentos entre os integrantes do grupo, que entenderam a necessidade de uma instituição para impor regras e resolver os impasses, bem como para proteger os bens individuais. Assim, segundo Engels (2006) surge o Estado.

Com o surgimento e fortalecimento do Estado, de acordo com Sierra (2011), os hábitos e costumes foram influenciados por essa instituição, que impôs um processo civilizador dentro da família. Com o desenvolvimento de sociedades mais complexas, as ligações baseadas na consanguinidade vão se dissolvendo surgindo, no Direito da Roma Antiga, a expressão família natural, que seria formada apenas por um casal e seus filhos. Os grupos que se formavam originados de um ancestral comum, passam a se dividir em subgrupos, sendo a família natural romana aquela que se originou do casamento.

Conforme Maluf (2010), no Direito Romano o termo família se referia tanto às coisas, como às pessoas. O patrimônio integrava o conjunto de coisas ou bens da família, assim como as pessoas agregadas. O grupo familiar compreendia o pai, os filhos, a esposa e os escravos. Todos eram submissos à autoridade do chefe da família, a quem pertencia todas as coisas e pessoas sob seu controle. O modelo romano de família mantinha a estrutura de poder centralizada no chefe da família natural, exercendo o poder patriarcal, que dominava a esposa e as mulheres casadas com seus descendentes. Esse modelo de família natural foi adaptado pela Igreja Católica, que transformou o casamento numa instituição sacralizada e indissolúvel, considerada socialmente como a única maneira de se formar uma família.

A partir do século V, o poder de Roma se conduziu para as mãos da Igreja Católica, que formulou normas rígidas, exercendo uma autoridade religiosa inquestionável sobre a

família. Segundo Corrêa (1999), com a influência do direito romano, canônico e do direito bárbaro, a igreja católica definiu que o casamento seria indissolúvel e passou a legislar neste sentido. Para o cristianismo, a família deve fundar-se no matrimônio, elevado ao signo de sacramento. A Igreja católica, desde seus primórdios, se preocupou com a organização da família, disciplinando-a por sucessivas regras que vigoraram entre os povos cristãos no curso dos seus dois mil anos de existência como seu exclusivo estatuto matrimonial (GOMES, 1998, p. 40).

Não se pretende, nessa pesquisa, traçar uma linha histórica de desenvolvimento da família, até porque não seria possível fazê-lo, visto que este desenvolvimento não foi linear. Assim como a história, a família é mutável e está em constante transformação. Dessa forma, torna-se prudente esclarecer de que família se fala, de qual tempo e em qual realidade.

Turkenicz (2013) destaca que, a organização familiar é uma criação humana. No entanto, discute suas relações de modo a abranger muito além de uma simples relação biológica. Salienta que ao longo da história da humanidade existe uma grande diversidade de configurações familiares. Assim, “a família está atravessada pela realidade social de cada período histórico” (p. 474), ou seja, a estrutura organizacional da família se modifica de acordo com o tempo e o espaço.

Considerando a família brasileira, esta foi desenhada por Gilberto Freyre (2004) na década de 1930 como um modelo de família extensa do tipo patriarcal. No entanto, conforme Turkenicz (2013), esse modelo foi questionado em pesquisas posteriores que, argumentavam que este modelo não foi o predominante na época, visto que existiam famílias com estruturas mais simples e com menor número de integrantes. Nos modelos de famílias mais recentes, o fator consanguinidade e a tradicional instituição do casamento vêm perdendo espaço. Conseqüentemente, diante das diversas configurações familiares, o Estado vem, por meio da legislação, adotar um fator mais condizente à atual realidade dos arranjos pautados no afeto.

Pela complexidade que envolve a família e sua organização, é possível perceber a existência de um círculo que apresenta uma interdependência entre economia, sociedade, cultura, religião e família. Ou seja, o micro está em constante interação com o macro. Como enfatiza Goldani (1993, p. 73), “[...] as famílias não só respondem às transformações sociais, econômicas e demográficas, mas também as geram [...]”.

Partindo de uma visão marxista, percebemos que a família é uma das formas da ordem social se reproduzir. Assim, as modificações que ocorrem nas superestruturas (macro) são dependentes do que ocorre na infraestrutura (micro) e vice-versa. Ou seja, as transformações

que acontecem na família condicionam os acontecimentos na superestrutura, como os acontecimentos sociais influem na organização familiar.

A família vem se metamorfoseando ao longo do tempo, adquirindo novas nuances. Nos países capitalistas, uma importante mudança em sua estrutura se dá a partir do momento que a mulher ingressa mais intensamente no mercado de trabalho remunerado, no pós-guerra, quando surge maior necessidade de mão de obra para substituir os homens que lutavam nas guerras. Nesse período, ocorrem no Brasil uma aceleração no processo de produção e uma modernização implantada pelo governo capitalista, que causa um forte impacto na vida social e familiar. Toda essa reorganização do sistema produtivo gerou um crescimento acelerado da economia capitalista, com o surgimento de várias empresas e um reordenamento das prioridades dentro das famílias. A mulher da classe trabalhadora deixa de ser apenas dona de casa para se inserir no mercado de trabalho. O surgimento de métodos contraceptivos também colabora para a independência dessa mulher. Todas essas transformações fazem surgir um novo perfil de família, com menor número de membros e relações mais individualizadas.

As leituras e reflexões colaboraram para o entendimento de que não se pode afirmar que tais acontecimentos tenham sido a causa única para as transformações ocorridas no âmbito familiar, mas sim, que todos estes fatores tiveram influência em maior ou menor intensidade, de acordo com o contexto histórico.

3.2. Relações Familiares e Representação de Crianças e Adolescentes

Para analisar os discursos das notícias do telejornal *Cidade Alerta*, adotamos um critério analítico crítico, contrapondo o ideal dominante cujos argumentos negam a historicidade das instituições familiares, na medida em que naturalizam essas relações. Entendemos as famílias como uma instituição dinâmica, produto histórico e não natural.

Como um produto histórico, o homem é suscetível a transformações, sendo um ser social que interage com outros seres e com o meio onde vive. O pensamento marxista trás o entendimento de que o homem está sujeito às condições sociais e, ao mesmo tempo, não tem uma relação passiva com esse meio, ao contrário, interfere e interage na história da sociedade e em suas relações. De acordo com Marx e Engels (1999, p. 70):

A história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças produtivas a ela transmitidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa.

Assim, a individualidade do singular não deve ser apreendida desagregada da generalidade. Para se compreender um processo individual, deve-se considera-lo associado a outros processos sociais mais amplos. Dessa forma, analisamos as notícias divulgadas pelo telejornal *Cidade Alerta*, verificando o modo como as relações familiares são naturalizadas pelo discurso do programa que direciona ao agressor e a vítima a culpa pela violência.

Do total de 180 notícias analisadas, 34 tratavam de casos de violência contra crianças ou adolescentes. Foram 14 notícias sobre assassinatos, sete sobre desaparecimentos, três de ameaças, dois de pedofilia, dois de agressão, um de abuso sexual, um de roubo e atropelamento, um de sequestro, um de estupro, um de assédio sexual e um de tentativa de atropelamento. Dos 34 casos, 16 apresentaram uma relação entre a vítima e o (a) agressor (a). Esses dados confirmam que o telejornal tem um perfil preferencial de violência a ser divulgada, ou seja, a equipe do telejornal prioriza as notícias que causam impacto no telespectador. Percebe-se que os casos selecionados para comporem as notícias, são aqueles que causam indignação, levantam polêmicas e envolvem o telespectador. Não foi observada uma considerável diferença entre o sexo e a idade das vítimas. Foram 13 crianças e 18 adolescentes, sendo que 14 eram do sexo feminino e 17 do sexo masculino.

As vítimas sofreram agressão, principalmente, por parte de pessoas mais próximas. Sobre os agressores, das 34 notícias, 21 delas identificavam os agressores, sendo que em sete delas o pai era o agressor, em cinco era o padrasto, duas notícias trataram de casos de pedofilia, duas apresentaram a mãe como a agressora, um o namorado, um o professor, um o vizinho da escola, um o estuprador, um os foragidos da polícia. 13 notícias não apresentaram agressores, que eram desconhecidos ou o caso ainda estava em investigação. Relevante observar que dos 21 agressores identificados, 19 deles tinha uma relação de parentesco ou proximidade com as vítimas.

Guerra (2011) salienta que os casos de violência contra crianças e adolescentes, cometida pelos pais, membros da família ou responsáveis, podem ser compreendidos como uma forma de violação da proteção que deveria ser garantida pelos adultos. Ao se posicionarem como punidores, os familiares e responsáveis negam às crianças e adolescentes a proteção que deveriam garantir.

É notório que a maioria das notícias sobre crianças e adolescentes divulga crimes de assassinatos. Dos 14 casos de assassinato onde se identificou o (a) agressor (a), nove apresentaram agressores (as) com relações familiares com a vítima, sendo que três foram praticados pelo padrasto, cinco pelo pai e dois pela mãe. (Em um deles, na notícia 105, o

agressor era o pai de uma das vítimas e padrasto da outra). Na chamada das notícias a relação pai, padrasto e filhos é bem frisada, como mostra o quadro 2.

Fazendo-se uma análise do Tema e Rema, observa-se nas chamadas que a posição temática é sempre do (da) agressor (a), sendo que, a polícia ocupa essa posição em uma das chamadas (notícia 90) e a vítima em outra (notícia 12).

Quadro 2- Notícias de assassinato com vítimas crianças ou adolescentes tendo pais, padrastos ou mães como agressores

Tema	Rema	Notícia nº
Padrasto	maníaco é flagrado ao espiar enteada no banho	Notícia 6
PM	atira em idoso e criança para se vingar da ex-mulher	Notícia 8
Bebê	é mordido e agredido pelos pais até a morte	Notícia 12
Pai	mata os filhos para se vingar da ex-mulher	Notícia 54
Polícia	procura pai que matou filha depois de cumprir pena de estupro	Notícia 90
Padrasto	sufoca e tira a vida de criança de 11 anos	Notícia 103
Homem	mata o enteado e fere o próprio filho para se vingar da ex-esposa	Notícia 105
Mulher	é presa suspeita de matar o filho de três anos	Notícia 114
Pai	agride e mata filho de oito meses	Notícia 136

Fonte: Dados da Pesquisa (2020). Elaborado pelas autoras.

O destaque é dado ao (a) agressor (a), a vítima recebe a ação, mas quem fica em evidência é quem comete o crime. As vítimas são descritas como vulneráveis, sendo representadas pelas nomenclaturas: *enteada, criança, bebê, filhos e filha*. Nas chamadas das demais notícias as crianças e adolescentes foram representadas como: *enteado (a), criança, bebê, adolescente, jovem, filhos, filha e alunos*.

As notícias enfatizam a ligação familiar entre as vítimas e agressores. O objetivo pode ser sensacionalizar a notícia, escandalizar o público e provocar indignação diante da atitude do agressor. Na notícia de número 54, o apresentador relata a história de um assassinato cometido pelo pai, que mata os filhos após o pedido de separação da esposa e mãe das crianças.

Ele compra corda é isso? para matar os **próprios filhos**. As crianças inocentes, de um e três anos, mal podiam imaginar que naquela altura, o pai, a figura que, teoricamente teria de dar amor, teria de dar segurança, proteção e carinho..., é uma imagem muito

difícil de a gente acreditar que seja verdade, que esse homem foi capaz de fazer tamanha maldade (notícia 54).

O uso do vocábulo *próprio(a) filho(a)* é utilizado também no discurso de outras notícias onde aconteceram assassinatos intrafamiliar. Nas notícias de número 90 e 114 também acontece essa utilização: “Uma criança cheia de vida! Que delícia, que gargalhada gostosa do Rafael! Infelizmente ele morreu e a principal suspeita é a **própria** mãe” (Notícia 114).

Ele mata a **própria filha** de 13 anos. Além de abusar ele mata. [...]. Tamires ainda está em estado de choque, ainda não acredita que Letícia esteja morta, e ainda pior, que seja o **próprio** pai da vítima que tenha praticado o crime. [...]. A mãe agora vai preparar o enterro da filha. [...] Horácio Nazareno Lucas de 28 anos, um homem que se colocava para todos acima de qualquer suspeita. E que preferiu despedaçar a família que construiu ao invés de pagar pelos crimes de abuso que tinha cometido (notícia 90).

No discurso da notícia de número 105, é transmitida uma notícia sobre o assassinato e a tentativa de assassinato de duas crianças (um filho e um enteado). O agressor também buscou vingança por motivo de separação da companheira.

Era para ser uma manhã tranquila de sono para o Érik, de 13 anos de idade, e o irmão, de **apenas** três anos. Os dois dormiam no quarto que fica atrás dessa janela. Foi quando um homem entrou e começou a ataca-los. Erik morreu, o irmão também foi agredido. O assassino achou que o próprio filho estivesse morto, e saiu da casa. [...] Esse criminoso teve coragem de matar o enteado, que criou desde um ano de idade, e também tentou matar o **próprio filho**, de **apenas** três anos (notícia 105).

Os discursos destacam o vínculo familiar entre os agressores e as vítimas como forma de indignar o telespectador. Há uma naturalização das relações familiares, uma cobrança social do afeto, do cuidado nessas relações. O fato de as relações entre os genitores e seus filhos serem naturalizadas e privadas (COMEL, 1998) dificulta a análise sobre o caráter sócio-histórico-cultural dessas relações.

Nesse sentido, Coutinho e Petry (2013) salientam a necessidade de um distanciamento para se analisar e questionar as normas sociais que são incutidas em cada indivíduos no contexto da cultura e da sociedade. As autoras argumentam que não se deve aceitar verdades absolutas, afinal, as relações e normas são criadas socialmente, e, somente com o afastamento será possível desnaturalizar as relações, perceber que o normativo é passageiro e sofrerá modificações com a passagem do tempo.

Na sociedade atual, a naturalização das relações leva a uma cobrança social do afeto e do cuidado por parte dos genitores. Assim, a culpa pela violência é totalmente direcionada aos agressores, que são descritos como monstros e aberrações da natureza por apresentarem uma conduta contrária daquela aceita como natural.

Outra forma de chamar atenção para os crimes e culpabilizar os agressores é destacando a idade das crianças, com o intuito de aumentar a indignação dos telespectadores. O uso do termo **apenas** é uma forma de dar mais ênfase a pouca idade da criança agredida.

O telejornal destaca o vínculo familiar para sensacionalizar a notícia, enfatizando sempre que o crime foi cometido pela própria mãe, próprio pai, ou por pessoas que deveriam proteger as crianças, como na notícia de número 6. A repórter frisa a ligação do agressor com as vítimas, relatando um crime cometido: “Os crimes que Sinval praticou foram dentro desta casa. Ele morou aqui por um ano, junto com a ex-companheira e dois filhos dela, uma adolescente de 16 anos e um menino de 12. As vítimas de Sinval”. O discurso da repórter representa a criança e o adolescente como vítimas do agressor, o padrasto, que deveria protegê-los.

Tanto o apresentador como os repórteres do programa, adotam um tom de voz que demonstra tristeza ao transmitir a notícia de morte das vítimas. Na notícia de número 8: “Foi atingida por mais de um tiro e morreu no local” e na notícia 103, “Chegamos rápido ali no local, porém nada vamos poder fazer, por que há uma informação sim de uma morte de uma criança de 11 anos com sinais ali de sufocamento. [...] uma ocorrência triste”. As notícias têm o propósito de comover o telespectador. A tristeza pelo ocorrido colabora para culpabilizar ainda mais o agressor, afinal, a tristeza foi causada por ele, o único culpado. Não há espaço para questionamentos, argumentos ou análises mais detalhadas. A mensagem é sempre a mesma: aconteceu um crime e o agressor é o único culpado.

Para analisar o discurso sobre a representação de crianças e adolescentes no telejornal, será apresentado, na íntegra, a notícia número 12, visando analisar o discurso sobre as relações familiares. Nessa notícia foi divulgado um caso de violência intrafamiliar, envolvendo o pai e a mãe de uma criança de oito meses. Antes mesmo de divulgar o crime, há toda uma preparação, uma contextualização do ideário de família da sociedade atual:

Notícia 12

Apresentador: Vendo a foto Percival, né? o bebezinho, aliás agora a pouco eu estava gravando o especial de 65 anos aqui da Record com Porchat, com Ana Hickmann, com a Sabrina, com César, com Mion e com a Renata e boa parte da entrevista foi dedicada não é? à grande realização de todos que é ter um filho. A Tice teve há pouco tempo, Ana Hickmann teve há pouco tempo, Sabrina tá grávida, não é? Enfim, é a grande realização de famílias bem constituídas. Uma pena que esse bebezinho nasceu na família errada. Esse bebezinho que você está vendo, com apenas oito meses, viveu um verdadeiro inferno dentro de casa e é exatamente o que eu dizia antes do intervalo. Na hora de fazer Percival, não vê a hora, não é Perci?

Comentarista: É...na hora de fazer é bom, né?

Apresentador: Na hora do bem bom chega correndo em casa?

Comentarista: Na hora da responsabilidade não tô nem aí.

Apresentador: Vem para mim por favor. O fato é que esse rapaz, qual o nome do sujeito que tá preso? o fato é que o pai do bebê, ele não sabia que uma criança chorava,

ele dizia não saber que a criança acordava de madrugada com fome pedindo colo da mãe. Washington naquela altura, não sabia que o filho que ele ajudou a fazer, porque afinal de contas não é só da mulher, ele não sabia que a criança chorava. E foi exatamente o choro que fez com que o Washington perdesse a cabeça e cometesse isso.

Repórter: Quando Érica chegou com o filho no colo aqui na emergência do hospital, chamou as enfermeiras e disse que o menino estava desacordado desde às 5 horas da tarde. Logo as funcionárias constataram que a criança já estava morta há mais de duas horas. Questionaram a Érica, ela logo tentou sair do hospital, mas foi contida imediatamente. A médica ligou para o 190, uma viatura da polícia militar veio até aqui, conversou com Érica. Ela disse que o menino estava sob os cuidados do pai e que ela não sabia o que havia acontecido. Também tentou dar uma versão de que os filhos mais velhos de três e cinco anos de idade teriam agredido o bebê de apenas 8 meses de vida. A versão não convenceu. Os policiais colocaram a Érica na viatura e foram até o trabalho do marido. Lá, Washington foi flagrado pelos policiais tentando fugir. Ele já sabia que o filho já estava morto. Confessou para a polícia que, naquele dia, estava muito nervoso. Como trabalha durante a noite, fica durante a tarde em casa dormindo, mas a criança chorava muito. Foi aí que ele morreu, beliscou, chacoalhou o menino e deixou a criança cair. O menino convulsionou.

Policial: Aí ele caiu [não compreensível] e você saiu para trabalhar? É isso?

Pai: Ele começou espumar, depois ele ficou bem. Não ficou bem. Não ficou bem assim... ficou meio acordado, aí eu tomei banho, saí para trabalhar e nem olhei mais.

Policial: Aí você nem pensou em levar ele para o hospital... socorrer nem nada?

Repórter: Mesmo assim, ele não socorreu, deixou a criança de oito meses deitada na cama, em seguida, foi trabalhar. O menino já estava morto. Érica e o Washington estão na delegacia. Serão ouvidos pelo delegado. A polícia não tem dúvidas de que os dois têm participação na morte do menino.

O apresentador inicia a notícia exibindo a foto da família. Na imagem, o enquadramento da fotografia, com o pai, a mãe e a criança entre eles, transmite a mensagem de uma família feliz. O apresentador interrompe a notícia para comentar sobre a mensagem de final de ano da emissora, onde gravou com alguns colegas e enfatiza sobre o desejo de toda família *bem constituída* e do *desejo de todos* de ter um filho.

Analisando o discurso do apresentador, pode-se questionar sobre o que ele quis dizer com famílias bem constituídas e também se realmente é o desejo de todos terem um filho. Subentende-se que o apresentador se referiu ao modelo de família ideal. Assim, esse discurso se apresenta como uma evidência da existência de preconceitos socialmente constituídos, numa cultura que adotou o modelo de família patriarcal como referência para a normalidade, ou seja, uma família com pai, mãe e filhos.

Quanto a vontade de ter filhos, é questionável a afirmação de que é um desejo de todos. De acordo com informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) na qual o IBGE toma como referência para a família, a unidade residencial, o perfil de família extensa deixou de ser maioria nas famílias no Brasil. Os dados relativos ao ano de 2005 revelam que esse modelo de arranjo ocupava 50,1% dos domicílios pesquisados. Uma mudança considerável foi apresentada nos dados referentes ao ano de 2015, quando esse arranjo representou 42,3%. A

pesquisa também revelou que quase um em cada cinco lares no momento da pesquisa, era composto por casais sem filhos (19,9%), e ainda, em relação aos arranjos familiares, em 14,4% das residências só havia um morador (família unipessoal).

Caetano et all (2016) pesquisaram relatos de experiências e depoimentos de casais que optaram por não terem filhos. O estudo concluiu que a tradicional família vem se modificando e que as realidades vêm se transformando, não apenas na prática, mas também na representação. Existe uma escolha consensual de uma vida sem filhos, com outras prioridades como carreira, estabilidade econômica e liberdade por exemplo.

Retomando os discursos na notícia, o apresentador e o comentarista trocam frases curtas com ironia, mencionando a atitude de casais que gostam de fazer sexo, mas não querem assumir o filho, numa linguagem pejorativa. Em seguida, o apresentador chama a atenção para si, começa a relatar o caso, critica o agressor e inicia a narrativa da repórter.

De forma detalhada, é relatada a ocorrência, com depoimento do agressor que é questionado por um policial. O agressor responde às perguntas de cabeça baixa e a foto da família é exibida alternadamente durante toda a exibição da notícia. Não foi comprovada a participação da mãe na agressão, mas ela é considerada culpada e criminalizada pela notícia.

A criança é representada pelas nomenclaturas: *bebê*, *bebezinho*, *filho*, *menino* e *criança*. O nome não é revelado. Durante toda a notícia a criança é descrita como vítima, indefesa, alvo da crueldade dos pais.

Em uma pesquisa sobre crianças vítimas de violência doméstica, Deslandes (1994) enfatiza que seus dados evidenciaram que a mãe foi a principal agressora. Esse resultado é justificado pelo autor, pelo fato de ser a mãe que passa mais tempo com a criança. A permanência dentro do espaço privado, passando grande parte do tempo nos cuidados com a criança, pode gerar “sérias frustrações para a mulher, pois essa se vê obrigada, por ter filhos pequenos ou por determinação do companheiro, a se restringir à “vida doméstica”, quando também desejaria para si outros horizontes de realização pessoal” (p. 182). O autor cita a pesquisa de Condon (1986) o qual alega que, nos casos em que é o pai quem passa mais tempo nos cuidados com a criança, é ele, o pai o principal agressor.

Na busca da sensacionalização da notícia, a chamada diz: *Bebê é mordido e agredido pelos pais até a morte*. Além disso, a mãe é culpabilizada no discurso durante a notícia, afinal, a sociedade espera que toda mãe tenha o chamado *instinto materno* e proteja seus filhos. No entanto, a relação da família com a criança se apresentou de forma diversificada no desenvolvimento histórico das sociedades. Por exemplo, o sentimento do amor maternal nem sempre foi como o que conhecemos na atualidade. Nesse sentido, Badinter (1985) questiona se

realmente seria o amor de mãe um instinto feminino ou um sentimento construído a partir de um comportamento social, que vai ser diversificado, de acordo com cada época e sociedade. A autora denomina como *mito* esse sentimento e salienta a diversidade do tipo de envolvimento entre mãe e filhos:

A história do comportamento materno das francesas nos quatro últimos séculos não é muito reconfortante. Ela mostra não só uma grande diversidade de atitudes e de qualidade de Amor, mas também longos períodos de silêncio. Alguns dirão talvez que palavras e comportamentos não revelam todo o fundo do coração e que resta algo de indizível, que nos escapa. A estes, somos tentados a responder com a frase de Roger Vail-land: “Não há amor, há apenas provas de amor.” Então, se faltam provas, por que não deduzir as consequências dessa. (BADINTER, 1985, p. 14).

Conforme Ariès (1986) o sentimento de infância, a dedicação à formação social da criança são práticas que surgiram na modernidade, costumes que se concretizaram a partir do desenvolvimento histórico da sociedade. Foi no final do século XVII, que o tratamento dado às crianças se modificou, surgindo o cuidado com a maneira de se vestir, a dedicação à educação da criança e a preocupação em separar os filhos dos ricos dos filhos dos pobres. No entanto, a partir da compreensão da condição especial de criança, passou a ocorrer o confinamento, castigos e punições como forma de educação.

Com o sentimento de infância, surge o sentimento de família. Os pais passam a se preocupar com a educação e saúde dos filhos, o sentimento de infância vai mover as famílias para o cuidado com as crianças e a preocupação com o futuro delas. Esse zelo com os filhos vai ocorrer no período em que o capitalismo começa a se instalar na sociedade ocidental.

Cabe salientar que o sentimento de infância e o cuidado para com as crianças eram privilégios de famílias com posses, que passaram a se preocupar com a educação de seus filhos, exercendo a família um papel de vigiar e proteger suas crianças, um princípio que, conforme Ariès (1986, p. 142), “só seria aplicado ao pé da letra nos internatos jesuítas, nas escolas de Port-Royal e em algumas pensões particulares, ou seja, em estabelecimentos que abrigavam apenas um pequeno número de crianças ricas”.

A violência que atinge as crianças e adolescentes dentro de suas famílias pode ser resultado de contextos exteriores, onde as relações sociais são marcadas pela violência que é transmitida aos relacionamentos intrafamiliares, afetando o cuidado com o outro. Boff (1999) enfatiza que o cuidado abrange mais que um ato, envolvendo também um comprometimento, uma responsabilização, um envolvimento afetivo com o ser que recebe os cuidados.

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes abrange todas as classes sociais, como comenta Saffioti (2000) e reitera Silva (2002):

[...] atribui-se a existência de violência doméstica/intrafamiliar às classes sociais menos favorecidas, mas nos parece que tal tipo de interpretação, além de revelar desconhecimento do problema, resulta de uma leitura distorcida da questão. O que pode acontecer é que as pessoas socialmente mais favorecidas contam com recursos materiais e intelectuais mais sofisticados para camuflarem o problema, como o acesso mais fácil a profissionais em caráter particular e sigiloso; histórias e justificativas mais convincentes quanto aos “acidentes” ocorridos com suas crianças e adolescentes; poder aquisitivo para burlar a lei etc. Diferentemente, aquelas pessoas que pertencem às classes populares são denunciadas com maior frequência e não dispõem de recursos materiais para utilizarem serviços profissionais particulares, tendo que recorrer aos serviços públicos de saúde no socorro a suas vítimas (SILVA, 2002, p. 33).

Adotando-se uma visão totalizante, observamos que a realidade evidencia um cenário onde as questões estruturais da sociedade capitalista influenciam e condicionam as ocorrências de violência envolvendo crianças e adolescentes. No entanto, esse cenário não é apresentado pelo telejornal. A prioridade são casos que culpabilizam a família, mães, pais, padrastos, de forma a direcionar a culpa para o espaço privado e, ao mesmo tempo, causar indignação no telespectador, afinal, quem deveria proteger exerce o papel de agressor (a).

Essa visão simplista e unilinear traz o entendimento de que os casos apresentados nas notícias tratam-se de ocorrências onde há, de um lado, um (a) agressor (a) que tem a maldade inata e, de outro, uma criança ou adolescente que será sua vítima. Essa compreensão nega a realidade onde a violência que envolve crianças e adolescentes, cujo resultado multicausal e interativo de um sistema político e social que atinge toda a sociedade.

Em relação ao programa *Cidade Alerta*, a notícia número 127 apresenta um caso de estupro e assassinato, uma violência extrafamiliar envolvendo uma adolescente de 16 anos, sendo o agressor um desconhecido. Primeiramente, o telejornal divulgou o desaparecimento da adolescente, que tinha ido a uma festa e voltado sozinha, conseguindo carona até a rodoviária mais próxima, onde acabou aceitando a carona do segurança do local. Após ficar desaparecida por uma semana, o corpo da adolescente foi encontrado em uma área de mata. Todos os passos da investigação foram acompanhados pelo programa, e quando o agressor foi identificado e preso, o caso foi reapresentado.

Notícia 127

Repórter: Frio e sem nenhum arrependimento, Michel encara as câmeras. Quando você ofereceu a carona para ela você já pretendia estuprá-la? Michel, você foi atrás dela? Ela era uma isca perfeita para você?
 Michel não quer falar, ele permanece calado, mas para polícia ele confessou o crime. Foi dessa forma que ele passou os últimos dias, achou que não seria preso e acompanhou o caso Rayane todos esses dias. Mas a polícia já tinha as pistas, sabia que aquele homem, até então acima de qualquer suspeita, tinha matado Rayane.
 Delegado: Ele matou propositalmente, não houve um acidente de percurso nessa história toda, ele matou porque queria matar, exatamente.

Repórter: Jovem bonita e sozinha, Michel encontrou o momento exato para agir, mas o que para ele parecia ser um crime perfeito, deixou rastros, indícios e pistas que fizeram com que a polícia chegasse até ele. [...].

Delegado: Eu gostaria de ressaltar a extrema dificuldade na investigação, a complexidade e a dificuldade na investigação de um desaparecimento. Pela minha experiência que eu tenho, eu acho que a investigação mais difícil, mais complexa é a de desaparecimento.

Repórter: Mas algumas pistas foram cruciais para o esclarecimento do caso. Antes de mostrar o que cada material revelou durante a investigação, vamos contar os detalhes, como Michel chegou até Rayane. Foi aqui, neste terminal rodoviário que Rayane permaneceu. Foi neste local que o destino que a levaria para um fim trágico começou a ser traçado. Rayane estava sentada em uma dessas cadeiras, esperando o momento exato em que os ônibus voltassem a circular. Desta forma, ela conseguiria voltar para casa. Minutos antes de sentar neste banco Rayane pegou uma carona, depois de sair da festa lá no sítio, ela decidiu ir embora sozinha. De acordo com a polícia, Rayane caminhou pela rodovia por alguns metros, até que o motorista de aplicativo passou. E uma moça muito arrumada, andando sozinha naquele horário, ficou muito preocupado, perguntou se ela queria uma carona, ela disse que iria para Mogi das Cruzes, ele contou que não poderia levar até lá, mas que viria para Guararema, no interior de São Paulo, que se ela quisesse, ele a deixaria aqui no terminal rodoviário, para que ela pudesse voltar para casa logo depois. Rayane aceitou, foram cerca de 15 km até chegar aqui, o motorista parou o carro a cerca de 20 metros daqui da rodoviária. Rayane se despediu, agradeceu a carona e desceu. Ela veio diretamente aqui para o terminal rodoviário. Diferentemente deste cenário que nós estamos vendo agora, muitas pessoas, um movimento grande, naquela madrugada em que Rayane chegou aqui no terminal, estava tudo vazio, muito escuro, não havia ninguém nem mesmo esses ônibus que costumam ficar parados, eles também não estavam aqui. Rayane viu que o único jeito era esperar, e por isso que ela decidiu sentar no banco, e aqui ficou, aguardando o horário para voltar para casa. O que ela não sabia, é que o homem que estava ali, exatamente naquela direção, parado, vestido de preto, o segurança, já estava de olho nela. [...]. E foi exatamente daqui que Michel viu uma presa fácil.

O enfoque da notícia está no agressor e na descrição do crime. A vítima fica em segundo plano. De acordo com a Gramática Sistêmica Funcional, o processo material é utilizado para destacar a participação de um ator em determinado discurso, quando esse ator é responsável pelo fluxo do processo. Esse processo foi empregado na notícia para representar o agressor: *encara, ofereceu, foi, permanece, confessou, passou, acompanhou, matou, encontrou, chegou, viu.*

No caso da vítima, o processo material é utilizado somente no final do discurso, quando a repórter narra seus passos antes do crime: *pegou, permaneceu, caminhou, aceitou, despediu, agradeceu, desceu, veio, chegou, viu, decidiu, ficou.*

A adolescente é representada pelas nomenclaturas: *isca perfeita, jovem bonita, moça muito arrumada, presa fácil.* Essa representação remete ao entendimento de que a vítima se colocou em perigo, estava muito arrumada e sozinha, se tornando uma presa fácil, de forma a culpabilizar a vítima pela violência sofrida. O nome da adolescente é citado durante toda a notícia, representada como um alvo, uma presa para o agressor. A beleza física da adolescente é considerada como uma vulnerabilidade à violência.

Esse discurso é compreensível por se materializar em uma sociedade em que, até 2009, o crime de estupro era considerado um crime contra os costumes. Somente com a promulgação da Lei 12.015/09 que passou a ser considerado no Código Penal. A Lei também trouxe avanços no sentido de considerar além da mulher o homem como vítima e evoluir o conceito de estupro, considerando esse não apenas a conjunção dos corpos, mas também como qualquer ato libidinoso. Ainda assim, a sociedade brasileira vivencia uma realidade de comportamentos, discursos e práticas machistas e preconceituosas e o programa colabora com essa realidade.

O discurso chega até o público do *Cidade Alerta*, que vai consumir essa ideologia que culpabiliza a mulher pela violência, enaltecendo a hegemonia masculina, resquícios do patriarcado. O espectador, geralmente, concorda com as afirmações, se familiarizando com o vocabulário, com os jargões e, possivelmente, reproduz essas verdades, na forma de pensar, nas atitudes, ou em seu discurso, que vai se apropriar das ideologias disseminadas pelo programa. Assim, a notícia reproduz e reforça valores machistas e misóginos, justificando a violência pelo comportamento da mulher, pela forma dela se vestir ou pelos lugares que frequenta.

A violência é naturalizada, de forma que as vítimas sejam culpabilizadas, julgadas como vulneráveis e sujeitas às agressões. Crianças e adolescentes recebem uma representação de fragilidade, assim como a pessoa idosa, que também é retratada nas notícias do telejornal.

3.3. A Violência Contra a Pessoa Idosa

Segundo Minayo e Almeida (2016, p. 435), a definição mais universal de violência contra a pessoa idosa é a adotada desde 1995 pela *Internacional Network for the Prevention of Elder Abuse*, utilizada inclusive pelo Ministério da Saúde (MS) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS): prática de ações ou omissões cometidas uma ou muitas vezes que prejudicam a integridade física e emocional da pessoa idosa, impedem seu desempenho social e quebram sua expectativa em relação às pessoas que a cercam, sobretudo filhos, cônjuges, parentes, cuidadores e comunidade. No Brasil, o Estatuto do Idoso define que violência contra esse grupo social é qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.

De acordo com o Disque 100, dos casos de violações 52,9% são contra pessoas idosas e foram cometidos pelos filhos, seguidos de netos (com 7,8%), sendo a casa da vítima o local com maior evidência de violação, 85,6%. As pessoas mais violadas são mulheres com 62,6% dos casos e homens com 32%, sendo eles da faixa etária de 71 a 80 anos com 33% e 61 a 70 anos com 29% (BRASIL, 2019).

Minayo (2003) afirma que a maioria das culturas tende a separar os indivíduos com mais de 60 anos, segregá-los e, real ou simbolicamente, a desejar sua morte. Segundo Beauvoir (1976), desde as sociedades primitivas, o estatuto dos velhos é definido de maneira coletiva e seu destino depende da visão que a sociedade tem da velhice. Na maioria das civilizações rudimentares, em condições desfavoráveis de sobrevivência, o velho era considerado como uma carga. Beauvoir (1976) cita inúmeros exemplos dessa situação e destaca alguns ritos que envolvem o “descarte” do velho.

Beauvoir (1976) afirma que, ao longo da história, nas civilizações tidas como civilizadas, os velhos foram respeitados quando era de interesse social evitar rivalidades anárquicas entre seus membros e manter a ordem estabelecida. Quando a propriedade e o acúmulo de riquezas eram valorizados, os velhos eram eleitos como dignos representantes, cuja autoridade não era questionada. Do contrário, eram tidos como um peso social. E os velhos minoritários e improdutivos tinham seu destino escolhido pelo interesse das maiorias.

No século XX, a principal representação social é aquela que vê a velhice como sinônimo de incapacidade. No sistema capitalista, a economia se baseia no lucro e é praticamente a ele que está subordinada toda a civilização. Nesse sistema, o corpo humano visto como corpo máquina, só desperta interesse à medida que se faz produtivo. Em seguida, quando deixa de ser produtivo, é rejeitado. A sociedade capitalista impõe, à maioria dos velhos, um padrão de vida tão miserável que a expressão “velho e pobre” (ou vice-versa) quase chega a um pleonismo (BEAUVOIR, 1976).

Em nossas sociedades, o desejo social de morte dos idosos se expressa, sobretudo, nos conflitos intergeracionais, maus-tratos e negligências, cuja elaboração cultural e simbólica se diferencia no tempo, por classes, por raça e por gênero. No caso brasileiro, as violências contra a geração a partir dos 60 anos se expressam em tradicionais formas de discriminação, como o atributo que comumente lhes é impingido como ‘descartáveis’ e ‘peso social’ e esse estereótipo é utilizado como justificativa para os casos de violência (MINAYO, 2003).

Corroborando essa visão, Camarano, Kanso e Fernandes (2008) afirmam que, no Brasil, parte dos acidentes e traumas sofridos pelos idosos nos espaços públicos e privados pode ser resultado da baixa valoração que eles têm na sociedade brasileira. Outra dimensão dos traumas ocorridos na esfera doméstica diz respeito aos maus tratos sofridos por muitos idosos por parte de parentes e empregados.

A literatura internacional sobre a violência intrafamiliar aponta que 90% dos casos de maus-tratos e negligência contra as pessoas acima de 60 anos ocorrem nos lares, nas quais filhos e cônjuges são os principais agressores (MINAYO, 2003). Pesquisas nacionais, como a de

Alves (2008), apontam que as mulheres representam aproximadamente a grande maioria das vítimas da violência intrafamiliar, nas quais os principais agressores são os filhos e os netos. Guimarães *et al* (2018) acrescentam que, na maior parte dos casos, o agressor são pessoas conhecidas e/ou da família, do sexo masculino e as ocorrências acontecem na residência da vítima.

De maneira complementar, a literatura investigada por Minayo (2003) consta que a caracterização do agressor vincula-se as situações de risco que os idosos vivenciam em suas casas, destacando: o agressor e vítima são coabitantes; a dependência financeira de filhos com pais em idade avançada ou quando os idosos são os responsáveis pelo provimento orçamentário dos filhos; existência de vícios como a dependência química e o alcoolismo, sejam eles por parte dos idosos ou de outro residente ou cuidador; existência de um ambiente familiar propício à violência, com comunicação ineficaz entre os membros, vínculos frouxos e de pouco afeto; isolamento social dos familiares e da pessoa de idade avançada; histórico familiar marcado pela violência, o que inclui a possibilidade do idoso ter sido uma pessoa violenta e, por último, os quadros de doenças psicossociais ou mentais/psiquiátricas.

Assim, não se pode relacionar a violência intrafamiliar contra a pessoa idosa apenas ao processo de envelhecimento-adoecimento, visto que nem sempre o quadro de dependência dos mesmos é o principal motivo para as agressões, maus tratos ou crimes.

A violência contra a pessoa idosa é considerada como um problema de saúde pública, cabendo ao Estado, considerando a Constituição Federal – CF 1988, garantir a segurança da população que envelhece.

Quanto a essa proteção, vale salientar o caráter familista da política social no Brasil, principalmente após a diminuição do Estado em relação ao oferecimento de serviços públicos, processo esse, acentuado com a adoção do sistema neoliberal, a partir de 1990, que colaborou para a diminuição do Estado e responsabilização da família em promover o bem-estar dos seus membros.

A pessoa idosa estava representada em oito das 180 notícias analisadas. Como evidencia o Quadro 3. Apenas uma dessas notícias tratou de informar uma morte natural, enquanto as demais incluíram os crimes de assassinato (quatro); crimes contra o patrimônio (duas) e cárcere privado (uma).

Quadro 3 - O idoso no Programa *Cidade Alerta*

Nº	Data (2018)	Chamada	Vítima	Agressor	Crime
71	29/set	Único suspeito, Gustavo “Batata” admite ter matado Dona Cecília com dois tiros	Idosa Mulher Branca 69 anos	Homem Branco	Assassinato
77	02/out	Áudio revela plano de idoso após a morte da amante	Namorada Mulher negra 62 anos	Namorado Homem negro 64 anos	Assassinato
88	05/out	Comerciante é executado na porta de casa	Homem Branco 78 anos	Não identificado	Assassinato
91	06/out	Idosos são os principais alvos de falsos técnicos	Homens Branco 85 e 87 anos	Estelionatários Em investigação	Crime contra o patrimônio
104	16/out	Morre o jornalista e radialista Gil Gomes	Jornalista Homem Branco 78 anos		Sem crime Morte Natural
109	18/out	Idosa de 80 anos é resgatada depois de ser mantida refém pelo filho	Mãe Mulher 80 anos	Filho Homem 41 anos	Cárcere privado
115	20/out	Jovem empresário casado com a tia-avó é suspeito de aplicar golpe para receber pensão	Ex-Esposa Mulher Branca 95 anos	Ex-Marido Homem Branco 28 anos	Crime contra o patrimônio
141	09/nov	Casal de amigos da cantora Paula Fernandes é assassinado em fazenda	Casal Mulher de 76 anos Homem 78 anos	Casal e cunhado Homem Mulher	Assassinato

Fonte: Dados da Pesquisa (2020). Elaborado pelas autoras

O idoso nas chamadas

As chamadas das notícias forneceram pistas sobre os significados da velhice para o programa. Na notícia número 71, *Único suspeito, Gustavo “Batata” admite ter matado Dona Cecília com dois tiros*, enquanto o homem de 30 anos é tratado por apelido “Batata”, a mulher de 69 anos recebeu o pronome de tratamento “dona”.

Segundo Scalzilli (2016), é vasto o repertório que agrega sentidos ao pronome dona. No caso da notícia ele faz referência à idade e está diretamente vinculado às acepções dicionarizadas (nobreza, fidalguia e importância social), que se deixa apreender, por extensão, como sinônimo de superioridade, lisura moral, sabedoria, exemplo cívico. O costume

linguagiero reproduz tais sentidos no uso cotidiano do tratamento dispensado a mulheres estimadas, principalmente as idosas (SCALZILLI, 2016). Já o uso de gírias e apelidos faz parte, principalmente, do linguajar jovem e remete a informalidade, ao despojamento e a brincadeira.

Além de *dona* e *idoso*, no conteúdo das notícias, a palavra *aposentado* também é utilizado para fazer referência aos sujeitos com idade superior aos 60 anos, como pode ser observado nos destaques a seguir, extraídos das notícias número 71, 77 e 115 respectivamente:

Um dia depois que o principal investigado confessou ter matado a Dona Cecília, **aposentada** que estava desaparecida há mais de 20 dias [...] (apresentador). Pelo menos ele pensava isso, agora o corpo da **aposentada** [...]. Gustavo Batata chega a dizer que não tinha interesse na morte da aposentada (repórter).

A **aposentada**, Vera Lúcia de 62 anos, morreu depois de cair da janela do quarto do empresário (repórter).

O empresário chegou a receber o pagamento antes que o caso despertasse suspeita do servidor do INSS. Os advogados descobriram que a médica **aposentada** apresentava problemas de saúde (repórter).

Concone e Murta (2009), destacam que, a regra de “explicitação/ocultação” de Cronos é acompanhada pela “regra de substituição”, na qual se nota o uso da definição “aposentado” ou “aposentada” em lugar da idade, quando a notícia envolve pessoas comuns. Para as autoras, há uma identificação imediata entre idade cronológica (supostamente alta) e condição de aposentadoria. A palavra “aposentado/a” também substitui a expressão “idoso/a”. Assim, notamos a produção de uma “identidade reduzida”, das pessoas comuns, isto é, faz-se uma relação, tomada como suficiente, entre aposentadoria e identidade. Assim, as pessoas comuns são frequentemente “reduzidas” à condição de “aposentadas”, como se nada mais fosse necessário acrescentar.

Notamos também a incoerência entre as chamadas e o conteúdo das notícias. Na notícia número 91 (*Idosos são os principais alvos de falsos técnicos*) com o seu conteúdo, o programa não apresenta dados demográficos ou resultados de estudos científicos para inferir sobre o coletivo “*idosos são os principais [...]*”, conforme pode ser observado no destaque do excerto a seguir:

Esse vídeo dessa história. Tá no ponto aí? Presta atenção! Você tem TV a cabo na sua casa? Me dá as imagens nessa história. Presta atenção no que aconteceu: **um casal** de idosos, né? **Um casal tá em casa**, o telefone toca, fala: oi oi olha, eu sou da empresa de TV a cabo de vocês. Oi, tudo bem? Tá com problema, mas aqui tá funcionando certinho liga todo dia na Record e

consigo assistir todo dia programação da Record. Falou, não..., mas tá dando problema aqui no nosso sistema. Olha, essa é uma das vítimas, esse é o homem também vítima dessa história, viu? Mas a gente precisa marcar uma visita na sua casa. Coitado! Na inocência, eles concordaram. Aí de repente, chega quem? Os homens que seriam os técnicos, mas na verdade não são os técnicos coisa nenhuma. Fazem parte de uma quadrilha, eles invadem a casa dos idosos, amarram os idosos, roubam tudo que eles vêm pela frente e mais, levaram joias e R\$ 100.000 em dinheiro. A notícia vai te contar e também até serve mesmo de orientação. Veja! (Apresentador)

O programa usa a análise de um caso para falar sobre o coletivo. Conforme Rooke e Sandi (2015), o programa é considerado como jornalismo investigativo ou policial, e não apresenta provas concretas na sua apuração. Demonstrando no seu conteúdo superficialidade, prisões, tráfico de drogas, dentre outros. Não há um questionamento, estatísticas, o que causa a sensação, de estarmos vulneráveis a todo instante e que uma ação violenta, podem acontecer a qualquer momento.

Para Patias (2006), é próprio do jornalismo sensacionalista usar da apelação para atrair a atenção do público e fabricar uma nova notícia que passa a se vender por si mesma. Nesse gênero de jornalismo, “o mais importante é a manchete, que faz o leitor ou telespectador ler ou assistir apenas por atração, por sensação, por impacto, por curiosidade despertada” (p. 1). A falta de correspondência entre chamada e texto, também foi observada na notícia número 141, no qual o nome da cantora Paula Fernandez foi utilizado apenas para despertar a curiosidade do leitor, sem efetivamente estar relacionada ao conteúdo divulgado ou agregar informação relevante ao fato narrado, como mostra o trecho:

[...] Nas redes sociais, a cantora **Paula Fernandes** lamentou a morte dos dois. Foi o Leandro quem cuidou do cavalo dela, o Sereno. **Paula Fernandes** diz que estava de coração partido (Repórter).

Assim, fica evidenciada a importância de chamadas apelativas, que despertem a curiosidade do leitor, mesmo que o conteúdo das notícias não se correlacione de maneira fiel com as chamadas.

O idoso com vítima da violência

Nas notícias que mostram o idoso como vítima de violência, as notícias refletiram, principalmente, resultados ligados à violência física (assassinatos e cárcere privado) e a violência econômico-financeira e do patrimônio (estelionato, expropriação de bens etc.). Estes dados corroboram o estudo de Côrte e Gomes (2007) e Teixeira (2018) que analisaram a

cobertura jornalística sobre violência e velhice em notícias impressas e digitais. Para as autoras, os idosos eram vitimados por crimes que colocavam em risco a vida das pessoas: assassinato, sequestro, roubo, atropelamento e crime sexual.

A palavra “casa” apareceu em seis das oito notícias nas quais o idoso aparece como vítima. A “residência”, que apareceu em outras duas notícias, indicando que os agressores tinham acesso à habitação das vítimas ou comentaram os crimes dentro das mesmas, conforme indicou Minayo (2003).

O sexo das vítimas e o perfil dos agressores também confirmaram os dados da literatura. Nas oito notícias nas quais o idoso apareceu como vítima, em quatro delas o personagem era uma mulher. Além destes, nos dois casos restantes, as vítimas eram casais, no qual a mulher também aparece como um dos componentes. Ademais, em duas notícias, o agressor era o cônjuge ou namorado (n.º 77 e n.º 115) e, em outra, o agressor era o filho (n.º 109).

A notícia número 77 narra o caso de um idoso, envolvido em um triângulo amoroso, como suspeito do assassinato da ex-namorada. O tema da notícia refere-se ao vazamento do áudio no qual o agressor solicita a um técnico de informática a exclusão das imagens de câmeras externas localizadas na casa do idoso, como forma de apagamento dos fatos registrados no dia do crime. Esses elementos são capazes de contrariar a versão fornecida por ele e contestar a ocorrência de uma possível violência doméstica.

Sobre crimes contra o patrimônio cometidos por membros familiares, a notícia número 115 refere-se ao caso de um jovem de 19 anos, casado com sua tia-avó de 84 anos, que foi considerado suspeito de se relacionar intencionalmente com a idosa para receber pensão. A notícia enfatiza a possibilidade da mãe do jovem, que trabalha em uma agência Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ter participação no crime. A denúncia partiu de um funcionário do INSS que desconfiou da existência de vínculos matrimoniais. No discurso da notícia, o suspeito, que tinha a tutela da idosa, se aproveitou da doença e da incapacidade da mesma para cometer os crimes, como mostram os destaques:

Os advogados descobriram que a médica aposentada apresentava **problemas de saúde** e tinha sido **internada em clínicas para idosos antes do casamento**, realizado no dia 10 de janeiro de 2009. O relatório enviado pela procuradoria à justiça federal pedindo a suspensão dos benefícios concedidos a Diogo consta que a idosa passou por, pelo menos, **duas clínicas e um hospital. A capacidade dela tomar decisões na época do matrimônio é contestada**. Os advogados citam que o empresário entrou com o pedido de interdição da tia avó, na terceira vara de família e **que ela se tornou tutelada do suposto marido**. A investigação apontou ainda a suspeita de participação da mãe de Diogo no esquema de fraude previdenciária. A mulher é funcionária do INSS. O caso foi analisado pela justiça federal e a decisão do juiz da 3ª

vara cível criminal foi favorável à suspensão dos benefícios, já que **não havia indício de vínculo matrimonial** (Notícia 115).

Dessa forma, o discurso da velhice, marcada pela incapacidade cognitiva e pela doença corporal, fragiliza o velho, justificando sua exploração pelos mais jovens.

Por último, a notícia número 109 tematizou os crimes que envolvem cárcere privado, sequestro e possíveis maus tratos cometidos por um filho contra a mãe, de 89 anos. O filho também tem histórico de violência doméstica cometido contra sua ex-esposa, o que sinaliza um potencial para a misoginia por parte do agressor.

Pela análise das notícias, percebemos que a mulher idosa é duplamente vítima da violência, por ser mulher e por ser idosa. Para Beauvoir (1976), a velhice não tem o mesmo sentido nem as mesmas consequências para homens e mulheres. Enquanto o homem adulto surge como *outro* a partir do momento que perde suas faculdades, tornando-se como um puro objeto, esse processo é ainda mais radical para as mulheres.

Assim, as notícias evidenciaram que, no Brasil, a violência estrutural contra a pessoa idosa, está atrelada as questões de gênero, partindo-se da concepção que a sociedade brasileira se estrutura pelo machismo. Além disso, a exploração financeira ou material evidencia o discurso que liga o idoso a falta de poder, de autonomia e de independência, à fragilidade e a decadência, justificando assim os atos de violência contra os idosos e o ambiente marcado por conflitos.

A família que aparece no Estatuto do Idoso e em outras legislações específicas como a principal responsável pela proteção de seus membros, torna-se responsável pela violência praticada contra os mesmos. Segundo Minayo (2003), tais dados, além de mostrar o ambiente familiar como conflituoso, abusivo e perigoso, ressaltam também o fato de a questão do idoso continuar a ser, na maioria das sociedades, responsabilidade das famílias. Na visão de Debert (2004, p. 83), “o fato de os idosos viverem com os filhos não garante a presença do respeito e prestígio nem da ausência de maus-tratos”.

Para Alves (2008), nessas situações, percebe-se que os níveis de hierarquia e poder no núcleo da família são deslocados e as pessoas mais jovens buscam assumir o controle, especialmente sobre os idosos que detém salário ou alguma remuneração previdenciária. Assim, esvazia-se o poder das pessoas com mais experiência de vida, em geral deixando de ouvi-los e percebê-los como sujeitos ativos e com importantes referenciais de vida.

As notícias revelam a relação próxima entre violência e o idoso como vítima, confirmando os estereótipos que ligam a velhice a sua face degradante, que reflete o idoso como declinante, como um peso social, o que justifica a violência e a morte dos mesmos.

Além desse reforço a violência contra a pessoa idosa, o programa aterroriza a sua audiência, que pode também ser composta por idosos. Segundo Rooke e Sandi (2015), para muitos idosos, a televisão funciona como única forma de interagir com o mundo, tornando-se uma mídia perigosa ao reforçar uma violência que pode acontecer a qualquer momento. Se a audiência no programa se torna um hábito, pode vir a gerar uma fobia, através da cristalização de pensamentos ameaçadores.

O direcionamento de programas de televisão brasileira (abertos ou fechados) aponta o tipo de público a que se destina. No caso do *Cidade Alerta*, o direcionamento refere-se as classes mais pobres e, tem como objetivo, fortalecer a identificação com o seu público. Dessa maneira, o programa busca abordar assuntos muitas vezes para um público onde a violência já está próxima. No caso das classes sociais mais pobres, justamente por terem acesso limitado a outros tipos de lazer, tendem a assistir programações mais próximas de suas realidades, compondo a audiência desses programas (ROOKE; SANDI, 2015).

No que tange a notícia número 77, que tematizou o idoso como suspeito de crime de assassinato, reportava o envolvimento amoroso entre criminoso e vítima. Semelhantemente, nas pesquisas de Côrte e Gomes (2007) e Teixeira (2018), o assassinato também apareceu entre os principais crimes em meio a outros crimes, como roubo, crime de guerra, atropelamento, sexual, drogas, suicídio, porte ilegal de armas etc. Na pesquisa de Teixeira (2018), do total de notícias analisadas em que o idoso aparecia como agressor, 40,6% tinha relação com crimes sexuais, como pedofilia e tentativa de abuso sexual.

Segundo Côrte e Gomes (2007), nas notícias sobre “roubos” praticados por idosos, a velhice era identificada por termos pejorativos, tais como: “velhinha”, “gangue dos vovôs”, “vovó”. O uso dessas expressões indica um tipo de representação social dos velhos como aqueles que não fazem mal, são “bonzinhos”. As autoras destacam que os idosos quando cometem algum crime aparecem de maneira caricata, apesar de, a maioria dos idosos criminosos sempre terem vivido no crime. Portanto, no processo de envelhecimento a tendência é de nele permanecer, em decorrência da ineficiência do sistema de ressocialização. Como afirma Simone de Beauvoir (1976, p.8):

Persiste ainda o pensamento de que embranquecer os cabelos pelo passar dos tempos representa tornar-se melhor, mais puro, sem máculas e que os velhos têm a obrigação de dar exemplo de todas as virtudes. [...] a imagem sublimada que de si mesmos lhes é proposta apresentados como sábios, aureolados de cabelos brancos, dotados de rica experiência, veneráveis, pairando muito acima da condição humana, decaem quando fogem a essa imagem: a que se lhe opõe é a do velho doido, caduco e gagá [...].”

A autora destaca que, em Platão, a imagem do velho como santo também aparece. O olhar político do filósofo via a velhice como valor, cabendo aos jovens obedecê-los. Livre da libido e dos instintos sexuais, o velho, dotado de serenidade e de competências acumuladas, era o mais capacitado para comandar. “Os velhos provocam escândalo quando manifestam os mesmos desejos, sentimentos e reivindicações dos jovens: o amor e o ciúme, neles, parecem ridículos ou odiosos, a sexualidade é repugnante, a violência derrisória” (BEAUVOIR, 1976, p. 8). Assim, cria-se uma imagem imaculada da velhice.

Além da questão da violência contra pessoa idosa, a notícia número 77 suscita a discussão em torno dos limites da velhice e da sexualidade na contemporaneidade.

Segundo Debert e Brigeiro (2012), a gestão contemporânea da velhice propõe a ruptura de um ideário no qual os velhos não fazem sexo (mito da velhice assexuada) para concepção de uma velhice erótica, a fim de legitimar a inclusão da velhice no curso da vida sexual. Assim, a sexualidade passa a compor um dos pilares do *Envelhecimento Ativo* consagrada como uma atividade benéfica para o envelhecimento bem-sucedido.

Com incentivo à prática da sexual na velhice, como meio de alcançar uma vida mais ativa e saudável, os crimes passionais entre idosos passam a compor o conjunto de violências contra mulheres. A existência deste tipo de notícia ajuda a romper com o estigma da velhice, cuja moralidade idealizada coloca o idoso como “bonzinho”, “inocente” e “vítima”.

Em suma, o programa *Cidade Alerta*, como um jornal sensacionalista que se destina às classes mais populares da sociedade brasileira, a visão da velhice que prevalece é a negativa. Como afirmam Minayo e Coimbra Jr. (2002), é a perspectiva que vê a velhice como um problema, como uma carga econômica – seja para a família, ou para a sociedade.

Assim, os discursos veiculados pelo programa revelam a concepção da velhice como um problema, que se reporta a fragilidade, a incapacidade, a doença, a proximidade com a morte e a dependência. No entanto, conforme mostram Côrte e Gomes (2007, p.10), “generalizar a imagem da velhice e do velho é uma violência”. Além disso, a visão negativa da velhice justifica a eliminação do idoso e fomenta as práticas violentas contra a pessoa idosa, sobretudo quando se trata de mulheres.

4. O GÊNERO NAS NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS

Este capítulo atende ao terceiro objetivo específico, apresentando análises sobre a representação do gênero nas notícias para, em seguida, analisar os discursos do programa *Cidade Alerta*.

4.1 As Pesquisas Sobre Gênero

As pesquisas sobre gênero têm problematizado uma série de questões vistas como naturais pela sociedade, como a maternidade, a sexualidade, a masculinidade, a educação sexista, as desigualdades no trabalho, nas profissões e em diferentes espaços sociais.

Scott (1995), uma das pioneiras sobre os estudos de gênero, trata a questão de gênero como um determinante teórico-metodológico para análise histórica. Já Saffioti (1994) aborda gênero considerando a perspectiva de classes, compreendendo a apropriação das desigualdades de sexo por parte no sistema capitalista. Embora abordem uma diversidade de perspectivas, as pesquisas sobre gênero concordam que, historicamente, o gênero feminino tem sido alvo de discriminação social e desigualdades.

Outra diferença social que também se tornou objeto de pesquisa é a questão racial, pois a categoria gênero, em uma perspectiva interseccional, se entrecruza com a categoria raça, classe, geração, regionalidade e tantas outras, desvelando especificidades de cada contexto onde as diferenças são construídas e recaem sobre as pessoas que vivenciam as normativas socialmente impostas.

Uma pesquisa realizada por Jesus e Loreto (2013) analisa as interseccionalidades entre raça, gênero e classe social, por meio de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE. Os resultados evidenciaram uma latente desigualdade no país, no que se refere à educação e mercado de trabalho de indivíduos negros e mulheres, com reflexos na estratificação social. No Brasil, as diferenças e discriminações racial e de gênero se estruturam desde a formação da sociedade brasileira e se mantêm ainda nos dias atuais, apesar da luta feminista e das conquistas adquiridas.

4.2. Gênero e criminalidade

O uso do termo gênero, segundo Scott (1995), foi utilizado primeiramente para indicar a discriminação da mulher nos setores político-econômicos e social. Somente a partir da década de 1980 ocorreu uma discussão em torno dessa categoria de análise, como forma de crítica à estrutura patriarcal e as desigualdades entre os sexos.

Conforme Pastore (2005, p. 05), “gênero é expressão culturalmente determinada da diferença sexual, que questiona os papéis sociais destinados às mulheres e homens, permitindo uma compreensão do ser mulher e do ser homem como uma construção simbólica”, que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram os sujeitos. A noção de gênero parte da ideia de que os papéis e as identidades de homem e de mulher se definem dentro de determinada cultura, o que significa que a posição de cada sexo não é constituída biologicamente, mas construída culturalmente. A partir das diferenças biológicas, criaram-se comportamentos, valores e atributos para mulheres e homens que socialmente caracterizam o feminino e o masculino.

Segundo Stolcke (1991), as diferenças de gênero, raça e de classe social são indicadores significativos da desigualdade social, além de interagir para reproduzir a opressão das mulheres em geral e as diferenças particulares entre elas. A naturalização das desigualdades sociais atua como forma de conciliar igualdade de oportunidades com a desigualdade existente, na medida em que transfere para a natureza a explicação dessas desigualdades.

De acordo com dados do Infopen (2016), que apresenta elementos referentes à população carcerária feminina no Brasil, os crimes mais cometidos no Brasil são o tráfico de drogas totalizando 27% dos crimes, os roubos, apresentando 21% e os homicídios, sendo 14% dos crimes praticados no Brasil. Enquanto os homens representam 93% da população carcerária, as mulheres totalizam 7% dessa população. Entretanto, nas notícias analisadas, esses não foram os crimes mais divulgados, o que mostra uma seleção de notícias centrais, principalmente, nos assassinatos e tentativas de assassinatos (91 das 180 notícias), seguido por desaparecimento (21), agressão física (17), sequestro, reféns e cárcere provado (9), estupro, abuso sexual e assédio sexual (8), o que mostra um perfil bem centrado nas violências de gênero.

Essa grande diferença de gênero na criminalidade foi objeto de pesquisa de Matos (2018). A pesquisadora responde uma entrevista³² onde argumenta que “Não há uma resposta única, exata. Mas existem várias considerações sobre o facto de existir uma percentagem muito reduzida de mulheres nas prisões. Há algumas teorias que se aplicam mais do que outras em determinados casos”.

A pesquisadora salienta que em uma das teorias, se explica que as mulheres cometem menos crimes por serem mais obediente e “mais conformadas com as normas: comportam-se mais de acordo com as regras, ponderam mais”, o que está relacionado “com a forma como são educadas”.

Matos e Machado (2012) destacam o percurso positivo das pesquisas sobre criminalidade feminina. No entanto, as autoras ponderam que esse tema ainda é objeto de pensamentos tradicionais, relacionando a criminalidade “a factores individuais, de ordem biológica ou psicológica, insistindo numa leitura determinista do comportamento criminal” (p.44).

Esse pensamento vem desde o século XIX, quando Lombroso e Ferrero (1898) na obra *A Mulher delinquente*, enfatizaram que a verdadeira mulher é um ser tão evolutivamente inferior, que não seria capaz de praticar um crime, portanto aquelas que cometiam uma infração eram assemelhadas aos homens.

O Infopen (2014) menciona que, considerando os 20 países com maior população prisional feminina no mundo, o Brasil ocupa o quinto lugar, sendo a seguinte classificação por mulheres encarceradas: Estados Unidos (205.400); China (103.766); Rússia (53.304); Tailândia (44.751); Brasil (37.380).

Em relação às pesquisas que discutem as diferenças na criminalidade feminina e masculina, Leonard (1982) salienta a ligação entre os crimes cometidos por homens e mulheres e os diferentes propósitos dos gêneros na nossa sociedade. A autora relata que, por serem diferentes as demandas sociais de homens e mulheres, estando sempre elas envolvidas mais diretamente às funções dos cuidados com a família, as mulheres constroem objetivos relacionais, ou seja, formulam suas metas direcionando-as às relações sociais e afetivas, assim, elas possuem fins financeiros diferenciados dos homens.

Para Otto Pollak (1978), o que caracteriza o crime feminino não é a violação das leis, ou o grau da violação, mas sim a vítima escolhida e seus cúmplices. O autor afirma que devem

³² Entrevista Raquel Matos. Disponível em: <https://www.dn.pt/pais/interior/porque-e-que-os-homens-cometem-mais-crimes-do-que-as-mulheres-9827708.html>. Acesso 24 jul 2019.

ser desconsideradas questões quantitativas e se atentar às formas e causas que levaram ao cometimento do crime.

Autores como Steffensmeier e Allan (1996), Zaluar (2006) discutem a participação dos homens nos crimes cometidos por mulheres, principalmente o envolvimento dos parceiros afetivos, relacionando a criminalidade feminina à masculina.

Considerando que as diferenças de gênero são construídas socialmente, é relevante considerar essas distinções em análises que envolvem a questão social. Cisne (2005) enfatiza que as diferenças entre os sexos não são apenas resultante de construções sociais, pois essas construções têm marcas de classe, afinal, as desigualdades se apresentam como um claro interesse da burguesia em manter a subordinação e a exploração de uma classe sobre a outra.

A autora enfatiza que não se pode analisar gênero de forma isolada, mas deve-se também considerar as determinações econômicas e sociais. “Afinal, a cultura é determinada nas e pelas relações sociais, não de forma linear, homogênea ou fragmentada em exacerbações de diferenças, mas dentro das contradições que determinam a produção e a reprodução desta sociedade” (p. 4). Assim, a teoria marxista pode fornecer instrumentos para desnaturalizar a opressão às mulheres, numa perspectiva crítica, desvendando a realidade da sociedade burguesa e seus mecanismos coercitivos.

Conforme apresentado no Quadro 1 (p. 66), do total de 180 notícias exibidas no intervalo de tempo selecionado para a pesquisa, 87 apresentavam vítimas adultas do sexo feminino, representando 48,33% dos casos. 54 eram adultos do sexo masculino, sendo 30,00% do total. Ou seja, o Programa apresentou um expressivo número de notícias que retrataram a violência contra a mulher.

Teles e Melo (2002) salientam que o termo *violência contra a mulher* foi construído para definir práticas contra o sexo feminino, por resultarem essas práticas simplesmente pelas vítimas serem mulher. Assim essa expressão pode ser entendida também como “a intimidação da mulher pelo homem que desempenha o papel de seu agressor, seu dominador e seu disciplinador” (p. 11).

As autoras relatam que a violência contra a mulher está arraigada no domínio das relações humanas, de tal forma que se naturaliza e é legitimada pela sociedade. Historicamente, os homens controlavam as mulheres pela força, mais tarde, esse controle foi exercido pelas leis, pela política, ciência e religião, que ratificaram a dominação masculina na sociedade de classes.

De acordo com Rocha (2006, p. 17), “a questão feminina é uma questão social e só como tal poderá ser resolvida”. A autora salienta que as pesquisadoras marxistas foram as

primeiras a problematizar a condição de subordinação feminina, explicando sua origem no processo histórico, político e social. Conforme a autora:

[...] o núcleo central da teoria marxista – a concepção e um processo histórico e materialmente situado, originando conflitos, hierarquias e instituições – permitiu desnaturalizar as desigualdades de gênero, superando a abordagem essencialista que situava na natureza humana a base de dominação e da subordinação (ROCHA, 2006, p. 17).

Marx e Engels (1998) correlacionam a violência contra a mulher com o surgimento da propriedade privada e posterior aparecimento das classes sociais. Argumentam que a mulher passa a ser submissa quando é colocada no domínio privado, sendo excluída sua participação na produção social.

Essa relação entre o capitalismo e a depreciação da mulher é discutida por Federici (2017), que desconstrói a visão romantizada da existência de damas e cavalheiros. A autora retrata o período feudal como uma época em que a mulher era autônoma, exercia funções de destaque na sociedade como as de lavradora, parteira, curandeira, sendo respeitada pelo seu conhecimento das ervas e dos fenômenos naturais.

A mulher exercia trabalhos domésticos, no entanto, essas atividades “não eram desvalorizadas não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 53). A autora enfatiza o surgimento de um incipiente capitalismo que afastava as pessoas de suas terras e percebia essas mulheres como um perigo, uma ameaça ao sistema em desenvolvimento. Assim, as mulheres sábias e independentes, geralmente pobres e solteiras, eram consideradas como bruxas e condenadas a fogueira.

Embora a caça às bruxas estivesse dirigida a uma ampla variedade de práticas femininas, foi principalmente devido a essas capacidades como feiticeiras, curandeiras, encantadoras ou adivinhas que as mulheres foram perseguidas, pois, ao recorrerem ao poder da magia, debilitavam o poder das autoridades e do Estado, dando confiança aos pobres em sua capacidade para manipular o ambiente natural e social e, possivelmente, subverter a ordem constituída (p. 314).

As mulheres eram condenadas como bruxas, conforme Federici (2017), ou situadas no espaço privado, exercendo a função de ter filhos, reproduzindo mão de obra para o capitalismo. Foi acontecendo gradualmente na sociedade uma separação entre produção e reprodução, assim como uma hierarquização da divisão sexual do trabalho. Esse processo aconteceu de maneira lenta e gradual, de forma que a opressão às mulheres foi entendida como natural, quando, na realidade, foram as bases para o desenvolvimento capitalista.

O capitalismo se desenvolveu com a subordinação e dominação da mulher pelo homem, se estruturando historicamente, sendo reforçado esse processo pelo âmbito social,

econômico, político, religioso e moral. Tratar a questão da violência contra a mulher como uma questão social é reconhecer suas raízes históricas, desnaturalizando atitudes machistas e de cunho patriarcal, percebendo suas particularidades e compreendendo sua gênese.

Conforme Cisne (2018, p. 226) “A opressão sobre as mulheres não é um problema específico, mas, assim como o racismo, o patriarcado está engendrado na lógica do capitalismo. Portanto, a luta anticapitalista demanda a luta contra o patriarcado e o racismo”.

4.3. O Gênero dos Agressores

De um total de 108 agressores identificados, apenas 16 (14,81%) eram mulheres. É inegável que o perfil do agressor apresentado pelo telejornal *Cidade Alerta* é predominantemente masculino.

Segundo Matos (2018), a diferença de gênero na criminalidade se explica pelo conformismo com as normas sociais por parte da mulher, uma maior adesão às regras, por conta da educação que as mulheres recebem. Entretanto, essa assertiva não pode ser generalizada, pois muitas mulheres não são submissas.

A presente pesquisa apresentou um expressivo número de casos envolvendo violência contra a mulher, dentre as 180 notícias analisadas, 80 delas, ou seja, 44,44% apresentavam alguma forma de relação entre vítima e agressor. Esses dados corroboram com a pesquisa realizada por Camargo et al (1991) a qual revelou que em 74% dos casos de violência contra a mulher, o agressor tinha relação com a vítima: familiar, de namoro, conjugalidade ou de conhecimento.

Outra forma de violência divulgada pelo programa é aquela direcionada a crianças e adolescentes. Das 180 notícias, 34 delas, ou seja, 18,89% tratavam sobre esse tema conforme apresentado no Quadro 1 (p. 66). As situações de violência contra crianças e adolescentes, têm como agressor, alguém próximo às vítimas, como pais, mães e padrastos. Nas notícias, a criança ou adolescente era parte de uma família com relações fragilizadas e situação econômica instável.

A violência acontece, geralmente, no âmbito familiar e ou de convivência da vítima, ou seja, a violência está no cotidiano, nas relações familiares e sociais, presentes e naturalizadas na sociedade. Embora no imaginário popular o lar e a família sejam lugares de aconchego, proteção e amor, na prática, esse espaço geralmente é lugar do conflito, da ameaça, da violação de direitos, do estupro, do espancamento e tantas outras atrocidades.

Nos enunciados das notícias do *Cidade Alerta*, o agressor foi apresentado e recebeu as seguintes representações:

- Parentesco: ex-namorado, marido, amante, namorado, padrasto, pais, genro.
- Gênero: homem, homem ciumento.
- Profissões: advogado, cantor, professor, ator, médico, jovem empresário.
- Atributos: bandido, criminoso, pedófilo, maníaco.
- Implícitos: Polícia Militar, Suspeito.

No caso das agressoras, elas receberam as seguintes representações:

- Gênero: mulher, mulher ciumenta, atraente, modelo, jovem, jovem bonita e perigosa.
- Parentesco: Pais, Amante, namorada, irmã.

Em nenhum dos enunciados utilizado expressões que remetesse a atributos, profissões ou implícitos, somente em um caso mencionou-se que “Atraente, ela chamava atenção dos homens, na época era modelo e participava de concursos de beleza”. As representações se pautavam mais no sexo, no parentesco e nos atributos físicos e de personalidade. A forma como a agressora é representada, predominantemente, remete à sua ligação com a família ou a afirmação de seu sexo.

A relação entre a criminalidade feminina e a família pode ser explicada por Leonard (1982), que destaca as diferentes demandas sociais de homens e mulheres e o envolvimento afetivo da mulher em suas relações sociais, estando ela mais próxima à família. Isso acontece porque, historicamente, a mulher era impedida de participar da vida social, pública e profissional, tendo a família e a religião suas únicas formas de participação social. Atualmente a realidade mudou, a mulher se inseriu em diversos espaços e se emancipou, entretanto, as construções de gênero continuam reverberando no imaginário popular e nas expectativas quanto ao feminino.

4.4. As Mulheres Como Vítimas

O número expressivo de casos de violência contra a mulher apresentado pelo programa *Cidade Alerta*, durante a observação, reforça o argumento de que essa é uma ocorrência comum na sociedade brasileira, o que mostra a relevância de se analisar um tema que envolve questões que vão além de um aspecto comportamental.

As notícias apresentam casos de violência contra a mulher que constituem uma expressão da questão social brasileira que é noticiada diariamente nos telejornais, se tornando

um enunciado comum, “pouco comovente porque é por demais banalizado, tratado como algo que faz parte da vida” (TELES; MELO, 2002, p. 2).

A maioria dos casos apresenta o mesmo roteiro. Um casal começa um relacionamento, o homem passa a ser ciumento e agressivo, e quando a mulher tenta terminar a relação, ela é agredida, ameaçada ou morta. Considerando o público a quem a notícia é direcionada, a notícia conduz a passividade feminina ao induzir a ideia de que a mulher deve suportar tudo, pois, se ela contestar ou tentar romper com a relação, ela será agredida e morta.

A violência contra a mulher é uma das expressões da questão social que se manifestam nas mais variadas camadas sociais. As notícias relatam situações de fragilidade nas relações de proximidade das vítimas, sendo os principais agressores os companheiros ou namorados.

Essa questão foi considerada quando foi criada a Lei Maria da Penha³³, de número 11.340, sancionada em sete de agosto de 2006. A lei criou mecanismos para prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. No entanto, essa ação Estatal não colaborou para a diminuição e nem mesmo para coibição dos atos de violência contra a mulher. De acordo com dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Atlas da Violência, houve um crescimento expressivo de 30,7% no número de assassinatos de mulheres no Brasil, após a lei ser sancionada, entre 2007 e 2017 (BRASIL, 2019). Tal número elevado pode ser decorrente da maior visibilidade ao tema e maior número de denúncias, com publicização de um tema que era visto como do âmbito privado. “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

Verificamos que o Estado trata a questão social de forma focalizada, a criação da lei surtiu um efeito político, uma resposta às demandas sociais, sem, no entanto, resolver o problema. Criar uma lei é mais cômodo para o Estado que intervir de forma efetiva, criando políticas públicas que assegurem emprego, educação e saúde para toda a família.

De acordo com Fonseca et al (2012), as principais causas da violência contra a mulher são por ciúmes e presunção de poder por parte do homem, o que aponta para ancoragens sociais do poder masculino e submissão feminina construídas socialmente. Assim, quando a mulher tenta romper com a submissão, sua vida é frequentemente ceifada.

No caso do *Cidade Alerta*, em quase todos os casos de assassinato analisados, as vítimas tinham ou tiveram relacionamento amoroso com o agressor, o que remete ao dito popular “ou será minha ou não será de mais ninguém” que evidencia as raízes do patriarcado como um fator relevante na influência de práticas violentas contra a mulher.

³³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11340.htm. Acesso em 04 out 2019.

A manifestação do sentimento de posse do homem sobre a mulher na relação afetiva, que permanece mesmo após o término do relacionamento, mostra que a sociedade brasileira ainda vivencia costumes e práticas machistas, principalmente quando o homem acredita que a mulher lhe pertence e tenta, a todo custo, manter a união e impedir a ex-companheira de iniciar novos relacionamentos. Na notícia de número 80, por exemplo, a agressor atacou a ex-esposa, que gravou as ameaças, que foram divulgadas pelo programa em 2 de outubro de 2018, e podem ser lidas, na íntegra no excerto:

Se os outros ficar falando de mim que eu sou corno... [...] eu ficar bebendo cachaça na rua, eu vou acabar fazendo uma besteira com você. No dia que eu souber assim 90% que você colocou chifre em mim, você pode ter certeza que eu vou preso eu fico 20, 40, 30 anos na cadeia cara, mas minha honra ninguém (inaudível) eu te pego eu vou pegar você o homem eu vou correr atrás (Agressor da notícia 80).

Sobre a violência contra a mulher na sociedade contemporânea, Albuquerque Júnior (2010) enfatiza que o gênero masculino busca estratégias para manter a crença enraizada da inferioridade do feminino. Ele acredita que “numa sociedade como a nossa, nessa máquina de fabricar machos, os machos só gostam é de si mesmos, pois só se pode gostar verdadeiramente, só se pode amar o que se admira, o que parece digno desse afeto” (p. 30). De fato, é o que demonstram os casos de agressão e assassinato nas notícias. Não fica evidente o sentimento de afeto dos homens ao tentarem retomar os relacionamentos com as companheiras. Mas fica evidente, pelos atos cometidos, o sentimento de posse, de raiva, de necessidade de afirmação de seu poder de dominador na relação.

Sobre esse poder e a posição de defesa da honra masculina, Moore (2000) discute sobre as representações do feminino e masculino em nossa sociedade, entendendo a violência masculina como uma crise na representação do papel masculino, o resultado de um “conflito entre estratégias sociais que estão intimamente ligadas a esses modos de representação” (p.41). No caso da presente pesquisa, na notícia de número 80, o agressor se posiciona de forma bruta, não apenas ao cogitar a possibilidade de ser traído, mas da sociedade tomar conhecimento do fato “Se os outros ficar falando de mim”. O comportamento violento evidencia a masculinidade como uma identidade em crise, um risco a sua posição de macho cobrado pela sociedade.

Como o homem não aceita a superioridade da mulher na relação, ou mesmo a flexibilização de normas sociais, “a violência é a consequência de uma crise na representação, tanto individual como social. A incapacidade de manter a fantasia de poder provoca uma crise na fantasia de identidade, e a violência é um meio de resolver essa crise” (MOORE, 2000, p. 43). Nesse sentido, a violência, quando ocorre, é resultado de uma crise da representação e

também um resultado do conflito entre estratégias sociais que estão intimamente ligadas a essa representação.

Rocha et al (2018) ao analisarem o machismo na sociedade capitalista, afirmam que as diferenças de gênero ainda persistem na atualidade, se apresentando de forma ainda mais complexa, pois, a mulher, ainda que, trabalhando fora de casa, é responsabilizada pelos trabalhos domésticos. Assim as autoras concluem que ainda existem muitos limites para a emancipação feminina na sociedade de classes, onde a mulher, além de ser explorada como trabalhadora, vivencia a exploração masculina no âmbito da família.

Em estudos realizados entre o ano de 1960 a 2010, Saffioti se destacou por ser a primeira pesquisadora a analisar a situação da mulher considerando a perspectiva de classes, compreendendo a apropriação das desigualdades de sexo por parte do sistema capitalista para se fortalecer. Na obra: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1976) a autora busca compreender o processo de desigualdade social que gera a violência sofrida pela mulher na sociedade capitalista. Inclusive, ela prefere o termo patriarcado, ao invés de gênero para se referir a uma estrutura de poder desigual entre mulher e homens.

Entretanto, há autores como Mousnier, (2002) que defende que não vivemos mais em uma sociedade patriarcal, desde a Constituição de 1988, que igualou juridicamente homens e mulheres. Assim, vivemos os resquícios de uma sociedade patriarcal que reverbera nas representações e práticas em torno do lugar social ocupado pelo feminino e masculino.

Apesar dos avanços na legislação, segundo Souza (2015) o patriarcado tem uma existência muito anterior ao capitalismo, assumindo novas roupagens e se mantendo na sociedade. “A supremacia masculina e o capitalismo são as principais determinações na constituição da opressão da mulher. Supremacia essa que ganha contornos novos no capitalismo” (p. 487). O capitalismo imprime novas facetas às necessidades do mercado. Se antes a mulher se situava no domínio privado, na atualidade, devido as necessidades do capital, a mulher ocupa o espaço público, porém, ainda em posição de inferioridade. “Ao construir novas características do gênero feminino, configuram-se novas facetas, por meio das quais a opressão se repõe e se esconde” (p. 487).

Saffioti (1976), salienta que a sociedade brasileira se encontra em estágio menos evoluído em relação aos países que formam o núcleo do capitalismo mundial e “os problemas que as mulheres enfrentam nas sociedades competitivas, na medida em que sejam realmente insolúveis neste tipo estrutural, são problemas de classes sociais manifestando-se diferentemente nas categorias de sexo” (p. 66). Sobre a violência contra a mulher, Saffioti (1994) destaca que “A violência do macho contra a mulher, expressa de diferentes formas-

ironia, espancamento, reprodução forçada, estupro, homicídio etc. – é constitutiva da organização social de gênero no Brasil” (p.443).

Dessa forma, entendemos que os casos de violência contra a mulher, apresentados no jornal, são expressões da questão social, se constituindo suas raízes no sistema patriarcal brasileiro, onde a mulher deveria ser submissa ao homem, aceitando a dominação e a violência. De acordo com Marx e Engels (1998), na sociedade de classes, "o passado domina o presente" (p.40) os costumes do passado servem de ferramentas para manter a ordem social, de forma a prender a sociedade em tradições sociais, dificultando reflexões sobre o sistema vigente.

As notícias apresentadas pelo *Cidade Alerta* evidenciam a presunção do poder masculino sobre o feminino nos casos de assassinato, agressão e estupro, cometidos, praticamente, em todos os casos por um homem. Inclusive, eles são os agressores em 51,11% das notícias, enquanto as mulheres são as agressoras em apenas 8,88% das notícias, o que aponta os resquícios históricos do sistema patriarcal que se constitui, segundo Saffioti (1994, p. 460), como “um importante meio de controle social, cuja função precípua consiste na domesticação das mulheres”.

Debord (2003) critica a forma pela qual a mídia encobre a real situação da sociedade moderna. O autor chama de espetáculo a falsa representação da realidade divulgada pela mídia nas sociedades capitalistas, que, dominadas pelo mercado, vivenciam uma realidade construída pelos meios de produção. Ou seja, existe a dominação de uma classe sobre a outra, onde, a classe dominada é coagida a aceitar passivamente sua situação, acreditando ilusoriamente na ideia de que se vive em uma sociedade livre e democrática, onde a sua felicidade será alcançada pela obtenção dos bens materiais que poderá conseguir pelo trabalho.

Diante das notícias com números expressivos de violência apresentadas pelo jornal *Cidade Alerta*, cabe questionar o porquê desse posicionamento da mídia televisiva. Quando o apresentador sensacionaliza a notícia, direcionando a culpa para os “bandidos, assassinos, monstros”, ele canaliza a responsabilidade para as pessoas, desvinculando as situações de desigualdade de um contexto maior, desconsiderando as condicionalidades históricas colocadas pela estrutura do sistema capitalista.

4.5. As Mulheres Como Agressoras

Foram analisadas quatro notícias de agressoras do sexo feminino, sendo que duas eram mulheres brancas (163,73) e duas negras (32,114).

Observamos que nos casos onde a agressora era do sexo feminino, o termo *mulher* aparece sete vezes (notícias: 45, 163, 32, 85, 107, 114 e 161) durante as chamadas. Essa recorrência pode representar um destaque de cunho machista, como forma de ressaltar a inadequação de uma mulher, tradicionalmente representada como sexo frágil, praticar um crime. Nesse sentido Paula e Caridade (2018, p. 71) mencionam que:

Historicamente homens e mulheres sempre foram socializados para o desempenho de distintos papéis de gênero (e em que, por exemplo, os homens são estimulados a adotar um comportamento mais agressivo, dominador e as mulheres desafiadas a comportamentos de maior passividade e submissão face ao outro), repercutindo-se nas atitudes face ao crime feminino e masculino.

As mulheres foram socializadas para serem criaturas dóceis, frágeis, incapazes de grandes feitos no setor público, que necessitam da proteção masculina. Assim, em relação a criminalidade, onde se pressupõe um posicionamento de força e dominação, o entendimento da mulher enquanto agressora se pauta em justificativas passionais.

De acordo com Lima (2007, p.317-318),

Parece que não é dado ao universo feminino o direito à violência, somente podendo atingir seus fins maléficos com a malícia. Não lhes é permitida a prática de condutas que demonstrem a capacidade de inverter o papel social de inferioridade que lhes é imposto [...].

Outra ocorrência observada nas notícias onde a mulher comete um crime é a participação de um homem como cúmplice no delito. Em sete das 11 notícias analisadas com agressoras mulheres, essas tiveram um cúmplice do sexo masculino. Aqui se confirmam as assertivas de Steffensmeier e Allan (1996) e Zaluar (2006) que correlacionam a criminalidade feminina à masculina.

As notícias apresentam a predominância de crimes passionais e as agressoras são representadas com destaque em sua feminilidade, ou seja, ela é uma criminoso, apesar de ser bonita e atraente. Considerando os discursos nas notícias, obtivemos as seguintes representações: *mulher, atraente, modelo, jovem, perigosa, bonita*.

Notícia número 163

Apresentador: A justiça concedeu liberdade provisória para Paula Caroline, mulher acusada de envolvimento na morte do amante, o fotógrafo Gustavo Bertuol. Tudo ocorreu em 2015, quando o namorado de Paula, Juliano, descobriu o caso dela com o fotógrafo. Veja novas revelações sobre o caso.

Repórter: A notícia de que Paula Caroline Ferreira Rodrigues, de 23 anos, ter a liberdade provisória até o julgamento revoltou esse amigo da vítima. Ela e o namorado são acusados de assassinar o fotógrafo José Gustavo Gardioni, que na época tinha 22 anos. O crime ocorreu em 2015, na cidade de Canoas.

Amigo da vítima: Nós amigos ficamos transtornados. É uma coisa inadmissível! Na época, ficamos todos estarecidos com a barbaridade, com a atrocidade que fizeram com ele.

Repórter: O julgamento ainda não tem data definida, a justiça não informou o motivo para o relaxamento da prisão de Paula, que estava no presídio feminino de Guaíba. O namorado dela, Juliano Biron Silva de 35 anos, continua preso. Gustavo e Paula se conheceram na academia, atraente, ela chamava atenção dos homens, na época era modelo e participava de concursos de beleza. Gustavo era carismático, conversador, não demorou muito para ele fazer amizade com Paula. Uma jovem bonita e perigosa, na adolescência, já tinha sido indiciada por tentativa de homicídio e envolvimento com tráfico de drogas. Gustavo sem saber do passado da jovem, continuava a manter contato quase que diário com ela, mas no fundo, eles queriam mais que uma simples amizade, estavam atraídos um pelo outro e dispostos a viver uma aventura amorosa, mas tinha um empecilho. Paula era comprometida, um namorado ciumento, violento e com envolvimento com tráfico de drogas. Para se comunicar com Gustavo, Paula usava o perfil no Facebook de um familiar, ela tinha consciência do que o namorado seria capaz de fazer caso soubesse de alguma traição. Nessa mensagem, ela afirma que gostaria de se livrar do namorado para ficar apenas com o Gustavo, mas o Juliano, de alguma forma, descobre tudo. Juliano não admitia o fato da namorada ter amizade com outros homens, muito menos com o Gustavo. Foi aí que uma emboscada foi armada. Gustavo estava na academia treinando, quando recebeu mensagens da Paula. Ela queria um encontro. O local marcado foi esse posto de combustível. Gustavo saiu da academia dirigindo o próprio carro. E veio ao encontro de Paula. O carro dela já estava estacionado. Desceu, abriu a porta e entrou, do lado do carona. Ele não sabia, mas tinha acabado de cair em uma armadilha. Essas imagens revelam os momentos antes e depois do fotógrafo Gustavo Gardioni ser assassinado. Esse é o carro que estão os assassinos e onde Gustavo entra sem saber da emboscada. Eles percorreram com Gustavo cerca de seis quilômetros, até chegar nesse local, praia de Paquetá. Estava tudo escuro, um local extremamente deserto, aqui ninguém viu, ou ouviu nada. Gustavo foi torturado próximo a essas águas, foram quase 10 minutos de tortura física e psicológica. Os dois dispararam diversas vezes contra o fotógrafo, que perdeu a vida bem aqui, nesse local. Após o crime, Paula e Juliano fogem para Santa Catarina, onde são presos por homicídio qualificado. Passados quase três anos, Paula que junto com o namorado tirou a vida do jovem fotógrafo, está prestes a ganhar liberdade.

Amigo da vítima: Inadmissível uma coisa dessa, no Brasil que a gente vive, uma pessoa ré confessa fugitiva, que futuramente poderá ganhar liberdade. Como é que se explica isso? Essa é nossa justiça.

O crime foi cometido pelo casal, ou seja, por uma mulher e seu namorado, mas, com objetivo de despertar a curiosidade e sensacionalizar o caso, a notícia enfatiza a participação da mulher. Destacando a beleza física e a condição de mulher da agressora, a notícia representa o agressor como um namorado ciumento e violento, enquanto a agressora é descrita como uma jovem bonita e perigosa.

O uso do processo relacional *era*, relaciona a agressora à profissão de modelo “ela chamava atenção dos homens, na época *era* modelo e participava de concursos de beleza” e mais adiante, a situa na condição de mulher comprometida: “tinha um empecilho, Paula *era* comprometida”. O objetivo pode ser encaixar a mulher no seu lugar determinado socialmente, ou seja, bela e comprometida e causar indignação com a saída dessa mulher das normas sociais por seu comportamento.

Não é aceito socialmente um comportamento feminino contra as normas, principalmente em se tratando de criminalidade. A mulher é descrita como naturalmente frágil,

boa, protetora, então, quando se porta como uma agressora, sua conduta é motivo de questionamentos.

Em uma pesquisa sobre a mulher enquanto agressora, Faria (2008) enfatiza a recorrência à beleza da mulher criminosa, ressaltando que:

[...] a beleza e a capacidade de sedução eram constantemente evocadas para justificar a periculosidade e a capacidade de cometer determinados delitos. Ou seja, no caso das mulheres, dependendo do crime, associava-se a beleza ao perigo, uma vez que as mulheres mais atraentes teriam maior capacidade de ludibriar e enganar pessoas (p. 165).

O discurso direcionado à agressora a condena duplamente: por não se ajustar ao seu papel socialmente determinado de mulher e por violar as leis. De acordo com Cunha (1994), há uma dupla desviância conferida às mulheres que cometem crime. Ocorre o fato de “a transgressão da legalidade que as conduziu à prisão ser de uma forma ou de outra concomitante com a negação das normas que definem a conduta feminina apropriada” (p. 24). Ao contrário do discurso que condena o agressor por cometer um crime, o discurso que culpabiliza a agressora além de criminaliza-la, também a constrange por ela não cumprir o seu papel social de mulher.

O corpus com os dados sobre crimes cometidos pelas mulheres apresenta uma predominância de crimes passionais, corroborando as pesquisas de Silva e Igreja (2017), Almeida (2001) e Leonard (1982). As autoras concordam que as mulheres cometem crimes com ligações estreitas com a família. De fato, o corpus apresenta exatamente esses dados: crimes passionais e contra familiares.

O enquadramento das imagens colabora para a afirmação dos discursos que reportam à agressora como bonita e perigosa (com exibição de fotos do corpo da agressora) e do agressor violento e perigoso (fotos do rosto do agressor). As imagens do estacionamento e da praia, onde o crime foi cometido, são exibidas durante a notícia, de forma a dramatizar o crime.

Semelhantemente, a notícia 114, relata um crime cometido por uma mulher e seu companheiro.

Conheça agora uma criança linda, o Rafael de 3 aninhos, que menino bonitinho! A gente tem um vídeo dele brincando, sorridente, no começo ele parece tímido, mas olha que sorriso lindo! Uma criança cheia de vida! Que delícia que gargalhada gostosa do Rafael! Infelizmente ele morreu e a principal suspeita é a própria mãe. A Iracema. Essa mulher que você está vendo aí na sua casa, ela estava casada com Natalício, padrasto do Rafael, porque que ele também foi preso? Eu vou te explicar. Essa moça, a polícia procurava ela por suspeita de matar o próprio filho, foi se esconder na casa do padrasto do Rafael, só que tem um problema, a certidão de óbito comprovou que essa criança foi vítima de asfíxia mecânica. [...] De acordo com a família, a mãe sempre foi zelosa e cuidadosa, mas isso enquanto ainda estava casada com o pai de Rafael, depois da separação, ela logo conheceu o Natalício e os dois tiveram um bebê, uma menina que hoje está com oito meses de idade. Desde o novo relacionamento da

mãe, Rafael sempre apareceu com marcas de machucados que Iracema sempre minimizava. [...] A prisão preventiva de Iracema foi decretada pela justiça, ela foi presa em Bento Gonçalves na Serra, estava escondida na casa do pai.

A notícia tem início com a exibição da imagem de uma criança, o discurso do apresentador envolve o telespectador com a construção de um cenário emotivo, chamando a atenção para a alegria e o sorriso da criança. O enquadramento da imagem da criança feliz e brincando tem o objetivo de despertar a admiração pela inocência. Após a exibição da docilidade da criança, o apresentador muda subitamente o tom de voz e o discurso, para impactar o público. Fala diretamente que a criança foi morta pela mãe, de forma a despertar a indignação e o repúdio em relação a agressora.

Para analisar o discurso, partiu-se da premissa de que as escolhas da linguagem não são aleatórias. De acordo com Halliday e Hasan (1989), cada discurso expressa determinado objetivo. Assim, recorreremos à Gramática Sistêmica Funcional para possibilitar a compreensão dos discursos por meio de três principais processos: os materiais, os mentais e os relacionais. De acordo com o autor, esses processos representam as ações e os eventos, permitindo compreender as ideias do autor do discurso.

Halliday e Hasan (1989) explicam que, os processos materiais são processos do fazer e do acontecer, evidenciando as mudanças de um determinado evento. Os processos mentais são aqueles que expressam a experiência humana do mundo interior, como pensamentos, sentimentos, desejos e percepções. Os processos relacionais são aqueles que estabelecem uma conexão entre as partes, como os processos de ser, ter e pertencer.

Na notícia 114, há o predomínio do processo material, o que colabora para a condenação da agressora, pois esse processo possibilita uma linguagem mais direta e enfática: *matar, foi se esconder, conheceu, tiveram, minimizava, foi presa*. O repórter relata que “a mãe sempre foi zelosa e cuidadosa”. Em seguida, faz uso do operador argumentativo, *mas*, para mostrar que a agressora deixou de ser uma boa mãe quando iniciou o novo relacionamento: “mas isso enquanto ainda estava casada com o pai de Rafael”.

A mídia naturaliza o amor materno quando busca causar indignação em relação à agressora. Badinter (1985) afirma que o amor da mãe pelos filhos não é um sentimento inato, mas construído e desenvolvido conforme os costumes e regras de cada sociedade. A autora enfatiza a complexidade da natureza humana em lidar com situações de ameaça, assim, a mulher pode reagir de diferentes formas diante de situações de conflito. Dessa forma, o cuidado com os filhos não seria algo natural, mas uma exigência da sociedade direcionada às mulheres. A autora destaca que “Duzentos anos de ideologia materna e o desenvolvimento do processo de

"responsabilização" da mãe modificaram radicalmente as atitudes. E, mesmo quando trabalham, as mulheres do século XX permanecem infinitamente mais próximas dos filhos [...]” (p.250).

Durante toda a notícia, a culpa é direcionada à mãe da criança, mesmo com a constatação da participação do padrasto é sempre a mãe que é criminalizada, pois o crime foge muito aos padrões da doce e meiga mãezinha que dá a vida para os filhos.

Na notícia 32, a agressora ataca outra mulher, a agredindo com facadas, o que causa a morte da vítima:

Apresentador: A Larissa está presa. Na casa, foi presa na casa de uma amiga, em Salvador. Abre o áudio por favor.

Áudio: Meu Deus do céu que tragédia gente! O sorriso considerado o único, o sorriso dela não tinha como comparar, uma menina sempre feliz, uma menina alegre, trabalhadeira, sempre ajudando a mãe, o pai, era o pé e a mão do pai e da mãe. Também, então é uma pessoa que eu não tenho que falar dela.

Repórter: Esse jeito alegre e de bem com a vida de Iara dos Santos Pereira de 23 anos, incomodava uma outra jovem da cidade. A tia e a prima contam que Iara era bastante conhecida no pequeno município. Ajudava os pais no bar da família e tinha dois sonhos: fazer uma faculdade e dar mais conforto para a mãe. A comerciante namorou com Jailson por quase seis anos e começou a correr perigo, depois que a relação terminou. O relacionamento acabou, mas ficou amizade. Iara e Jailson já se conheciam há muito tempo, os dois cresceram praticamente juntos e começaram a namorar, já na adolescência, quando ela tinha 17 anos. Mesmo com o fim do relacionamento, Jailson continuava a frequentar o bar onde ela trabalhava com a família. Até mesmo porque sempre se deu muito bem com os pais de Iara. Oito meses depois do fim do namoro, Iara já estava com outro companheiro. Mas quem não gostava nada dessa amizade entre Jailson e a ex era atual namorada de Jailson. O ciúme era tão forte que logo se transformou em ameaças. Larissa decidiu cumprir todas as ameaças que fazia.

O objetivo da notícia é causar indignação pela morte de uma pessoa boa e inocente. O discurso exalta as qualidades da vítima, lhe atribuindo características vistas como positivas pela sociedade como: boa filha, trabalhadeira e alegre, que ajudava os pais. A beleza física não é mencionada no discurso. Essa representação da beleza feminina, é utilizada no sentido negativo, da criminalização e justificativa para o crime. O discurso busca inocentar a vítima, assim, não menciona sua beleza física. A notícia centra-se na vítima, se referindo poucas vezes à agressora, que, inclusive, não recebe atributos negativos.

A justificativa para o crime é o ciúme, para evidenciar isso, o discurso se utiliza do operador argumentativo de consequência *tão*: *o ciúme era tão forte que se transformou em ameaça*. No entanto, a notícia inocenta a vítima, descrevendo que só havia amizade entre a Iara e o namorado da agressora.

O Processo relacional atributivo é utilizado no início da notícia para se referir à agressora. *Larissa está presa*. De acordo com Fuzer e Cabral (2014), esse tipo de processo atribui uma qualidade à entidade, assim, o discurso relaciona a agressora à prisão. O processo material é utilizado para se referir à agressora de forma direta no final do excerto, resumindo o

comportamento da mesma, deixando subentendido o ato cometido. O discurso não se ocupa em condenar ou se alongar sobre a agressora, se referindo a ela apenas para descrever o crime.

A notícia número 73 apresenta um caso onde um homem morre ao tentar separar uma briga entre namoradas. Durante a agressão, a treinadora da agressora e a namorada ficam feridas e o amigo não sobrevive depois dos ferimentos.

Estéfani Carvalho de Souza está presa. Essa jovem de 22 anos é acusada de tirar a vida de Jailson de Camargo de Souza de 24 anos em uma festa e ainda tentar matar outras duas mulheres. Edmilda e Maria Luíza, uma delas, a própria namorada. [...] Naquele dia o casal estava se desentendendo, Edmilda não queria vir a festa e, por isso, as duas acabaram discutindo. Mas, no fim das contas, elas se entenderam e vieram juntas aproveitar a festa por várias horas até brigarem mais uma vez. Edmilda decidiu, então, ir embora, mas no meio do caminho ela se lembrou que havia esquecido as chaves de casa e retornou. Estéfani, quando viu a companheira, não gostou, e partiu pra cima dela, começou a bater na namorada. Dona Maria Luíza, que é a dona da casa e **também** treinadora do time feminino, tentou separar as duas, mas acabou sendo agredida **também**, por Estéfani. [...] Jailson, que é **também** auxiliar de Maria Luíza, **também** tentou impedir que a briga continuasse, mas Estéfani estava com uma faca e atacou os três: a namorada, Maria Luíza e **também** Jailson.

Essa notícia relata outro crime passionais é apresentado na notícia que relata o ocorrido de forma pausada, detalhando os acontecimentos até a ocorrência do ato. A agressora não é criminalizada no discurso, nem recebe atributos negativos. Na notícia onde uma mulher branca comete agressão e assassinato, o discurso se ocupa em narrar os fatos, apenas de forma detalhada, sem atribuir características negativas à agressora, que recebe a representação de *jovem de 22 anos*.

A notícia busca envolver o público com um discurso de linguagem simples, de fácil entendimento, inclusive, fazendo uso repetitivo de palavras de forma a explicar o ocorrido. No excerto, o repórter cita a palavra *também* por cinco vezes. As mulheres agressoras têm sua identidade construída pelo telejornal, sendo representadas como passionais e afetivas.

Silva e Igreja (2017) enfatizam que mais de 60% da população feminina encarcerada no Brasil, Argentina, Costa Rica e Peru, cometeram delitos relacionados ao tráfico de drogas, no entanto, na presente pesquisa, essa afirmativa não se confirmou. Dentre as 180 notícias analisadas, apenas duas se referia a caça e prisão de quadrilha de tráfico de drogas. A predominância dos crimes cometidos por mulheres divulgados no jornal *Cidade Alerta* foi de crimes passionais. No entanto, Silva e Igreja (2017) destacam que, no que se refere a criminalidade, a mulher se envolve em crimes muitas vezes para atender às necessidades de sua família, ou satisfazer a um pedido do companheiro.

Essa ligação afetiva da mulher ficou explícita na presente pesquisa, quando se percebeu que o motivo dos crimes cometidos por elas, é predominantemente passional. Se

confirmando a tese de Leonard (1982) que salienta que a mulher por se dedicar mais diretamente aos cuidados com a família, desenvolve interesses e objetivos diferenciados dos homens, sendo elas mais afetivas. Assim, verificamos que a seleção dos casos exibidos pelo telejornal apresenta uma tendenciosidade que busca, além da sensacionalização, a naturalização da mulher no espaço privado, da família e da afetividade.

4.6. Agressores do Sexo Masculino

Foram analisadas quatro notícias de agressores do sexo masculino, sendo que duas são de homens brancos (17 e 25) e duas de homens negros (2 e 76).

Na notícia 17, há o relato de uma agressão cometida por um homem branco, após o rompimento do relacionamento com a vítima. Os atributos direcionados ao agressor são: *príncipe, ciumento, possessivo e covarde*.

Elianai e Marco Antônio se conheceram numa festa. Com bom papo e aparentando ser um príncipe encantado, Marco Antônio a seduziu e o namoro ficou sério. Em pouco tempo o casal já estava morando junto e ele começa a mostrar o lado ciumento e possessivo. Elianai descobre naquela altura que está grávida. Cansada da violência dele, sai de casa vai morar com a mãe. Ele não aceita e fala que vai se vingar. Ele espera ela buscar as roupas dela e a ataca pelas costas. Esse covarde! Os vizinhos correm para ajudar, Marco Antônio foge. Você vai ver agora a reportagem:

Repórter: As marcas da violência doem mais na alma do que no corpo, grávida de dois meses, Elianai lembra o momento de desespero que viveu nas mãos do companheiro, Marco Antônio de Campos, de 40 anos, pai do bebê que espera.

Elianai: Mas como é que eu vou explicar? Como é que eu vou falar? Eu tenho pavor só de pensar dele chegar perto. Diz que sendo pai vai ter direitos, que direito é esse? Se ele tentou me matar com ela na barriga, imagina quando nascer!

Repórter: Elianai e Marco Antônio viveram um romance rápido, foram quatro meses, como ela diz, foi uma paixão fulminante! Os dois se conheceram em uma festa. Olhos verdes, sedutor e com um bom papo, Marco Antônio conquistou Elianai rapidamente.

Elianai: Acho que eu pensei em um conto de fada, coisa que eu não tive. Achei que seria uma boa pessoa, mas não é.

Repórter: Ele era sedutor? Te convencia?

Elianai: Com o jeito de falar, ele fez curso de psicologia, ele fez... ele sabe comprar qualquer pessoa, só na lábia, só na lábia.

Repórter: O que que ele falava para você? Coisas bonitas, ele era romântico?

Elianai: Ele era, sempre, ele trazia flores, rosas, e de repente ele virou um monstro.

Repórter: Mas o conto de fadas se tronou pesadelo em poucos dias. Elianai, apaixonada, aceitou a proposta de morar com o companheiro, numa casa alugada, um cômodo, quarto e banheiro. O casal, passou então, a vender recicláveis para pagar o aluguel de duzentos reais. Elianai descobriu que estava grávida de Marco Antônio de dois meses. E mesmo assim, mesmo com o filho dele na barriga, o príncipe encantado se tronou um monstro! Ciumento, possessivo... proibia a mulher de fazer qualquer coisa e a ameaçava constantemente.

Elianai: Quando fez três meses e meio que a gente estava junto, aí ele começou, agressivo, aí ele falava que se eu não fosse dele não ia ser de mais ninguém e eu fui ficando com medo.

Repórter: O que era amor se transformou em medo. Elianai decidiu colocar um fim no relacionamento, acontece que, Marco Antônio não aceitou e ameaçou: se você não for minha não será de mais ninguém. E ele quase cumpriu a ameaça. Um certo dia,

depois de uma semana separados, Elianai voltou a casa que moravam juntos para pegar algumas roupas. Na hora que ela estava indo embora, a discussão começou, ele a esperava na esquina, começou a ameaça, começou a pedir para que ela voltasse para casa e Elianai não cedeu. Quando a mulher virou as costas para ir embora, Marco Antônio a atacou pelas costas, por trás, com uma faca no pescoço. Elianai então caiu no chão, achou que tinha levado apenas um soco. Quando ela colocou a mão e sentiu o sangue, ela começou a gritar por socorro. Aos gritos, os vizinhos perceberam e começaram a se aglomerar. Marco Antônio então disse: Não foi nada, foi apenas uma briga, ela caiu no chão. Mas as pessoas viram o sangue. Foi aí que ele fugiu. Elianai foi socorrida e levada ao hospital.

O homem é representado como dominador, sedutor e possessivo, que coloca a companheira em risco por seu comportamento violento. A vítima é apresentada como frágil, sensível, a mulher sonhadora que acreditava em conto de fadas e esperava seu príncipe encantado. Durante a entrevista, a repórter conduz a vítima a mostrar sua fragilidade, induzindo-a a relatar que foi conquistada, seduzida. “Ele era sedutor? Te convencia? O que que ele falava para você? Coisas bonitas, ele era romântico?”

As imagens também colaboram para a representação da fragilidade da mulher, que é apresentada em uma cena onde aparece a imagem da vítima sentada, sem mostrar o rosto, apenas as mãos unidas descansando sobre as pernas juntas, enquanto ela fala, mexe os dedos. Também são exibidas as feridas causadas pela faca, já após o atendimento médico, com os pontos.

O enquadramento passa uma mensagem de delicadeza da mulher, mostrando que o homem pode ser perigoso e a mulher é uma vítima fácil. Enquanto as cenas são exibidas, é possível é possível que o expectador experimente uma sensação de medo, pois se subentende que o perigo pode estar dentro de casa.

A recusa em aceitar o rompimento do relacionamento é o motivo relatado pela notícia para a agressão. A frase: *Se não for minha não será de mais ninguém*, reforça a questão da dominação masculina. Conforme Nolasco (1995, p. 58), esse domínio do masculino sobre o feminino pode ser entendido “como produto da ideologia patriarcal, a relação entre os homens se funda na busca de identificações, [...] com o que neles há de comum com o modelo masculino socialmente definido”.

Na notícia 25 acontece um assassinato cometido pelo namorado da vítima.

Uma jovem bonita, cheia de vida, que infelizmente se apaixonou pelo homem errado. Michele de 26 anos foi morta dentro de casa, aqui em São Paulo. Exatamente por um homem que prometeu uma vida de princesa, mas deu o inferno para ela. Tudo aconteceu na frente dos filhos. [...] foi nessa casa onde eles moravam, em Francisco Morato na grande São Paulo, que Maicon decretou a morte da companheira.

O agressor recebe as nomenclaturas de: homem errado, homem e Maicon (o próprio nome). A mesma estratégia de fragilização da mulher e enaltecimento da superioridade masculina é utilizada no discurso da notícia. O feminino é situado na dependência do masculino, considerando o homem como o salvador ou o carrasco da mulher, o responsável por lhe conceder uma vida de princesa ou o inferno.

O discurso do apresentador colabora para que se compreenda uma supremacia masculina quando enfatiza “Maicon decretou a morte da companheira”. Cisne (2005) ressalta sobre as relações de gênero na sociedade capitalista, onde a mulher sofre o controle do seu corpo e da sua vida por parte do homem.

Durante a exibição da notícia, aparece na tela a frase: *Ciumento não suporta a beleza da mulher*, justificando a agressão pelo sentimento de ciúmes e pela aparência física da vítima. O homem se sente ameaçado pela beleza da companheira. Esse comportamento é entendido como natural na nossa sociedade. Desde a infância, as mulheres são socializadas para se manterem belas para os homens, para se casarem, para saberem cuidar da casa e do marido, enfim, para servirem aos homens, conforme Cisne (2012).

Assim, desde a infância, meninos e meninas recebem uma educação sexista, ou seja, aquela que não apenas diferencia os gêneros, mas educa homens e mulheres de forma desigual. Para isso, o sistema patriarcal conta com algumas instituições na difusão de sua ideologia, das quais destacamos a família, a igreja e a escola. Meninas são educadas para lavar, cozinhar, passar, cuidar dos filhos (as) e do marido e a serem submissas, passivas e tímidas. Meninos são educados para serem fortes, valentes, decididos e provedores.” (p. 160).

O desempenho do papel de dominador na relação é historicamente naturalizado nas relações sociais. Desde a educação de meninos e meninas, existe um suporte ideológico que define os papéis na relação entre os sexos com justificativas nos determinantes biológicos que definem masculino e feminino. O homem é educado e socializado para dominar, ser o chefe e provedor, e quando percebe sua posição ameaçada, se sente acuado e busca dar um fim na situação incômoda, pela morte da companheira.

De acordo com Cisne (2005), é necessário adotar uma visão crítica para desnaturalizar a submissão das mulheres na sociedade capitalista e suas “determinações macrosociais que se encontram diretamente relacionadas com a subordinação das mulheres” (p.4). Esse posicionamento possibilita perceber que o capitalismo impõe as diferenças, a segregação e a exploração de classe, raça e gênero.

É fato que as diferenças sociais e discriminações são culturalmente construídas, no entanto, além de buscar arquitetar uma contracultura, “É fundamental a intervenção coletiva nas relações materiais que determinam as ideias dominantes” (CISNE, 2018, p. 215). Na

sociedade capitalista predomina a opressão, a exploração do trabalho e a dominação do gênero masculino sobre o feminino, fortalecendo as relações de desigualdade.

A notícia número 2 relata um caso de violência onde vítima e agressor não tinham relacionamento. É uma ocorrência de violência na qual o agressor vai sequestrar uma mulher e seu filho, cometendo abuso sexual.

Gerson de 26 anos foi preso acusado de abusar de uma mulher de 34 anos em Votorantim, interior de São Paulo. Essa mulher chegava em casa quando foi abordada por esse homem que você está vendo aí. Ele rendeu ela com um facão e o filho dela também foi rendido, foi colocado no porta-malas do carro. Esse rapaz aí, o Gerson, ele levou os dois até o matagal ele abusou da mãe na frente do próprio filho, dá para acreditar nisso? Os dois estão sobrevivendo à base de remédios. O Gerson, esse camarada aqui, ele cumpre a pena em regime semiaberto só que agora ele voltou para cadeia.

Na notícia o agressor recebe atributos como: *camarada* e *bandido*. Utiliza-se o processo material na maior parte das orações, o que apresenta uma finalidade de condenação do agressor, sem a tentativa de justificar o delito. Os processos materiais deixam claro a culpa do agressor: *foi preso, rendeu, abusou, cumpre, voltou*. Fuzer e Cabral (2014) denominam como orações de fazer e acontecer aquelas na qual se inscreve o processo material e afirmam que o uso desse processo colabora para enfatizar o feito.

As autoras nomeiam como *Ator*, aquele participante da oração que pratica o processo e como *Meta*, o participante que recebe o impacto da ação. Dessa forma, percebemos na notícia, uma linguagem direta, onde o agressor é enfatizado como culpado, sem considerações, ocupando a função de ator nas orações. O objetivo seria ressaltar a culpa do agressor pelo crime, inclusive, a notícia faz uso do processo mental *dá pra acreditar nisso?* De forma a causar indignação no telespectador pelo ato cometido. Para Halliday e Matthiessen (1994), os processos mentais se atem às representações do mundo das consciências, envolvendo experiências abstratas.

Na notícia 76, o agressor é um homem negro que atenta contra a vida de um amigo. Durante a exibição, a tela apresenta o rosto da mãe da vítima, que chora diante da câmera e relata sua indignação. Quem cometeu o crime foi o homem, mas a notícia tem o objetivo de culpar as mulheres que se envolveram com o agressor e com a vítima.

Marcos Vinícius Muniz de 22 anos e Gustavo Pinheiro Silva de 19 anos. Uma amizade abalada por duas disputas de namoradas. O primeiro caso, uma das jovens namorou um e engravidou do outro.

Mãe da vítima: Meu filho se envolveu com uma prima do Gustavo, na época. Aí, depois ela disse que estava grávida do meu filho, ele queria trazer ela para morar aqui em casa, mas ela não quis vir, terminou querendo ir embora para o Maranhão e depois foi embora para o Maranhão. Meu filho descobriu que ela estava grávida do Gustavo, então foi onde eles começaram a se desentender.

Repórter: A segunda vez aconteceu quando a amizade estava abalada. Edna conta que a última namorada do filho hoje tem um caso com o principal acusado do crime.

Mãe da vítima: A mulher... ela tava com meu filho, ela veio para o velório, sabe... depois disso quase 1 mês depois, ela veio aqui em casa, levou umas coisas do meu filho para ficar de lembrança, chorando e tudo, aí passa uns dois três meses ela já está com quem matou meu filho. Uma pessoa que ela tinha se envolvido antes né, pouco tempo depois que tava aquela coisa no meio deles três, então primeiro, para mim, ela é envolvida, tão culpada quanto os outros, isso é muito dolorido.

A notícia transmite um discurso que busca justificar o crime culpabilizando as mulheres. A amizade foi abalada pela disputa, foi a mulher que namorou um e engravidou do outro. O crime passional aconteceu quando os amigos se envolvem com a mesma mulher. Assim, fica evidenciado no discurso que a culpa foi da mulher, inclusive, grande parte da notícia é dedicada a exibir a mãe da vítima chorando e acusando a mulher do agressor.

Diferente de outras notícias nas quais o agressor é criminalizado, a notícia 76 se dedica a narrar os fatos e culpabilizar a mulher do agressor. Ele não recebe atributos pejorativos, é chamado pelo repórter por *acusado do crime* e pelo próprio nome. Já a mãe da vítima se refere a ele como *quem matou meu filho*.

A culpabilização da mulher não acontece com o mesmo discurso direcionado aos homens. Enquanto eles são descritos como fortes, dominadores e possessivos, elas são representadas como perigosas e sedutoras. Como enfatiza Faria (2008) a mulher é considerada perigosa por sua capacidade de seduzir, por sua beleza física. Embora o homem tenha recebido atributos como o de *príncipe*, a mulher recebe representações que se referem à a sua aparência física, destacando a beleza feminina como um perigo e motivo para o crime cometido.

Em nenhuma notícia houve referência à aparência física dos homens. No caso das mulheres, em quatro notícias a palavra *bonita* foi utilizada para se referir às mulheres (notícias 97, 127, 163 e 25).

As notícias destacam a masculinidade dominante dos agressores. Os crimes, em algumas ocasiões, são justificados pelo ciúme, pelo calor do momento ou pelo sentimento de dominação. Em relação às agressoras, são representadas tendo destaque para sua feminilidade ou para o seu papel social de mulher, sendo as justificativas passionais.

Em um contexto capitalista, o objetivo dessas notícias pode ser afirmar a superioridade masculina. Conforme Federici (2017), o surgimento desse sistema estabeleceu um ataque metódico contra as mulheres. O capitalismo impõe a hierarquia, a disciplina social, a organização do trabalho. Assim, as mulheres têm sua imagem desvalorizada para ascender o homem.

5. RELAÇÕES RACIAIS EXPRESSAS NAS NOTÍCIAS

Buscamos neste capítulo, atender ao quarto objetivo específico, apresentando um breve resgate histórico do negro na sociedade brasileira, em seguida, uma análise da categorização das vítimas e dos agressores considerando a questão racial e a discussão sobre os discursos que representam os indivíduos negros nas notícias do telejornal *Cidade Alerta*.

5.1 O Negro na Sociedade Brasileira

No final do século XIX, quando surge a sociologia, conforme Marx (2003) e Durkheim (1970) são elaboradas novas teorias que trazem uma ligação entre mundo social e cultura. Ou seja, “nasce a ideia de que a vida humana, a sociedade política, etc., não são determinadas, de uma maneira forte, por nada além da própria vida social” (GUIMARÃES, 2003, p.01).

A obra do sociólogo norte americano Donald Pierson (1971), *Branços e Pretos na Bahia*, foi a primeira a falar das relações raciais no Brasil. O pesquisador enfatiza que o Brasil era uma *sociedade multirracial de classes*, considerando que a hierarquia deste sistema de classes se dava colocando as pessoas mais claras no nível mais elevado da pirâmide social. Admitia, entretanto, que ocorria sociologicamente uma democracia racial no país, uma vez que o preconceito existente estava relacionado à classe e não à raça.

Freyre (2004) também defendeu a existência de uma democracia racial imperfeita e em processo de formação no país. Afirmou que, apesar de existir preconceito e discriminação, no Brasil existe uma aproximação entre o branco o negro e o índio em uma democracia racial. Por outro lado, Frazier (1944) em sua obra *Comparisons of Negro-White Relations in Brazil and in the United States*, discordou de Freyre (2004) e Pierson (1971). Em sua viagem, ao sudeste do Brasil, confirmou que a discriminação sofrida pelos negros diferia em grau e gênero da discriminação que acontecia nos EUA. Enquanto que, na cidade de Salvador, a discriminação se dava pela classe, no sudeste e sul do país, devido a maior presença dos imigrantes europeus, as tensões raciais tornavam-se mais evidentes.

Ao relatar a persistente desigualdade racial na sociedade de classes, Fernandes (2008) enfatiza que a inserção social de negros e mulatos, após a era da ordem social escravocrata e ascendência da era capitalista, se deu alicerçada à condição de subalternidade desses indivíduos. Sobre essa transição, o autor comenta sobre o interesse na situação do negro:

A preocupação pelo destino do escravo se mantivera em foco enquanto se ligou a ele o futuro da lavoura. Ela aparece nos vários projetos que visaram regular, legalmente, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, desde 1823 até a assinatura da Lei Áurea. [...] Com a Abolição pura e simples, porém, a atenção dos senhores se volta especialmente para seus próprios interesses. [...] A posição do negro no sistema de trabalho e sua integração à ordem social deixam de ser matéria política. Era fatal que isso sucedesse (FERNANDES, 1965, p. 2).

Conforme Netto (2013) na agenda capitalista não tem espaço para a defesa do interesse da população, o capitalismo não tem compromisso com o social. Sua função é manter o processo de acumulação de capital e, para tal, busca manter a ordem vigente de exploração, dominação e alienação. Assim, o Estado brasileiro se negou a assumir a demanda apresentada por essa população, como falta de moradia, emprego e educação, não reconhecendo os escravos como cidadãos de direito, não tratou a questão racial como uma expressão da questão social.

A exploração não aconteceu de maneira passiva. Os escravos protestaram de diversas formas. Conforme Moura (2014), aconteceram diversos protestos e rebeliões contra a exploração dos proprietários dos escravos, sendo que os revoltosos se uniam formando os quilombos, uma ameaça à elite dominante na época. Os quilombos formavam verdadeiras cidades “[...] surpreendentemente progressista para a economia e os sistemas de ordenação social da época. Um embrião de nação que foi destruído para que o seu exemplo não determinasse uma economia que transcendesse os padrões econômicos e políticos do sistema escravista”. (MOURA, 1988, p. 184). A elite dominante abafou os movimentos e lutas abolicionistas, usou a força e violência para extinguir os quilombos, destruiu toda e qualquer mobilização que ameaçasse a ordem vigente, mantendo a população escrava em posição subalterna e optando por libertar os escravos por um processo legal (Lei Áurea de 13 de maio de 1888) e não por pressão de uma revolução abolicionista.

Após a libertação, os negros não vivenciaram uma vida de liberdade, nem mesmo a liberdade de venderem sua força de trabalho, pois eram socialmente considerados como, de acordo com Fernandes (2008), a escória da escória da classe trabalhadora. Assim, conforme Fernandes (2008), a abolição da escravidão se situou como revolução burguesa inacabada e não como uma vitória dos escravos.

A historicidade da questão racial no Brasil contribui para explicar a razão da discriminação sofrida pela população negra. Os brancos e amarelos não sofreram a mesma exploração e violência que os negros, que foram arrebatados de sua terra, de suas famílias, de seu povo, para serem explorados e violentados. Os imigrantes japoneses, italianos e árabes que

vieram trabalhar no Brasil, assim o fizeram por suas escolhas, entusiasmados pela situação econômica, social e política do período histórico (MUNANGA, 2012).

É certo que esses imigrantes, conforme Munanga (2012) também passaram por dificuldades, mas essas não se relacionavam à sua aparência física. “[...] em nenhum momento a cor de sua pele clara foi objeto de representações negativas e de construção de uma identidade negativa [...]” (p. 01).

Schwarcz (1993) demonstra como aconteceu o processo de transição do trabalho escravo negro para o branco no Brasil. A sociedade buscava não somente uma mudança no regime de trabalho, mas também, tinha o objetivo de constituir uma chamada evolução da população brasileira. Os representantes da lei e os considerados senhores do saber utilizavam de conceitos evolucionistas, baseados em modelos já ultrapassados na Europa, que se pautavam em argumentos científicos para justificar o entendimento de que o negro era uma raça inferior em relação ao branco. Adotavam argumentos que passaram a considerar os ex-escravos como uma classe perigosa. A mistura de raças era percebida como um problema, o Brasil se apresentava como uma nação degenerada, que representava um atraso diante de outros países.

Madeira e Gomes (2018) enfatizam que a inferioridade do negro era determinada “não apenas pela própria biologia, raça inferior híbrida impura, de baixo quilate, como também pela sua experiência como escravizado. Essa representação fazia com que seu trabalho fosse classificado como sujo, destituído de ética e moral como trabalhador” (p. 467).

Conforme Almeida (2019), a antropologia do início do século XX afirma que não existem diferenças biológicas entre os seres humanos, ainda assim, a questão racial funciona como um fator político, empregado para naturalizar as diferenças sociais e dar legitimidade à discriminação. O racismo “integra a organização econômica e política da sociedade. [...] é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (p. 15).

A discriminação racial no Brasil se manifesta como uma relação de poder. Conforme Almeida (2019) ela decorre da estrutura social, mas é entendida como algo natural, “com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (p. 33).

Reforçado pela mídia, pela indústria cultural e pelo sistema de educação, o racismo é representado, por exemplo, nas telenovelas brasileiras. O telespectador se acostuma em ver as mulheres negras como personagens que desempenham trabalhos domésticos, crendo que essa população tem vocação natural para essas tarefas. Já os personagens homens negros, têm papéis que oscilam “invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que

homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações” (ALMEIDA, 2019, p.41).

Almeida (2019) questiona se de fato a realidade confirma essas representações do lugar do(a) negra(a) na sociedade. Ou seja, a mídia estaria reproduzindo a realidade? O autor confirma que sim, pois grande parte das domésticas são negras e a maioria dos encarcerados são homens negros. As melhores posições profissionais são ocupadas por homens brancos.

Na verdade, o que nos é apresentado não é a realidade, mas uma representação do imaginário social acerca de pessoas negras. A ideologia, portanto, não é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da relação que temos com essas relações concretas. Dizer que nossa visão sobre a sociedade não é um reflexo da realidade social, mas a representação de nossa relação com a realidade, faz toda a diferença. Isso faz da ideologia mais do que um produto do imaginário; a ideologia é, antes de tudo, uma prática (p. 42).

Dessa forma, conforme Almeida (2019), a crença construída a respeito do(a) negro(a) como um criminoso representada pela mídia, não encontraria sustentação sem um sistema que o ancorasse.

Nogueira (2017) corrobora essa argumentação, entendendo que o racismo é estruturado nas instituições sociais, e, para ser combatido, é necessário fazer uma reforma nessas estruturas. O racismo envolve relações políticas e econômicas que abarcam um jogo de interesses intrínsecos à sociedade capitalista.

Na perspectiva marxista, o racismo é compreendido como parte de um processo que envolve a totalidade da vida social. Considera as dimensões históricas, econômicas e sociais que submergem a condição do indivíduo negro no Brasil. Almeida (2016) comenta que “[...] é importante dizer quão essencial o estudo das relações raciais é para a compreensão das especificidades de cada formação social capitalista [...]” (p. 24).

A teoria crítica marxista colabora para a compreensão da situação do indivíduo negro na sociedade brasileira, percebendo a discriminação racial, conforme Madeira e Gomes (2018), como uma “construção ideológica de conjunturas históricas, na qual os interesses materiais das classes dominantes encontraram uma justificativa científica para a importação de europeus e a inferioridade da maioria dos brasileiros” (p. 467).

A importação de imigrantes brancos buscava “[...] uma raça mais nobre, ou melhor, caucásica, branca, europeia e, por essas qualidades, superior” (MOURA, 1988, p. 80). A população negra passa a ser considerada como a classe perigosa, não mais laboriosa, parafraseando Iamamoto (2001). Aqueles que antes eram explorados passam a ser temidos, afastados do convívio social, pois são incapazes de se adequarem às normas sociais.

O negro era considerado ideal para o trabalho escravo, no entanto, após o período escravocrata, surgiram pesquisas tendenciosas que apontavam a incapacidade do negro se inserir no mercado de trabalho. Como destaca Furtado (2007) a sociedade buscava formas de afirmar que o escravizado não era apto para o trabalho livre. Acostumado ao trabalho forçado, esses indivíduos não teriam a capacidade de vender sua força de trabalho em troca de um salário, pois “[...] quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas necessidades” (p. 144).

Gonçalves (2018) ressalta que “Antes se consideravam os (as) negros (as) dóceis e aptos (as) ao trabalho forçado; agora se insistia em vinculá-los (as) à ociosidade como justificativa para empregar a força de trabalho do imigrante europeu” (p.517).

Outros autores como Fernandes (2008) e Freyre (2004) apontam para o desamparo desses indivíduos e sugerem o tema de criminalidade diferenciada, quando cresce o índice de criminalidade envolvendo essa população. Sem condições de sobreviver, grande parte dos ex-escravos encontra no crime uma saída para o enfrentamento da situação de fome e abandono.

Hungria (1956) explica que o negro era erroneamente apontado como delinquentes por sua raça. No entanto, a falta de amparo social, educacional e financeiro eram os motivos que levavam esses indivíduos ao crime. Dessa forma, o aumento da criminalidade entre negros estaria “[...] ligado, não a fatores raciais, hereditários ou orgânicos, mas exclusivamente culturais, ambientais ou sociais” (p. 283).

Fernandes (2008) comenta sobre o aumento da criminalidade envolvendo essa população e destaca duas hipóteses: A primeira explica que os padrões nutriam um preconceito contra os ex-escravos, por isso os preteriam, dando preferência aos imigrantes brancos. A segunda hipótese esclarece que as funções mais dinâmicas e aquelas que ofereciam oportunidade de ascensão na carreira eram sempre destinadas aos candidatos brancos. Aos negros sobravam nas funções esporádicas ou trabalhos domésticos.

Em uma pesquisa que buscou conhecer os tipos e características dos crimes que envolviam indivíduos negros, pós a libertação (entre 1887 a 1914), Henriques (2018) relatou a história de um negro que assassinou o seu patrão. Após ser absolvido pelo júri na justiça, esse negro foi linchado pela população. O autor conclui na pesquisa que “o negro motivava o linchamento quando ultrapassava a barreira da cor e invadia espaços, situações e concepções próprias do estamento branco; quando, enfim, fazia coisas contra o branco que, feitas pelo branco contra o negro, não seriam crime” (p. 17).

Nos estudos da estratificação social, a desvantagem em decorrência da raça é apontada como determinante na reprodução social da desigualdade. As desvantagens e menores chances de mobilidade social para as mulheres e negros em relação ao homem branco ainda é realidade.

Para analisar o fato, procura-se explicação na formação da sociedade brasileira, com estudos que caracterizam a situação com “ciclo de desvantagens acumulativas” que, além da desvantagem no ponto de partida da origem social, que, em geral, é mais baixo para os negros, têm-se as desvantagens educacionais e as restrições do mercado de trabalho (HASEMBALG, 2005, p. 221).

O desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, conforme Schwarcz (1993), se deu acompanhado pela disputa do controle do Estado por intelectuais de prestígio, na época, médicos e advogados. A estrutura e o funcionamento das instituições produtoras de conhecimento no Brasil, entre as três últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX, se utilizavam da questão racial para justificar as estruturas sociais existentes, isto é, pretendiam “transformar diferenças sociais em barreiras biológicas fundamentais” (p. 316).

O viés racial das desigualdades sociais no Brasil não constitui uma mera reprodução de desvantagens históricas; mas é uma realidade embutida nas relações sociais, pois a sociedade apresenta um forte comportamento discriminatório que tende a dificultar a ascensão social das pessoas, inclusive, quando se considera o tratamento direcionado ao o indivíduo que comete um crime.

Adorno (1996) enfatiza que não existe nenhuma pesquisa científica que comprove uma maior compatibilidade do homem negro com o crime, em relação ao branco, no entanto, são os negros que mais recebem condenações.

O Atlas da Violência (2019) evidencia que existe no Brasil uma forte concentração de negros em casos de homicídios, comprovando uma desigualdade racial em relação às vítimas de violência. A pesquisa aponta que, considerando o intervalo de 2007 a 2017, a taxa de homicídios de negros cresceu 33,1%, enquanto nesse mesmo período, em relação aos brancos, ocorreu um pequeno aumento de 3,3%. A taxa de crescimento de homicídios entre as mulheres negras também foi expressiva. Em relação às mulheres brancas, a taxa de homicídios apresentou um crescimento de 4,5%. Já em relação às mulheres negras, o aumento foi de 29,9%.

No caso da presente pesquisa, o Quadro 1 mostra que das 180 notícias exibidas, 155 delas (86,11%) apresentavam a efetivação de crime. 91 delas (50,55%) se referiam a casos de assassinato ou tentativa assassinato, 14 casos eram relativos a agressão, 6 de estupro e 2 de ameaças.

5.2. Os Agressores em Termos Raciais

Em relação aos aspectos raciais dos agressores e vítimas, desconsiderando o sexo, os dados do Quadro 4 demonstram que existe um maior envolvimento de pessoas negras nos crimes, tanto em relação às vítimas como em relação aos agressores.

Quadro 4. Categorização das vítimas e agressores em termos de cor/raça

Considerando o total de 180 notícias	Número	%
Agressores brancos	21	11,66
Agressores negros (as)	53	29,44
Vítimas brancas	58	32,22
Vítimas negras	75	41,67

Fonte: Dados da pesquisa (2020). Elaborado pelas autoras

Adorno (1996) enfatiza que o perfil da população privada de liberdade no Brasil é de pessoas negras. O documento *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* (INFOPEN, 2016) confirma essa assertiva ao apontar que a população carcerária do Brasil é predominantemente negra. 35% dos encarcerados são brancos, 64% são negros, 1% são amarelos e 1% outras raças. Assim, questionamos se realmente são os negros que cometem mais crimes ou são os quais recebem mais punição ou, no caso da mídia televisiva, os que recebem mais destaque, inclusive, em relação às vítimas apresentadas.

Ao divulgar os casos de violência, o programa *Cidade Alerta* se atenta aos pormenores das situações, tornando a tragédia anunciada um espetáculo televisivo. De acordo com o objetivo do programa, transmitir a informação não basta, é preciso despertar o interesse pela notícia e prender a atenção do espectador através da sensacionalização do fato anunciado. Para isso, o jornalismo apela para a participação do repórter, que, fazendo uso de um vocabulário popular e falando, geralmente, do local onde aconteceu o crime, envolve o telespectador na trama televisiva.

O repórter de telejornal policial se torna um integrante ativo. Sua participação é parcial e pode, em determinados casos, interferir com a realidade daquele fato [...]. Em determinados casos, a interferência do repórter também serve para manipular momentos que não estão correspondendo com a expectativa de uma determinada situação. Nesse sentido, criam-se situações que aumentam o potencial de um fato para que ele se torne mais fluente aos olhos em um espetáculo de ficção, pois, em determinadas situações até elementos da dramaturgia como a tensão dramática, a identificação com o herói ou com vilões, as expressões oral e facial são utilizados para sensibilizar o telespectador (PERIAGO, 2004, p. 11).

Nos casos de violência que são noticiados, acontece todo um direcionamento no julgamento dos crimes ocorridos. O suspeito é sempre o bandido, o monstro, o desajustado, que não tem o direito de viver em sociedade e deve ser expulso do convívio social. De acordo com Ianni (2004), essa prática de condenar a vítima, acontece desde o Brasil colônia, inclusive, “Há estudos em que a “miséria”, a “pobreza” e a “ignorância” parecem estados de natureza, ou da responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais” (p. 110).

A condenação da mídia é acompanhada de um discurso que culpabiliza sempre o indivíduo, sem considerar o contexto social. Esse pensamento colabora para manter a ordem social, considerando os criminosos como anomalias sociais, de acordo com Caffarena (1986):

O positivismo em geral produziu uma autêntica esterelização das ciências sociais que se viram condicionadas por uma função instrumental de reforçar e melhorar um determinado modelo social e econômico, seu enfoque para a criminologia concebendo o crime e os comportamentos desviados como uma questão patológica cuja explicação e solução teria que se dar na esfera das ciências médicas, biológicas ou antropológicas [...] (p. 291).

O conceito de crime enquanto desvio, um defeito individual, próprio do ser que o pratica, situa o seu enfrentamento de uma forma discriminatória. O Estado busca combater o crime punindo os agressores, os afastando da sociedade, numa visão de que são nocivos, delinquentes e prejudiciais ao bem social. O crime sendo direcionado para a esfera da patologia desvincula esse comportamento do sistema social. Entende-se assim, que o problema é individual e não social, descomprometendo o Estado de intervir de outra forma senão a punitiva.

O olhar positivista é direcionado para os fatos em si, desconsiderando contextos e processos sociais. Conforme Cameron et al. (1997, p. 6):

O positivismo acarreta um certo apego ao estudo das frequências das distribuições, e das tendências manifestadas pelos fenômenos observáveis, seguida por uma descrição, em termos nomológicos, das relações entre os fenômenos. Para lembrar um exemplo bastante utilizado, uma descrição nos moldes positivistas de um jogo de bilhar faria referência às bolas de bilhar rolando de um lado para o outro com velocidades diferentes, colidindo contra si e contra as bordas da mesa, e sendo lançadas em novas direções e com outras velocidades - todas previsíveis e capazes de serem calculadas, recorrendo-se às leis da mecânica clássica. As únicas entidades reais nesse cenário seriam as bolas, os tacos e a mesa; porém não as forças de fricção, inércia, e gravitação (e parece nunca haver jogadores de bilhar numa descrição positivista de um jogo em curso).

No trato dado às notícias exibidas pelo programa *Cidade Alerta*, uma priorização nos casos de violência, com focalização no indivíduo, na ocorrência em si, desconsiderando o contexto, as causas políticas, sociais e econômicas que podem ter contribuído para o desenvolvimento do fato ocorrido.

Assim, o público se envolve nas tramas, mantendo a audiência do programa em alta, ao mesmo tempo em que entende os casos de violência como culpas individuais dos atores envolvidos, desvinculando os acontecimentos de um fundamento estrutural. O ato de transmitir uma informação se torna um ato político, carregado de convicções que produzem realidades quando conduzidas ao público. Não se trata de atividades isoladas, mas, de ações carregadas de intencionalidades que se relacionam à estrutura social e de poder da sociedade atual.

É necessário considerar a sociedade de forma dialética, entendendo que quando assistimos à uma notícia na televisão é preciso compreender os acontecimentos relacionando-os a dinâmica social. Percebendo os indivíduos envolvidos como sujeitos sociais, inseridos numa sociedade capitalista onde “a produção determina não só o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, e não só de forma objetiva, mas também subjetiva. Logo, a produção cria o consumidor” (MARX, 2003, p. 220).

A relação dialética se estabelece no processo de divulgação dos casos de violência, quando a mídia televisiva apresenta as notícias, explorando os casos em suas particularidades, com o repórter recriminando, culpando e acusando os (as) agressores (as) dos crimes. O telespectador é o receptor da notícia, ele assiste, ouve e tira suas conclusões a partir da influência da mídia, reproduzindo a culpabilização individual, e, principalmente a criminalização das pessoas negras.

De acordo com Wacquant (2001), a crescente demanda por serviços públicos no atual estágio do sistema capitalista é acompanhada de uma retração do Estado Social e ampliação do Estado Penal. Valle (2006) enfatiza que:

[...] o que resta aos vagabundos que, ao contrário dos turistas que viajam prazerosa e livremente, devem movimentar-se no estreito mundo da localidade em que estão confinados? O que resta aos consumidores falhos, cartas fora do jogo, os quais, com seus desejos de consumo aguçados, mas sem condições de consumir, são considerados e consideram-se incapazes e indignos? O que resta aos vigilantes das celebridades que os controlam, os conduzem e reduzem suas vidas a uma luta pela realização do sonho impossível de ultrapassar os muros invisíveis de mundos e modos de vida tão diferentes? O que resta, de fato, a essa “sujeira” da pós modernidade, ou seja, àqueles a quem o lugar certo sequer foi reservado? (p.212).

O modelo de sociedade de classes citado por Marx no século XVII se mantém ainda na atualidade, quando percebemos o complexo jogo de interesses que se desenha na relação entre Estado e Mercado. Essas duas instâncias se aliam, sendo o Estado capturado pelos interesses do Mercado (NETTO, 2013), fazendo uso de diversas estratégias para manter a hegemonia e domínio sobre a classe trabalhadora, como por exemplo, as informações manipuladas divulgadas pela mídia televisiva.

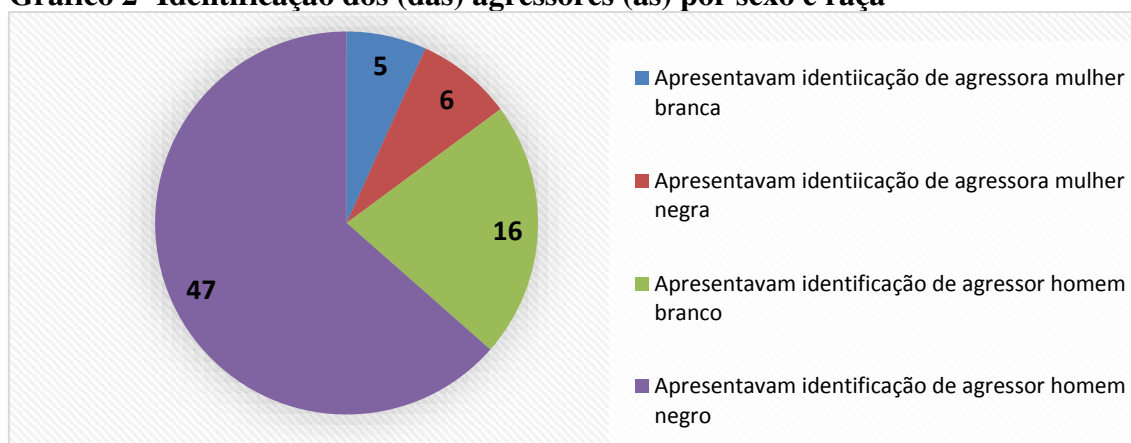
A *sujeira* a qual se refere Valle (2006) não tem muitas alternativas senão reproduzir aquilo para o qual foi programada, tanto pela televisão como pelas demais mídias de comunicação. O crime só existe na sociedade, tal como é, por relacionar-se com o sistema econômico social e vice-versa.

Assim, é no movimento dialético de desobscurecimento dessa relação que, poderá acontecer uma conscientização coletiva a respeito das causas da criminalização na sociedade capitalista e o entendimento de que o Estado tem o dever de tratar as mazelas geradas pelo sistema, não com a opressão, mas com a criação de possibilidades de escolhas concretas para a classe trabalhadora.

5.3. A Representação do (a) Agressor (a) nas Notícias

Na amostra de 180 notícias, 155 se tratavam da divulgação de um crime. Nesses casos onde ocorreu um crime, ocorreram situações onde não foi possível identificar o agressor, como os casos ainda em investigação. Tomando por análise as notícias onde se identificou o (a) agressor (a), que somadas representam o total de 74 notícias, obtivemos o seguinte resultado de acordo com o Gráfico 2:

Gráfico 2- Identificação dos (das) agressores (as) por sexo e raça



Fonte: Dados da Pesquisa (2020). Elaborado pelas autoras.

Foram identificados 47 agressores homens negros; 16 agressores homens brancos, cinco agressoras mulheres brancas e seis agressoras mulheres negras. Observamos a predominância do agressor homem negro e a baixa participação das mulheres no papel de agressoras. Essa alta participação de homens negros nos crimes, nos leva a refletir as causas desse fenômeno.

Dos 74 agressores(as) identificados em termos raciais, 53 eram negros (as), o que corresponde a 71,62% dos(as) agressores(as). Essa representatividade de negros (as) não ocorre ao acaso, pois a sociedade brasileira tem sua formação marcada pela discriminação racial. Os negros trazidos ao país, para servirem como escravos, foram explorados, castigados e considerados como mercadorias. Ianni (1986) considera que, mesmo após a libertação concedida aos escravos, a população negra ainda sofria uma vida sem dignidade e segurança.

O negro deixou de ser escravo, mas não deixou de ser considerado inferior ao branco, pois não recebeu qualquer possibilidade de ascensão social. Sem terras, emprego digno, educação, moradia ou qualquer tipo de assistência, os negros passam a viver como ex-escravos.

Oliveira (2018) ressalta o racismo de Estado, o qual condena a população negra, com a justificativa de manter a segurança na sociedade, essa condenação está no ato de “esvaziar de humanidade, criminalizar e expor cotidianamente esta população à morte” (p.100) ignorando situações de crueldade e injustiça.

Nesse sentido, Almeida (2019) comenta sobre a explicação das diferenças entre os homens no pensamento positivista, surgido no século XIX. De objeto filosófico, o homem passa a ser objeto científico, encontrando na biologia e na física a justificativa para as diferenças entre as raças. Surge a noção de que as características biológicas ou climáticas influenciariam na formação do homem, interferindo em seus princípios morais, psicológicos e intelectuais. Dessa forma, “a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência” (p.21).

Existe um processo de estigmatização do outro, onde se busca levar a mensagem de que esse oferece perigo, deve ser percebido como um “objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que simplesmente, é preciso destruir” (MBEMBE, 2017, p.26). As notícias evidenciam que as pessoas negras ainda trazem o estigma da inferioridade delegado a elas no período colonial no Brasil. A mídia se encarrega de fomentar esse conceito, quando seus discursos colocam em evidência os agressores negros.

O discurso é moldado pela sociedade e ao mesmo tempo, molda essa mesma sociedade. Sob a perspectiva de sociedade de classes da teoria marxista, compreendemos os discursos direcionados à sociedade, ressaltando os posicionamentos positivistas e recriminatórios dos repórteres e apresentador.

Nomear é dar característica, é representar algo ou alguém. Quando se direciona uma nomeação a alguém, se expressa o modo pelo qual essa pessoa é percebida ou como se deseja que ela seja percebida. Assim, considerando as nomeações dadas aos agressores (as) para

representar a criminalização divulgada pelo programa *Cidade Alerta*, as nomeações foram divididas em subgrupos.

O propósito foi analisar a recorrência das nomeações para representar o (a) agressor (a) de acordo com o marcador raça. Dessa forma, considerando as chamadas das notícias onde os (as) agressores (as) eram homens e mulheres negros, obtivemos as seguintes recorrências, que foram classificadas em subgrupos:

- Parentesco: ex-namorado; marido; amante; namorado; padrasto; pais.
- Sexo do agressor(a): homem; homem ciumento, mulher ciumenta, mulher.
- Profissões: advogado, cantor, professor, ator.
- Atributos: bandido, criminoso, ciumento, pedófilo, maníaco.
- Implícitos: casal, Polícia Militar, suspeito.

Negros são representados frisando sua relação com a vítima, (parentesco), com a afirmação de seu sexo, e em algumas ocasiões, essa afirmação se dá acompanhada de adjetivos (homem ciumento). Ocorre também a representação através da explicitação da profissão do agressor (profissões), com o uso de atributos e com o uso de termos implícitos. Os enunciados fazem uso de atributos pejorativos para representar o (a) agressor (a) negro (a), o que já demonstra sua condenação e criminalização do mesmo antes do caso ser relatado.

Considerando as chamadas relativas ao (a) agressor (a) branco (a), obtivemos as seguintes recorrências, que foram organizadas e classificadas em subgrupos:

- Parentesco: marido, genro, pai, namorado, amante, ex-mulher, namorada, irmã.
- Profissões: cantor, médico, jovem empresário.
- Sexo: homem, mulher.
- Implícitos: suspeito.

Não foi observado o uso de atributos na representação de brancos. A criminalização e culpabilização ficam mais evidentes nas notícias quando o (a) agressor (a) é negro (a). Embora tenham acontecido casos de assassinato nas análises, a palavra assassino aparece seis vezes nos enunciados das notícias onde os agressores são negros e apenas duas vezes quando são homens brancos. Não observando distinções entre as categorias mulheres brancas e mulheres negras nas análises das nomeações, partimos para a análise da voz verbal para detectar as diferenças entre as representações.

Observamos que, nas chamadas onde as agressoras são brancas, aconteceu a aplicação da voz passiva nos verbos, ao contrário das notícias que trouxeram a representação das mulheres negras que apresentaram o uso da voz ativa no verbo utilizado nos anúncios das notícias. Os

atores sociais podem ser representados por ativação ou passivação, isso vai depender do interesse em evidenciar ou não o agressor.

Quadro 5- Análise do Tema e Rema dos enunciados

Notícias nas quais as agressoras são negras		Notícia nº
TEMA	REMA	
Bebê	é mordido e agredido pelos pais até a morte	Notícia 12
Mulher ciumenta	arma emboscada e mata a rival	Notícia 32
Mulher	arma emboscada com a companheira para matar o ex	Notícia 85
Casal	é suspeito de matar mulher grávida para ficar com o bebê	Notícia 107
Mulher	é presa suspeita de matar o filho de três anos	Notícia 114
Mulher	coloca sonífero em sopa para matar a própria mãe	Notícia 161

Fonte: Dados da Pesquisa (2020). Elaborado pelas autoras

As análises propostas pela Gramática Sistêmica Funcional (GSF), podem contribuir para os estudos que buscam compreender a forma pela qual a linguagem funciona no direcionamento da mensagem a ser transmitida, destacando dessa forma a relevância do seu papel social.

O entendimento da relação entre a linguagem e a dinâmica social vai possibilitar a construção de um olhar crítico e totalizante. Nessa perspectiva, foram analisadas as chamadas das notícias que tinham agressoras mulheres brancas e mulheres negras.

A agressora negra é colocada em evidência na oração. Com exceção do primeiro enunciado, os demais destacam a participação da agressora no crime. Primeiramente a agressora é apresentada, em seguida o crime é anunciado.

Quadro 6-Análise do Tema e Rema dos enunciados

Notícias nas quais as agressoras são brancas		Notícia nº
TEMA	REMA	
Homem	morre em emboscada feita pela amante	Notícia 7
Homem	é agredido e queimado em emboscada da ex-mulher	Notícia 45
Homem	morre ao tentar separar briga de namoradas	Notícia 73
Irmã	planeja morte do irmão para ficar com herança	Notícia 133
Justiça	põe em liberdade mulher acusada de matar amante	Notícia 163

Fonte: Dados da Pesquisa (2020). Elaborado pelas autoras

Analisando as orações, percebemos que, as agressoras negras são colocadas em posição temática na oração, em cinco das seis chamadas. Esse procedimento, destaca a

participação da agressora, que são colocadas em destaque, recebendo uma maior responsabilidade pelo crime.

Ao contrário, nas chamadas das notícias onde as agressoras são brancas, a posição temática é da vítima ou da Instituição, sendo ocupada pela agressora em apenas uma das cinco notícias. Dessa forma, a agressora branca recebe a ação, sendo minimizada sua participação no crime.

Há a predominância da ativação nas orações que anunciam crimes onde as agressoras são mulheres negras, evidenciando a criminalização dessas agressoras, ao passo que, a passivação nos crimes cometidos por agressoras brancas, vai amenizar o enunciado.

Almeida (2019) comenta que o racismo se fortifica como uma ideologia na medida em que se ampara em práticas sociais. São ações sutis, como anunciar uma notícia, que colocam em evidência o racismo estrutural no Brasil. Os discursos apresentam a mulher negra como naturalmente mais criminoso que a branca, colocando-as em evidência nas chamadas do telejornal.

Essa criminalização e submissão da mulher negra na mídia televisiva ocorre em decorrência das práticas sociais arraigadas na sociedade brasileira. “Mulheres negras são consideradas pouco capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-as com baixos salários, fora dos espaços de decisão, expostas a todo tipo de violência” (ALMEIDA, 2019, p, 43).

5.4. Discursos que Acompanham os(as) Agressores(as) Negros(as)

Considerando as notícias que relatavam a ocorrência de um crime, o corpus apresenta o total de 155 casos, sendo que, em 74 deles foi identificado a raça do (a) agressor (a). Desses casos, 53 apresentavam um (a) agressor (a) negro (a), ou seja, em 71,62% dos crimes cometidos. Foram analisadas quatro notícias para discutir sobre termos raciais, sendo que duas delas envolvem agressoras mulheres negras (107 e 161) e duas envolvem agressores homens negros (97 e 15).

Analisando as representações desses indivíduos nas notícias, encontramos nomeações como: *bandido*, *criminoso*, *vilão*, *violento*, *assassino*, *maníaco*, *monstro*. Observamos que atributos pejorativos são recorrentes nas falas dos jornalistas ao representar o (a) agressor (a) negro (a), conforme o excerto da notícia número 97, que anuncia um caso onde o agressor espanca a namorada:

Eles namoraram apenas dois meses. O rapaz nunca tinha demonstrado a verdadeira face, segundo a polícia. Não, pelo contrário, era um homem sempre muito querido com a família dessa moça. Era um homem trabalhador, só que em uma das brigas, em apenas dois meses, ele deixou-se descontrolar pelos ciúmes. A Layane foi espancada, veja o que ele foi capaz de cometer com essa moça tão jovem e bonita. No rosto ainda estão as marcas da violência, e no relato, o medo, de ter encarado a morte de perto. [...]. O agressor é Caio Cesar Fidelis Ribeiro. Ele teve um ataque de fúria depois de uma crise de ciúmes ao desconfiar que tivesse sido traído. [...]. De acordo com a jovem, Caio conversava com o amigo da namorada pelo celular da vítima. Queria marcar um encontro. E o homem que antes era tranquilo se transformou num monstro.

No enunciado da notícia temos a seguinte oração: “Homem espanca a namorada e se entrega à polícia, mas é solto”. O repórter se dirige ao agressor pelo seu nome completo, que, segundo Van Leeuwen (1997) traz ao ator uma maior responsabilidade pelo ato. Conforme Rajagopalan (2003), nomear o ator da trama é um ato político da mídia televisiva, o repórter aponta a tela e enfatiza: *este aqui, este rapaz*, e em seguida repete o nome completo do agressor. Essa atitude de enfatizar o agressor influencia a opinião pública, que tende a concordar com as palavras dirigidas ao agressor.

Se o nome não é dito, o agressor ficará em menor evidência, ao contrário, quando se enfatiza o nome completo do agressor é dada maior visibilidade ao personagem. Esse procedimento é percebido em praticamente todas as notícias quando o repórter ou o apresentador se dirigem ao agressor. No caso das vítimas, essas são, geralmente, tratadas pelo primeiro nome. Na notícia 97, o apresentador, ao relatar o crime, confere atributos ao agressor, como: *querido, trabalhador, agressor e monstro*.

Analisando as representações na notícia, conforme a Gramática Sistêmico Funcional (GSF), percebemos que o caso é relatado de forma a justificar a prática do crime. A princípio, o agressor tem suas qualidades enfatizadas, na tentativa de mostrar o seu perfil positivo. Em seguida, o repórter utiliza-se do operador argumentativo *só que* para exibir o outro lado da história. O ciúme e o ato de agressão são justificados pelo descontrole do agressor.

Fuzer e Cabral (2014) mencionam que, de acordo com a GSF, conceituar o tipo de processo é buscar, nas categorias semânticas, respostas que poderão elucidar a forma pela qual os fenômenos que nossas experiências de mundo se concretizam na estrutura linguística. Assim, conceituar o processo possibilita o entendimento de eventos que constituem as experiências humanas. Nas notícias que relatam um crime com relacionamento entre vítima e agressor, há o predomínio do processo relacional nas orações, denotando a prevalência de atributos direcionados aos (as) agressores (as).

Conforme Halliday e Matthiessen (1994), o uso dos processos relacionais se dá quando o objetivo é dar características e identificar os indivíduos. Assim, o processo relacional é empregado, enquanto uma função semântica, para demonstrar, segundo Carvalho (2018, p.77),

“relações abstratas de atributos e de identidades. Os primeiros dão características a pessoas, coisas e fatos, [...]. Os segundos dão identidades e demonstram como certas ordens do discurso identificam ou são identificados [...]”.

Na notícia 15, o agressor assassina a esposa:

Apresentador: Uma casa simples, uma obra inacabada, que foi abandonada depois de um crime bárbaro cometido dentro do quarto do casal. A família de Valmira revela que o assassino ainda pretendia atear fogo em toda a casa.

Irma da vítima: Ele matou minha irmã a golpes de marreta, é um monstro, é um monstro.

Repórter: Valmira Silva dos Santos de 42 anos foi atacada enquanto dormia. Foi morta pelo ex-marido. João Carlos de Jesus, hoje, com 51 anos. [...] O casal ficou junto, por pelo menos, 23 anos e durante o relacionamento, teve 3 filhos. João Carlos era pedreiro e Valmira trabalhava como doméstica, mas vivia infeliz, não aguentava mais as muitas traições do marido, principalmente, as ameaças e agressões que sofria. Valmira tinha medo do que poderia acontecer, se ela se separasse do marido. Mesmo assim, Valmira decidiu se afastar de João Carlos e foi morar na cidade natal, em Conceição do Coité, interior da Bahia, onde vivem os pais e os irmãos. Logo, ela começou a trabalhar em uma fábrica de sapatos, João Carlos continuou trabalhando na capital Salvador, mas não deixava Valmira em paz. E todo fim de semana, quando ia visitar os filhos, o pesadelo continuava.

O objetivo de sensacionalizar a notícia tem início na chamada da notícia: *Mulher é assassinada após descobrir traição do marido*. Ao assistir a notícia, percebe-se que não foi exatamente esse o ocorrido, tendo a chamada um propósito de despertar a atenção para a notícia.

O agressor recebe atributos de assassino, *monstro*, *ex-marido* e *pedreiro*. Essa foi uma das poucas notícias analisadas na qual foi mencionado a profissão de pessoas sem o nível superior (pedreiro e doméstica). Embora o discurso tenha se referido à vítima em sua maior parte, fazendo revelações sobre a vida dela, não deixa de vulnerabilizar a mulher e condenar o agressor.

A notícia apresenta um discurso com uma representação negativa do agressor, (assassino, monstro), o que corrobora com Oliveira (2011) que analisou o mesmo telejornal e concluiu que essa mídia faz uso de termos pejorativos para sensacionalizar a notícia e culpabilizar o (as) agressores (as). No entanto, na presente pesquisa, o uso desses termos foi mais representativo nas notícias nas quais os agressores eram homens negros.

A notícia número 161 apresenta um crime onde a agressora comete assassinato, sendo que a vítima é a sua própria mãe:

A mulher que deixa a delegacia algemada, acaba de confessar ter matado a própria mãe. Em Mogi das Cruzes na grande São Paulo. Parentes se revoltam ao ver Jaqueline Rosa dos Santos Porto de 32 anos. Ninguém poderia imaginar que Jaqueline fosse capaz de tirar a vida de Vanilda Pereira dos Santos. Jaqueline estava foragida, disse que para a polícia que estava em um albergue no bairro do Butantã na cidade de São Paulo. Chegou a mudar o visual, pintou os cabelos de loiro, somente agora, quase quatro meses após o assassinato, ela decidiu se entregar e procurou o pai. Jaqueline chegou na casa do pai por volta das 9 horas da noite, ela bateu palmas e gritou pelo

pai. Assim que o homem reconheceu quem estava do outro lado do portão, ele achou melhor comunicar a outra filha. A mulher orientou que o pai conversasse e segurasse a irmã, até que a polícia militar chegasse, e foi o que ele fez. Abriu o portão, recebeu a filha e começou a conversar com ela. Jaqueline disse que tinha feito coisa errada e acabou confessando o crime para o pai.

Na análise, se percebe a culpabilização da agressora e a naturalização dos laços afetivos. A sociedade impõe que o indivíduo deve amar sua família, há um entendimento, principalmente por parte do Estado³⁴, de que é necessário preservar e fortalecer os laços familiares. No entanto, as relações familiares são complexas e peculiares e em muitas situações não existem vínculos afetivos.

Na sociedade contemporânea ocidental, a família é idealizada como uma instituição natural, onde os membros se unem por laços de afetividade e parentesco, numa concepção de núcleo familiar universal. Mas esse entendimento de universalidade é questionado por alguns autores, como Cadoret (2002), Stephens (2003) e Nadaud (2002) que concordam que a maioria das sociedades apresentam essa instituição, no entanto, o modelo de família e as suas finalidades são diversificados, de acordo com os valores de cada sociedade.

Assim, entendemos que não se pode naturalizar sentimentos de afeto familiares, de modo a exigir que o indivíduo sinta um amor maternal, ou um amor filial. Na notícia é feito um discurso de culpabilização sem nem mesmo questionar os motivos que levaram a agressora ao cometimento do crime. Ela é recriminada por matar *a própria mãe*, mas em nenhum momento o telespectador é informado sobre o comportamento da mãe ou mesmo sobre o contexto ocorrido.

A mídia se utiliza do discurso para transmitir uma representação que pode incluir ou excluir algumas informações de acordo com o seu interesse.

Há o predomínio do processo material no relato do caso em relação à agressora: *deixa, tirar, pintou, entregar, procurou, chegou, bateu, gritou*, de modo colaborar para uma narrativa dramática e condenatória.

Os processos mentais se referem às experiências de mundo, emoções e cognições. A ausência ou pouco uso desses processos pode ter o objetivo de desumanizar a agressora e causar indignação no público. A narrativa se preocupa em evidenciar a culpa da agressora e, para deixar claro esse fato, relata por duas vezes que ela confessou o crime.

³⁴ O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos faz parte da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A política é ofertada no trabalho social direcionado às famílias atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em 22 ago 2019.

O início da notícia é enfático: *A mulher que deixa a delegacia algemada, acaba de confessar ter matado a própria mãe*. O discurso poderia anunciar: A mulher deixa a delegacia e está sendo acusada de assassinato. Mas o impacto é maior quando revela que a agressora matou a *própria* mãe. O uso das palavras é ideologicamente organizado de acordo com o interesse do autor do discurso.

Analisando o discurso apresentado na notícia 107, observa-se que a agressora é uma mulher negra, com as seguintes representações: *Mulher, psicopata, namorada, mentirosa, descarada*.

Essa mulher é uma mentirosa, uma descarada, segundo a polícia, ela tirou essa foto se passando por grávida junto com marido, estufando da barriga que já é grande, mas não é de grávida, para fingir que está grávida e justificarem o aparecimento de um bebê. Só que o bebê foi roubado. Esse casal, depois de roubar o bebê de uma barriga de uma grávida, matou a mulher e jogou no córrego. Um crime cercado de muita crueldade, detalhadamente planejado que começou com o desaparecimento de uma jovem grávida, mas o sumiço durou apenas 24 horas e o fim dele veio com uma notícia trágica, a mulher foi encontrada morta, mas as circunstâncias em que a jovem estava, fez com que a polícia chegasse rapidamente a um casal que já está preso Angelina de 40 anos e o marido dela Roberto, de 57 anos prestaram depoimento à polícia, ela inclusive teria confessado o crime.

A notícia inicia com o apresentador causando indignação no público, atribuindo características negativas à agressora. No discurso, o processo material é predominante em relação à agressora: *tirou, se passando, estufando, roubar, matou, jogou, confessado*. Para não deixar margem a dúvidas, o apresentador é enfático ao afirmar que a agressora *é uma mentirosa, uma descarada*. Para validar o discurso, se utiliza de informações fornecidas pela polícia: *segundo a polícia*. O crime foi cometido pelo casal, mas desde a chamada da notícia a agressora é culpada, inclusive, é relatado que o ato foi cometido pelo casal, mas foi ela quem confessou o crime.

5.5. Discursos Sobre os Agressores(as) Brancos(as)

Serão apresentadas análise de quatro notícias que trazem agressores brancos, sendo duas de agressoras do sexo feminino (7 e 45) e duas de agressores do sexo masculino (93 e 33).

Os agressores (as) brancos (as) representaram 21 das 155 notícias onde houve um crime, considerando as notícias onde o (a) agressor (a) foi identificado (74), esse resultado representa 28,37% do total. Para divulgar os casos, utilizam-se das seguintes nomeações: *Príncipe, possessivo, sedutor, agressivo, atirador, violento, agressor, assassino, suspeito, perverso, debochado*.

Assim como nas chamadas, os discursos durante as notícias, quando trazem a representação dos (as) agressores (as) brancos (as), são direcionadas para o estado de agressividade quando são homens e da beleza quando mulheres. Não foi identificado o uso de atributos pejorativos como maníaco ou bandido.

Na notícia de número 93 é apresentada a narrativa de uma agressão contra a mãe e a criança.

A Flávia é blogueira e vive há 5 anos com esse rapaz que se chama Bruno e ele é advogado. Essa criança que aparece no colo sendo segurada pela Flávia tem um ano de idade, parece uma família muito feliz, né Percival? Mas não se deixe levar pelo sorriso, não se deixe levar pelo sorriso, porque essas fotos postadas pela internet muitas vezes mentem. Vem para mim por favor. Bruno, advogado é violento e as brigas são sempre marcadas por muita crueldade. Segundo a família, todas as vezes, Flávia é agredida. Da última vez, segundo a polícia, Bruno, além de espancar a blogueira, ainda jogou o filho no chão. Depois ele teria tido a coragem de pegar a criança toda machucada e foge com bebê para casa de parentes. Depois de muita negociação, ele entregou o filho para polícia e está preso.

O apresentador enfatiza os atributos do agressor: *advogado, violento e rapaz*. Por duas vezes, cita sua profissão de advogado. Como em outras notícias que relatam crimes envolvendo pessoas da classe média ou alta, a profissão da vítima também é citada além da profissão do agressor, uma prática que não foi percebida nos relatos de crimes de pessoas de classe econômica inferior.

Observamos ainda que a ausência ou presença da profissão do agressor(a) tem uma finalidade de inferiorização dos indivíduos das classes economicamente menos favorecidas. Apesar de, durante os discursos, em algumas notícias, ser mencionado que o agressor (a) negro e pobre trabalhava, sua profissão não foi mencionada. Já em casos onde o crime envolve pessoas das classes econômicas mais elevadas, a profissão geralmente é relatada. Essa prática pode ter o propósito de inferiorizar os agressores (as) pobres, como se não tivessem profissão, fossem simplesmente criminosos, bandidos, enquanto os ricos podem até ter cometido um crime, mas são pessoas de bem e trabalhadoras, uma forma de atenuar a conduta dos criminosos ricos.

A criminalização e culpabilização ficam mais evidentes nas notícias quando o agressor é negro. Embora tenham acontecido assassinato em ambas as análises, a palavra assassino aparece seis vezes nas chamadas das notícias quando os agressores são negros e apenas duas vezes quando são homens brancos.

A notícia número 33 menciona um assassinato após a discussão entre um casal. O agressor é branco e a esposa e vítima é negra. Durante parte da apresentação, a foto do casal é exibida na tela.

Aquí... me dá a foto dos dois por favor, da dona Maria e do homem que é considerado foragido pela polícia de São Paulo. Ela foi morta de uma maneira cruel. Pode encher a tela com a foto dos dois por favor. A reportagem da nossa Liliane Nascimento está

no ar. Foi morta com golpes cruéis desse homem. Segundo a polícia, em Heliópolis, zona sul de São Paulo. O relacionamento do casal sempre foi marcado por brigas e discussões. A Maria, por diversas vezes, inclusive, apanhava do marido. No dia que foi atacada, vem para mim por favor, a Maria está bem, em casa, se preparando para entrar no banho. Segundo o que consta para polícia de São Paulo, o César aproveitou aquele instante de distração da mulher para cometer o crime, depois fugiu. As duas filhas da dona Maria entraram em casa e encontraram a mãe morta. O César está foragido e é procurado nesse momento pela polícia.

O agressor recebe as seguintes nomenclaturas: *foragido, homem, marido*. O apresentador relata que a vítima foi morta de forma cruel, mas não direciona atributos pejorativos ao agressor. O discurso revela que o casal tinha um relacionamento com brigas e discussões e que, *inclusive* a vítima apanhava do marido. O uso dessas palavras enfatiza a agressão como uma situação natural. A notícia se baseia nas informações transmitidas pela polícia que investigou o crime, assim, o apresentador relata: *segundo a polícia*.

Na notícia número 7, a agressora em destaque é uma mulher branca. A chamada da notícia traz a seguinte frase: *Homem morre em emboscada feita pela amante*. A notícia se inicia com o depoimento da mãe da vítima chorando, seguida do discurso do repórter:

A trama que terminou na morte do filho dela envolve o casal que já estava separado. O erro da vítima, André, foi se envolver com Talita, sem imaginar que ela queria apenas causar ciúmes em Anderson, com quem não vivia mais, há pelo menos dois anos. André era casado, mas deixou-se envolver pela colega de trabalho Talita. O triângulo amoroso terminou em morte, quando Anderson entrou na história. O ex-marido violento não aceitava ver Talita com outra pessoa. O antigo casal resolveu, então, colocar em prática o plano fatal. Tudo que precisavam era surpreender André quando ele menos esperava. Talita o chamou para o que seria mais um encontro sigiloso. Primeiro, eles teriam se visto em um posto de gasolina, para seguirem juntos para a casa dela. [...] Foram 14 dias de angústia nesta casa, até que o corpo foi localizado em um matagal. [...] A polícia foi acionada, na delegacia Anderson mudou de versão várias vezes, entrou em contradição, até que acabou confessando que matou André, no quarto de Talita.

Durante a exibição, a tela apresenta a frase: *Cilada da paixão, amante ajuda a matar*. O uso do termo *amante* tem o objetivo de despertar a atenção para a notícia. A mulher é alvo de uma objetificação, sendo sexualizada e culbabilizada pelo crime. O discurso fortalece o imaginário social de que a mulher pode ser perigosa quando assume o papel social de amante. Quando as ações da mulher vão contra as práticas socialmente aceitas, colocam a dominação masculina em risco. Assim, a mídia condena a amante, culpando-a pelo comportamento do homem.

Embora quem tenha praticado o crime seja o homem, é a mulher que fica em evidência como culpada. A notícia enfatiza que foi ela quem planejou o crime e quem seduziu a vítima. O ex-marido era violento como afirma o repórter, então, a culpa é dela. A agressora não recebe atributos negativos, apenas é responsabilizada pelo crime.

Não há interesse em transmitir uma informação apenas do assassinato, mas sim de espetacularizar o ocorrido. Debord (2003) enfatiza essa estratégia midiática quando discute sobre a *sociedade do espetáculo*, cujo objetivo não é informar, mas ganhar audiência, causar impacto no público. O discurso apresenta nomenclaturas que instigam curiosidade pelo ocorrido: *Plano fatal, triângulo amoroso, ex-marido violento*. São expressões que despertam a atenção do telespectador, o envolvendo para acompanhar o desenrolar da história.

A notícia número 45 apresenta um caso onde a ex-esposa assassina o ex-marido com a ajuda do irmão:

O ministério Público denunciou a advogada Simone Lupino e o irmão dela, Rogério Lupino, pelo assassinato de Luciano. De acordo com as denúncias, os irmãos planejaram e executaram a morte da vítima. Luciano foi encontrado morto no portamalas do próprio carro, que foi incendiado nesse bairro, na zona leste de São Paulo. Ele e Simone estavam separados há cinco meses, quando tudo aconteceu. Segundo a família, Simone não aceitou, após a separação, sair da cooperativa de Luciano, que funcionava nessa casa. Para o Ministério Público, Simone teria convencido o irmão a ajuda-la no crime. [...] Desde o início, o relacionamento entre o casal era muito conturbado, os dois sentiam ciúmes e a família percebeu bem no começo que Simone tinha um temperamento muito forte, e que poderia fazer algo de errado.

No discurso, quando referindo-se aos agressores, há o predomínio do processo material, que afirma a culpa dos irmãos. Ao contrário do que ocorreu nas representações dos crimes de mulheres negras, a profissão da agressora branca é revelada.

Na sociedade capitalista a ocupação tem o poder de representar o indivíduo. As pessoas recebem tratamento diferenciado de acordo com a sua profissão. O discurso é complacente com a agressora. Ela é representada com advogada e pelo próprio nome, não recebe atributos pejorativos nem é condenada pelo crime, como acontece nas notícias onde a agressora é negra.

No recorte de raça, a pesquisa revelou que, na representação dos(as) agressores(as) negros(as), os discursos recorrem a atributos pejorativos para criminalizar o(a) acusado(a). O mesmo não acontece no discurso direcionado aos(as) agressores(as) brancos(as).

Os discursos das notícias do telejornal denotam características típicas de uma sociedade capitalista e hierárquica. Percebe-se uma hierarquia de gênero e raça relacional na qual as mulheres são inferiorizadas em relação aos homens e os brancos são privilegiados em relação aos negros.

Sobre esse aspecto, Alves (1980, p. 35) argumenta que “Numa sociedade de classes, que por sua própria característica de exploração é consequentemente sexista e racista, um operário negro é oprimido pelo operário branco, e uma mulher, operária ou não, é oprimida pelo homem de sua classe e raça”. Essa dupla dominação é enfatizada por Saffioti (1987, p. 85):

Nunca é demais afirmar: o poder é branco, masculino e adulto. Em outras palavras, subordinam-se ao macho branco e adulto mulheres, negros e não adultos. Não se pode esquecer, porém, que se todo macho branco e adulto detém alguma parcela de poder em relação às mulheres, aos não brancos e às crianças, a maioria dos homens brancos e adultos sofre dominação de outros machos brancos e adultos, cujo poder deriva de sua pertinência às classes dominantes.

Assim, embora a lei iguale a todos, enquadrando os atos nos crimes prescritos pela norma jurídica, nas notícias analisadas, o tratamento dado aos criminosos, em função de sua cor, classe e profissão são diferenciados, refletindo as desigualdades sociais presentes até mesmo nas cenas que divulgam a ocorrência de um crime.

Esse processo discriminatório entre raça, gênero e classe social presente nas notícias do telejornal *Cidade Alerta* retrata a estrutura da sociedade brasileira, que se desenvolveu escoltada pelo preconceito. Apesar dos avanços conquistados pela população de negros, mulheres e pobres no Brasil, principalmente através da criação de políticas públicas, ainda persiste a desigualdade social entre esses segmentos.

Como afirma Federici (2017), a sociedade capitalista é hierárquica, o capital exige esse perfil de desigualdades. Sem exploração não pode haver acumulação e poder. Sempre haverá uma hierarquia em uma sociedade estruturalmente racista e machista.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a violência enquanto expressão da questão social brasileira, identificando os discursos sobre indivíduos que cometeram algum tipo de crime. Embora a violência seja uma expressão da questão social, ela não se isola, mas está interseccionalizada a várias outras expressões como o racismo, o machismo e as desigualdades econômicas, que se articulam com a violência, encontrando suporte na estrutura excludente do sistema capitalista.

Comparando-se os dados obtidos sobre os crimes divulgados e as informações do Infopen (2016), percebemos que o programa dá prioridade para a divulgação de casos de assassinato. Os dados do Infopen (2016) informam que os crimes mais praticados no Brasil são, em primeiro lugar, o tráfico de drogas e, em segundo, os roubos, estando os assassinatos em terceiro lugar. Entretanto, no telejornal em análise, o foco se dá nos crimes marcados por gênero e raça, como um instrumento corretivo para eliminar os males sociais, além dos apelos para a família idealizada.

Após as análises, observamos que, em comum, as notícias apresentam a violência como uma questão social sensacionalizada, naturalizada e descontextualizada, sendo apresentada como alvo de um espetáculo diário para entretenimento da população, além de instrumento ideológico para moldar o comportamento, segundo interesses hegemônicos.

Considerando os discursos que apresentavam o envolvimento de crianças e adolescentes em casos de violência, as primeiras análises constataram que, em todas as notícias, elas foram representadas como vítimas. Na maioria das ocorrências, foram divulgados casos de assassinato, evidenciando a intenção do programa em sensacionalizar a fragilidade das vítimas, descontextualizando as relações familiares do sistema estrutural do país.

O Estado brasileiro delega à família a proteção de seus membros, encarregando essa instituição de proteger e socializar suas crianças e adolescentes. No entanto, essa delegação não vem acompanhada do oferecimento de políticas públicas efetivas, que garantam a função protetiva da família. A política social brasileira se apresenta como focalista, falha e assistencialista. Os programas sociais se resumem em concessão de benefícios financeiros aos extremamente pobres, de forma a sanar situações emergenciais, sem, contudo, propor a autonomia familiar.

Uma observação relevante foi sobre a relação entre as vítimas e suas famílias, sendo que, dentre os 14 casos de assassinato, 10 foram cometidos pela mãe, pai ou padrasto. O

programa sensacionaliza a relação entre vítimas e agressores, naturaliza o sentimento materno/paterno, de forma a justificar a condenação do(a) agressor(a).

Quando as notícias apresentam a participação de pessoas idosas, a representação desse grupo remete a compreensão da velhice como um problema, uma fragilidade. Os discursos que acompanham as notícias revelam a concepção da velhice como uma incapacidade, uma dependência, o fim da vida. O telejornal transmite um estereótipo que liga a velhice a sua face negativa, como se a pessoa idosa fosse sinônimo de uma carga para a família, razão de preocupação com doenças, numa visão cultural negativa da velhice. Os discursos sobre a velhice estão marcados pela incapacidade cognitiva e pela doença corporal, fragilizando o velho, justificando a violência sofrida por sua situação de fragilidade. O telejornal mantém seu posicionamento de culpabilização individual na medida em que vitimiza o velho e condena o agressor, numa visão focalizada no evento, desconsiderando o contexto social.

Nas notícias onde a agressora é mulher, existe a dupla recriminação, pelo cometimento do crime e pela quebra de paradigmas sociais do papel social de passividade. Essa passividade, inclusive, é colocada de forma sutil, quando, por exemplo, na notícia de número 17 (página 115) que relata um caso de agressão de um homem contra sua ex-mulher. O discurso do apresentador diz que o agressor a seduziu, a conquistou, demonstrava ser um príncipe encantado e depois se transformou em um mostro. Durante a entrevista, quando a vítima relata seu medo, percebemos que a repórter direciona as respostas da entrevistada. A partir de um caso de violência doméstica, o programa cria uma história, tipo um faz de contas, dramatizando a ocorrência, detalhando os fatos de forma a despertar a atenção para a notícia e envolver o telespectador.

A mulher é representada como frágil, delicada, vulnerável às agressões do homem. Essa representação pode ter o objetivo de colaborar para manter a mulher em uma posição de subordinação ao homem, situando-a em seu lugar social de submissa, reflexo de uma sociedade machista, que favorece, práticas de cunho patriarcal que se encontram enraizadas nas relações sociais.

Os discursos demonstram que a violência acontece como uma fatalidade, uma escolha do indivíduo, um fenômeno social. As vítimas choram diante das câmeras, lamentam e culpam os agressores. Há cobranças do Estado, do sistema judiciário, mas sempre em forma de punição, de rigor, como na notícia de número 163 (página 109), quando um parente da vítima critica a soltura de uma agressora que confessou o crime. Em nenhuma notícia foi percebido alguma forma de revolta ou movimento contra a violência, cobrando respostas do Estado no sentido de oferecer serviços públicos efetivos que possam colaborar para a diminuição da violência, como

a garantia de emprego e educação. Afinal, segundo o discurso do programa, a violência é escolha individual, não resultado de um problema estrutural. Conforme Mello e Pontes (2016, p. 15), “a linguagem se mostra um recurso capaz de ser usado tanto para estabelecer e sustentar relações de dominação quanto, ao contrário, para contestar e superar tais problemas”.

Ao representar as vítimas como frágeis e sujeitas à violência, o telejornal deixa implícita uma mensagem de perigo para essa população. Possivelmente, as mulheres que assistem ao programa se sentem acuadas, com receio de enfrentar a fúria masculina, pois as notícias mostram que as mulheres que enfrentam os homens são mortas por eles. Assim, as notícias colaboraram para a contenção das mulheres, situando-as no seu lugar social de submissão aos homens.

Não há um enfoque das relações sociais, da estrutura social que condiciona comportamentos violentos. O homem que agride a companheira é chamado de monstro, sem questionamentos sobre a formação machista da sociedade, afinal, desde a infância, os homens são socializados para serem fortes, dominadores e agressivos.

Os discursos demonstram uma maior parcialidade quando o agressor é negro. O uso de termos pejorativos colabora para a condenação desses agressores, de forma que o telespectador entenda que não há justificativa para o crime, que o agressor negro é mesmo um bandido. Enquanto os discursos que descrevem os crimes cometidos por brancos se justificam em situações de ciúmes, de raiva momentânea, os agressores negros tem seus crimes condenados pela monstruosidade, pela maldade entendida como inata do bandido, confirmando a antiga visão de Debret, cujo texto original foi escrito em 1954.

O negro é indolente, vegeta onde se encontra, compraz na sua nulidade e faz da preguiça sua ambição, por isso a prisão para ele é um asilo sossegado em que pode satisfazer sem perigo sua paixão pela inação, tendência irreprimível que o leva a um castigo permanente [...] (DEBRET, 1989, p.168).

A colocação de Debret que deveria nos indignar, nos propõe a analisar se esse posicionamento não está vigente em nossa sociedade, tanto nas pessoas comuns, como em nossos representantes políticos e na mídia. Há um reforço ideológico por parte da classe dominante que alimenta a ideia da inferioridade da mulher e das pessoas negras. Essa discriminação, acompanhada pela culpabilização do indivíduo agressor e da agressora, faz com que a violência enquanto expressão da questão social se robusteça.

Em relação aos marcadores de classe, as notícias apresentaram crimes cometidos tanto por pessoas ocupantes das classes média e alta como da classe pobre. No entanto, se percebeu um tratamento diferenciado dirigido aos agressores. Em caso de agressores empresários e

advogados, por exemplo, a profissão era citada e o crime justificado por ciúme, pelo *calor do momento*, pela raiva momentânea. Já os agressores mais pobres, nem mesmo tiveram sua profissão revelada e os discursos não apresentaram complacência, ao contrário, assumiram tons muito condenatórios.

Os discursos visam colaborar para a manutenção das relações de dominação, naturalizando a criminalização dos homens negros e situando a mulher no seu papel social de cuidadora e submissa. Há um maior envolvimento na criminalidade de pessoas negras, tanto como agressores, quanto como vítimas.

De acordo com Iamamoto (2008), o Estado se situa em defesa dos interesses da classe dominante, fortalecendo o ideal neoliberal, colaborando para a manutenção da ordem vigente e elaborando políticas que, ao contrário de fortalecer os direitos sociais, “redimensionam a “questão social” na cena contemporânea, radicalizando as suas múltiplas manifestações” (p. 123).

Esse redimensionamento pode ser compreendido na medida em que as expressões da questão social são naturalizadas e criminalizadas. Se é natural, não requer intervenção, se é erro individual, necessita de punição. A violência é apresentada pela mídia como um acontecimento espetacular, motivo de atenção, de indignação com o comportamento daquele que é *culpado* pela violência. Assim, se a culpa é do (a) agressor (a), o problema é direcionado a ele, a mudança deve ser buscada na punição desse agressor e não na mudança estrutural da sociedade para que haja não só uma redução da criminalidade e da pobreza, mas também para que haja mais dignidade para a classe trabalhadora.

Ao sensacionalizar a violência e criminalizar o indivíduo, o telejornal adota uma postura conservadora. Por trás do discurso de acusação de bandido e monstro, está a culpabilização individual pela situação de violência, naturalizando a ocorrência, como se a maldade fosse inata do(a) agressor(a), recusando considerar as condicionalidades históricas de uma sociedade marcada pela segregação de classes, raça e gênero.

Como a pesquisa não dá conta da amplitude que envolve a problemática da violência no telejornalismo, consideramos a necessidade de um aprofundamento da análise das notícias, ampliando o escopo investigativo, de forma a buscar respostas sobre as notícias que apresentam violência contra a mulher. A observação de que dentre as 155 notícias que apresentavam a efetivação de um crime, mais da metade das vítimas (87) eram mulheres, desperta a atenção para esse fenômeno.

Outra sugestão seria uma pesquisa sobre a receptividade do público, analisando os relatos dos expectadores do programa, com o objetivo de um melhor detalhamento desse

público, assim como suas percepções diante das notícias. Afinal, a mídia não apenas fornece conceitos, mas também recebe intervenção da sociedade, numa relação dialética, sendo influenciada e influenciando a sociedade.

A violência e as formas de criminalização, entendidas como uma expressão da questão social, não terão uma solução enquanto perdurar o sistema capitalista, considerando suas particularidades e inerências. Mas essa constatação não significa que devemos ser fatalistas, acreditando que nada pode ser feito. Ao contrário, o conhecimento desse processo que leva à discriminação nos incumbe da responsabilidade de sermos críticos à ideologia capitalista, entendendo que o Estado e as demais instituições podem até tratar pontualmente cada situação problemas, mas não combatem de fato a discriminação, pois elas são estruturais ao sistema capitalista. As desigualdades sociais e a discriminação como as de gênero e raça requerem uma análise sobre as formas de sociabilidade, pois, a questão social brasileira deve ser percebida em sua complexidade.

A pesquisa revelou que o telejornal em análise é condescendente com a construção e manutenção do imaginário social de que mulheres e negros ocupam um lugar de subalternidade em relação ao homem branco.

Manter a ordem social, essa é a mensagem que podemos extrair dos discursos do telejornal *Cidade Alerta*. Como ordem social, queremos dizer manter o sistema exatamente como está, afinal se se considera que o sistema é perfeito, só existe violência porque existem indivíduos maléficos que praticam a violência e comprometem a ordem social. Sob a ótica capitalista, esses sujeitos precisam ser culpabilizados, desprezados, encarcerados e eliminados.

7. REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e Justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n.18, p. 283300, dez. 1996. ISSN 21781494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2034>>. Acesso em: 13 Mai 2019.

AGRA, Cândido da. **A criminologia: Um arquipélago interdisciplinar**. Porto editorial. 1ª Edição. Porto. 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=IP4QrQk-dUUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 3 set 2019.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais).

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Dossiê: Marxismo e questão racial. **Margem Esquerda**, n. 27. 2016. São Paulo: Boitempo.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Editorial Presença. 1970. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livrosecolecoes/livrosdiversos/os-aparelhos-ideologicos-de-estado.pdf>. Acesso em 13 ago 2019.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis. Editora Vozes. 1980.

ALVES, Carla Maria Lobato. Rompendo com o silêncio: uma breve análise sobre violência familiar contra idosos em São Luís, Maranhão. **Revista Kairós**, São Paulo, v.11, n. 2, dez. 2008, p. 81-94

ANTUNES, Ricardo. De Vargas a Lula: caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil. **Revista Pegada**. v. 7, n. 2, p. 83-88. 2006.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Editora Guanabara. Tradução de Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: 1986.

BADINTER Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985. 370 p. 1985. Disponível em:[http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf). Acesso em 19 ago 2019.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis. 2013. Disponível em:>https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=jOMbBAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&ots=0uq4zqvMO&sig=Z2Mxbk-_APGkCJiUQFi4ERh6-kc#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 06 ago. 2018.

BARBOSA, Rafaela Chagas. BRITTOS, Valério Cruz. O padrão tecnoestético e a produção simbólica da Rede Record de televisão na IURD. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos

Interdisciplinares da Comunicação. **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba, PR. 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/premios/2009/RafaelaBarbosa.pdf>. Acesso em 25 mar 2019.

BARCELLOS, Alice. FÉLIX, Láila. MENEGUELLI, Ana. Programa Cidade Alerta: processos de recepção dos telespectadores. **Revista Científica Faesa**, Vitória, E S, v. 13, n. 1, p. 14-17, 2017.

BAPTISTA, André. **Funções da música no cinema**: contribuições para a elaboração de estratégias composicionais. 2007. Dissertação (Mestrado em Música) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte MG. 2007.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. 2.^a ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1976.

BEHRING, Elaine Rossetti. SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão Social e Direitos. In: Conselho Federal de Serviço Social CFESS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS. **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009. p. 316-336.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1999.

BRASIL. Agência Senado. **Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920**. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920>. Acesso em 01 nov 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 nov 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941. Lei de introdução do **Código Penal** (decreto-lei n. 2.848, de 7-12-940) e da Lei das Contravenções Penais (decreto-lei n. 3.688, de 3 outubro de 1941). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3914.htm. Acesso em 31 jul 2019.

BRASIL. **Decreto nº 17.943A** de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm. Acesso em 01 nov 2019.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Novos arranjos familiares**. 2017. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3ee63778c4cfdbcbe4684937273d15e2.pdf. Acesso em 28 out 2019.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2019**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em 04 out 2019.

BRASIL, INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Infopen Mulheres**. 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da->

populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf. Acesso em 24 jul 2019.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o **Código de Menores**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697. Acesso em 01 nov 2019.

BRASIL. Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 3 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher. **Balanco DISQUE 100** (2108). Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/junho/balanco-anual-do-disque-100-registracao-aumento-de-13-em-denuncias-de-violacoes-contr-a-pessoa-idosa>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Departamento Penitenciário Nacional. Justiça e Segurança Pública Penitenciárias. **Levantamento Nacional de Informações**. 2016. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacionaldeinformacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 14 mai 2019.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Letalidade infanto-juvenil: dados da violência e políticas públicas existentes/** elaboração de Thaís Cristina Alves Passos – Documento eletrônico. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 106 p. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/crianca-e-adolescente/letalidade-infanto-juvenil-dadosdaviolencia-e-politicas-publicas-existent.pdf>. Acesso em 23 out 2019.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. 2017. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/noticias-2017/divulgado-levantamento-anual-do-sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo>. Acesso em 24 out 2019.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

CAETANO, Carolina; MARTINS, Maristela Santini; MOTTA Romilda Costa. Família Contemporânea: Estudo de Casais Sem Filhos por Opção. **Pensando Famílias**, v. 20, jul. 2016, p. 43/56. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v20n1/v20n1a04.pdf>. Acesso em 28 out 2019.

CADORET, Anne. **Des parents comme les autres. homosexualité et parenté**. Paris: Odile Jacob, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000121&pid=S0104-7183200600020000600004&lng=en. Acesso em 22 ago 2019.

CAFFARENA, Borja Mapelli. Problemas atuais da criminologia crítica. **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**. Edição 28. 1986. Disponível em: http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1285252317.pdf. Acesso em 02 mar 2019.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, Ana Amélia. **Os Novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008, p. 25-76.

CAMARGO, Brígido Vizeu. Dagostin, Carla Vizano. Coutinho, Marisa. Violência denunciada contra a mulher: A visibilidade via delegacia da mulher em Florianópolis. **Caderno de Pesquisa São Paulo**. Edição 58. p. 51-57. 1991. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1030/1038>. Acesso em 6 mai 2019.

CAMERON, Déborah. FRAZER, Elizabeth. PENELOPE Harvey. RAMPTON, M. B. H. RICHARDSON, KAY. Researching language: issues of power and method. London: Routledge, 1992. Resenha de Erika França de S. Vasconcelos. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v.3, n.1, p. 134/139. 1997. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/4059/3723>. Acesso em 12 abr 2019.

CAMPOS, Carla Leila Oliveira. Estratégias de referenciação no Discurso midiático – práticas Ideológicas de inclusão e exclusão de dizeres no discurso sobre a guerra. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 10, n. 1, p. 43-67. Palhoça, SC. jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v10n1/v10n1a03.pdf>. Acesso em 02 ago 2019.

CAMPOS, Luiz Augusto. O pardo como dilema político. **Insight Inteligência**. vol. 16, n. 63, p. 80. 2013. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/wpcontent/uploads/2018/03/O-pardo-como-dilema-pol%C3%ADtico.pdf>. Acesso em 20 fev 2020.

CARRARO, Dilceane. **As categorias da política de assistência social na américa latina: concepções ídeo-teóricas e proteção social**. 2016. Tese de doutorado (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. 2016.

CARVALHO, Alexandra Bittencourt de. **Representações e identidades de mulheres gordas em práticas midiáticas digitais: tensões entre vozes de resistência e vozes hegemônicas**. 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2018.

CARVALHO Alexandra Bittencourt de. GOMES, Maria Carmen Aires. Uma análise crítica e discursiva sobre (re)construções de representações e de identidades em relatos de mulheres gordas em blogs. In: **Representações discursivas de identidades de gênero em práticas sociais brasileiras** [recurso eletrônico] / Maria Carmen Aires Gomes; Pauline Freire Pimenta (Orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHIAVENATO, Júlio J. **O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CISNE, Mirla. Gênero e Patriarcado: uma relação necessária para o feminismo. In: QUEIROZ, Fernanda; RUSSO, Gláucia; GULGEL, Telma. (org.). In: **Políticas Sociais, Serviço Social e Gênero: múltiplos saberes**. Mossoró – RN: Edições UERN, 2012. p. 147 – 165.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 132, p.211/230.2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200211&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 17 fev 2010.

CISNE, Mirla. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. In: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005. Campinas.SP. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>. Acesso em 11 fev. 2020.

COMEL, Nelsina Elizena Damo. **Paternidade responsável: o papel do pai na sociedade brasileira e na educação familiar**. 1998. Curitiba: Juruá.

CONCONE, Maria Helena Villas Bôas; MURTA, Nadja Maria Gomes. Idade: A manifestação de Cronos nos jornais paulistanos. **Revista Kairós**, São Paulo, Caderno Temático 6, 2009.

CONDON, John. The spectrum of fetal abuse in pregnant women. **The Journal of Nervous and Mental Disease**, v.174, p.509-516. 1986.

CÔRTE, Beltrina, et al. Cobertura da Imprensa sobre o Envelhecimento: o caso do jornal “O Estado de S. Paulo” e “Valor Econômico”. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 23, 2004, Porto Alegre. **Anais** . Porto Alegre, RS. 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre ideias e formas**. 4 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, Julianna. PETRY, Luiza. **Problematização**. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/problematizacao.html>. Acesso em 06 fev 2020.

CUNHA, Manoela Ivone. (1994). **Malhas que a reclusão tece**: Questões de identidade numa prisão feminina. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000096&pid=S0870-8231201200010000500015&lng=pt. Acesso em 20 ago 2019.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp/Fapesb, 2004.

DEBERT, Guita Grin. BRIGEIRO, Mauro. Fronteiras de gênero e a sexualidade na velhice. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 27 n. 80 outubro/2012.

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Tradução Railton Souza Guedes. 2003. Versão digitalizada disponível em: ><https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociidade.pdf>. Acesso em 7 ago 2019

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.

DEITOS, Roberto Antônio. LARA, Ângela Mara de Barros. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de**

Educação v. 21 n. 64. p. 165-188. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0165.pdf>. Acesso em: 15 abr 2019.edição. 1970.

DESLANDES, Suely Ferreira. Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica: Análise de um Serviço. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.10 p.177-187, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10sup11a13.pdf>. Acesso em 01 nov 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online]. 2007, vol.12, n.23, p.100/122. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 26 um 2010.

DURKHEIM, Émile. Sociologia e filosofia. São Paulo, Ed. Forense. 1970. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000054&pid=S01026445200400010000800002&lng=en. Acesso em 20 fev 2019.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Traduzido por Nélio Schneider. Boitempo editoria. 2015.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FAGNANI, Eduardo. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). **Texto para Discussão**. Unicamp. IE, Campinas, n. 308, jun. 2017. Disponível em: <http://cee.fiocruz.br/sites/default/files/TD308%20%281%29.pdf>. Acesso em 30 set 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Violência contra a pessoa idosa: ocorrência, vítimas e agressores**. Brasília: Universa, 2007.

FARIA, Thaís Dumê. Mulheres no Tráfico de Pessoas: vítimas e agressoras. **Cadernos pagu** v.31, p.151-172. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a08>. Acesso em 21 ago 2019.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Entre a igualdade e a distinção: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho**. 2010. 326 p. Tese (Doutorado em Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000143&pid=S0101-4714201000020000700009&lng=en Acesso em 3 mai 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil. História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias**. 1996. Disponível em: <http://limendi.com.br/wp-content/uploads/2015/10/historiadobrasil.pdf>. Acesso em 3 ago 2018.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930. Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense. 1996.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução do coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante. 2017. Disponível em: http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf. Acesso em 05 dez 2019.

FERNANDES, Florestan. **A constituição inacabada**: vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade. 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. v.1. São Paulo: Editora Globo, 1965.

FIGUEIREDO, Nébia Maria de Almeida. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FOWLER, Roger. **Language in the news**: discourse and ideology in the press. London ad New York, 1991.

FRAZIER, Edward. Franklin. A Comparison of Negro-white Relations in Brazil and in the United States. Transactions of the New York. In: Frazier, Edward Franklin. **Academy of sciences**. vol 6, n 7, p. 251-269. Ed. On Race Relations. Chicago. University of Chicago. 1944.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FUZER, Cristiane. CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à Gramática Sistemática Funcional em língua portuguesa**. Mercado de Letras. Campinas SP. 2014.

GARRET, Peter. BELL, Allan. **Approaches to Media Discourse**. Oxford: Blackwell. Publishers Ltda. 1998.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. Revista **Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

GROHMANN, Rafael. Marx de volta? na comunicação? **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano**. v.6, n. 4, p. 213-231. São Paulo. 2014.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

GUERRA Yolanda. Formação Profissional de Serviço Social- polêmicas e desafios. In SILVA J.F.S. da. SANTANA R.S. LOURENÇO E.A. de S. (Orgs) **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro. Editora Lumem Juris. 2013.

GUIMARÃES, Ana Paula dos Santos *et al.* Notificação de violência intrafamiliar contra a mulher idosa na cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 21, n. 1, p. 91-97, 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**. vol.29 n.1, p. 93. São Paulo 2003.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brain. **A produção social das notícias: o mugging nos media**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1978/1993.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. New York: Oxford Press, 1989.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian MIM; MATTHIESSEN, Christian. **An introduction to functional grammar**. Routledge, 1994.

HELLER, Agnes; FÉHÉR. Ferenc. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1998.

HENRIQUES, Amilson Barbosa. O caso Antônio Confusão: um fazendeiro e um ex-escravo nas barras da Justiça. Por uma análise do pós-abolição através dos Processos Crimes do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. **História** v.37, p. 1-18. Assis/Franca. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v37/1980-4369-his-37-e2018028.pdf>. Acesso em 25 set 2019.

HORKHEIMER, Max.; ADORNO, Theodor. W.; HABERMAS, Jurgen. O narrador. **Textos escolhidos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

HUNGRIA, Nelson. **A criminalidade dos homens de cor no Brasil**. Rio de Janeiro. Revista Forense, Rio de Janeiro, v. 3, p. 273-297, 1956. Comentários ao Código Penal, p. 283.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica In: Marilda Villela Iamamoto; Raul de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru. CELATS, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. edição. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 2. nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e Relações sociais. In: **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p.261-384, jul. / dez. 2013. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FaPa1Oy8kQ65voJ4T345.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2018.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986, 4^o ed. revista e atualizada.

IANNI, Octávio. A questão social. **Revista USP**, v. 3, p. 145-154. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i3p145-154>. Acesso 7 ago 2019.

IANNI, Octavio. A dialética da globalização. In: Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA DATA FOLHA. **Economia puxa reprovação a Temer**. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971978-economia-puxa-reprovacao-a-temer.shtml>. Acesso em 20 mar 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O que é índice de Gini**. 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em 12 de julho de 2018.

JAGOPALAN, kanavillil. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

JESUS, Rosilene Soares de. LORETO Maria das Dores Saraiva de. A trajetória da Política Pública de Assistência Social no Brasil. In: **Simpósio de Integração Acadêmica**. SIA. 2014. Disponível em: <https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2014/trabalhos/1818>. Acesso em 21 de julho de 2018.

JESUS, Rosilene Soares de. LORETO Maria das Dores Saraiva de. Análise das interseccionalidades raça/gênero/classe na sociedade brasileira. In II CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. Belo Horizonte. 2013. **Anais**. Disponível em: <http://aninter.com.br/ANAIS%20II%20Coninter/artigos/88.pdf>. Acesso em 18 set 2019.

KALLÁS, Ana Lima. A repressão aos trabalhadores na ditadura a partir das contribuições da história social do trabalho: Uma leitura do relatório final da CNV. **Tempos Históricos** v. 21 n. 2, p. 525-557. 2017.

KOSIK, Karel - **Dialética do Concreto**, 2^a ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976. Disponível em: https://www.proletarios.org/books/Karel_Kosik_Dialectica_de_lo_concreto.pdf. Acesso em: 3 set 2019.

KUENZER, Acácia. **Pedagogia da Fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 5.ed. São Paulo: Record, 2005.

LARRAIN, Jorge. Stuart Hall and the Marxist Concept of Ideology. In: MORLEY e CHEN (orgs.), Stuart Hall: **Dialogues in Cultural Studies**. London/New York, Routledge, p. 47-70. 1996.

LEONARD, Eileen B. **Women, Crime and Society**: A Critique of Criminology Theory. Londres: Longman, 1982.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. A Mulher Delinqüente - Algumas Perguntas e Algumas Considerações. In: REALE JÚNIOR, Miguel e PASCHOAL, Janaina. (coords.) Mulher e Direito Penal. Rio de Janeiro, **Forense**, 2007.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, William. **The female of fender**. Nova York: D. Appleton Company, 1898.

MADEIRA, Zelma. GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**. n. 133, p. 463-479. Set/ dez 2018. São Paulo.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Discurso, cognição e gramática nos processos de textualização**. In: SILVA, D. E. G. (org.). Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade entre fronteiras. Brasília: Edicora da UnB, 2005, pp. 21-35.

MARX, Karl. **O Capital: crítica à Economia Política**. 16 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **The German Ideology**. Londres, Lawrence & Wishart, 1970.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In **Estudos Avançados**. v.12 n.34. São Paulo Set./Dec. 1998.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo. 2005. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=+Cr%C3%ADtica+da+Filosofia+do+direito+de+Hegel&author=MARX+Karl&publication_year=2005. Acesso em 13 ago 2019.

MARX, Karl.; ENGELS, F. Ideologia Alemã (Feuerbach). 11. ed. Tradução do alemão por José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999.

MATOS, Raquel. MACHADO, Carla. Criminalidade feminina e construção do gênero: Emergência e consolidação das perspectivas feministas na Criminologia. **Análise Psicológica**. v.30 n.1/2. p.33/47. Lisboa jan. 2012. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312012000100005. Acesso em 24 jul 2019.

MATTOS, Sérgio. **A redução da audiência na televisão aberta**. 2015. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/episodio/a-reducao-da-audiencia-na-televisao-aberta>. Acesso em 08 ago. 2018.

MATTOS, Sérgio. Um Perfil da TV Brasileira (40 anos de história: 1950-1990). Salvador: Associação Brasileira de Agências de Propaganda/ Capítulo Bahia: **A Tarde**, 1990. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/02.%20Um%20perfil%20da%20TV%20brasileira.%2040%20anos%20de%20hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em 25 mar 2019.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução Marta Lança. Editora Antígona, Portugal, 2017b. 250p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIGUEL, Luís Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**. v. 20, n.39, p. 190-199. São Paulo. 2000. Disponível em: ><http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2986.pdf>. Acesso em 25 out. 2018.

MIOTO, Regina Célia. DAL PRÁ, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso. CAMPOS, Marta Silva. CARLOTO, Cássia Maria. **Familismo direitos e cidadania: Contradições da política social**. Editora Cortez. 2015. 244 p.

MIOTO, Regina Célia. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 43-59

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Princípios, São Paulo, n. 129, p. 4/20, fev./mar. 2014. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/10/racismo.htm>. Acesso em 3 out 2019.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOUSNIER, Conceição A. A nova família à luz da Constituição Federal, da legislação e do novo Código Civil. **Revista da EMERJ**, v. 5, n. 20, 2002. Disponível em : http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista20/revista20_244.pdf. Acesso em 30 set 2019.

MONTANO Carlos. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. 2002. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf. Acesso em 02 de agosto de 2018.

MONTANO Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**.v.110. São Paulo. 2012. Disponível em: >http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200004. Acesso em 13 ago 2018.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos pagu**. v. 14, p.13/44. 2000. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1465_1531_moorehenrietta.pdf. Acesso em 30 set 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/PalestraKabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>. Acesso em 16 jun 2020.

MUSTAFA, Patricia Soraya. A crise do capital, o desastre social e a orientação teórico-metodológica das políticas sociais. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), v. 15, n. 29, p.

89/107. jan./jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/viewFile/9353/7521>. Acesso em 20 mar 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n.13, p. 783-791, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. ALMEIDA, Luiz Cláudio Carvalho de. A importância da Política Nacional do Idoso no enfrentamento da violência. In: ALCÂNTRA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p.435-456.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JUNIOR, Carlos, E. A. Entre a Liberdade e a Dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In:

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JUNIOR, Carlos, E. A. (Orgs). **Antropologia, saúde e envelhecimento** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p.11-24. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/d2frp/pdf/minayo-9788575413043.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

NADAUD, Stéphane. **Homoparentalité: une nouvelle chance pour la famille?** Paris: Fayard, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000142&pid=S0104-7183200600020000600025&lng=en. Acesso em 22 ago 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**. v. 2, nº 3, p. 41-49. Editora Grafile. Brasília. 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Editora Cortês. São Paulo. 2013

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**. v. 50 n.1.2013. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>. Acesso em 13 mar 2019.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, v. 4, n.1, p. 202/222. 2012. Vitória. ES. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-jose-paulo-201608060404028661510.pdf>

NETTO, José Paulo. A luta de classes nunca tirou férias neste país. Entrevista **Brasil de Fato**. Veranópolis. RS, 10 nov. 2015. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/33400/>. Acesso em 20 mar 2019.

NOGUEIRA, Fábio. Governo Temer como restauração colonialista. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Rio de Janeiro, p. 4-5. 2017.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 58.

OLIVEIRA, Danilo Duarte. Cidade Alerta, jornalismo policial, vigilância e violência. In: GOMES, Itania Maria Mota. **Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornal**. Bahia.EDUFBA. 2011. cap. 6 p.121150. Disponível em: ><https://books.google.co>

m.br/books?id=k5dkCwAAQBAJ&dq=cidade+alerta&lr=&hl=ptBR&source=gbs_navlinks_s
Acesso em 8 set 2018.

OLIVEIRA, Lorena Silva. **Racismo de Estado e suas vias para fazer morrer**. 2018. 111 f. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia MG. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21313/5/RacismoEstadoSuas.pdf>. Acesso em: 05 jun 2019.

Papa Leão XIII. **Encíclica Papal Rerum Novarum**. 1891. Disponível em: >http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em 12 de julho de 2018.

PARSONS. Talcott. **La estructura de la acción social**. Madri: Guadarrama, 1968.

PASTORE, Elenice. Relação de Gênero na Agricultura Ecológica. Passo Fundo/RS: Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho (GIEST), Universidade de Passo Fundo, **Texto para discussão** nº 06, 2005. Disponível em: http://cepeac.upf.br/download/td_06_2005.pdf. Acesso em 10 mai 2019.

PASTORINI Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão- conquista” **Serviço Social e Sociedade**, v. 53. São Paulo Cortês. 1997.

PASTORINI Alejandra. **A categoria “Questão Social” em debate**. São Paulo. Cortês. 2004.

PATIAS, Jaime Carlos. O telejornal sensacionalista, a violência e o sagrado. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, 29, 2006, Santos. **Anais** . Brasília: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2006.

PAULA, Catarina Sofia Pereira. CARIDADE, Sônia Maria Martins. Dis)paridades de gênero ao nível das sentenças Judiciais: uma revisão estruturada da literatura. **Revista Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito**. v. 7 - n 0. Paraíba. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/42407/21112>. Acesso em 28 mai 2019.

PEREIRA, Viviane Souza. Expressões da questão social no Brasil e população de rua: notas para uma reflexão. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 179 - 205, jul-dez / 2009. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/viewFile/1859/1308>. Acesso em 25 out 2018.

PERIAGO, Francisco Redondo. **O perfil do repórter de telejornal policial no Brasil**. São Paulo: USP, 2004. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/infotec/teses-03-04/resumo_2972.html> Acesso em: 26 abr 2019.

PIANA, Maria Cristina. **O serviço social na contemporaneidade: demandas e respostas**. Cultura Acadêmica. 233 p. Editora UNESP. São Paulo. 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>. Acesso em 01 out 2019.

PIMENTEL, Edlene. As bases ontológicas da questão social. **Boletim do Tempo Presente**. v.1, n.11, p.1a12. 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/issue/view/424/showToc>. Acesso em 4 dez 2019.

PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia. In **Estudo de contacto racial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PLIHON, Dominique, **A Globalização Financeira. Colóquio Pobreza, Dívida Externa e as Três Instituições Irmãs: FMI, Banco Mundial e OMC**. 2007. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_06_07/dominique_plihon.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2018.

POLLAK, Otto. **The Criminality of Women. Westport**. Greenwood. Press. 1978

PORFÍRIO, Mariléa Venâncio; SOUZA FILHO, Rodrigo. **Assistência Social: Contextualização e Legislação**. Rio de Janeiro, 2001.

PRADO, Thiago. O que está por trás do apoio de líderes evangélicos a Bolsonaro. **Revista Época**. Disponível em: <https://epoca.globo.com/thiago-prado/o-que-esta-por-tras-do-apoio-de-lideres-evangelicos-bolsonaro-23154590#ixzz5jNJjxx00>. Acesso em 27 mar 2019.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.

REIS, AARÃO, Daniel. **O golpe e a ditadura militar - 60 anos depois (1964 - 2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004, 334 p.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo, Summus, 2000.

ROCHA, Regina da Cunha. CORTES, Maria da Conceição Juste Werneck. DIAS, Elizabeth Costa. GONTIJO, Eliane Dias. Violência velada e revelada contra idosos em Minas Gerais-Brasil: análise de denúncias e notificações. **Saúde Debate**, v. 42, n. especial 4, p. 81-94, dez. 2018.

ROCHA, Ana Maria. O marxismo e a questão da mulher. Revista **Princípios**. v 1, n. 83, p. 76/81. 2006. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/83/cat/910/o-marxismo-e-a-questão-da-mulher-.html>, Acesso em 10 dez 2019.

ROOKE, Caroline Natale Melquiades; SANDI, André Quiroga. Cidade Alerta: possíveis influências no comportamento da sociedade. **Anais** . Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, 38, 2015 Rio de Janeiro/RJ: – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou Princípios do Direito Político**. Editora Companhia das Letras. 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=-LSZUWflqWgC&dq=contrato+social&hl=pt-BR&lr=&sitesec=reviews>. Acesso em 9 ago 2019.

RÜDIGER, Francisco. **As Teorias da Comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Conceituando gênero. In: SAFFIOTI, H. & MUNHOZ-VARGAS, M. (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos/UNICEF, 1994, p. 271-283.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do Macho**. São Paulo. Editora Moderna. 1987. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitosdasmulheres/obrasdigitalizadas/questoes_de_genero/saffiotti_heleieth_o_poder_do_macho.pdf. Acesso em 09 mar 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Editora Vozes. Petrópolis, 384 p. 1976.

SAMPAIO, Adriano de Oliveira. Um novo cenário na TV aberta brasileira. Como a Record vem conseguindo se (re)configurar em relação à Globo? **VI Encontro de estudos multidisciplinares em Cultura**. Salvador, BA. 2010. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24948.pdf>. Acesso em 25 mar 2019.

SANTOS, Antônio Genário Pinheiro dos. **Discurso, Poder e Mídia- Subjetivação e enunciabilidade no acontecimento político-discursivo norte-americano**. Paraíba, 2017.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social” Particularidades no Brasil**. Livro eletrônico. 1ª Edição. Editora Cortês. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=s3MzDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT375&ots=If5nK4ccOF&sig=B07ybAEtiqRjpgYceEyQyhobJM#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 07 ago 2018.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. vol. 1, n. 1. 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/viewFile/6/pdf>. Acesso em 04 jun 2019.

SCALZILLI, Guilherme de Camargo. Dona Ruth e Dona Dilma: reflexões sobre as marcas do discurso machista nos usos de um pronome de tratamento. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 58, n. 2, p. 317-328, mai./ago. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, p. 71/99. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 11 jul 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002. 240 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_crianças_adolesc.pdf.

SILVA, Miquelly Barbosa da. IGREJA, Rebecca Lemos. O lugar social da mulher na criminalidade: Um olhar panorâmico sobre a América Latina. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**. v. 3, n. 1, p. 79 – 97. 2017. Brasília. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321940887_O_LUGAR_SOCIAL_DA_MULHER_NA_CRIMINALIDADE_UM_OLHAR_PANORAMICO_SOBRE_A_AMERICA_LATINA. Acesso em: 12 jul 2019.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6º ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SIMÕES, Rodrigo. **Formação sócio histórica do Brasil**. Canoas. Editora Ulbra, 2010.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: Uma relação simbiótica. **Temporalis**. Brasília (DF), v. 15, n. 30, p. 475-494. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5297864>. Acesso em 8 out 2019.

STEIN, Rosa Helena. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **Ser Social**, Brasília (DF), n. 6, 2000.

STEINBERGER, M. B. **Discursos geopolíticos da mídia: Jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000141&pid=S1518763220100001000300007&lng=en. Acesso em: 02 ago. 2019.

STEFFENSMEIER, Darrell; ALLAN, Emilie. Gender and crime: toward a gendered theory of female offending. **Annual Review of Sociology**, v. 22, p. 459-487, 1996.

STEPHENS, Willian. La família em uma perspectiva transcultural. In: NIETO, Jose Antonio. **Antropología de la sexualidad y diversidad cultural**. Madrid: Talasa, 2003. p.93/117. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000148&pid=S0104-7183200600020000600031&lng=en. Acesso em 22 ago 2019.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**, n.20, p.101-19, 1991.

TEIXEIRA, Débora Pires. “A Semana do Idoso”: o que a mídia digital diz sobre eles? In: Encontro Mineiro sobre Envelhecimento, 2, Encontro Mineiro sobre Envelhecimento e Risco Social, 2. 2018. **Anais ...**. Viçosa: UFV. Setembro 2018.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 1995.

THOMPSON, John Brookshire. **O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VALLE, Flávia Ottati. A criminalização da pobreza na perspectiva de Bauman. **Tempos Históricos**. v. 8, n. 1. p.193-213. 2006.

VAN Leeuwen, Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. (org.) **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional- Lisboa: Caminho, 1997, pp. 169-222.

VIEIRA, Viviane. RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica**: O texto como material de pesquisa. Pontes Editores. Campinas SP. 2016.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WEHLING, Maria José Mesquita Cavalleiro de Macedo. Memória e História. Fundamentos, convergências, conflitos. In: Maria José Wehling. (Org.). **Memória Social e Documento**. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 1999, v. 1, p. 9-26.

WOLTON, Dominique. **Elogio do Grande Público**. Uma Teoria Crítica da TV. São Paulo: Editora Ática, 1996.

ZAGO, Luis Henrique. O método dialético e a análise do real. **Kriterion**: Revista de Filosofia. vol.54 n.127. Belo Horizonte Jun 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2013000100006. Acesso em 3 set 2019.

ZALUAR, Alba. **Um século de Favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

8. APÊNDICES

Apêndice 1. Notícias divulgadas pelo Telejornal *Cidade Alerta* entre os meses de setembro a novembro do ano de 2018.

Nº	Data	Notícia	Vítima/raça/ idade	Agressor/raça /idade	Caso/Crime
1	01/set	Ex-namorado ataca mulher pelas costas com faca	Ex-namorada Mulher Branca 44 anos RELAÇÃO	Ex-namorado Homem Negro 49 anos	Assassinato
2		Filho flagra maníaco atacando a mãe	Mulher Branca 34 anos	Homem Negro 26 anos	Estupro
3		Criminosos matam dois passageiros em assalto a ônibus	Passageiros Homem Negro, 23 anos. Homem Negro, 45 anos	Assaltantes Não identificados	Assassinato
4		Câmera de segurança flagra atropelamento grave	Homem Negro 24 anos	Homem Não identificado	Atropelamento
5	03/set	Suspeitos de participar da morte de Vitória denunciam agressões sofridas na delegacia	Bruno Homem branco, Mayara Mulher, branca Júlio, homem negro	Policiais Não identificados	Agressões
6		Padrasto maníaco é flagrado ao espiar enteada no banho	Enteada adolescente (16 anos) e enteado adolescente (12 anos) RELAÇÃO	Padrasto Homem Negro 55 anos	Abuso sexual
7		Homem morre em emboscada feita pela amante	Homem Branco RELAÇÃO	Amante Mulher Branca	Assassinato
8		PM atira em idoso e criança para se vingar da ex-mulher	Avô. Homem negro 53anos. Neta. Mulher, branca de 34 anos RELAÇÃO	Ex-marido da filha. Homem Negro de 34 anos.	Assassinato
9	04/set	Homem ciumento mata a namorada com uma pedra	Namorada Mulher Negra 21 anos RELAÇÃO	Namorado Homem negro 37 anos	Assassinato
10		Tio mata ex-marido da sobrinha para defendê-la de ataque	Ex-marido Homem negro Idade não revelada RELAÇÃO	Tio da ex-esposa Homem	Assassinato
11		Mulher é assassinada após pedir socorro em vídeo	Mulher Branca 49 anos RELAÇÃO	Ex-namorado Homem	Assassinato
12		Bebê é mordido e agredido pelos pais até a morte	Criança negra 8 meses RELAÇÃO	Pais. Mulher Homem negros, idade não revelada	Assassinato

13	05/set	Adolescente desaparece na porta de casa após brigar com o namorado	Adolescente Branca 15 anos RELAÇÃO	Em investigação	Desaparecimento
14		Cantor acusado de agredir a ex-mulher é preso.	Ex-esposa Mulher Branca RELAÇÃO	Ex-marido Homem branco	Agressão
15		Mulher é assassinada após descobrir traição do marido	Esposa Mulher negra 42 anos RELAÇÃO	Marido Homem negro 51 anos	Assassinato
16	06/set	Jair Bolsonaro é esfaqueado durante campanha em Juiz de Fora (MG)	Candidato. Homem Branco	Homem negro	Agressão física
17	07/set	Homem não aceita separação e tenta matar a ex a facadas	Ex-esposa Mulher Negra RELAÇÃO	Ex-marido Homem Branco 40 anos	Tentativa de assassinato
18		Mecânico que recebeu ameaças do 'Cigano' fala ao Cidade Alerta	Taxista Homem negro Idade não revelada	Em investigação	Desaparecimento
19	08/set	Idosa dada como morta volta a respirar após ser levada ao necrotério	Idosa Mulher negra 69 anos	Sem agressor	Sem crime (Pessoa dada por morta volta a respirar)
20		Mulher é encontrada sem vida dentro de casa em Pirassununga (SP)	Ex-namorada Mulher Branca 49 anos RELAÇÃO	Ex-namorado Homem negro 39 anos	Assassinato
21		Seis pessoas são baleadas ao sair de festa durante o feriado de 7 de setembro	Populares Idades não relatadas	Desconhecido	Assassinato
22	10/set	Preso pela morte de taxista dá detalhes do crime	Taxista Homem negro 31 anos	Passageiro Homem negro 25 anos	Assassinato
23		Polícia prende suspeita de participar da morte da PM Juliane	Mulher Negra Policial militar	Mulher Traficante	Assassinato
24		Criança de apenas 10 anos é alvo de falso sequestro por telefone	Criança 10 anos	Desconhecido em investigação	Ameaça
25	11/set	Homem ciumento mata a namorada na frente dos filhos	Namorada Mulher Branca 26 anos RELAÇÃO	Namorado Homem Branco 27 anos	Assassinato
26		Mulher é ameaçada após engravidar do marido	Namorada Mulher negra 17 anos RELAÇÃO	Namorado Homem negro Não relata idade	Ameaça

27		Polícia investiga se corpo carbonizado é de jovem desaparecido	Adolescente Não relata	Em investigação	Assassinato
28		Suspeitos de participar da morte de taxista são soltos da prisão	Taxistas Homem Negro 64 anos	Passageiro Homem negro 28 anos	Assassinato
29		Preso pela morte de taxista dá detalhes do crime	Taxista Homem Negro 31 anos	Passageiro Homem negro 25 anos	Assassinato
30	12/set	Mulher é assassinada após engravidar do genro	Ex-esposa Mulher Branca 42 anos RELAÇÃO	Ex-marido Homem Branco 23 anos	Assassinato
31		Polícia investiga se corpo encontrado tem ligação com sumiço de jovem	Adolescente Homem negro Não relata idade	Em investigação	Assassinato
32		Mulher ciumenta arma emboscada e mata a rival	Amiga do namorado Mulher negra 23 anos RELAÇÃO	Namorada Mulher negra 22 anos	Assassinato
33		Marido mata a mulher a golpes de faca	Esposa Mulher negra 49 anos RELAÇÃO	Marido Homem Branco 44 anos	Assassinato
34	13/set	Rota é alvo de tiros durante operação em São Paulo	Carro da policia	Em investigação	Tiroteio
35		Corpo encontrado é de jovem desaparecido na Brasilândia (SP)	Adolescente negro 17 anos	Em investigação	Assassinato
36	14/set	Homem coloca fogo na namorada por ciúme da tatuagem	Namorada Mulher RELAÇÃO	Namorado Homem	Tentativa de assassinato
37		Homem tenta abusar e matar ex-mulher do próprio primo	Ex-esposa do primo Mulher Branca 23 anos RELAÇÃO	Primo do ex-marido Homem negro Idade não revelada	Tentativa de assassinato
38		Grávida é esfaqueada pelo ex-marido na frente da filha	Ex-esposa Mulher Branca RELAÇÃO	Ex-marido Homem negro	Assassinato
39		Criança é atropelada durante perseguição policial	Criança	Foragidos da polícia	Roubo/ atropelamento
40		Polícia Civil pede prisão de suspeito de matar a cunhada	Cunhada Mulher Branca RELAÇÃO	Cunhado Homem Branco	Assassinato
41	15/set	Criminosos atiram granada contra	Militares	Suspeitos	Tentativa de assassinato

		militares no Rio de Janeiro			
42		Suspeito é preso durante perseguição policial	Proprietário camionete Homem	Suspeito Homem negro 20 anos	Roubo
43		Morte de informante da polícia ainda é mistério no Paraná	Informante da polícia	Desconhecido	Assassinato
44	17/set	Jovem some e irmão suspeito é encontrado morto	Irmã Mulher negra 21 anos RELAÇÃO	Irmão Homem	Assassinato
45		Homem é agredido e queimado em emboscada da ex-mulher	Ex-marido Homem negro 37 anos RELAÇÃO	Ex-esposa Mulher Branca Idade não revelada	Assassinato
46	18/set	Homem é assassinado pelo vizinho ciumento	Vizinho Homem negro RELAÇÃO	Vizinho Homem negro	Assassinato
47		Família de homem desaparecido suspeita de serial killer	Homem negro 41 anos	Desconhecido Em investigação	Desaparecimento
48	19/set	Polícia prende maníaco acusado de atacar seis mulheres	Mulheres Vitimas não reveladas	Acusado Homem negro	Estupro
49	20/set	Rota prende foragidos durante operação em SP	Sem vítimas	Foragidos da justiça	Fuga
50	21/set	Homem invade casa da ex-mulher e foge com bebê	Criança 4 meses RELAÇÃO	Ex-marido Homem	Sequestro
51	22/set	Homem é resgatado de sequestro relâmpago no DF	Homem Negro 23 anos	Acusados Em investigação	Sequestro
52		Colombianos especialistas em roubos a hospitais são presos	Patrimônio Público	Acusados Em investigação	Roubo
53		Motoboy separa briga e depois é morto no RS	Homem Negro 24 anos	Suspeitos Em investigação	Assassinato
54	24/set	Pai mata os filhos para se vingar da ex-mulher	Filhos. Criança Branca (1 ano) Branco (3 anos) RELAÇÃO	Pai Homem Branco Idade não revelada	Assassinato
55		Mulher é esfaqueada pelo namorado no quintal de casa	Namorada Mulher Branca 24 anos RELAÇÃO	Namorado Homem negro	Assassinato
56		Homem invade hotel e estupra turista paulista no RN	Mulher Branca	Desconhecido Em investigação	Estupro

57	25/set	Maníaco é preso em emboscada feita pela polícia	Mulheres De 15 a 20 anos	Acusado Homem negro	Estupro
58		Mulher foge por medo de ameaças do ex-marido	Ex-esposa Mulher Branca 29 anos RELAÇÃO	Ex-marido Homem	Ameaças
59	26/set	Jovem baleada envia foto para pedir socorro	Ex-esposa Mulher Branca 26 anos RELAÇÃO	Ex-marido Homem negro 55 anos	Tentativa de assassinato
60		Adolescente desaparece após ir para a escola	Adolescente Homem negro 15 anos	Sem suspeito	Desaparecimento
61		Mulher é encontrada morta após visitar o ex-marido	Ex-esposa Mulher negra 28 anos RELAÇÃO	Ex-marido Homem negro	Assassinato
62	27/set	Jovem é assassinada pelo ex-namorado	Ex-namorada Mulher RELAÇÃO	Ex-namorado Homem	Assassinato
63		Rota caça traficantes na zona leste de SP	Sem vítima	Traficantes	Tráfico de drogas
64		Comerciante é assassinada após cobrar dívida	Mulher Branca Comerciante	Homem Negro 41 anos	Assassinato
65		Polícia investiga briga familiar após sumiço de jovem	Adolescente negra 15 anos	Sem suspeito	Desaparecimento
66	28/set	Polícia prende quadrilha de traficantes no Vale do Paraíba (SP)		Traficantes	Tráfico de drogas
67		Vídeo mostra mulher sendo agredida pelo ex na frente da filha	Ex-esposa Mulher negra RELAÇÃO	Ex-marido Homem Branco	Agressão
68		Jovem desaparecida dá notícia aos amigos	Adolescente Mulher negra 15 anos	Sem suspeito	Desaparecimento
69		Aluno invade escola e atira em três pessoas	Alunos de escola	Aluno da escola	Tentativa de assassinato
70	29/set	Homem é preso ao se passar por motorista de aplicativo e abusar de passageira	Passageira Mulher	Motorista Homem negro	Estupro
71		Único suspeito, Gustavo 'Batata' admite ter matado Dona Cecília com 2 tiros	Idosa Mulher Branca RELAÇÃO	Homem Branco	Assassinato
72		Homem é encontrado morto em quarto de	Homem 32 anos	Não identificado	Assassinato

		hotel, abraçado a uma bolsa			
73	01/out	Homem morre ao tentar separar briga de namoradas	Homem Negro 24 anos	Mulher Branca 22 anos	Assassinato
74		Jovem desaparece após sair de casa	Mulher negra 22 anos	Não identificado	Desaparecimento
75		Família de mulher morta no dia do aniversário pede justiça	Namorada Mulher negra RELAÇÃO	Namorado Homem negro	Assassinato
76		Homem mata o amigo após descobrir traição	Homem negro 22 anos RELAÇÃO	Homem Negro	Assassinato
77	02/out	Áudio revela plano de idoso após a morte da amante	Namorada Mulher negra 62 anos RELAÇÃO	Namorado Homem negro 64 anos	Assassinato
78		Polícia procura assassino de adolescente	Adolescente Mulher Branca 14 anos	Homem Em investigação	Assassinato
79		Corpo de mulher é encontrado carbonizado em apartamento	Mulher Branca 24 anos	Não identificado	Assassinato
80		Jovem é internada após ser esfaqueada pelo ex-namorado	Ex-namorada Mulher negra 22 anos RELAÇÃO	Ex-namorado Homem negro 25 anos	Tentativa de assassinato
81		Jovem é atingida por 11 tiros ao sair de festa	Mulher Branca 26 anos	Não identificado	Assassinato
82	03/out	Médico é preso suspeito de dopar e abusar de estudante	Mulher	Homem Branco	Estupro
83	04/out	Mulher tem braço quebrado após ser espancada pelo ex-marido	Ex-esposa Mulher negra 40 anos RELAÇÃO	Ex-marido Homem Negro 50 anos	Agressão
84		Jovem desaparecido em balada é encontrado morto.	Homem Branco Idade não revelada	Não identificado	Assassinato
85		Mulher arma emboscada com a companheira para matar o ex.	Ex-marido Homem negro RELAÇÃO	Ex-esposa Mulher negra	Assassinato
86	05/out	Homem é acusado de colocar fogo na própria mulher	Esposa Mulher negra RELAÇÃO	Marido Homem negro	Agressão
87		Padrasto é flagrado ao agredir enteado de 4 anos	Enteado Criança 4 anos RELAÇÃO	Padrasto Homem	Agressão

88		Comerciante é executado na porta de casa	Homem Branco 78 anos	Não identificado	Assassinato
89		Homem é preso por espancar mulher até a morte	Esposa Mulher Branca RELAÇÃO	Marido Homem negro 31 anos	Assassinato
90	06/out	Polícia procura pai que matou filha depois de cumprir pena de estupro	Filha Adolescente Branca 13 anos RELAÇÃO	Pai Homem negro 28 anos	Assassinato
91		Idosos são os principais alvos de falsos técnicos	Homens Branco 85 e 87 anos	Estelionatários Em investigação	Estelionato
92		Vizinho de escola ameaça alunos e pais tem medo de violência	Alunos	Vizinho de escola Não revelado	Ameaça
93	08/out	Homem joga bebê no chão e agride mulher	Filha e Esposa Mulher Branca Bebê branco 10 mês Mulher branca 32 anos RELAÇÃO	Pai/marido Homem Branco 34 anos	Agressão
94		Mulher some após brigar com o namorado	Namorada Mulher Branca 35 anos RELAÇÃO	Namorado Homem Branco	Desaparecimento
95	09/out	Homem encontra caixão na porta de casa e é ameaçado com tiros	Namorado Homem negro 52 anos RELAÇÃO	Familiares da namorada	Ameaça
96		Suspeito nega participação no desaparecimento de namorada após briga	Namorada Mulher Branca RELAÇÃO	Namorado Homem negro	Desaparecimento
97		Homem espanca a namorada e se entrega à polícia, mas é solto	Namorada Mulher negra RELAÇÃO	Namorado Homem negro	Agressão
98	10/out	Mulher desaparece em rodoviária e suspeito está preso	Mulher negra Idade não revelada	Homem desconhecido	Sequestro
99		Câmeras registram filha matando a mãe para ficar com a herança	Mãe Mulher RELAÇÃO	Filha Mulher	Assassinato
100	12/out	Funcionários são mantidos reféns em rebelião na Fundação Casa	Funcionários Não revelados	Internos Não revelados	Refém/cárcer e privado
101	13/out	Diário de jovem assassinada pode ajudar polícia a desvendar o crime	Jovem Mulher negra 22 anos	Em investigação	Assassinato

102	15/out	Bebê é encontrado morto em rio ao lado da chácara da família	Bebê negro 2 anos	Em investigação	Assassinato
103		Padrasto sufoca e tira a vida de criança de 11 anos	Criança 11 anos RELAÇÃO	Padrasto Homem	Assassinato
104	16/out	Morre o jornalista e radialista Gil Gomes	Jornalista Homem Branco 78 anos		Sem crime (Morte natural de pessoa famosa)
105		Homem mata o enteado e fere o próprio filho para se vingar da ex-esposa	Enteado / filho negro adolescente 13 anos Branco de 3 anos RELAÇÃO	Homem negro	Assassinatos
106		Homem inconformado com a separação mata a ex-esposa e comete suicídio	ex-esposa Mulher Branca RELAÇÃO	Ex-marido Homem Branco	Assassinato
107	17/out	Casal é suspeito de matar mulher grávida para ficar com o bebê	Grávida Mulher negra	Casal Mulher negra de 40 anos e homem negro 57 anos	Assassinato
108		Jovem é atacada com ácido após suposta ordem da melhor amiga	Mulher negra Idade não revelada RELAÇÃO	Em investigação	Agressão física
109	18/out	Idosa de 80 anos é resgatada depois de ser mantida refém pelo filho	Mãe Mulher 80 anos RELAÇÃO	Filho Homem 41 anos	Cárcere privado
110	19/out	Homem não aceita a separação e ameaça a ex-mulher de morte	Ex-mulher Mulher RELAÇÃO	Ex-marido Homem	Ameaça
111		Polícia descobre cemitério clandestino de facção criminosa	Várias vítimas	Facção do crime	Assassinato
112	20/out	Modelo revela rotina de terror vivida em relacionamento abusivo com ex-marido ator	Ex-esposa Mulher negra 28 anos RELAÇÃO	Ex-marido Homem negro Identidade não revelada	Agressão
113		Professor é preso após denúncia de assédio sexual em escola	Alunas Adolescente 14 e 15 anos RELAÇÃO	Professor Homem negro 31 anos	Assédio sexual
114		Mulher é presa suspeita de matar o filho de três anos	Filho criança negro RELAÇÃO	Mãe Mulher negra 21 anos	Assassinato

115		Jovem empresário casado com a tia-avó é suspeito de aplicar golpe para receber pensão	Ex-Esposa Mulher Branca 95 anos	Ex-Marido Homem Branco 28 anos	Golpe
116	22/out	Polícia investiga se assassino de Regina contou com ajuda de terceiros	Mulher negra RELAÇÃO	Amigo Homem negro	Assassinato
117	23/out	Mãe de quatro filhos desaparece após ser seduzida na internet por homem misterioso	Mulher negra 36 anos	Desconhecido	Desaparecimento
118		Mulher é encontrada morta embaixo de viaduto na região central de São Paulo	Mulher negra 47 anos	Em investigação	Assassinato
119	24/out	Homem é preso acusado de estrangular a ex-namorada e jogar corpo em mata	Ex-namorada Mulher negra 40 anos RELAÇÃO	Ex-namorado Homem Branco 29 anos	Assassinato
120		Jovem de 16 anos desaparece após festa em sítio	Adolescente negra 16 anos	Em investigação	Desaparecimento
121	25/out	Dívida de R\$ 30 pode ter sido motivo do desaparecimento de mulher - interior SP	Mulher negra 50 anos	Em investigação	Desaparecimento
122	26/out	Pai de família sai para trabalhar e desaparece misteriosamente	Homem Branco 32 anos	Em investigação	Desaparecimento
123	27/out	Investigador da polícia civil do RJ é executado no meio da rua	Homem negro Idade não revelada	Em investigação	Assassinato
124		Mulher é assassinada após fim do relacionamento	Amante Mulher negra 35 anos RELAÇÃO	Amante Homem negro 46 anos	Assassinato
125	29/out	Aluno agride professor durante aula	Professor Homem Branco RELAÇÃO	Aluno Homem negro 20 anos	Agressão
126	30/out	Homem pede moto emprestada para amigo e desaparece	Homem negro	Em investigação	Desaparecimento
127	31/out	Polícia consegue identificar e prender o assassino de Rayane	Jovem Adolescente negra 16 anos	Desconhecido Negro Idade não revelada	Assassinato

128	01/nov	Mulher pula do terceiro andar de prédio para escapar do namorado agressivo	Namorada Mulher Branca 27 anos RELAÇÃO	Namorado Homem Branco	Agressão
129	02/nov	Polícia busca outros três suspeitos de terem ajudado no assassinato do jogador Daniel	Jogador Daniel Homem negro 24 anos RELAÇÃO	Amigo Homem negro 38 anos	Assassinato
130	03/nov	Suposto racha provoca a morte de dois jovens	Jovens Homens negros Ambos de 21 anos	Homem negro 21 anos	Atropelamento
131		Homem invade casa e faz família refém	Família refém	Homem Negro	Refém/cárcer e privado
132		Médico e militares são presos em operação contra pedofilia	Crianças e adolescente	10 pessoas apreendidas	Pedofilia
133		Irmã planeja morte do irmão para ficar com herança	Irmão Homem Branco 28 anos RELAÇÃO	Irma Mulher Branca Idade não revelada	Assassinato
134	06/nov	Ator Douglas Sampaio é inocentado após denúncia de agressão contra a namorada	Ex-namorada Mulher Branca RELAÇÃO	Ex-namorado Homem negro	Agressão
135		Corpo de mulher desaparecida é encontrado enterrado no quintal de casa em SP	Mulher negra 41 anos	Em investigação	Assassinato
136	07/nov	Pai agride e mata filho de oito meses	Bebê Criança 8 meses RELAÇÃO	Pai Homem negro 23 anos	Assassinato
137		Professor desiste do ofício após ser agredido por aluno em sala de aula	Professor Homem Branco Idade não relatada RELAÇÃO	Aluno Homem negro 19 anos	Agressão
138		Jovem com casamento marcado desaparece misteriosamente e noivo pede ajuda	Mulher negra 26 anos	Em investigação	Desaparecimento
139	08/nov	“O escritório não nos pertence mais”, afirma Mc Gui após polícia encontrar drogas no local	Mc Gui Homem Branco Idade não e revelada	Em investigação	Tráfico de drogas
140	09/nov	Vídeo mostra paciente sendo	Paciente Homem Branco 19 anos	5 homens armados	Assassinato

		baleado por engano em hospital			
141		Casal de amigos da cantora Paula Fernandes é assassinado em fazenda	Casal Mulher de 76 anos Homem 78 anos	Casal e cunhado Homem Mulher	Assassinato
142		Ex-marido tenta atropelar e matar a mulher e o filho de 12 anos	Ex-mulher Mulher Criança 12 anos RELAÇÃO	Ex-marido Homem	Tentativa de atropelamento
143		Pedófilo é preso após marcar encontro com criança de 11 anos	Criança 11 anos	Homem negro 42 anos	Pedofilia
144	10/nov	Morte de grávida é mistério para a polícia de São Paulo	Grávida Mulher Branca	Em investigação	Assassinato
145		Especialista no golpe “Boa noite, Cinderela” é preso em Minas Gerais	Várias vítimas	Homem Negro 25 anos	Roubo
146		Deslizamento de terra mata 9 pessoas em Niterói (RJ)	9 vítimas fatais		Catástrofe ambiental
147	12/nov	Viúva é presa acusada de matar e decapitar o marido	Marido Homem Branco RELAÇÃO	Viúva Mulher	Assassinato
148		Morte de estudante completa dois anos e crime continua sem solução	Estudante Adolescente	Em investigação	Assassinato
149		Amigo de MC Leikam revela não saber se o jovem está vivo	Jovem MC Homem negro 20 anos	Em investigação	Desaparecimento
150		Corpo de jovem grávida é encontrado carbonizado na grande SP	Jovem Mulher negra 18 anos	Em investigação	Assassinato
151	13/nov	Homem é preso suspeito de sequestrar a ex-companheira na porta do trabalho	Mulher RELAÇÃO	Ex- marido Homem	Sequestro
152		Jovem de 16 anos sai de casa para ir ao mercado e desaparece	Adolescente negra 16 anos	Em investigação	Desaparecimento
153	14/nov	Homem desaparece após ser ameaçado por roubo de celular	Homem negro Idade não revelada	Em investigação	Desaparecimento
154		Corpo de cantor gospel é encontrado abandonado em matagal na grande SP	Homem negro 49 anos	4 homens não identificados	Assassinato

155	15/nov	Briga de bar termina com advogado preso e vítima na UTI	Homem Identidade não revelada	Advogado Homem negro 49 anos	Agressão física
156		Homem é preso após seduzir e enganar mais de 30 mulheres	Mais de 30 mulheres	Desconhecido	Golpe
157		Mulher compra salgadinho e encontra sapo morto dentro do pacote	Consumidora		Consumo de produto adulterado
158	16/nov	Adolescente morre após ser alvo de ataque	Adolescente 17 anos	Em investigação	Assassinato
159		Mãe de 4 filhos desaparece de forma misteriosa	Mulher Branca 26 anos	Em investigação	Desaparecimento
160		Homem sai de casa para uma reunião e desaparece	Homem Branco 39 anos	Em investigação	Desaparecimento
161		Mulher coloca sonífero em sopa para matar a própria mãe	Mãe Mulher RELAÇÃO	Filha Mulher negra 32 anos	Assassinato
162		Homem não se conforma com separação e ameaça a vida da ex-companheira	Mulher RELAÇÃO	Ex-companheiro Homem	Ameaça
163	17/nov	Justiça põe em liberdade mulher acusada de matar amante	Amante Homem negro RELAÇÃO	Mulher Branca 23 anos	Assassinato
164		Traficante preso mata jovem a facadas durante visita íntima	Mulher Branca 18 anos RELAÇÃO	Traficante Homem negro	Assassinato
165		Sargento reage a assalto e é assassinado por bandidos	Sargento Homem negro 42 anos	Adolescente negro 16 anos	Assassinato
166		Adolescente é preso após fazer motorista de aplicativo refém	Homem	Adolescente Negro 15 anos	Refém/cárcer e privado
167	19/nov	Baile funk acaba após troca de tiros e morte na Grande São Paulo	3 mortos	Policiais	Assassinato
168		Homem mata a ex-companheira após deixar a família refém	Mulher negra 22 anos RELAÇÃO	Ex-companheiro Homem Branco	Refém/cárcer e privado
169	20/nov	Criminoso leva armas e joias da casa de policial	Homem Identidade não revelada	Homem Negro 36 anos	Furto/roubo
170	22/nov	Cantor e empresário pode estar envolvido	Mulher 18 anos Criança Branca	Amigo Homem negro	Desaparecimento

		em suposto sumiço de mãe e filha	8 meses RELAÇÃO		
171	23/nov	Bombeiros salvam família de inundação em SP			Sem crime Catástrofe ambiental
172	25/nov	Vizinha arquiteta a morte de casal	Casal Mulher 43 anos Homem 53 anos RELAÇÃO	Vizinha Mulher E três homens	Assassinato
173		Patrulha do Consumidor : comprador tem problemas ao adquirir carro	Consumidor Homem Branco	Empresa de carro	Consumo de produto adulterado
174		Professor universitário é morto com golpes e faca em casa	Professor Homem negro 44 anos	Quatro jovens não identificados	Assassinato
175		Homem é morto a tiros no dia do próprio aniversário	Homem Negro 56 anos	Em investigação	Assassinato
176	28/nov	Jair Bolsonaro escolhe mais três ministros			Sem crime (Política)
177		Caso Amanda: quatro corpos de vítimas do tribunal do crime são encontrados	Mulher Branca 26 anos	Em investigação	Assassinato
178		Caso Anna: polícia encontra corpo enterrado na casa do amante	Jovem Mulher Branca 23 anos RELAÇÃO	Amante Homem negro	Assassinato
179		Homem é espancado a paulada próximo à rodoviária de Salvador	Homem	Em investigação	Agressão física
180		Avião cai em São Paulo, mata 2 pessoas e fere 12	Duas vítimas fatais	Em investigação	Acidente aéreo

Apêndice 2- Notícias categorizando criança e adolescente

Nº	Ref.	Notícia	Vítima/raça/ idade	Agressor/raça /idade	Caso/ Crime
1	6	Padrasto maníaco é flagrado ao espiar enteada no banho	Enteada (16 anos) e enteado (12 anos) RELAÇÃO	Padrasto Homem negro 55 anos	Abuso sexual
2	8	PM atira em idoso e criança para se vingar da ex-mulher	Avô. Homem negro 53anos. Neta. Mulher, branca de 34 anos RELAÇÃO	Ex-marido da filha. Homem negro de 34 anos.	Assassinato
3	12	Bebê é mordido e agredido pelos pais até a morte	Criança negro 8 meses RELAÇÃO	Pais. Mulher Homem negros, idade não revelada	Assassinato
4	13	Adolescente desaparece na porta de casa após brigar com o namorado	Adolescente Branca 15 anos RELAÇÃO	Em investigação	Desaparecimento
5	24	Criança de apenas 10 anos é alvo de falso sequestro por telefone	Criança 10 anos	Em investigação	Ameaça
6	26	Mulher é ameaçada após engravidar do marido	Namorada Mulher negra 17 anos RELAÇÃO	Namorado Homem negro Não relata idade	Ameaça
7	27	Polícia investiga se corpo carbonizado é de jovem desaparecido	Adolescente Não relata idade	Em investigação	Assassinato
8	35	Corpo encontrado é de jovem desaparecido na Brasilândia (SP)	Adolescente Negro 17 anos	Em investigação	Assassinato
9	39	Criança é atropelada durante perseguição policial	Criança	Foragidos da polícia	Roubo/ atropelamento
10	50	Homem invade casa da ex-mulher e foge com bebê	Criança 4 meses RELAÇÃO	Ex-marido Homem	Sequestro
11	54	Pai mata os filhos para se vingar da ex-mulher	Filhos. Criança Branca (1 ano) Branco (3 anos) RELAÇÃO	Pai Homem Branco Idade não revelada	Assassinato
12	57	Maníaco é preso em emboscada feita pela polícia	Mulheres De 15 a 20 anos	Acusado Homem negro	Estupro
13	60	Adolescente desaparece após ir para a escola	Adolescente Negro 15 anos	Sem suspeito	Desaparecimento
14	65	Polícia investiga briga familiar após sumiço de jovem	Adolescente negra 15 anos	Sem suspeito	Desaparecimento

15	68	Jovem desaparecida dá notícia aos amigos	Adolescente negra 15 anos	Sem suspeito	Desaparecimento
16	78	Polícia procura assassino de adolescente	Adolescente Branca 14 anos	Homem Em investigação	Assassinato
17	87	Padrasto é flagrado ao agredir enteado de 4 anos	Enteado Criança 4 anos RELAÇÃO	Padrasto Homem	Agressão
18	90	Polícia procura pai que matou filha depois de cumprir pena de estupro	Filha Adolescente Branca 13 anos RELAÇÃO	Pai Homem negro 28 anos	Assassinato
19	92	Vizinho de escola ameaça alunos e pais tem medo de violência	Alunos	Vizinho de escola Não revelado	Ameaça
20	93	Homem joga bebê no chão e agride mulher	Filha e Esposa Mulher Branca Bebê branco 10 meses Mulher branca 23 anos RELAÇÃO	Pai/marido Homem Branco 34 anos	Agressão
21	102	Bebê é encontrado morto em rio ao lado da chácara da família	Bebê negro 2 anos	Em investigação	Assassinato
22	103	Padrasto sufoca e tira a vida de criança de 11 anos	Criança 11 anos RELAÇÃO	Padrasto Homem	Assassinato
23	105	Homem mata o enteado e fere o próprio filho para se vingar da ex-esposa	Enteado / filho negro adolescente 13 anos Branco de 3 anos RELAÇÃO	Homem Padrasto negro	Assassinatos
24	113	Professor é preso após denúncia de assédio sexual em escola	Alunas Adolescente 14 e 15 anos RELAÇÃO	Professor Homem negro 31 anos	Assédio sexual
25	114	Mulher é presa suspeita de matar o filho de três anos	Filho criança negro RELAÇÃO	Mãe Mulher negra 21 anos	Assassinato
26	120	Jovem de 16 anos desaparece após festa em sítio	Adolescente negra 16 anos	Em investigação	Desaparecimento
27	127	Polícia consegue identificar e prender o assassino de Rayane	Adolescente negra 16 anos	Desconhecido Negro Idade não revelada	Assassinato
28	132	Médico e militares são presos em operação contra pedofilia	Crianças e adolescente	10 pessoas apreendidas	Pedofilia
29	136	Pai agride e mata filho de oito meses	Bebê Criança 8 meses RELAÇÃO	Pai Homem negro 23 anos	Assassinato

30	142	Ex-marido tenta atropelar e matar a mulher e o filho de 12 anos	Ex-mulher Mulher Criança 12 anos RELAÇÃO	Ex-marido Homem	Tentativa de atropelamento
31	143	Pedófilo é preso após marcar encontro com criança de 11 anos	Criança 11 anos	Homem negro 42 anos	Pedofilia
32	152	Jovem de 16 anos sai de casa para ir ao mercado e desaparece	Adolescente negra 16 anos	Em investigação	Desaparecimento
33	158	Adolescente morre após ser alvo de ataque	Adolescente 17 anos	Em investigação	Assassinato
34	170	Cantor e empresário pode estar envolvido em suposto sumiço de mãe e filha	Mulher 18 anos Criança Branca 8 meses RELAÇÃO	Amigo Homem negro Idade não	Desaparecimento

Fonte: Programa Cidade Alerta. Elaborado pelas autoras

Apêndice 3- Notícias categorizando gênero e raça

Agressor homem branco

Nº	Ref.	Título	Vítima	Agressor	Crime
1	14	Cantor acusado de agredir a ex-mulher é preso.	Ex-esposa Mulher Branca	Ex-marido Homem branco	Agressão
2	17	Homem não aceita separação e tenta matar a ex a facadas	Ex-esposa Mulher Negra	Ex-marido Homem Branco 40 anos	Tentativa de assassinato
3	25	Homem ciumento mata a namorada na frente dos filhos	Namorada Mulher Branca	Namorado Homem Branco	Assassinato
4	30	Mulher é assassinada após engravidar do genro	Ex-esposa Mulher Branca	Ex-marido Homem Branco	Assassinato
5	33	Marido mata a mulher a golpes de faca	Esposa Mulher negra	Marido Homem Branco	Assassinato
6	40	Polícia Civil pede prisão de suspeito de matar a cunhada	Cunhada Mulher Branca	Cunhado Homem Branco	Assassinato
7	54	Pai mata os filhos para se vingar da ex-mulher	Filhos. Criança Branco de 1 ano Branco de 3 anos	Pai Homem Branco Idade não revelada	Assassinato
8	67	Vídeo mostra mulher sendo agredida pelo ex na frente da filha	Ex-esposa Mulher negra	Ex-marido Homem Branco	Agressão
9	71	Único suspeito, Gustavo 'Batata' admite ter matado Dona Cecília com 2 tiros	Idosa Mulher Branca	Homem Branco	Assassinato
10	82	Médico é preso suspeito de dopar e abusar de estudante	Mulher	Homem Branco	Estupro
11	93	Homem joga bebê no chão e agride mulher	Criança Esposa Mulher Branca	Pai/marido Homem branco	Agressão
12	94	Mulher some após brigar com o namorado	Namorada Mulher Branca	Namorado Homem Branco	Desaparecimento
13	106	Homem inconformado com a separação mata a ex-esposa e comete suicídio	ex-esposa Mulher Branca	Ex-marido Homem Branco	Assassinato
14	115	Jovem empresário casado com a tia-avó é suspeito de aplicar golpe para receber pensão	Ex-Esposa Mulher Branca 95 anos	Ex-Marido Homem Branco 28 anos	Estelionato

15	119	Homem é preso acusado de estrangular a ex-namorada e jogar corpo em mata	Ex-namorada Mulher negra	Ex-namorado Homem Branco	Assassinato
16	128	Mulher pula do terceiro andar de prédio para escapar do namorado agressivo	Namorada Mulher Branca	Namorado Homem Branco	Agressão

Fonte: Programa Cidade Alerta. Elaborado pelas autoras

Agressor homem negro

Nº	Ref	Título	Vítima	Agressor	Crime
1	02	Filho flagra maníaco atacando a mãe	Mulher Branca	Homem negro	Estupro
2	06	Padrasto maníaco é flagrado ao espiar enteada no banho	Enteada adolescente (16 anos) e enteado adolescente	Padrasto Homem negro	Abuso sexual
3	08	PM atira em idoso e criança para se vingar da ex-mulher	Homem negro Mulher branca	Ex-marido da filha. Homem negro	Assassinato
4	09	Homem ciumento mata a namorada com uma pedra	Namorada Mulher Negra	Namorado Homem negro	Assassinato
5	12	Bebê é mordido e agredido pelos pais até a morte	Criança negro 8 meses	Pais: Mulher negra Homem negro	Assassinato
6	15	Mulher é assassinada após descobrir traição do marido	Esposa Mulher negra	Marido Homem negro	Assassinato
7	16	Jair Bolsonaro é esfaqueado durante campanha em Juiz de Fora (MG)	Candidato Homem Branco	Homem negro	Agressão
8	20	Mulher é encontrada sem vida dentro de casa em Pirassununga (SP)	Ex-namorada Mulher Branca	Ex-namorado Homem negro	Assassinato
9	22	Preso pela morte de taxista dá detalhes do crime	Taxista Homem negro	Passageiro Homem negro	Assassinato
10	26	Mulher é ameaçada após engravidar do marido	Namorada Mulher negra	Namorado Homem negro	Ameaça
11	37	Homem tenta abusar e matar ex-mulher do próprio primo	Ex-esposa do primo Mulher Branca	Primo do ex-marido Homem negro	Tentativa de assassinato

12	38	Grávida é esfaqueada pelo ex-marido na frente da filha	Ex-esposa Mulher Branca	Ex-marido Homem negro	Assassinato
13	42	Suspeito é preso durante perseguição policial	Proprietário da camionete Homem	Suspeito Homem negro 20 anos	Roubo
14	46	Homem é assassinado pelo vizinho ciumento	Vizinho Homem negro	Vizinho Homem negro	Assassinato
15	48	Polícia prende maníaco acusado de atacar seis mulheres	Mulheres Vítimas	Acusado Homem negro	Estupro
16	55	Mulher é esfaqueada pelo namorado no quintal de casa	Namorada Mulher Branca	Namorado Homem negro	Assassinato
17	57	Maníaco é preso em emboscada feita pela polícia	Mulheres De 15 a 20 anos	Acusado Homem negro	Estupro
18	59	Jovem baleada envia foto para pedir socorro	Ex-esposa Mulher Branca	Ex-marido Homem negro	Tentativa de assassinato
19	64	Comerciante é assassinada após cobrar dívida	Mulher Branca	Homem negro	Assassinato
20	70	Homem é preso ao se passar por motorista de aplicativo e abusar de passageira	Passageira Mulher	Motorista Homem negro	Estupro
21	75	Família de mulher morta no dia do aniversário pede justiça	Namorada Mulher negra	Namorado Homem negro	Assassinato
22	76	Homem mata o amigo após descobrir traição	Homem negro	Homem Negro	Assassinato
23	80	Jovem é internada após ser esfaqueada pelo ex-namorado	Ex-namorada Mulher negra	Ex-namorado Homem negro	Tentativa de assassinato
24	83	Mulher tem braço quebrado após ser espancada pelo ex-marido	Ex-esposa Mulher negra	Ex-marido Homem Negro	Agressão
25	89	Homem é preso por espancar mulher até a morte	Esposa Mulher Branca	Marido Homem negro	Assassinato
26	90	Polícia procura pai que matou filha depois de cumprir pena de estupro	Filha Adolescente Branca 13 anos	Pai Homem negro 28 anos	Assassinato
27	96	Suspeito nega participação no desaparecimento de namorada após briga	Namorada Mulher Branca	Namorado Homem negro	Desaparecimento
28	105	Homem mata o enteado e fere o próprio filho para se vingar da ex-esposa	Enteado / filho negro adolescente Branco	Homem negro	Assassinato

29	107	Casal é suspeito de matar mulher grávida para ficar com o bebê	Grávida Mulher negra	Casal Mulher negra homem negro	Assassinato
30	112	Modelo revela rotina de terror vivida em relacionamento abusivo com ex-marido ator	Ex-esposa Mulher negra	Ex-marido Homem negro	Agressão
31	113	Professor é preso após denúncia de assédio sexual em escola	Alunas Adolescente	Professor Homem negro	Assédio sexual
32	116	Polícia investiga se assassino de Regina contou com ajuda de terceiros	Mulher negra	Amigo Homem negro	Assassinato
33	124	Mulher é assassinada após fim do relacionamento	Amante Mulher negra	Amante Homem negro	Assassinato
34	130	Suposto racha provoca a morte de dois jovens	Jovens Homens negros	Homem negro	Atropelamento
35	131	Homem invade casa e faz família refém	Família refém	Homem Negro	Invasão e cárcere privado
36	134	Ator Douglas Sampaio é inocentado após denúncia de agressão contra a namorada	Ex-namorada Mulher Branca	Ex-namorado Homem negro	Agressão
37	136	Pai agride e mata filho de oito meses	Bebê Criança 8 meses	Pai Homem negro	Assassinato
38	137	Professor desiste do ofício após ser agredido por aluno em sala de aula	Professor Homem Branco	Aluno Homem negro 19 anos	Agressão
39	143	Pedófilo é preso após marcar encontro com criança de 11 anos	Criança	Homem negro	Pedofilia
40	145	Especialista no golpe “Boa noite, Cinderela” é preso em Minas Gerais	Várias vítimas mulheres	Homem negro	Agressão
41	155	Briga de bar termina com advogado preso e vítima na UTI	Homem Identidade não revelada	Advogado Homem negro	Agressão
42	164	Traficante preso mata jovem a facadas durante visita íntima	Mulher Branca	Traficante Homem negro	Assassinato
43	165	Sargento reage a assalto e é assassinado por bandidos	Sargento Homem negro	Adolescente negro	Assassinato
44	166	Adolescente é preso após fazer motorista de aplicativo refém	Homem	Adolescente negro	Refém/ cárcere privado

45	169	Criminoso leva armas e joias da casa de policial	Homem Identidade não revelada	Homem negro	Furto
46	170	Cantor e empresário pode estar envolvido em suposto sumiço de mãe e filha	Mulher 18 anos Criança Branca 8 meses	Amigo Homem negro	Desaparecimento
47	178	Caso Anna: polícia encontra corpo enterrado na casa do amante	Jovem Mulher Branca	Amante Homem negro	Assassinato

Fonte: Programa Cidade Alerta. Elaborado pelas autoras

Agressora mulher branca

Nº	Ref	Título	Vítima	Agressora	Crime
1	7	Homem morre em emboscada feita pela amante	Homem Branco	Amante Mulher Branca	Assassinato
2	45	Homem é agredido e queimado em emboscada da ex-mulher	Ex-marido Homem negro	Ex-esposa Mulher Branca	Assassinato
3	73	Homem morre ao tentar separar briga de namoradas	Homem negro	Mulher Branca	Assassinato
4	133	Irmã planeja morte do irmão para ficar com herança	Irmão Homem Branco	Irma Mulher Branca	Assassinato
5	163	Justiça põe em liberdade mulher acusada de matar amante	Amante Homem negro	Mulher Branca	Assassinato

Fonte: Programa Cidade Alerta. Elaborado pelas autoras

Agressora mulher negra

Nº	Ref	Título	Vítima	Agressora	Crime
1	12	Bebê é mordido e agredido pelos pais até a morte	Criança negra 8 meses	Pais. Mulher negra Homem negro	Assassinato
2	32	Mulher ciumenta arma emboscada e mata a rival	Amiga do namorado Mulher negra	Namorada Mulher negra	Assassinato

3	85	Mulher arma emboscada com a companheira para matar o ex.	Ex-marido Homem negro	Ex-esposa Mulher negra	Assassinato
4	107	Casal é suspeito de matar mulher grávida para ficar com o bebê	Grávida Mulher negra	Casal Mulher negra de 40 anos e homem negro	Assassinato
5	114	Mulher é presa suspeita de matar o filho de três anos	Filho criança negro	Mãe Mulher negra	Assassinato
6	161	Mulher coloca sonífero em sopa para matar a própria mãe	Mãe Mulher	Filha Mulher negra	Assassinato

Fonte: Programa Cidade Alerta. Elaborado pelas autoras

Apêndice 4- Notícias categorizando pessoa idosa

Nº	Ref	Chamada	Vítima	Agressor	Crime
1	71	Único suspeito, Gustavo 'Batata' admite ter matado Dona Cecília com 2 tiros	Idosa Mulher Branca RELAÇÃO	Homem Branco	Assassinato
2	77	Áudio revela plano de idoso após a morte da amante	Namorada Mulher negra 62 anos RELAÇÃO	Namorado Homem negro 64 anos	Assassinato
3	91	Idosos são os principais alvos de falsos técnicos	Homens Branco 85 e 87 anos	Estelionatários Em investigação	Estelionato
4	104	Morre o jornalista e radialista Gil Gomes	Jornalista Homem Branco 78 anos		Sem crime (Morte natural de pessoa famosa)
5	109	Idosa de 80 anos é resgatada depois de ser mantida refém pelo filho	Mãe Mulher 80 anos RELAÇÃO	Filho Homem 41 anos	Cárcere privado
6	115	Jovem empresário casado com a tia-avó é suspeito de aplicar golpe para receber pensão	Ex-Esposa Mulher Branca 95 anos	Ex-Marido Homem Branco 28 anos	Golpe
7	141	Casal de amigos da cantora Paula Fernandes é assassinado em fazenda	Casal Mulher de 76 anos Homem 78 anos	Casal e cunhado Homem Mulher	Assassinato

Fonte: Programa Cidade Alerta. Elaborado pelas autoras